

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

**INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL:
ESTUDO DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO/RJ**

Porto Alegre

2014

PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL:

ESTUDO DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO/RJ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Linha de pesquisa 4: Mediações e Representações Culturais e Políticas

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Coordenadora: Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini

Coordenadora substituta: Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário

Representante discente: Alex Ferreira Damasceno

Vice-representante discente: Cristine Kauffmann

Demais integrantes da Comissão Coordenadora:

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Prof. Dra. Luciana Mielniczuk

CIP – Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P436n Pereira, Patrícia Mallmann Souto

Informação, cidadania e inclusão digital: estudo de comunidade na favela Santa Marta, Rio de Janeiro/RJ / Patrícia Mallmann Souto Pereira; orientador Valdir José Morigi. – Porto Alegre, 2014.

246 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1. Informação e cidadania 2. Inclusão digital 3. Favela 4. Favela Santa Marta 5. Estudo de comunidade 6. Ciência da Informação I. Morigi, Valdir José II. Título.



Elaborada pela autora – CRB-10/1644

Rua Ramiro Barcelos, 2705, 2º andar, Bairro Santana

CEP 90035-007, Porto Alegre/RS. Campus Saúde

Telefone/fax: (51) 3308-5116 / (51) 3308-5368

E-mail: <ppgcom@ufrgs.br>

<http://www.ppgcom.ufrgs.br>

PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL:

ESTUDO DE COMUNIDADE NA FAVELA SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO/RJ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.

Aprovada em _____ de _____ de 2014.

Valdir Jose Morigi (Doutor em Sociologia – USP)
Orientador

Doris Fagundes Haussen (Doutora em Ciências da Comunicação – USP)
PPGCOM/PUCRS

Gilda Olinto de Oliveira (Doutora em Comunicação e Cultura – UFRJ)
PPGCI/IBICT-UFRJ

Karla Maria Muller (Doutora em Ciência da Comunicação – UNISINOS)
PPGCOM/UFRGS

Magalli Lippert da Silva (Doutora em Letras – UFRGS)
IFRS/UFRGS

Ilza Maria Tourinho Girardi (Doutora em Ciências da Comunicação – USP)
PPGCOM/UFRGS
Suplente

Dedico esta tese à comunidade da favela Santa Marta,
que me recebeu com muita gentileza,
tornando possível a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, agradeço à comunidade da favela Santa Marta. Esse conjunto de pessoas é que faz dessa favela ser o que é, um lugar de “gente fina, elegante e sincera, com habilidade para dizer mais sim do que não”, um lugar hospitaleiro, amigável e receptivo. Esse *lócus* de pesquisa deixou de ser apenas “um *lócus* de pesquisa”, frio, graças a presença do fator humano, que, aliás, no Santa Marta é muito humano, para se tornar um local afetuoso e agradável de conviver. É muito gratificante poder dizer que toda a pesquisa de campo foi extremamente amena, quando poderia ter sido maçante e difícil, não fosse pelo clima de “portas abertas” que a favela Santa Marta confere às pessoas “de fora” e que conferiu a mim também. É com felicidade e gratidão que digo que durante toda a pesquisa de campo fui recebida com gentileza e aceitabilidade por essas pessoas, humanas e reais, que fazem o Santa Marta existir.

Ao final dessa empreitada (chamada de pesquisa de campo da tese), fazendo um balanço da minha experiência como uma (pseudo) santa-martense, posso perceber que criei laços de apreço, com a favela como um todo e com sujeitos da pesquisa, que vão muito além de simples “sujeitos”. Guardo com carinho os desenhos que recebi de crianças, cada abraço genuíno me dado por estas, cada palavra de saudade e afeto... ufa! Espero ter podido (e ainda poder) retribuir o tanto que me foi dado durante a realização desta pesquisa.

O Santa Marta (e seus moradores) passou, e ainda passa, por experiências difíceis, mas a marca da comunidade é de uma cultura viva, positiva e alegre, além de lutadora. Conviver nesse espaço foi muito proveitoso para o entendimento da relação informação / cidadania / inclusão digital, mas especialmente para o entendimento do ser humana e, por vezes, de mim mesma. Terminei esta pesquisa tendo o Santa Marta como um dos “meus lugares”, daqueles que a gente sempre volta apenas porque se sente em casa.

Então: obrigada a todas as pessoas da favela Santa Marta que me possibilitaram a realização desta pesquisa de tese!!! Obrigada a todos com quem convivi, mais ou menos, seja num simples gesto de cumprimento seja em me fornecer informações e/ou camaradagem.

Seguindo com os agradecimentos, quero dizer um especial obrigada ao meu orientador, Prof. Dr. Valdir Morigi, que me deu tanto em termos de concepções teóricas e que teve paciência com meus muitos momentos nesses quatro anos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na figura de seus professores, assim como da Lúcia Loss Medeiros (também do Marco Antônio Fronchetti), representante da secretaria, e demais membros. Agradeço, especialmente, aos professores com quem tive aula, que me possibilitaram aprendizado, sendo que tem nesta tese um pouquinho de cada disciplina cursada.

Agradeço, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me possibilitar realizar o doutorado com bolsa. E também agradeço ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no âmbito do Programa de Apoio à Graduação da Pró-Reitoria de Graduação (PAG/PROGRAD), que concedeu-me bolsa no primeiro ano de doutorado, vinculada ao projeto de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação (DCI) “Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS (2000/1-2009/2)”, coordenado pela Profa. Dra. Samile Vanz, a quem também agradeço a oportunidade.

Agradeço à minha família, que soube entender minhas ausências e maus humores: meu pai, minha mãe, minhas irmãs Renata e Roberta e meu irmão Max. Agradeço à minha mãe pela paciência e pelas conversas, especialmente nos momentos em que tudo parecia mais difícil. Agradeço ao meu pai pelas conversas de incentivo por telefone. Agradeço à Renata pelo *abstract*.

Agradeço também aos amigos. Os amigos acadêmicos foram decisivos em diversos momentos da elaboração da tese. Nesse sentido, agradeço especialmente à Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato, pelas inúmeras conversas e apoio; ao Adalberto Rodriguez, pelo companheirismo nos dois primeiros anos de PPGCOM e, especialmente, por ouvir minhas angústias e ler meus textos; à Alegria Benchimol (e esse é mesmo o nome dela), pelas hospedagens que me concedeu em períodos de coleta de dados no Rio de Janeiro e pelas conversas e trocas acadêmicas; além disso, claro, não posso esquecer de dizer um super obrigada a ela pela revisão gramatical da minha tese. Às amigas acadêmicas cariocas Cláudia Guerra, Tânia Chalhub, Ana Lúcia Gonçalves e, novamente, Alegria Benchimol, pelas conversas e

vivências nas edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). E a todos esses agradeço, principalmente, pela amizade e carinho!!!

Aos amigos não acadêmicos, mas que tornaram essa trajetória mais leve e agradável, especialmente, Ana Paula Sehn (a ela agradeço também pela normalização), Geise Ribeiro (agradeço também pela ajuda no levantamento bibliográfico de inclusão digital e, especialmente, por me representar na burocracia de entrega da versão final), Lílian Bairros, Juliana Geisel, Teca e Jú Generoso, Helena Dutra, Eduardo O. Rodrigues, Lândio Viana, Rodi... Sei que está faltando gente, mas essas são as pessoas com quem mais convivi, principalmente no período de escrita da tese, e que mais participaram do meu processo de virar doutora.

Ainda há outros agradecimentos a serem feitos: à Edith Janete (que cuidou da minha mente), ao café da Rô (que foi um excelente escritório em diversos momentos), ao Cerilo (local de reuniões de trabalho).

Uma tese não se faz apenas de racionalidade, mas também de sentimentos, que juntos constroem a reflexão. Terminei essa jornada mudada, racional e emocionalmente.

Muitíssimo obrigada!!!

“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta,
que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

(Cecília Meireles)

RESUMO

O tema desta tese é informação, cidadania e inclusão digital, num contexto de favela. Teve como objetivo geral: compreender como se dá a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, tendo como campo empírico a favela Santa Marta, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O marco teórico partiu de três conceitos principais: informação, cidadania e inclusão digital. A definição de informação adotada na pesquisa se fundamenta no paradigma social da área de Ciência da Informação. O conceito de cidadania é baseado em três dimensões: jurídico-política, que envolve direitos e deveres, com base em Marshall; cidadania cultural, que envolve sentimento de pertencimento e identidade cultural, com base em Cortina; e de participação, que se dá na esfera pública discursiva, com base em Habermas. A noção de inclusão digital é abordada como envolvendo acesso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) (sua incorporação no cotidiano) e, mais amplamente, um conjunto de três dimensões: digital, informacional e social. Os resultados ressaltam que a favela: possui um valor simbólico histórico e cultural marcante, o que lhe confere um status de comunidade; possui ampla possibilidade de acesso à internet, tendo telecentros, *lan houses* e sinal de internet *wireless* público; se configura num espaço físico de circulação de informação, tendo a prática informacional do “boca a boca” como uma das mais eficazes; exerce a discussão pública de construção da cidadania em duas esferas públicas, uma física (em praça pública) e uma virtual (basicamente via Facebook); possui instituições e grupos de representação comunitária e projetos sociais, responsáveis pela circulação de informação para o exercício e a construção da cidadania. Conclui que a relação entre informação, cidadania e inclusão digital se dá pela articulação comunitária promovida por lideranças locais, que se valem da informação como ponto de partida, tanto física como virtualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Informação e cidadania. Inclusão digital. Favela. Favela Santa Marta. Estudo de comunidade. Esfera pública discursiva. Cidadania cultural. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The theme of this thesis is about information, citizenship and digital inclusion in a slum. General goal: understanding the relationship between information, citizenship and digital inclusion. Santa Marta slum was chosen as the object of the study, which is located in the city of Rio de Janeiro/RJ. The theoretical framework set out three main concepts: information, citizenship and digital inclusion. The definition of information adopted in the thesis is based on the social paradigm of Information Science area. The concept of citizenship is based on three dimensions: legal and policy that involves rights and duties, based in Marshall; cultural citizenship, which involves feelings of belonging and cultural identity, based in Cortina; and participation, which occurs in discursive public sphere, based on Habermas. The digital inclusion's concept is approached as involving access and appropriation of ICTs (its incorporation in daily life) and, more broadly, a set of three dimensions: digital, informational and social. The results accentuate that the slum: has a distinctive historical and cultural symbolic value, giving it a status of community; has extensive possibility of internet access, with telecenters, lan houses and public wireless internet; configures itself as a physical space of circulation of information and informational practice of "word of mouth" as one of the most effective; exercises a public discussion of the construction of citizenship in two public spheres, a real (in public spaces) and virtual (basically via Facebook); owes institutions and groups of community representation and social projects, responsible for the circulation of information for the citizenship. The conclusion is that the relationship between information, citizenship and digital inclusion is promoted by communication from local community leaders, who use information as a starting point, the physical and virtual formats.

KEYWORDS: Information and citizenship. Digital inclusion. Slum. Santa Marta slum. Community's study. Discursive public sphere. Cultural citizenship. Information Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Panorama da literatura brasileira de inclusão digital na CI, até o final do ano de 2012	59
Quadro 2	Quantidade de artigos teóricos e empíricos brasileiros de inclusão digital na CI, até o final do ano de 2012	60
Quadro 3	Rede de contatos no Facebook de pessoas e instituições pertencentes à favela Santa Marta, ao final da pesquisa	115
Quadro 4	Sujeitos entrevistados e tipo de entrevista realizada	117
Quadro 5	Categorias e subcategorias de análise dos dados	126
Figura 1	Mapa de localização da favela Santa Marta	128
Figura 2	Acessos à favela Santa Marta, por Botafogo e por Laranjeiras	129
Figura 3	Praça Corumbá	129
Figura 4	Capela Santa Marta	130
Figura 5	Campinho do Pico	131
Figura 6	Representação da desigualdade socioeconômica entre a favela Santa Marta e a zona sul carioca	132
Figura 7	Colégio Santo Inácio, localizado na Rua São Clemente	134
Figura 8	Entrada da favela Santa Marta, pelo bairro Botafogo	136
Figura 9	Mosaico e estátua do Michael Jackson na laje da Casa de Cultura Dedé	145
Figura 10	Cartaz na entrada da favela que indica a presença do poder público	148
Figura 11	Sede da UPP e muro com marcas de balas de fuzil	149
Figura 12	Bondinho do Santa Marta	150
Figura 13	Pico do morro Santa Marta	151
Figura 14	Praça do Cantão	152
Figura 15	Pé da Escada	153
Figura 16	Posto do projeto Rio Top Tour na favela Santa Marta	154
Figura 17	Comemoração em homenagem ao aniversário de morte de Michael Jackson, em 2013	159
Figura 18	Quadra da G.R.E.S. Mocidade Unida de Santa Marta	160
Figura 19	Semifinal de escolha do samba enredo da G.R.E.S. Mocidade	160

	Unida de Santa Marta	
Figura 20	Folia de Reis Penitentes do Santa Marta	165
Figura 21	Festa de São Jorge	165
Figura 22	Placa de inauguração do plano inclinado da favela Santa Marta	168
Figura 23	Placa de inauguração da iluminação pública na favela Santa Marta	169
Figura 24	Polo de Inclusão Social Padre Velloso	177
Figura 25	Placa da FAETEC Digital	178
Figura 26	Entrada da Associação de Moradores do Santa Marta	179
Figura 27	Notícia do Portal G1 sobre a instalação do projeto Santa Marta Digital	182
Figura 28	Notícia do Expresso sobre a instalação do projeto Santa Marta Digital	182
Figura 29	Bar do Tota	186
Figura 30	Autofalante da Rádio Poste da Associação de Moradores	187
Figura 31	Estampa comemorativa dos 35 anos da Colônia de Férias Eco	189
Figura 32	Sede da ONG Atitude Social	191
Figura 33	Bateria mirim da Escola de Música Atitude	192
Figura 34	Centro Esportivo	194
Figura 35	Passeata de luta por melhores condições de vida na favela Santa Marta, ocorrida em 8 jul. 2013	201
Figura 36	Cartaz de convocação para reunião comunitária, divulgado via Facebook	205
Figura 37	Cartaz de convocação para assembleia e manifestação, divulgado via Facebook	206
Figura 38	Faixas estampadas nas casas do “Pico”	208
Figura 39	Fotografia que representa a contradição entre a denominação do Santa Marta como “favela modelo” e a realidade vivida	209
Figura 40	Capa da Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial	211
Figura 41	Faixa e cartaz fazendo menção ao problema do “turismo safari”, na passeata de julho de 2013	214
Figura 42	Grafite no muro de entrada da favela	215
Figura 43	Localização e panorama do grafite	216

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CGI	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro
CI	Ciência da Informação
CIS	Common Wealth of Independent States
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento das Comunidades
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPP	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CV	Comando Vermelho
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DPO	Destacamento de Policiamento Ostensivo
DVD	Digital versatile disc
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
EICs	Escolas de Informática e Cidadania
EMOP-RJ	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica

FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GESAC	(Programa) Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
GII	Global Information Infrastructure
GT	Grupos de Trabalho (ENANCIB)
iBase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Information and communication technology
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	ICT Development Index
IDRC	International Development Research Centre (Canadá)
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IFLA	International Federation of Library Associations
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
IPM	Instituto Paulo Montenegro
ITU	International Telecommunication Union
MID	Mapa da Inclusão Digital (IBICT)
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
NAVI	Núcleo Audiovisual Atitude
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (UFRGS)
RITS	Rede de Informações para o Terceiro Setor
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social

SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMH-RJ	Secretaria Municipal de Habitação
SocInfo	Programa Sociedade da Informação no Brasil
SUDERJ	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SocInfo	(Programa) Sociedade da Informação no Brasil
TICs	Tecnologias de informação e comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL, E SUAS RELAÇÕES	26
2.1	Contexto brasileiro: exclusão digital e políticas públicas de inclusão digital	26
2.2	Informação e cultura	40
2.3	Cidadania: três dimensões	44
2.4	Inclusão digital: estudos no Brasil e na Ciência da Informação	56
3	SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO: FAVELAS	76
3.1	O processo histórico de formação das favelas no Brasil	78
3.2	Políticas públicas de meados da década de 1980 aos dias de hoje	87
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
4.1	Operacionalização das técnicas de coleta de dados e vivência em campo	108
4.2	Sujeitos entrevistados	122
4.3	Análise e interpretação dos dados	125
5	INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL: RELAÇÕES NA COMUNIDADE DA FAVELA SANTA MARTA	127
5.1	Contexto: sociodemográfico, histórico, cultural e comunitário	127
5.1.1	Décadas de 1930 a final de 1970: início e colonização	133
5.1.2	Décadas de 1980 e 1990	139
5.1.3	A partir da década de 2000: entrada do poder público	147
5.1.4	Contexto cultural	158
5.1.5	A favela como comunidade	167
5.2	Instituições e espaços comunitários, apropriação das TICs e práticas de informação	176
5.3	Informação e TICs no processo de exercício e construção da cidadania	196

6	CONCLUSÃO	217
	REFERÊNCIAS	225
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	239
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas guiadas	242
	ANEXO A – Termo de Sigilo e Confidencialidade das transcrições	244
	ANEXO B – Mapa Turístico Santa Marta	245

1 INTRODUÇÃO

Nesta mudança de século, com o advento e difusão das tecnologias de informação e comunicação (TICs), ocorreram modificações nas formas tradicionais pelas quais se dão as práticas informacionais, comunicacionais e de participação político-social, ampliando suas possibilidades. Essa ampliação das possibilidades de acesso à informação, de comunicação e de participação pode também representar um fator de ampliação das condições para a construção e o exercício da cidadania na sociedade atual. Isso porque para o pleno exercício da cidadania é imprescindível que os sujeitos sociais possuam condições de ter acesso às informações que lhe são relevantes, assim como de participar das discussões sobre questões e problemas que os atingem, isto é, de participar da esfera pública.

Dessa forma, ter acesso a internet é essencial, pois ela é a “materialização” da esfera pública contemporânea. Mas só o acesso não basta. É também necessária que haja uma igualdade de condições de uso e de apropriação de informação, condição que para ser atingida envolve o acesso facilitado às TICs, especialmente à internet, assim como o desenvolvimento de capacidades interpretativas, discursivas e argumentativas.

Contudo, grande parte da população não possui acesso às TICs nem condições educativas e culturais para lidar com informação e comunicação de forma ampliada. A esse déficit de acesso e uso da internet (e mais amplamente das TICs) convencionou-se chamar de exclusão digital, que tem como consequência a defasagem de acesso, uso e apropriação de informação. Apesar dos dados acerca da exclusão digital melhorarem a cada ano (CGI, 2013; IBGE, 2013a), principalmente no que diz respeito ao acesso às TICs tanto domiciliar como em outros locais, ainda são expressivos entre a população brasileira.

Em 2012, em torno de 40% dos domicílios do País possuía microcomputador com acesso à internet – 40,3%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2013a) e 40% de acordo com a pesquisa TIC Domicílios do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2013). No que diz respeito à exclusão digital não apenas relacionada ao acesso à internet no domicílio, mas também à posse de outras TICs, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013b) constatou, com base em dados da PNAD 2012, que 34,3% de domicílios possuíam conjuntamente iluminação elétrica, computador, internet, aparelho de *digital versatile*

disc (DVD), televisão em cores e máquina de lavar (este último item não é TIC mas fez parte desse conjunto de bens na pesquisa). Em relação à posse de telefone celular, em muitos casos também usado para o acesso à internet, a PNAD 2012 constatou que 88,3% dos domicílios possuíam pelo menos uma linha (IBGE, 2013a). Conforme o CGI (2013), a televisão está presente em 98% dos domicílios brasileiros, seguida de telefone celular (88%), de rádio (79%) e de computador¹ (46%).

O acesso à internet, contudo, não se dá apenas no próprio domicílio, mas também no local de trabalho, na escola ou universidade, em domicílios de outras pessoas, em centros de acesso à internet tanto públicos como privados ou em quaisquer outros locais. Segundo dados da PNAD 2012 (IBGE, 2013a), cerca de metade das pessoas de 10 anos ou mais de idade (49,2%)² utilizaram a internet (a partir de qualquer local)³ no período de referência dos últimos três meses anteriores à pesquisa, indicando um crescimento de 15 pontos percentuais desde 2008 (CGI, 2013). Desses, 69% utilizou diariamente, 23% uma vez por semana, 7% ao menos uma vez por mês e 1% menos do que isso (CGI, 2013). Em relação ao total da população brasileira, o percentual de acesso diário à internet é de 33,81%, o que configuraria apropriação digital. Em relação ao total da população, a TIC Domicílios 2012 aponta que mais da metade (55%) da população brasileira com 10 anos ou mais declarou já ter acessado a internet alguma vez na vida (CGI, 2013).

No que diz respeito ao uso da internet pelo celular, a proporção de usuários de telefone celular que utilizaram a internet pelo aparelho telefônico nos três meses anteriores à pesquisa, foi de 24%, em 2012. Desse total, 55% acessaram diariamente, 27% pelo menos uma vez por semana, 12% pelo menos uma vez por mês e 6% menos de uma vez por mês (CGI, 2013).

Percebe-se que a defasagem de acesso à internet ainda é um problema expressivo no País. E, apesar do problema estar diminuindo e de haver diversas

¹ “A definição de computador adotada pela TIC Domicílios abrange computadores de mesa (*desktops*), computadores portáteis (*laptop*, *notebooks* e *netbooks*) e, desde 2011, também inclui *tablets*. Não estão incluídos nesta definição de computador os dispositivos móveis celulares do tipo *smartphones*.” (CGI, 2013, p. 157).

² Segundo o CGI (2013), 49%.

³ A PNAD considerou “[...] somente a utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de computador de mesa ou portátil (*laptop*, *notebook*, *palmtop*, *pocket pc*, *handheld*). Não foi abrangido, portanto, o acesso à Internet feito por outros meios (telefone móvel celular, televisão a cabo ou satélite, game console) ou quando a pessoa solicitou a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.” (IBGE, 2013a, p. [29]).

possibilidades de acesso que não são exclusivamente no próprio domicílio, ainda está longe de ser resolvido no Brasil. Há uma enormidade de projetos de inclusão digital destinados a minimizar principalmente a deficiência de acesso à internet em funcionamento no País, assim como em outros países em desenvolvimento. A falta de acesso regular à internet, porém, está relacionada a um conjunto de fatores que não se restringem apenas a questões econômicas. A exclusão digital acompanha as demais desigualdades socioeconômicas como, principalmente, nível educacional, renda familiar e desigualdades regionais (desenvolvimento socioeconômico, urbanização) (CASTELLS, 2003; FGV, 2012a; CGI, 2013; IBGE, 2013b), tanto em relação a acesso como a capacidade de uso, se configurando num fator de aprofundamento da exclusão social.

Em relação à questão educacional, no seu Mapa da Inclusão Digital⁴, a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012a) depreendeu que os principais motivos declarados para a falta de acesso à internet no Brasil (falta de interesse e incapacidade de usar a internet) são decorrentes dos problemas educacionais vigentes. Dados que demonstram a deficiência educacional no país são fornecidos pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM, 2012) através do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF); em 2011/2012, o percentual da população considerada alfabetizada funcionalmente, ente 15 e 64 anos de idade, era de 73%, sendo que apenas 26% dominava plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática⁵. Por alfabetizada funcionalmente o IPM (2012, *online*) considera “[...] a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.”

O problema da exclusão digital no Brasil, como foi salientado, não está relacionado apenas ao provimento de acesso à internet à população que não possui condições de pagar por ele. Mesmo quando o acesso é conseguido, muitas vezes é subproveitado, pois é necessário que haja apropriação das TICs e das informações acessadas. Para que um sujeito tenha condições de efetivamente usar a internet é necessário não apenas que seja alfabetizado, mas que possua competências

⁴ O Mapa da Inclusão Digital da FGV foi elaborado com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e de censos de outros países.

⁵ O INAF mensura a capacidade de leitura, escrita e cálculo da população brasileira adulta, englobando residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do Brasil. A pesquisa é bienal e realizada através de “[...] entrevistas domiciliares, [em que] são aplicados questionários e testes práticos.” (IPM, 2012, *online*).

informativos e comunicacionais para que o uso da internet seja proveitoso para suprir as suas necessidades de informação, comunicação, participação e, também, de lazer. As políticas públicas de inclusão digital têm participado nesse contexto no provimento de acesso à internet, mas precisam ampliar seu escopo, com ações que desenvolvam competências necessárias à apropriação de informação e à capacidade de comunicação, de forma contextualizada à realidade de cada grupo social.

É preponderante e consensual o argumento na literatura científica acerca do tema inclusão digital, especialmente na área de Ciência da Informação (CI), de que o maior acesso à informação (e à comunicação) propiciado pelas TICs amplia o exercício da cidadania. Isso também é defendido pelas instituições responsáveis pela implantação de projetos de inclusão digital (governamentais, da sociedade civil e empresariais). É inegável, como foi discutido acima, que a inclusão digital possui o potencial de ampliar o exercício da cidadania. Contudo, percebe-se a necessidade de aprofundamento dessa questão, tendo em vista que há poucos estudos relacionando informação, cidadania e inclusão digital, havendo carência de evidências empíricas acerca dessa relação e, tampouco, sobre como ela se configura.

Em vista disso, esta tese partiu do seguinte problema: Como se dá a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, num contexto de favela?

Optou-se por abordar o problema a partir de uma comunidade de favela devido ao fato desse tipo de local possuir as características que geram a exclusão digital (desigualdades socioeconômicas) hiperdimensionadas. Assim, conseqüentemente, esses locais aglutinam um dos grupos sociais que mais tem seus direitos de cidadania violados.

Foi selecionada como campo empírico a favela Santa Marta, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro/RJ. A escolha dessa favela se deveu a possuir as características que geram a inclusão digital também hiperdimensionadas. Ela recebeu diversos investimentos públicos e da sociedade civil em iniciativas de inclusão digital e social, algumas pioneiras até então. Foi a primeira (e ainda única no Brasil) a receber um sistema de internet banda larga sem fio, em 2009; teve seu primeiro telecentro implantado em 1995, e em 2002 teve seu primeiro telecentro comunitário, período em que essas iniciativas estavam começando a se disseminar no Brasil; além disso, desde meados da década de 2000 possuía diversas *lan*

houses. A respeito dos investimentos em inclusão social, foi a primeira favela carioca a passar pelo processo de “pacificação”, em 2008, com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁶; a partir disso, a favela recebeu mais investimentos em urbanização e em projetos sociais e de cidadania.

Essa favela carioca já foi dominada pelo narcotráfico e extremamente violenta. Em 1987, foi palco de uma das maiores guerras urbanas geradas pelo tráfico de drogas no País e primeira na zona nobre da cidade, fato noticiado pela mídia nacional e internacional. Outro fato que contribuiu para a favela atrair olhares não só brasileiros mas também mundiais foi ter sido o local escolhido para a gravação de partes do clipe do cantor Michael Jackson “They Don’t Care About Us”, em 1996. Atualmente, é a favela que mais recebe turistas, nacionais e estrangeiros; já foi visitada por diversas personalidades, também nacionais e estrangeiras; foi, e o é com frequência, *set* de gravações cinematográficas e televisivas e de eventos culturais e esportivos de grande repercussão midiática.

Justifica esta pesquisa o fato da exclusão digital representar um aprofundamento da exclusão social, pois muitas pessoas não usufruem, ou subusufruem, dos benefícios que o maior acesso à informação e à comunicação, proporcionados pelas TICs, podem propiciar. Segundo Saracevic (1999, p. 1053), “[...] a informação sempre foi importante para qualquer sociedade em qualquer período histórico.”, mas seu papel e grau de importância mudaram, “[...] com a evolução da ordem social para [...] o que comumente chamamos de ‘sociedade da informação’, o conhecimento e a informação estão assumindo um papel central crescente em todos os aspectos da vida.” Conhecer mais amplamente os mecanismos de interação entre grupos sociais alvo de iniciativas de inclusão digital e o exercício da cidadania se faz urgente, como forma de auxiliar gestores públicos no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital.

Há vários estudos empíricos sobre inclusão digital, em diferentes contextos, abordando diversas questões, inclusive apontando para aspectos relacionados à cidadania. Os autores, de modo geral, assinalam que o acesso e uso das TICs têm o potencial de ampliar o exercício da cidadania em diversos aspectos, como: acesso a serviços governamentais, conhecimento de direitos e deveres que possibilita a

⁶ Projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de instituir polícias de proximidade (um tipo de polícia comunitária) em favelas, como forma de desarticular quadrilhas que controlam os territórios.

tomada de decisão e a resolução de problemas pessoais e coletivos, ampliação da participação político-social-comunitária e democrática, transparência das ações governamentais.

Pode-se citar alguns exemplos de estudos, como o de Albuquerque e Cabral (2006), que constatou que telecentros comunitários possuem o potencial para a inserção social, no que diz respeito a empregabilidade, capacitação individual e desenvolvimento e coesão de grupos sociais; o de Marchiori (2008), em que os usuários consideraram que o acesso à internet gerava melhores oportunidades de trabalho e de melhoria de status sociocultural; e o trabalho de Saldanha (2006) sobre o primeiro telecentro comunitário implantado na Favela Santa Marta, que argumenta que iniciativas de inclusão digital acompanhadas de ações de conscientização político-social geram reações questionadoras nos moradores.

Contudo, não foram encontrados, na área de CI, estudos que tenham abordado especificamente a complexidade que envolve a compreensão da cidadania e seu exercício, relacionando-a à inclusão digital e ao acesso à informação, de forma aprofundada. Além disso, em estudo anterior de análise de pesquisas acerca de telecentros no Brasil na área de CI, percebeu-se a necessidade de aprofundamento das análises sobre essa relação (PEREIRA; MORIGI, 2011).

Um trabalho mais completo a esse respeito é o de Becker (2009), fruto de pesquisa de doutorado defendida em abril de 2005 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Nessa pesquisa, a autora abordou a relação entre internet e exercício da cidadania em periferias urbanas localizadas nas cidades de Curitiba e São Paulo, focando o estudo em usuários de telecentros comunitários. A autora justifica que "[...] a avaliação da relação dos diversos setores da sociedade com a informática e a internet ainda depende do desenvolvimento de pesquisas [...]" como a que realizou (BECKER, 2009, p. 17). E esse problema permanece carecendo de esclarecimentos científicos.

Esta pesquisa propõe um enfoque mais amplo, tendo em vista as mudanças nas práticas de acesso à internet, fruto do desenvolvimento tecnológico. Atualmente, pensar o acesso e a apropriação da informação digital por parte de residentes de periferias urbanas e de favelas a partir apenas de telecentros comunitários restringe a visão do problema. Em 2007, pesquisa do CGI (2007) constatou que telecentros comerciais (as *lan houses*) se constituem no segundo local de acesso individual à

internet no País, atrás somente do acesso no domicílio, sendo que uma ínfima parcela da sociedade afirmou ter telecentros comunitários como principal local de acesso. Essas informações se confirmam no Mapa da Inclusão Digital da FGV (2012a), apesar da pesquisa do CGI de 2013 ter apontado as *lan houses* como o quinto local de acesso à internet, mas ainda consideravelmente mais adotadas do que os telecentros comunitários. De qualquer forma, as *lan houses* se propagaram rapidamente em favelas e periferias urbanas, exercendo importante papel no que diz respeito ao acesso à internet nesses locais.

Outra questão de mudança diz respeito à ampliação das possibilidades de acesso à internet por dispositivos móveis e portáteis, as redes *Wi-Fi* ou as redes 3G e 4G da telefonia móvel. Além disso, também ampliaram-se as possibilidades de interação digital. Este estudo se propõe a compreender a relação que se estabelece entre informação, cidadania e inclusão digital, a partir do acesso realizado em qualquer local, seja nas residências das pessoas, em telecentros comunitários, em *lan houses*, em escolas, no local de trabalho, via telefonia móvel ou a partir de quaisquer outros suportes.

Há um corpo de conhecimento acerca de inclusão digital e cidadania, que fornece subsídios para se pensar mais aprofundadamente sobre o tema. É necessário, porém, ampliar esse conhecimento e focá-lo especificamente na complexidade que envolve a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, num contexto de desigualdades sociais, a partir de uma perspectiva de indivíduos e comunidades.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é: Compreender como se dá a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, tendo como campo empírico a favela Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O objetivo geral é desdobrado em três objetivos específicos:

- a) contextualizar a favela Santa Marta no que diz respeito às suas características sociodemográficas, históricas, culturais e comunitárias;
- b) relacionar os espaços, instituições e grupos de acesso às TICs, informação e cidadania com a apropriação das TICs e as práticas informacionais mais usuais na favela;
- c) avaliar como os sujeitos utilizam (e se apropriam de) a informação e as TICs no processo de exercício e construção da cidadania.

A respeito do marco teórico-metodológico, a pesquisa partiu de três conceitos principais: informação, cidadania e inclusão digital. A definição de informação adotada se fundamenta no paradigma social da área de CI, que se pauta na produção de sentido/significado influenciada pela construção coletiva, possuindo forte dimensão cultural. São utilizados os conceitos de práticas informacionais (e comunicacionais) e de apropriação de informação, como categorias de análise.

O conceito de cidadania é baseado em três dimensões: jurídico- política, que envolve direitos e deveres; cidadania cultural, que envolve sentimento de pertencimento e identidade cultural; e da participação, que se dá na esfera pública discursiva. A primeira dimensão se respalda na perspectiva de T. H. Marshall; a segunda é pautada na perspectiva elaborada por Adela Cortina, que possibilita relacionar apropriação informacional e exercício da cidadania; a terceira dimensão de cidadania é fundamentada na visão de Jürgen Habermas, e parte do princípio de que é na esfera pública que a cidadania se constrói e desenvolve. A internet é abordada como esfera pública, com apoio dos autores Manuel Castells e Pierre Lévy, entre outros. É nessa esfera pública que a ação comunicativa, viabilizada pelas interações entre os sujeitos sociais, é intermediada através das apropriações de informações e, ao mesmo tempo, é nela que se produzem as práticas informacionais, responsáveis pela constituição de uma cultura informacional, que por sua vez afeta o processo de exercício da cidadania.

O terceiro eixo que ampara a pesquisa é a noção de inclusão digital, abordada como envolvendo acesso e apropriação das TICs (sua incorporação no cotidiano); e mais amplamente, um conjunto de três dimensões: digital, informacional e social. A definição desse conceito é construída com base em revisão de literatura sobre a temática na área de CI, além do apoio de autores como Manuel Castells, Bernardo Sorj e André Lemos. A inclusão digital, encarada dessa forma, envolve apropriação das TICs, apropriação informacional e exercício da cidadania, gerando inclusão social. Nessa perspectiva de inclusão digital é que reside a relação entre informação, cidadania e a própria inclusão digital.

Metodologicamente, é uma pesquisa de caráter qualitativo, e adotou a metodologia de estudo de comunidade. A definição de comunidade adotado na pesquisa está calcada na perspectiva de Bauman, para quem uma comunidade de fato se baseia em três características básicas: distinção, pequenez e autossuficiência. Uma discussão mais aprofundada sobre essa definição, assim

como sobre a caracterização da favela Santa Marta como comunidade, é feita na subseção 5.1.5. A coleta de dados no campo empírico adotou três principais técnicas: pesquisa bibliográfica/documental, observação participante (*in loco* e *online*) e entrevista (informal e guiada) realizada com pessoas-chave na favela.

Esta tese está estruturada em seis seções. A segunda seção apresenta o marco teórico-conceitual, sendo que, primeiramente, contextualiza a desigualdade de acesso à internet e descreve o cenário das políticas públicas brasileiras de inclusão digital; após, apresenta as abordagens e definições adotados acerca de informação, cidadania e inclusão digital, e suas relações. Na terceira seção é apresentado um panorama de constituição das favelas no Brasil, assim como das políticas públicas habitacionais referentes a elas adotadas no País. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados e como foram desenvolvidos. A seção 5 é destinada à apresentação dos resultados, e está dividida em três principais subseções, sendo que cada uma se destina a responder a um dos objetivos específicos. Finalmente, a seção 6 exhibe as conclusões atingidas por esta pesquisa.

2 INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL, E SUAS RELAÇÕES

"More than machinery,
we need humanity".

(Charles Chaplin, discurso final do filme "The great dictator", EUA, 1940)

A relação entre informação, cidadania e inclusão digital reside na necessidade de acesso à informação para conhecimento dos direitos e deveres, mas também para o embasamento da discussão pública, sendo que a internet amplia o acesso à informação e à comunicação, se constituindo ela mesma na esfera pública discursiva contemporânea de maior alcance.

Esta seção se destina a definir os três conceitos fundamentais adotados na pesquisa (informação, cidadania e inclusão digital). Além disso, é apresentado onde se situam as relações existentes entre os mesmos, que embasam o entendimento dessas relações encontradas na favela Santa Marta. A seção está dividida em quatro subseções: a primeira contextualiza a exclusão digital e traça um panorama das políticas públicas de inclusão digital brasileiras; a segunda apresenta a concepção de informação adotada, relacionada com cultura; a terceira define cidadania e a relaciona com informação; e a quarta apresenta o cenário da discussão atual sobre inclusão digital no Brasil (e na CI), relacionada com informação e cidadania.

2.1 Contexto brasileiro: exclusão digital e políticas públicas de inclusão digital

Há, basicamente, dois tipos de disparidade no que diz respeito à exclusão digital: a que ocorre entre países e a presente no interior de cada um. A exclusão digital entre países é produzida pela desigualdade presente na infraestrutura de telecomunicações, por provedores de serviços e de conteúdo da internet, assim como pelas estratégias que estão sendo usadas pelos países para lidar com essa disparidade (CASTELLS, 2003).

Em termos mundiais, o Brasil ocupa o 65º lugar entre 181 países em relação a usuários com acesso à internet, segundo dados de 2011 (IBGE, [2013?]). No que diz respeito a pessoas em domicílios com internet, o país ocupa o 63º lugar entre os 154 países mapeados pela FGV (2012a), o que o coloca na exata média mundial

(de 33% em 2010)¹. Em comparação com os índices alcançados pelas distintas regiões do mundo, no quesito domicílios com acesso à internet, o Brasil aparece em patamar muito próximo ao da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)² e abaixo da média das Américas e da Europa (CGI, 2013). Os líderes nesses rankings mundiais são, basicamente, países nórdicos. Já de acordo com o ICT³ Development Index (IDI)⁴, o Brasil ocupa a posição de 60º lugar, acima de mais da metade dos 155 países incluídos no exame sobre o desenvolvimento mundial das tecnologias de informação e comunicação, em 2012 (ITU, 2012 apud CGI, 2013)⁵.

Em relação à exclusão digital interna no País, as razões que afetam a desigualdade de acesso à internet são, em primeiro lugar, nível de educação formal e, em segundo, nível de renda, mas também há outros fatores, como desigualdades regionais, idade e gênero (FGV, 2012a). Em relação à questão educacional, segundo a FGV, a chance de uma pessoa com pelo menos superior incompleto acessar a rede é 100,8 vezes maior do que a de um analfabeto e seis vezes maior do que aqueles com pelo menos ensino médio incompleto.

Sobre o indicador de frequência de acesso à internet, as principais diferenças são observadas entre os grupos com diferentes níveis de escolaridade e condições econômicas: a proporção dos que utilizam a internet todos os dias ou quase todos os dias é de 87% entre os usuários com ensino superior e de 56% dos usuários com ensino fundamental, dentre os 49% que a utilizaram nos últimos três meses (lembrando que a média é de 69%). Na classe A, 93% utilizam a internet todos os dias e nas classes D e E apenas 39% (CGI, 2013). Em relação ao acesso à internet

¹ O Mapa da Inclusão Digital da FGV foi elaborado com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e de censos de outros países. O Brasil já possui dados mais recentes, contudo, as análises realizadas no Mapa são úteis a título comparativo tanto entre países como no interior do País, desvelando a realidade de desigualdade existente.

² “A divisão das regiões para a UIT leva em conta as seguintes classificações: a) Comunidade dos Estados Independentes – CEI (commonwealth of independent States – CIS), que compreende Bielorrússia, Moldávia, Rússia e Ucrânia na Europa e Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão na Ásia; b) Estados Árabes compreendem Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão, Tunísia.” (CGI, 2013, p. 175).

³ Information and Communication Technology (ICT).

⁴ O IDI “[...] é um índice criado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) (agência das Nações Unidas especializada no acompanhamento da evolução das TIC) para monitorar e comparar o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no mundo. É resultado da combinação de 11 indicadores agregados em três categorias: habilidades, acesso e uso de TIC – cada uma delas com composições próprias e pesos distintos na formação do índice.” (CGI, 2013, p. 174-175).

⁵ INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). **Measuring the information society 2012**: executive summary. Disponível em: <<http://www.itu.int>>.

via telefone celular, a pesquisa do CGI aponta diferenças entre os usuários por área (26% nas áreas urbanas e 11% nas áreas rurais), por escolaridade (46% entre os que possuem ensino superior, 32% entre os que possuem ensino médio e 14% para os que têm ensino fundamental), por faixa etária (44% dos que têm entre 16 a 24 anos, 9% dos que têm entre 45 e 59 anos) e, principalmente, por classe social (59% na classe A, 35% na classe B, 22% na classe C e 9% nas classes D e E).

Apesar disso, a frequência de acesso à internet mostrou aumento quando observada a série histórica desde 2005, período em que havia praticamente a mesma proporção de usuários que utilizavam a internet todos os dias ou quase todos os dias e de usuários que a utilizavam pelo menos uma vez por semana, sendo que ambas não superavam 40% (CGI, 2013). Em relação ao acesso à internet alguma vez na vida, também houve um crescimento, de 16 pontos percentuais em relação a 2008. Pela primeira vez, a proporção de usuários (que acessaram a internet nos últimos três meses) superou a de pessoas que nunca acessaram a internet: 49% contra 45%. Também houve crescimento na posse de computador (21 pontos percentuais) e no acesso domiciliar à internet (22 pontos percentuais) de 2008 para 2012 (CGI, 2013). De acordo com o CGI (2013, p. 168), esses dados indicam uma “[...] incorporação do uso⁶ da internet nas atividades cotidianas de parcela crescente da população.”

Em relação a não ter acessado à internet nos últimos três meses, os motivos para justificar isso, de acordo com a FGV (2012a), foram os seguintes: a) não achava necessário ou não quis (33,14%); b) não sabia utilizar a internet (31,45%); c) não tinha acesso a microcomputador (29,79%); d) o custo de um microcomputador era alto (1,76%); e) outro motivo (1,52%); f) o custo de utilização da internet era alto (0,40%); g) o microcomputador que usa em outro local não estava conectado à internet (0,31%). Os motivos declarados para a não utilização da internet também variam de acordo com diferentes grupos sociodemográficos.

Os mais jovens, excluindo as crianças, alegam “não ter acesso”, enquanto os mais velhos alegam “não saber utilizar” e o “desinteresse”. As capitais com os piores índices de desenvolvimento econômico e social do País, tais como as capitais do Maranhão, Roraima, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Acre, apresentam justificativas como “não ter acesso” e “não saber utilizar”. Nas capitais mais

⁶ O CGI utiliza o termo “uso da internet” como sinônimo de acesso a ela. Mas nesta pesquisa se diferencia acesso e uso.

desenvolvidas, como Florianópolis e Rio de Janeiro, o argumento mais recorrente é o “desinteresse”. Já em relação à educação, quanto mais anos de estudo menos a alternativa “falta de habilidade” e “falta de acesso” foram escolhidas, sendo a justificativa mais usada a “falta de interesse”.

Em relação aos locais de acesso à internet, segundo o CGI (2013), houve uma diminuição do acesso realizado em *lan houses* e um aumento do acesso domiciliar. Os locais de acesso apareceram na seguinte ordem: próprio domicílio (74%), local de trabalho (30%), casa de outra pessoa (26%), qualquer lugar via celular (21%), *lan houses* (19%), escola (15%) e centros públicos de acesso gratuito (telecentros) (4%) (CGI, 2013). O acesso domiciliar passou a ser o mais citado entre os usuários de classe C, a partir de 2010, movimento que vem se intensificando desde então. Esse processo também pode ser observado entre os usuários de internet das classes D e E, apesar de que nessas categorias socioeconômicas a proporção de usuários de *lan houses* ainda seja maior do que a de usuários domiciliares (CGI, 2013).

Sobre as atividades mais realizadas na internet estão: atividades relacionadas à comunicação (89% dos usuários), busca de informações e serviços (84%) e atividades de lazer (80%). Entre as atividades relacionadas à educação, as menções apresentam decréscimo desde 2008, de 71% para 59% (CGI, 2013). Em relação aos serviços de governo eletrônico, o CGI considerou usuários de governo eletrônico os entrevistados que afirmam ter utilizado pelo menos um dos serviços de governo pela internet no período de 12 meses anteriores à realização da pesquisa. Em relação ao percentual de pessoas que utilizou a internet nos últimos três meses, 65% dos indivíduos utilizaram serviços de governo eletrônico nos últimos 12 meses. A série apresenta estabilidade entre 2011 e 2012, mas em um patamar superior ao ano de 2008.

Com esse cenário de desigualdade de acesso, faz-se necessário a existência de políticas públicas a fim de corrigir essa defasagem tanto de acesso como de uso da internet, e de minimizar os prejuízos que as pessoas com menor nível educacional, de renda e de classe social possuem pelo menor acesso à informação e à comunicação. Há duas abordagens em relação à definição de política pública, conforme Lima (2012). A abordagem estatista define as políticas públicas como monopólio de atores estatais, isto é, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do formulador, sendo uma política pública

somente quando procedente de ator estatal. Já para a abordagem multicêntrica, o importante não é quem formula a política, mas a origem do problema em questão; se o problema que a política se destina a enfrentar é público, a política é pública.

A definição adotada nesta pesquisa segue a abordagem multicêntrica, pois ela considera organizações privadas, organizações não governamentais (ONGs), organismos multilaterais, enfim, qualquer instância da sociedade envolvida com a elaboração e execução de políticas públicas, juntamente com atores estatais, como redes de políticas públicas (LIMA, 2012). Isso é o que acontece frequentemente na inclusão digital brasileira, ou seja, as políticas públicas são elaboradas e executadas conjuntamente por órgãos governamentais, da sociedade civil, empresariais, de universidades. O autor sugere para esta abordagem as seguintes denominações: política pública estatal, para as políticas que tenham como ator protagonista o Estado; e política pública não estatal para aquelas que não o tenham.

Como afirma Lima (2003), a década de 1990 pode ser considerada mundialmente como a “a década da internet”, sendo também a década da evolução dos microcomputadores. E, não por acaso, essa década inaugurou também o surgimento de movimentos de inclusão digital, assim como das políticas nacionais de sociedade da informação. Conforme afirmam Silva e colaboradores (2005, p. 32), ocorreu:

[...] no final do século XX, um movimento mundial: a inserção na sociedade da informação. Houve uma ‘corrida’ para a construção de políticas nacionais, cujas propostas foram formuladas, em cada país, em vastos e abrangentes documentos governamentais.

Em nível nacional, o governo federal deve estar à frente das políticas públicas de inclusão digital, assim como da inserção do país na sociedade da informação, promovendo a universalização do acesso e do uso das TICs em todas as esferas da sociedade. Os países economicamente desenvolvidos, assim como boa parte daqueles em vias de desenvolvimento, adotaram políticas voltadas a isso. Em cada país, a sociedade da informação foi sendo construída em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, segundo estratégias moldadas de acordo com cada contexto (TAKAHASHI, 2000).

O início dos programas de sociedade da informação nacionais ocorreu em meados da década de 1990, com os Estados Unidos, por um lado e, por outro, a União Europeia e o bloco escandinavo. Ambos os programas foram lançados em

1994, o norte-americano foi denominado “Global Information Infrastructure” (GII) e o europeu, “Information Society” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; PORCARO; BARRETO, 2005). O termo *digital divide* (traduzido no Brasil, na maioria das vezes, como exclusão digital) apareceu nesse ano, cunhado pelo governo norte-americano “[...] para representar a preocupação com a inclusão de toda a população nos benefícios da revolução de informação [...]” (LUCAS, 2002, p. 161); posteriormente, o termo foi empregado no discurso político do Banco Mundial e nos encontros anuais do Fórum Econômico Mundial.

Na América Latina, a implantação dos programas nacionais de conectividade iniciou-se no final da década de 1990. O “Programa Chile: Hacia la Sociedad de la Información” foi criado em 1999, e se propunha a implementar uma estratégia que implantasse a infraestrutura nacional de informação, com a meta de que todo Chile estivesse conectado até o bicentenário (PORCARO; BARRETO, 2005). No final do ano de 2000, foi lançado no México o programa “E-México”, com o objetivo de reduzir a exclusão digital entre os governos, as empresas, os lares e os indivíduos, alcançando até o lugar mais remoto do país (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003). Outras políticas de inclusão digital latino-americanas surgidas nesse período são: o “InfoCentros” na Venezuela, o “Compartel” na Colômbia, o “Huascarán” no Peru, o “Costarricense.com” na Costa Rica, os “Centros Tecnológicos Comunitários” na Argentina, os “Telecentros Polivalentes” no Equador. Todas essas políticas compartilhavam o interesse de oferecer acesso às TICs em escala massiva.

No Brasil, em dezembro de 1999, foi lançado oficialmente o Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo), conduzido pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Era a efetivação de uma política nacional para promover a sociedade da informação no País. Contudo, por volta de 2003, o programa foi descontinuado, pulverizando a política nacional da sociedade da informação em projetos de inclusão digital.

O objetivo do Programa SocInfo era:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. (TAKAHASHI, 2000, p. 10).

Sua execução pressupunha o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores da sociedade: Estado, iniciativa privada e sociedade civil. Foi desdobrado em cinco grandes Linhas de Ação (traduzidas em um conjunto de ações concretas, com planejamento, orçamento, execução e acompanhamento específico): mercado de trabalho e oportunidades; universalização de serviços para a cidadania; educação na sociedade da informação; conteúdos e identidade cultural; e governo ao alcance de todos. O Programa SocInfo foi planejado por mais de 300 pessoas do País e do exterior, entre intelectuais, acadêmicos, técnicos e especialistas de formação multidisciplinar. O resultado desse planejamento gerou uma publicação denominada “Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil”, que contém as metas de implantação do programa.

O que ocorreu a partir de 2003, segundo Porcaro e Barreto (2005), foi um foco maior na implementação por parte da política de inclusão digital brasileira, diferentemente do que ocorreu na ocasião da produção do Livro Verde, em que as ações a serem realizadas foram descritas em linhas gerais e não operativas. Segundo Mori e Assumpção (2007), desde 2003, a política pública de inclusão digital brasileira foi orientada à participação social e à construção de infraestruturas públicas de TICs.

Dessa forma, não há no Brasil uma política nacional de inclusão digital abrangente e considerada no contexto de um programa nacional de sociedade da informação em vigor. Existe um conjunto de políticas públicas do governo federal, desenvolvidas por ministérios distintos que visam a promover essa inclusão, assim como a modernização do Estado. Além disso, existem as políticas públicas desenvolvidas por governos estaduais e municipais, e as desenvolvidas por ONGs e por outras instâncias sociais, que passaram a se disseminar a partir do ano de 2000.

Há diferentes tipos de projetos de inclusão digital em curso no País, sendo que grande parte deles se destina à implantação de telecentros comunitários. Antes de apresentar o panorama das políticas públicas brasileiras de inclusão digital, são definidos e diferenciados os tipos de telecentros existentes no Brasil.

Por telecentros, de modo geral, se entende “[...] locais dotados de um ou mais computadores para acesso público à internet, ou apenas para treinamento em informática.” (IBICT, 2006). Existem diferentes classificações dos tipos de telecentros, podendo variar de acordo com os objetivos, as vinculações administrativas, os formatos; as classificações e denominações também podem

variar de acordo com o país de origem. Adotou-se uma classificação desenvolvida de acordo com os objetivos e com base em análise realizada dos projetos de telecentros brasileiros, listados no Mapa de Inclusão Digital (MID) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (<http://inclusao.ibict.br/mid/mid.php>), em cinco categorias: a) comunitários (urbanos ou rurais); b) de capacitação; c) cívicos (em escolas ou bibliotecas); d) destinados a públicos especiais; e) comerciais (PEREIRA; RODRIGUEZ; MORIGI, 2012).

Os telecentros comunitários são destinados a uma comunidade local, provêm acesso a computador e internet e, em geral, disponibilizam monitores (orientadores) para auxiliar no uso, podendo oferecer ou não cursos de capacitação em informática, além de outros serviços, como impressão, cópias etc. Em princípio, eles disponibilizam acesso gratuito, mas há casos no Brasil em que o acesso é cobrado como forma de manter sua subsistência. De acordo com a Somos@Telecentros ([200-]), comunidade virtual dedicada ao intercâmbio de experiências e vivências dos telecentros comunitários da América Latina e Caribe, eles também possuem objetivo de aglutinação comunitária, se constituindo em:

[...] espaço físico de encontro e comunicação, inserido num contexto comunitário e aglutinador de iniciativas participativas para a melhora da qualidade de vida da população da qual é parte, usando as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de trabalho.

Também “[...] sua concepção está baseada na crença de que o cidadão tem o seu poder aumentado quando tem acesso ao conhecimento.” (CARVALHO NETO; CRUZ; HETKOWSKI, 2008, p. 97). Podem ser urbanos, instalados principalmente em periferias, favelas e, de modo geral, comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas também em regiões centrais; ou rurais, instalados em comunidades distantes dos centros urbanos.

Não há exato consenso na literatura sobre o local e a data exatos de surgimento do primeiro telecentro comunitário do mundo. Segundo Rozados (2006), a ideia de telecentros comunitários é oriunda dos países nórdicos, tendo surgido na Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia. Para Colomer (2002 apud LAIPELT, 2007)⁷, a ideia de telecentros surgiu na Suécia, quando um aposentado das ONU de

⁷ COLOMER, Moisés López. **Telecentros comunitarios**: análisis de experiencias en países en desarrollo. 2002. 319 f. Proyecto de Fin de Carrera. Universidad Politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Telecomunicación. Departamento de Ingeniería de Sistemas Telemáticos, Madrid, 2002.

nome Henning Albrechtsen viu nas TICs uma forma de contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais, pois os fatores climáticos e o pouco povoamento estimulavam o êxodo rural. De fato, alguns autores (FUCHS, 2000; ASSUMPÇÃO, 2001; LAIPELT, 2007; BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008) afirmam que o primeiro telecentro do mundo surgiu na Suécia, por volta de 1985, na comunidade agrária de Velmalden, com a denominação de *telecottage*, e tendo como objetivo introduzir as TICs nas regiões isoladas. No entanto, segundo García (2003), o primeiro telecentro comunitário surgiu em 1980, na Ilha de Möja, que fica situada no Arquipélago de Estocolmo, também na Suécia, como telecentro de teletrabalho.

Na América Latina e no Caribe, os telecentros comunitários se disseminaram rapidamente. Em 1999, a Somos@Telecentros (www.tele-centros.org) começou a se organizar como uma rede regional de telecentros, iniciada pela Fundação ChasquiNet e apoiada pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. No final de 2002, essa rede já contava com cerca de 800 membros e mais de 2.600 telecentros inscritos. A rede se constituiu como ponto de encontro virtual e fórum de intercâmbio de experiências na região (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003). O primeiro telecentro comunitário dessa região, segundo Darelli (2002), surgiu no Brasil em 1992, na cidade de Brusque, Santa Catarina. Já Assumpção (2001) afirma que as primeiras experiências piloto de telecentros comunitários na região começaram por volta de 1996, impulsionadas por organizações da sociedade civil. De qualquer forma, a partir da segunda metade da década de 1990, essas experiências foram se desenvolvendo rapidamente; conforme Delgadillo, Gómez e Stoll (2003), em 1998, havia menos de 50 telecentros na região e, no final de 2002, já se estimavam mais de 6.500. Segundo os autores, esse crescimento se deu, em grande parte, devido ao interesse de criação de centros de acesso público à internet como parte das políticas nacionais de conectividade.

Os telecentros considerados de capacitação, de modo geral, se destinam a atender ao mesmo público dos comunitários; porém, possuem o foco em cursos de formação em informática, e não oferecem acesso livre à internet. Essa tipologia de telecentros assume um papel profissionalizante e com vistas à inserção no mercado de trabalho, além de muitas vezes oferecer também outros tipos de qualificação profissional. Nessa categoria também podem se enquadrar os telecentros de negócios, voltados à capacitação empresarial e auxílio a micro e pequenas empresas.

Os telecentros cívicos funcionam em instituições como escolas e bibliotecas públicas, não tendo como eixo principal de trabalho a atividade do telecentro, mas sim um complemento a seus outros serviços culturais, educacionais e recreativos (GÓMEZ; HUNT; LAMOUREUX, 1999). No Brasil, a maior ocorrência deste tipo está em escolas e, em segundo lugar, em bibliotecas públicas. Em escolas, podem ser entendidos como laboratórios de informática para os alunos e posterior abertura de suas portas para o público em geral ao fim da jornada escolar (PROENZA; BASTIDAS-BUCH; MONTERO, 2001); em geral, se destinam a atender a toda comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e, em alguns casos, pais).

Há ainda os telecentros que se destinam a públicos especiais, como idosos, pessoas com algum tipo de deficiência física e outros. Esse tipo também possui objetivos de inclusão social e de inserção no mercado de trabalho, mas focam numa metodologia específica para as necessidades de determinado público que possui poucas chances de acesso e uso de computador e internet.

Além desses tipos, há os telecentros comerciais, que são desenvolvidos por empresas privadas e visam ao lucro, como as *lan houses* (LAPELT et al., 2003). Além de serviços relacionados ao acesso a computador e internet, oferecem jogos *online*. Sua importância no contexto da inclusão digital reside na provisão de acesso à internet a baixos custos para populações com poucas chances de acessá-la no domicílio, uma vez que se fazem bastantes presentes em periferias urbanas e favelas⁸, além de se constituírem no principal local de acesso à internet das classes D e E no Brasil (CGI, 2013).

Existem também os telecentros que são mistos, juntando em uma única experiência características de mais de uma tipologia. Historicamente, se pode afirmar que os demais tipos de telecentros, com exceção dos comerciais, são desdobramentos dos comunitários, sendo que todos possuem objetivos de inclusão social.

Em 2012, havia 116 projetos de inclusão digital que implantavam telecentros no Brasil, de acordo com análise feita a partir dos dados do MID do IBICT (PEREIRA; RODRIGUEZ; MORIGI, 2012), sendo que metade deles implantava telecentros de tipo comunitário. Esses projetos eram de responsabilidade principal

⁸ A existência de *lan houses* em favelas vem decrescendo desde 2010, devido ao aumento da posse de computadores e internet pelas classes C, D e E, passando as *lan houses* de segundo local de maior acesso à internet no Brasil para quinto, conforme dados de 2012 do CGI (2013).

da sociedade civil, governo municipal, estadual ou federal, empresa privada, banco ou universidade. 13% deles eram de principal responsabilidade do Governo Federal; contudo, este fornecia apoio financeiro (e de outras naturezas) a diversos outros projetos.

Além dos projetos de telecentros, há também outros que se destinam a promover inclusão digital no País, e que compõem as políticas públicas nessa área, como computadores subsidiados, provisão de internet banda larga gratuita e outros. Diversas organizações sociais, empresas, organismos internacionais e o poder público (governos municipais, estaduais e federal) estão envolvidos na viabilização de sua implantação, e formam a rede de políticas públicas de inclusão digital brasileira. Algumas das principais instituições da sociedade civil que fazem parte dessa rede são a ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI) (<http://www.cdi.org.br/>), a organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) (<http://www.rits.org.br/>) e a ONG carioca Viva Rio (<http://vivario.org.br/>).

Há uma enormidade de projetos de inclusão digital no Brasil, que acabam ficando dispersos e, muitas vezes, se repetindo e sobrepondo-se. Esse quadro se confirma mesmo quando são analisados apenas os projetos de inclusão digital do Governo Federal.

Em relação à política pública estatal (do Governo Federal) de inclusão digital, tem-se o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro (BRASIL, [201-]a), que tem como princípio “[...] a utilização das modernas TICs para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.” Segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores. O Governo Eletrônico foi lançado no ano de 2000, em consonância com três das sete linhas de ação do programa SocInfo: a) universalização de serviços; b) governo ao alcance de todos; c) infra-estrutura avançada (PORCARO; BARRETO, 2005).

Um dos projetos do Governo Eletrônico Brasileiro é a inclusão digital. No *website* do Projeto Inclusão Digital do Governo Eletrônico (BRASIL, [201-]b), há 14 programas relacionados, são eles:

- a) Banda Larga nas Escolas: conexão das escolas públicas urbanas à internet através de banda larga;

- b) Casa Brasil: implantação de telecentros comunitários, priorizando ações aliadas à cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular;
- c) Computadores para Inclusão: acondicionamento de equipamentos de informática usados e distribuição para iniciativas de inclusão digital do País;
- d) Oficina para Inclusão Digital: evento anual realizado desde 2001 que busca reunir agentes públicos e a população atuante em espaços que oferecem o acesso às tecnologias da informação, para o debate da configuração atual e de novas propostas para a política de inclusão digital brasileira;
- e) Observatório de Inclusão Digital: se destina a conhecer e promover o intercâmbio entre iniciativas e orientar investimentos em ações de inclusão digital e do Governo Eletrônico no País, através da sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e a avaliação das ações de inclusão digital, além da divulgação de notícias, eventos e materiais de referência; o *website* está fora do ar;
- f) Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos: oferta de computadores e acesso à internet a preços subsidiados e com linha de financiamento específica, com sistema operacional e aplicativos em *software* livre; o *website* está fora do ar;
- g) Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC): implantação de telecentros comunitários, e da oferta de recursos digitais e capacitação para promover a inclusão digital em todo o território nacional;
- h) Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: disponibilização de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade aos sistemas públicos de ensino;
- i) Programa de Inclusão Social e Digital: implantação de telecentros comunitários, nos quais o público alvo recebe capacitação em informática básica e navegação na rede mundial de computadores;
- j) ProInfo Integrado: distribuição e instalação de computadores nas escolas, e capacitação de professores, técnicos, gestores e agentes educacionais;
- k) Programa Telecentros Comunitários: doação de equipamentos de informática, multimídia, mobiliários e sinal de internet para montagem e instalação de telecentros comunitários nos municípios brasileiros;

- l) Telecentros BR: apoio a telecentros comunitários, provendo conexão, computadores, bolsas de auxílio financeiro a jovens monitores e formação de monitores bolsistas e não bolsistas que atuem nos telecentros; o *website* está fora do ar;
- m) Territórios Digitais: implantação de telecentros comunitários em comunidades rurais, como assentados da reforma agrária, comunidades de agricultura familiar;
- n) Um Computador por Aluno: distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino.

Segundo Mori e Assumpção (2007), as iniciativas de inclusão digital do Governo Federal podem ser agrupadas em três estratégias: a) incentivo à aquisição pessoal de equipamentos; b) provisão das escolas públicas com acesso às TICs; c) implementação de centros de acesso público/comunitário para uso universal, ou seja, telecentros comunitários. Pode-se perceber que esses programas listados se inserem nessas três estratégias. Como afirmam Rodrigues e Maculan (2013, p. 49), as ações de inclusão digital brasileiras (governo federal, estaduais e municipais) “[...] foram construídas de forma isolada, ou seja, não são articuladas entre si.” De acordo com Porcaro e Barreto (2005, *online*), “[...] pode-se considerar que o Brasil possui um viés de implementação forte, sem contar, no entanto, com uma agenda digital claramente definida, discutida e disseminada [...]”. Isso cria a necessidade de uma avaliação minuciosa sobre os impactos das políticas brasileiras de inclusão digital (PORCARO; BARRETO, 2005; RODRIGUES; MACULAN, 2013).

Mori e Assumpção (2007, *online*) afirmam que uma política pública de inclusão digital deve integrar recursos como conectividade, equipamentos e capacitação, assim como a construção e manutenção de ferramentas e indicadores de avaliação. Por conectividade entendem “[...] poder acessar as TICs, sejam serviços de internet (páginas, e-mail, skype, twiter etc.) ou de telefonia (convencional, celular, torpedos), a partir de diferentes lugares.” A política de inclusão digital brasileira contempla essas três primeiras questões (conectividade, equipamentos e capacitação), sendo que a terceira é feita de forma insatisfatória, de forma técnica. De modo geral no Brasil, há deficiência nas capacitações adotadas, assim como no quesito avaliação e produção de indicadores, que tem deixado a desejar.

Segundo Carvalho (2010), os projetos de inclusão digital do Governo Federal são importantes, mas ainda insuficientes e mal gestados, pois “[...] podemos perceber que a maioria, quase a totalidade deles, não contribui para que o cidadão passe a ser sujeito ativo na sociedade da informação.” (CARVALHO, 2010, p. 149). Segundo a autora, é responsabilidade do Estado propor políticas mais adequadas que atendam a toda a população, ficando atento para as possíveis falhas, propondo avaliações adequadas e soluções mais objetivas. Da mesma forma, segundo o CGI (2013, p. 31):

[...] os resultados [da pesquisa TIC Domicílios 2012] também revelam que as políticas de fomento do acesso às TIC nos domicílios e seu uso pelos cidadãos não têm sido suficientes para reduzir de forma significativa as disparidades socioeconômicas entre as áreas urbanas e rurais, as diferentes regiões geográficas do país e, no interior de cada região, entre as diferentes classes sociais.

Quanto ao quesito avaliação, esta é realizado pelo CGI ([201-]), que foi criado em 1995, com o objetivo de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de internet no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. O CGI coordena diversos projetos em áreas de importância fundamental para o funcionamento e o desenvolvimento da internet. Para executar suas atividades, criou uma entidade civil, sem fins lucrativos, denominada Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Criado em 2005, o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br, [201-]) é o departamento do NIC.br responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e acesso à internet no Brasil. Esses estudos são referência para a elaboração de políticas públicas de democratização das TICs, assim como para monitorar e avaliar seu impacto socioeconômico.

Contudo, para que as políticas públicas de inclusão digital gerem impactos positivos na sociedade, é necessário que as pessoas se apropriem das TICs e das informações digitais. Rodrigues e Maculan (2013, p. 49) salientam que: “As políticas de inclusão digital precisam levar em consideração uma ampla gama de aspectos distintos e ir além de meros investimentos em infraestrutura.”, como tem sido feito. Assim, é necessário o aprofundamento, especialmente, das questões de capacitação e de avaliação, com vinculação às realidades locais. As próximas subseções discutem as definições e as relações acerca de informação, cidadania e inclusão digital.

2.2 Informação e cultura

A área de CI possui três grandes paradigmas epistemológicos: o físico, o cognitivo e o social. Nesta pesquisa, foi adotado o paradigma social, em que informação se relaciona ao contexto sociocultural de diferentes grupos sociais. Com base nesses paradigmas pode-se perceber o desenvolvimento da definição de informação na área, assim como de comunicação.

O paradigma físico percebe informação como algo objetivo e comunicação como a transmissão desse objeto. Segundo Capurro (2003, p. 7), “[...] esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor.” Esse paradigma está intimamente relacionado com a teoria matemática da comunicação (ou teoria da informação, como tem sido chamada), de Claude Shannon e Warren Weaver, iniciada em 1949, com a publicação do livro “The Mathematical theory of communication”, assim como com a cibernética, iniciada em 1948, com a publicação do livro “Cibernética ou regulação e comunicação no animal e na máquina”, de Norbert Winer.

O segundo paradigma, o cognitivo, “[...] se trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente [...]” (CAPURRO, 2003, p. 9). Esse paradigma sofreu influência da Psicologia Cognitiva, que teve seu desenvolvimento na transição entre as décadas de 1950 e 1960, sendo assim nomeada em 1967, com a publicação do livro “Cognitive psychology” de Ulrich Neisser. Assim, entre as décadas de 1970 e 1980, tanto o conceito de informação, como também o de comunicação, acrescentaram a perspectiva da produção de significado. Informação passa a ser vista como uma construção subjetiva, que depende do estado mental do usuário (de sua capacidade de assimilação) e de seu conhecimento anterior, não sendo portanto igual para todas as pessoas (DERVIN; NILAN, 1986; CHOO, 2006). Comunicação passou a ser vista como um processo, e estudada com foco na significação que os receptores produzem acerca das mensagens da mídia; tornou-se relevante a forma como o destinatário decodifica, organiza a sua imagem e do ambiente, que são influenciadas por diversos processos comunicativos anteriores ou atuais (WOLF, 1995).

O paradigma cognitivo (ou abordagem cognitivista) foi um quadro teórico marcante na CI, influenciando amplamente as discussões sobre o conceito de

informação. No artigo de Belkin e Robertson (1976, p. 198), “Information science and phenomenon of information”, os autores definem: “[...] informação é aquilo que é capaz de transformar estrutura.”, centrando a questão em mudança de estruturas mentais. De acordo com Choo (2006), informação é construída nos pensamentos e sentimentos dos usuários, por isso não é igual para todas as pessoas. O conceito de relevância, introduzido na área por Saracevic na década de 1970, colabora para esse entendimento de informação: “[...] relevância é um atributo ou critério que reflete a efetividade da troca de informação entre pessoas (os usuários) e sistemas de recuperação de informação em contatos comunicacionais baseados nos valores das pessoas.” (SARACEVIC, 1999, p. 1059); assim, se não é relevante não é informação.

O paradigma social da CI supera o cognitivo, pois

Informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. (CAPURRO, 2003, p. 11).

Se referindo ao planejamento de sistemas de recuperação de informação, o autor esclarece que, diferentemente dos paradigmas anteriores, o paradigma social prevê “[...] o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo.” (CAPURRO, 2003, p. 9). Segundo Capurro, o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas, ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna; diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção de informação e relevância. Dessa forma, diferentes comunidades, e grupos sociais, tendem a representar a informação e produzir significado a ela de diferentes formas, com base nos aspectos socioculturais, de linguagem, históricos, enfim, no conhecimento coletivo que compartilham. Pode-se dizer, inclusive, que a mesma informação pode ter sentidos diferenciados para diferentes grupos ou, mesmo, não fazer sentido algum. Assim, a informação não pode ser divorciada do contexto da ação em que ocorre (MARTELETO, 1995a).

O paradigma social se relaciona com a fenomenologia e com a hermenêutica. No entendimento de Capurro, a CI poderia ser vista como uma subdisciplina da

retórica e da hermenêutica, devido à importância que confere ao discurso e à linguagem para representar e interpretar a informação (MATHEUS, 2005)⁹.

Para Marteleto (MARTELETO, 1995b), informação e cultura são fenômenos interligados, pois a cultura exerce o papel de memória que conserva e reproduz os artefatos simbólicos e materiais de geração em geração. Assim, “[...] a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade.” Segundo Thompson (1995), os fenômenos culturais devem ser entendidos como formas simbólicas em contextos sociais estruturados, assim como a análise cultural deve ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas. Essas formas simbólicas estão também inseridas em contextos e processos sócio históricos específicos, isto é, o contexto sociocultural no qual uma comunidade se insere.

Dessa forma, a produção de sentido atribuída à informação se dá a partir dos significados presentes em cada grupo cultural, se constituindo cultura em:

[...] o conjunto de modelos de pensamento e de conduta que dirigem e organizam as atividades e produções materiais e mentais de um povo, em sua tentativa de adaptar o meio em que vive a suas necessidades, e que pode diferenciá-lo de qualquer outro. A cultura inclui, portanto, repertórios de conduta, regulados por repertórios de normas e sustentados por um conjunto de valores que os legitimam e os tornam compreensíveis, mas também por um conjunto de práticas legitimadas e institucionalizadas, sendo a religião o mecanismo usual de legitimação. (CORTINA, 2005, p. 148).

As materializações culturais, que representam suas formas simbólicas e os significados se manifestam nas práticas socioculturais. Certeau (1994, p. 42) as define como “maneiras de fazer” cotidianas. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.”. As práticas socioculturais se estabelecem como:

[...] criação coletiva da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de habitação, vestuários e culinária, das manifestações do lazer, da música, da dança, da pintura e da escultura, dos valores e das regras de conduta, do sistema de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco e as relações de poder. (CHAUÍ, 2006, p. 131).

⁹ O autor fez uma análise da obra de Rafael Capurro, a partir de diversos textos do autor.

Dessa forma, as práticas discursivas também são práticas socioculturais, assim como as práticas informacionais (e comunicacionais), pois se constituem em maneiras de interagir com informação, que se diferenciam em distintos grupos. A prática supõe os indivíduos como protagonistas das ações, e desvela os atos encobertos nas interações e na atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais, pois “As práticas informacionais, sendo sociais e simbólicas, como outras práticas humanas, supõem atos concretos, inesgotáveis de significação, para cada sujeito.” (MARTELETO, 1995a, p. 21). Dessa forma:

[...] a informação, em si mesma, não é um mero instrumento que faz a mediação dos processos de produção e transferência dos significados, saberes ou conhecimentos [...] ela antecede as próprias práticas sociais, como sentido já dado e instituído, é adquirida por uma relação constitutiva, e portanto por uma ação que transforma. (MARTELETO, 1995a, p. 21).

Assim sendo, a produção e reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, sendo que toda prática social, ou sociocultural, é uma prática informacional (MARTELETO, 1995b).

A informação, a partir de suas práticas, portanto, pode produzir mudanças nas práticas socioculturais de grupos ou comunidades, através da apropriação de novos elementos culturais, que hibridizam a cultura local. Barreto (2009, *online*) salienta que:

A apropriação da informação revela um ritual de interação entre um sujeito e uma determinada estrutura de informação, que provoca uma modificação nas condições de entendimento e de saber acumulado; esta apropriação representa um conjunto de atos voluntários, pelo qual o indivíduo reelabora o seu mundo modificando seu universo de conteúdos simbólicos. É uma criação em convivência com as suas cognições prévias e com a sua percepção [...] que resultará sempre em uma modificação como consequência do ato em si, ainda que possa ocorrer um retorno para permanência ao estado inicial [...].

Assim, a apropriação de informação produz mudanças de comportamentos individuais ou coletivos, sendo que a apropriação individual pode ser replicada aos demais membros de um grupo ou comunidade, devido a partilharem significados culturais comuns. De acordo com Thompson (1995, p. 392):

[...] as mensagens [informações] são recebidas por pessoas, e grupos de pessoas, que estão situados dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas [contexto sociocultural], e que empregam os recursos disponíveis a eles a fim de compreender as mensagens recebidas e incorporá-las na sua vida cotidiana [apropriá-las].

A apropriação de informação pressupõe uma mudança nas práticas socioculturais de grupos e/ou comunidades ou, mesmo, de um único indivíduo. Essas mudanças podem se dar em diferentes esferas: pessoais, profissionais, domésticas, sociais, comunitárias, políticas. Um efeito que interessa nesta pesquisa, está relacionado à maior sensibilização para as questões políticas e comunitárias em que os sujeitos estão inseridos, promovendo mudanças em suas ações, opiniões e atitudes relacionadas ao exercício e à construção da cidadania coletiva.

2.3 Cidadania: três dimensões

Nesta pesquisa, cidadania é definida a partir de três dimensões: jurídico-política, que envolve direitos e deveres; cidadania cultural, que envolve sentimento de pertencimento e identidade cultural; e de participação, que se dá na esfera pública discursiva. Em relação à primeira, a perspectiva de Marshall (1967), define cidadania como um status concedido aos membros integrais de uma comunidade. Nessa concepção a cidadania é tida como um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos os membros de uma sociedade; possui três dimensões: civil, política e social. Essas três dimensões da cidadania foram percebidas por Marshall no contexto britânico, em que os direitos civis foram conquistados no século XVII, os direitos políticos no século XVIII e os direitos sociais a partir do século XIX. Apesar dessa concepção teórica ter sido desenvolvida num contexto sócio histórico específico, é amplamente adotada para a análise da cidadania em diferentes contextos.

Os direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade; em geral, é do direito do voto que se está falando quando se fala em direitos políticos. Os direitos sociais se baseiam na ideia central de justiça social; incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria; permitem reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar a todos (CARVALHO, 2011).

O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três tipos de direitos (MARSHALL, 1967). Uma cidadania plena combinaria liberdade (direitos civis), participação (direitos políticos) e igualdade (direitos sociais) para todos. Porém, Carvalho (2011) salienta que esse é um ideal desenvolvido no Ocidente e, talvez,

inatingível, pois dificilmente todas essas dimensões da cidadania existirão concomitantemente e de forma plena, o que compromete a democracia.

Em termos mundiais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos “[...] estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.” (ONU, 2013, *online*). Ela foi elaborada por representantes de todas as regiões do mundo, em 10 de dezembro de 1948, e adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, sendo composta por 30 artigos.

Também são citados deveres, que se constituem na limitação do exercício dos direitos se estes prejudicarem o exercício dos direitos de outros seres humanos, sendo essa limitação determinada pela lei:

Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. (ONU, 1948, artigo XXIX).

Em nível nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, define os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, tendo sido inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela foi apelidada de “Constituição cidadã”, tendo em vista o contexto em que foi elaborada de pós-ditadura militar, e tendo-se tornado a palavra cidadania amplamente popularizada (CARVALHO, 2011). Em seu preâmbulo está inscrito:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988).

Os direitos fundamentais estão descritos no título II, “Dos direitos e garantias fundamentais” e inseridos do artigo 5º ao 17. O capítulo I trata dos direitos e deveres civis (individuais e coletivos); o artigo 5º estabelece: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. O capítulo II define os direitos sociais; conforme o artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” E no capítulo IV constam os direitos políticos; o artigo 14 outorga: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei [...]” (BRASIL, 1988, *online*).

Há instituídas prerrogativas suficientes para que todos os cidadãos vivam com dignidade. Porém, isso não se efetiva, especialmente em comunidades estigmatizadas de forma marginal, como é o caso das favelas. Aí entra o direito à informação, como forma de que os sujeitos sejam cientes de seus direitos e deveres em sociedade, residindo nele um dos aspectos da relação entre informação e cidadania. Esse direito é primordial para que os indivíduos tenham possibilidade de participar da esfera pública discursiva. O direito ao acesso às TICs vem junto, como um fator de ampliação do direito à informação e à comunicação, e como acesso à esfera pública discursiva virtual, que tanto pode se efetivar em nível local, regional, nacional e mundial.

O direito à informação, assim como à comunicação (e à participação na esfera pública discursiva), é assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), no artigo XIX: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” Esses direitos também são garantidos na Constituição brasileira (BRASIL, 1988) no âmbito dos direitos fundamentais civis. O artigo 5º outorga:

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
[...]

Também conforme a concepção de Marshall (1967), o direito à informação estaria relacionado aos direitos civis, no que tange à liberdade de expressão. Ramos (2002) também argumenta que a informação (na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião), enquanto insumo fundamental para a cidadania, faz parte dos direitos civis, e que o direito à comunicação seria um quarto tipo de direito, que leva em conta não apenas o fato de receber informação, mas também de comunicá-la. Conforme o autor, todo mundo tem o direito de comunicar, e isso envolve:

[...] a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (RAMOS, 2002, p. 126).

Jardim (1999) assinala que o direito à informação é não apenas civil, mas também político, tendo em vista que o exercício do direito político pressupõe que os sujeitos sociais tenham conhecimento sobre o Estado. Já para Cepik (2000), o direito à informação se constitui em direito civil, político e social, concomitantemente, pois atua nas esferas da liberdade civil, da participação política e da necessidade social.

Dessa forma, o direito à informação é crucial ao exercício da cidadania, no que tange ao exercício dos direitos e deveres, tendo em vista a necessidade de que os indivíduos sejam conscientes sobre eles. Conforme Carvalho (2004, p. 11): “[...] a ausência de uma população educada [e informada] tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.” Isto é, para o autor, o exercício do direito social de educação é pré-requisito para a busca do exercício dos outros direitos. Segundo Gentili (2002), o direito à informação trata-se, então, não de um direito-fim, que se realiza em si mesmo, mas de um direito-meio, um direito secundário necessário para a realização de outros direitos. Nessa perspectiva, o direito à informação constitui-se num fator decisivo no processo de aprofundamento democrático.

Gentilli (2002, p. 49) assinala que o direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos e de fornecer informações em quantidade e qualidade para “[...] o melhor julgamento possível de cada um [...]”, o que é a base para a efetiva participação na esfera pública discursiva. Da mesma forma, Araújo (1999, p. 155) afirma que o não acesso à informação ou o acesso limitado dificultam o exercício pleno da cidadania, pois:

[...] tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão, dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, dependem da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos.

Assim sendo, elementos que contribuem para a efetivação dos direitos, no âmbito da sociedade, são o diálogo, o debate público e democrático, a circulação e o compartilhamento de informações, e a mobilização de sujeitos sociais comprometidos com a afirmação dos direitos (isto é, a efetiva participação na esfera pública), pois podem funcionar como fatores de convencimento da sociedade e pressão sobre os agentes estatais (VAZ, 2003). Como ressalta Manzini-Covre (1995, p. 9), “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão.” Nessa perspectiva, é necessário que as pessoas sejam educadas politicamente, a fim de participarem na construção da democracia, entendida como sendo constituída pelo conjunto da informação com a educação aliadas aos direitos e deveres (MAZZINA, 2002). Para que se possa exercer o direito à informação e à comunicação, assim como a efetiva participação na esfera pública discursiva, na sociedade contemporânea, é crucial que se tenha acesso às TICs, em especial à internet.

No que tange à concepção jurídico-política de cidadania, uma questão conflitante é o fato de um dos princípios básicos da cidadania ser a ideia de igualdade, o que se choca com as bases do capitalismo, que determina que a liberdade e a igualdade, asseguradas legalmente a todas as pessoas, sejam determinadas pelo papel social, gerando desigualdade social (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2003). Dessa forma, não é possível pensar cidadania apenas como um conjunto de direitos e deveres, se fazendo necessário o aprofundamento dessa questão.

Da mesma forma, Cortina (2005) salienta a dificuldade de encarnar a cidadania plena em grupos humanos com grandes desigualdades materiais, como é o caso das grandes cidades. Para a autora, um conceito pleno de cidadania integra, além de um status legal (um conjunto de direitos), também um status moral (um conjunto de responsabilidades, ligadas à ética) e uma identidade (pela qual uma pessoa se sabe e se sente pertencente a uma sociedade). Assim, a cidadania seria composta por direitos, deveres advindos de valores ético-morais e valores de identidade cultural. Cortina argumenta que a cidadania deve ser considerada nos seus âmbitos político, social (a cidadania social pretende proporcionar a todos os cidadãos um mínimo de bens materiais, sem ficarem à mercê do mercado), econômico (a cidadania econômica pretende fazer os cidadãos participarem ativamente dos bens sociais), civil e intercultural. A cidadania intercultural de que fala a autora envolveria o status moral e a identidade, pois é através da cultura que os indivíduos se sentem pertencentes a uma comunidade e a valores morais compartilhados.

Uma situação antagônica, de acordo com a autora é a identificação de diferentes tipos de cultura, assim como a construção da identidade social, sendo que há essa necessidade por parte dos indivíduos para se sentirem pertencentes a determinado grupo. Afirma que todo cidadão precisa se ver como sujeito participante do contexto social, ou seja, capaz de atuar ativamente e de agir diante das situações sociais apresentadas. Segundo Cortina (2005, p. 27), o sentimento de pertença por parte dos membros de uma comunidade é uma questão decisiva em relação à atuação cidadã, pois “[...] o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela.”

Uma cidadania intercultural, mais do que o multiculturalismo, prevê um diálogo entre as diversas culturas, que se somam e entrelaçam, gerando novas expressões culturais: valores morais, práticas socioculturais, identidades culturais, crenças, saberes. Em comunidades locais a cultura muitas vezes incorpora elementos culturais locais, nacionais, regionais e globais, através da circulação da informação de forma globalizada. Portanto, a cidadania cultural se refere ao sentimento de identidade cultural com a comunidade, que se constitui num estímulo para atitudes e ações em prol à melhoria das condições de vida e ao bem comum.

A esfera pública é o espaço discursivo de exercício e construção da cidadania, não se constituindo num espaço físico, numa instituição ou numa

organização (HABERMAS, 2003). Ela se caracteriza por garantir o debate público sobre temas de interesse da sociedade, sendo "[...] o âmbito em que as pessoas privadas reunidas num público engajam-se num esforço argumentativo voltado para o recíproco esclarecimento acerca de objetos comuns de discussão." (GOMES, 1998, p. 157). A esfera pública é, então, o *locus* da discussão em sociedade entre indivíduos privados. É nela que se dá a ação comunicativa, que ocorre quando:

[...] os atores, na qualidade de falante e ouvintes, tentam negociar interpretações comuns da situação e harmonizar entre si os seus respectivos planos através de processos de entendimento, portanto pelo caminho de uma busca incondicionada de fins ilocucionários. (HABERMAS, 1997a, p. 36).

A esfera pública se diferencia da esfera privada na medida em que esta última inclui dois aspectos:

[...] a) a esfera íntima, da família, lugar onde se estruturam e se constituem as subjetividades, lugar da emancipação psicológica, centro emanador da esfera privada; b) a esfera privada propriamente dita, da produção e reprodução da vida, a economia, o mercado. (GOMES, 1998, p. 160).

O que caracteriza a esfera privada é que a atividade econômica, tida como privada desde os gregos, agora assume relevância coletiva, tornando-se a esfera privada da sociedade publicamente relevante. De acordo com Habermas (1997b, p. 99), "A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem a seguir para a esfera pública política."

A esfera pública, assim, é um espaço discursivo, o que significa que "[...] é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional." (GOMES, 1998, p. 155). A discursividade envolve informação e comunicação, sendo que a esfera pública "[...] constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento [...]" (HABERMAS, 1997b). Segundo Gomes (1998, p. 160): "Interesses, vontades e pretensões dos cidadãos podem ser levados em consideração apenas quando ganham expressão em proposições ou discursos.", que destinam-se a convencer interlocutores na forma de argumentos, gerando discussão, debate, argumentação e raciocínio públicos.

Esse modelo de esfera pública é o âmbito da vida social em que se realiza a discussão permanente entre pessoas privadas reunidas num público, livre de influências não comunicativas e não racionais, como o poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais (GOMES, 1998). Para tanto, "[...] parte de normas fundamentais de reciprocidade igualitária e pretende a democratização de todas as normas sociais [...]" (VIEIRA, 2001, p. 62). Portanto, segundo Habermas (1997b), esfera pública é:

[...] uma rede adequada de comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, [...] que se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

A estrutura da esfera pública foi modificada na sociedade contemporânea, devido às mudanças ocorridas nos mecanismos de informação e comunicação. Historicamente, ela se configurou na Antiguidade Clássica, no contexto da democracia ateniense, em que as decisões políticas resultavam do debate entre os cidadãos, acontecido na ágora; mas só participavam os proprietários de terra, ficando excluídos os escravos e as mulheres (estas ficavam restritas ao espaço privado) (HABERMAS, 2003). Com o aparecimento do capitalismo e da burguesia ocorreram mudanças na sociedade e, conseqüentemente, na esfera pública; e a burguesia passou a controlar efetivamente o Estado, sendo que os debates públicos sobre decisões políticas ocorriam nos clubes privados e nos cafés.

Assim, a esfera pública se constituiu como um mecanismo de defesa da burguesia que, a partir do século XVI, "[...] controlava as posições-chave na economia das sociedades europeias, mas estava excluída do poder exercido com domínio no Estado e na Igreja." (GOMES, 1998, p. 156). Essa nova esfera pública começou a se tornar ampla demais, criando as circunstâncias e a necessidade para o surgimento da imprensa, que possuía como objetivo fazer a mediação do processo comunicacional da esfera pública, indicando temas relevantes para a discussão, assim como apresentando o resultado dos debates ao governo. Dessa forma, a imprensa, assim como o parlamento, teve seu surgimento associado à ideia de esfera pública, especialmente, esfera pública política. (HABERMAS, 2003).

Segundo Gomes (1998), baseado em Habermas, pouco a pouco foram sendo introduzidas mudanças na sociedade que abalaram as bases originais da esfera pública, alterando-a substancialmente, mas ainda conservando-a como um ideal. Conforme o autor, a esfera pública atual deixou de existir enquanto tal, sendo mais

dominada pela comunicação e pela cultura de massas, entrando em crise suas dimensões polêmica e mediadora.

Isso porque o capitalismo passou a exercer forte influência sobre a atividade de produção jornalística e as notícias passaram a ser valorizadas como produtos, tendo como consequência o fato de que a elaboração de jornais pela imprensa deixou de ser condicionada pelo interesse público, e passou a ser condicionada pelo rendimento financeiro. Assim, a imprensa passou a trabalhar em função dos interesses privados, deixando de funcionar, de forma equilibrada, como mediação informacional dos debates (HABERMAS, 2003). Isto é, o caráter argumentativo e discursivo de pessoas privadas reunidas num público se diluiu e foi substituído pela mídia de massa, embora: "As posições de pretensões ainda têm que ser mediadas discursivamente, mas não mais no interior da esfera pública e sim para a e diante da esfera pública." (GOMES, 1998, p. 164). O autor sintetiza da seguinte forma essa nova condição de esfera pública de caráter midiático: "Tratava-se de discussão, trata-se de sedução; tratava-se de crítica, agora, de manipulação." (GOMES, 1998, p. 164).

As mudanças pelas quais passou a sociedade atualmente, com o advento das TICs, possibilitou nova transformação na esfera pública, abrindo uma nova dimensão (virtual) para sua ocorrência. Na sociedade contemporânea, dessa forma, a mídia comercial divide cada vez mais com a internet seu lugar de principal instituição e instrumento da esfera pública, assim como de formadora da opinião pública. Nesse ponto se estabelece uma relação entre informação, cidadania e inclusão digital.

Lievrouw (1994) afirma que, com o aparecimento das TICs, especialmente da internet, o ambiente de informação sofreu importantes mudanças, com correspondentes implicações nos processos políticos democráticos e de participação. Essa mudança representa a troca de um ambiente de informação "informando" (baseado nos tradicionais meios de comunicação de massa e sistemas de informação e, portanto, no "consumo" de informação) para um ambiente de informação "envolvendo" (baseado nos sistemas e mídias de informação discursivos, interativos e, portanto, na busca e na comunicação de informação).

De acordo com o autor, "[...] nenhum acesso à informação nem à participação são suficientes para a democracia bem-sucedida, sem a ação discursiva dos cidadãos.", isto é, sem as condições de participação na esfera pública. Segundo o

autor, o ambiente virtual em rede, a partir do conceito de “audiência”, que foi tão central para a mídia de massa, se transforma e a distribuição da informação passa a ser mais personalizada, mais especializada, e a responder às necessidades de busca de informação dos indivíduos.

A internet se situa, dessa forma, como um novo lócus para a realização da esfera pública, porém com maior capacidade discursiva e democrática. Segundo Lévy (2004), a principal vantagem da internet em relação aos meios de comunicação da segunda metade do século XX (imprensa, rádio e televisão) é que todos os sujeitos que desejarem podem exprimir-se sem a necessidade de passar pelo poder do jornalista. Segundo o autor, o resultado disso é um alargamento da esfera pública. Contudo, faz-se necessário que os sujeitos possuam um conjunto de competências informacionais, comunicacionais, interpretativas e discursivas, questão que esbarra nas imensas deficiências educacionais do País. Assim, um indivíduo que tenha atingido o nível social de inclusão digital teria capacidade para participar da esfera pública discursiva, de forma a exercer e construir a cidadania mais plenamente.

Segundo Vieira (2001, p. 64), o modelo discursivo de esfera pública é o único compatível com as aspirações emancipatórias dos novos movimentos sociais contemporâneos, que “[...] disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade.” A internet é, atualmente, o ambiente capaz de “materializar” uma esfera pública nessa concepção, pois propicia aos sujeitos sociais os meios instrumentais e as condições físicas informacionais e comunicacionais para que isso se efetive. Referindo-se à remodelação da esfera pública, Vieira faz uma descrição que remete aos moldes discursivos que o espaço público virtual possibilita:

A reconstrução do espaço público se dá [...] dentro de uma perspectiva emancipatória, contemplando procedimentos racionais, discursivos participativos e pluralistas, que permitam aos atores da sociedade civil um consenso comunicativo e uma autorregulação, fonte de legitimidade das leis. (VIEIRA, 2001, p. 64).

Dessa forma, para o funcionamento da esfera pública discursiva é necessária a circulação de informações, com o objetivo de qualificar a discussão, garantindo aos sujeitos e grupos sociais a participação nas decisões que lhe dizem respeito. A

internet possibilita discursividade e liberdade de expressão, além de eliminar as barreiras espaciais e temporais. Para Lévy (2004, p. 56), é um espaço favorável a que se ultrapasse o espaço público clássico, pois "Na rede internet o cibercidadão pode descobrir um sem-número de ideias e de propostas que nunca teria imaginado se não estivesse ligado."

Segundo ele, graças à internet, atualmente são os próprios agentes sociais (pessoas, empresas, instituições, movimentos, partidos, associações, agrupamentos, comunidades virtuais de toda a espécie) que decidem o que publicar na rede. Para o autor, a opinião pública também está cada vez mais sendo formada *online*, em listas de discussões, fóruns e outros dispositivos de comunicação virtual, aos quais pode-se incluir nos dias de hoje o *twitter*, as comunidades de relacionamento, como o Facebook, os blogs e os ambientes *wikis*, entre outros.

A internet já vem se configurando como esfera pública desde o início dos anos 2000. Segundo Castells (2003), o uso da internet amplia a sociabilidade, tanto a distância quanto na comunidade local, para fins instrumentais ou emocionais, e para a participação social na comunidade. Segundo ele, também os movimentos sociais do século XXI manifestam-se na e pela internet, desde a década de 1990; afirma que uma das formas é através da organização em rede via internet, em que ocorrem os debates e discussões, assim como a marcação de local e horário para protestar. Pode-se citar como exemplo disso a rede social Facebook, que tem sido um espaço de troca de informações não divulgadas pela mídia comercial, de discussão e de marcação de protestos sociais. Um caso emblemático disso no Brasil se efetivou com as manifestações sociais que vem ocorrendo, desde julho de 2013, em diversas capitais do País, tendo sido iniciadas com a luta contra o aumento das passagens de ônibus, cuja articulação social se iniciou via internet, sendo o Facebook uma ferramenta decisiva.

Também Quiroga (2011, p. 25) concorda que as manifestações sociais nos dias de hoje acontecem mais por intermédio dos meios de comunicação, incluindo a internet. De acordo com o autor, em outros tempos "[...] o 'povo' ia às ruas para se fazer ouvir e representar, tendo em vista as instituições públicas, agora, os atos de expressão e participação coletiva parecem realizar-se também na direção dos meios de comunicação [...]". Para Quiroga, as práticas coletivas, que antes eram fundadas na criação de associações, sindicatos ou partidos políticos, agora parecem

concentrar grande parte de seus esforços na tentativa de participar dos circuitos e redes de comunicação.

Segundo Castells (2003), a internet fornece um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de “um para um” quanto de “um para todos”, assim como de “todos para todos” (LEMOS, 2002; LÉVY, 2003). Porém, apenas uma ínfima parcela da população possui as condições técnicas e educacionais para usufruir dessa potencialidade. O autor salienta que há casos de informação política relevante difundida através da internet que não teria podido ser tão ampla, nem tão rápida, se tivesse circulado através da mídia comercial. Isso está bastante claro nos dias atuais, no Brasil, em que diversas mídias alternativas têm atuado de forma a ser uma alternativa ao provimento de informações (no sentido de notícia) para a sociedade sobre eventos, especialmente, ligados a conflitos entre sociedade civil e poder público. Isso amplia as possibilidades de acesso à informação via diferentes fontes e pontos de vista, o que possibilita a qualificação da discussão pública, não ficando restrita aos interesses das grandes agências midiáticas.

Conforme Lievrouw (1994), novos recursos de informação podem possibilitar a mais indivíduos buscar a informação que os preocupa diretamente, porque pode ser contextualizada através da interação com outras pessoas que compartilham suas preocupações, via os mesmos canais. Isso gera, por conseguinte, um diferencial qualitativo no conteúdo da informação no ambiente “envolvendo” em relação ao “informando”, o que é uma condição para o funcionamento da esfera pública, pois ela é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadora da democracia, espaço onde “[...] serão desenvolvidos debates públicos em torno dos interesses coletivos, possibilitando uma ação comum a partir do princípio do discurso.” (VIEIRA, 2001).

Assim, Quiroga (2011) afirma que a informação assume um imenso valor social na sociedade contemporânea e traz consigo novos valores, como os da transparência e da eficiência de informação. No entanto, esse novo ambiente de informação e comunicação, que se efetiva como o principal *locus* da esfera pública contemporânea, se manifesta apenas potencialmente como forma de emancipação, transformação e inclusão social, que só se efetivará plenamente se a maior parte da população tiver acesso regular às TICs e condições de transformar as habilidades

de usá-las em competências que as torne capazes de transformar informação em conhecimento e este em ações emancipatórias.

Vieira (2001) afirma que se torna indispensável a adoção de mecanismos e procedimentos de participação política, que assegurem a todos, especialmente aos grupos sociais minoritários, igualdade de acesso ao espaço público, mediante o discurso, independentemente dos conteúdos. Isto é, faz-se necessário para isso um conjunto de políticas públicas de inclusão digital que realmente busquem a inserção de todos os grupos sociais. A subseção 2.4 aborda inclusão digital e discute sua relação com informação e cidadania, a partir de uma perspectiva da discussão teórica, especificamente, na CI.

2.4 Inclusão digital: estudos no Brasil e na Ciência da Informação

De modo geral, a temática da inclusão digital passou a ser objeto de discussão recorrente na sociedade, dos bancos acadêmicos aos discursos políticos, desde o final da década de 1990. Segundo Becker (2009, p. 189), esse debate adquiriu maior fôlego e consistência a partir de 1998/99, "[...] com a criação ou ampliação de programas governamentais, o envolvimento de uma série de ONGs e movimentos sociais até então não engajados, o interesse empresarial, o destaque dos *media* e a atenção do mundo acadêmico."

Como afirmam Rodrigues e Maculan (2013, p. 44), "O termo inclusão digital é empregado em diversos e amplos contextos, relacionando-se com ações transversais que envolvem diferentes áreas: educação, comunicação, ciência da computação e ciência da informação [...]", e envolvem diferentes atores sociais (governo, sociedade, organizações não governamentais, empresas e universidades). Para as autoras, "inclusão digital" é um conceito em evolução, que "[...] parte de uma definição cujo elemento central era ter acesso aos recursos tecnológicos, até chegar a um conceito que considera múltiplas dimensões para sua compreensão." Essas dimensões podem ser sintetizadas em "[...] dois fatores essenciais: acesso à infraestrutura, a meios tecnológicos de qualidade, e fomento à capacitação com vistas à competência informacional." (RODRIGUES; MACULAN, 2013, p. 45). De fato, percebe-se, através de um passeio na literatura, que no contexto da CI o conceito de inclusão digital segue esse movimento, se configurando num conceito multidimensional.

Há um número considerável de publicações científicas tratando da temática da inclusão digital, tanto na CI como no âmbito de outras áreas, abordando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Apesar de algumas divergências e, até, incongruências nos diferentes discursos, percebe-se que alguns consensos são estabelecidos desde o início da discussão no âmbito da CI, em 2000, que dizem respeito à relação de inclusão digital com informação e cidadania. É preponderante os argumentos de que inclusão digital não se restringe apenas ao acesso às TICs, sendo que promover o acesso não leva à inclusão; outro argumento consensual é que ela amplia as possibilidades de exercício da cidadania, assim como competências relacionadas à informação se fazem necessárias. No entanto, poucos estudos aprofundam essa relação entre inclusão digital, informação e cidadania. Percebe-se também que a temática da inclusão digital esteve bastante em voga, especialmente, entre os anos de 2005 e 2010, na CI.

O discurso acerca da inclusão digital está bastante presente, do mesmo modo, no contexto político governamental (nas três esferas de poder), sendo que o termo foi “esvaziado” nesse discurso, pois é utilizado para se referir a projetos de acesso a computadores e internet e que, no máximo, oferecem uma capacitação técnica aos usuários. Dessa forma, é compreensível que o discurso acadêmico reforce, o tempo todo, que inclusão digital não se restringe a apenas acesso e uso operacional das TICs. Um dos principais argumentos das políticas públicas está calcado no discurso da cidadania.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre inclusão digital na área de CI no Brasil, a fim de se ter uma noção mais ampla sobre a produção científica referente à temática. Também foram utilizadas aqui referências de autores de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, nacionais e estrangeiros, que influenciam a discussão da temática no País, para complementar a abrangência. O levantamento bibliográfico na CI incorporou artigos de periódicos científicos, trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e trabalhos acadêmicos (dissertações e teses). Os artigos de periódicos foram localizados através da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹⁰ (<http://www.brapci.ufpr.br/>), que disponibiliza

¹⁰ A BRAPCI é fruto de um projeto de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq). Atualmente disponibiliza referências e resumos de textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e

referências e resumos de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros da área.

Se faz a ressalva de que, apesar da busca ter usado uma base de dados de periódicos da CI, esses periódicos não se restringem a publicar apenas artigos de autores vinculados à área, mas também de outras áreas do conhecimento, desde que dentro do escopo de cada revista. Todos os artigos localizados que correspondiam aos critérios do levantamento bibliográfico foram considerados, independente da filiação institucional de seus autores, tendo em vista a interdisciplinaridade presente na CI. Isso ampliou a seleção de artigos e a visão sobre o panorama da temática no Brasil.

Os trabalhos publicados nos anais do ENANCIB foram buscados nos anais dos 13 encontros realizados até 2012, nos Grupos de Trabalho (GTs) 3 (Mediação, Circulação e Apropriação da Informação) e 5 (Política e Economia da Informação), que são os dois GTs que recebem trabalhos sobre inclusão digital. As dissertações e teses foram localizadas através dos *websites* dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em CI avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Após a identificação das referências, os resumos e os trabalhos na íntegra foram acessados no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, assim como nas bases de dados das próprias universidades e em contato com os autores. Foi considerada a produção até o final do ano de 2012 e o levantamento bibliográfico recuperou 174 referências¹¹, no contexto da CI. Dessas, 85 são artigos de periódicos, 39 são trabalhos publicados nos anais do ENANCIB e 50 são trabalhos acadêmicos (39 dissertações e 11 teses). A partir de uma análise superficial já é possível tirar algumas conclusões. O Quadro 1 apresenta resumidamente o panorama da literatura brasileira de inclusão digital na CI.

eletrônicos da área; dos periódicos disponíveis, 28 estão ativos e nove são históricos (descontinuados).

¹¹ Para o levantamento bibliográfico na BRAPCI foi utilizado seu sistema de busca, sendo utilizados os seguintes termos: exclusão digital, inclusão digital, telecentro(s), infoinclusão e infoexclusão (sendo que esses dois últimos são mais utilizados no início da década de 2000). Para a localização dos trabalhos nos anais dos ENANCIBs e das dissertações e teses foram visualizados todos os títulos, e os resumos dos que poderiam se referir à temática. Em todos os casos, foram selecionadas as referências que possuísem pelo menos um dos termos de busca no título, nas palavras-chave ou no resumo; contudo, foram excluídas as referências que não abordavam especificamente o tema inclusão digital, mas apenas citavam um dos termos no resumo. Como esse tema está em voga, é frequentemente citado em trabalhos que perpassam por ele, mas não o aprofundam; esse foi o caso de cerca de 20 referências recuperadas na BRAPCI.

Quadro 1 – Panorama da literatura brasileira de inclusão digital na CI, até o final do ano de 2012

ANO	ARTIGO	ENANCIB	TRAB. ACAD.	TOTAL
1992	1			1
2000	1			1
2001	1		1	2
2002	2			2
2003	2		2	4
2004	5		1	6
2005	3	6	8	17
2006	13	3	4	20
2007	9	5	9	23
2008	11	5	6	22
2009	16	8	4	28
2010	13	4	6	23
2011	5	4	3	12
2012	3	4	6	13
TOTAL	85	39	50	174

Fonte: a autora.

Percebe-se um volume considerável de referências sobre o tema, o que mostra uma extensa discussão no Brasil no âmbito da CI, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000.

O ápice do número de publicações foi em 2009, com 16 artigos de periódicos, oito trabalhos no ENANCIB e quatro dissertações defendidas. Isso se deve, em parte, ao periódico “Liinc em Revista” ter realizado um dossiê sobre inclusão digital no primeiro número de 2009, abrindo chamada de artigos específica sobre o tema. Nos anos de 2011 e 2012 houve uma queda no número de produções científicas sobre a temática, especialmente, no que diz respeito a artigos publicados em periódicos científicos, o que indica que o tema está saindo um pouco do “centro das atenções”, deixando de ser modismo. O período entre 2006 a 2010 foi o que as revistas científicas de CI mais publicaram sobre a temática da inclusão digital.

Como mostra o Quadro 2, das 85 referências de artigos científicos, apenas 40 são resultados de pesquisas empíricas, o que mostra um considerável número de artigos com discussões teóricas sobre o tema. Isso se deve a, como já foi dito, ser um tema que estava na moda.

Quadro 2 – Quantidade de artigos teóricos e empíricos brasileiros de inclusão digital na CI, até o final do ano de 2012

ANO	ARTIGO		
	EMPÍRICO	TEÓRICO	REVISÃO
1992		1	
2000	1		
2001		1	
2002		2	
2003		2	
2004	3	2	
2005	2	1	
2006	5	8	
2007	5	4	
2008	7	4	
2009	7	8	1
2010	6	7	
2011	1	4	
2012	3		
TOTAL	40	44	1

Fonte: a autora.

Essa excessiva produção teórica acarreta em uma grande quantidade de artigos que, apesar de reforçar a relevância do tema, acaba tornando a discussão repetitiva e controversa, com excessiva recorrência de ideias e conceitos, mas que pouco acrescenta ao avanço da temática na área e à produção de novos conhecimentos.

O primeiro artigo que falou sobre o tema da inclusão digital no contexto da área de CI no Brasil foi, antecipadamente, publicado em 1992 (BOTELHO; ROBREDO, 1992). Os autores não utilizam o termo inclusão digital, mas se referem a telecentros. Salientam a importância crescente das inovações tecnológicas nos países ocidentais, já mostrando preocupação com a diferença de acesso a serviços computacionais, e defendendo a ideia de telecentros nos países em desenvolvimento. Enfatizam o papel da liderança empreendedora e os desafios necessários para ultrapassar os problemas da sociedade e as barreiras de um país em desenvolvimento para conseguir desenvolver a abordagem inovadora de telecentros rurais, incluindo sistemas de informação de massa e sistema de convívio.

Após este artigo, o próximo que discute o tema, na conjuntura deste levantamento bibliográfico, aparece só no ano de 2000. E é a partir desse ano que

se inicia a produção nos periódicos de CI, após a publicação do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, que impulsionou a discussão. A discussão também foi influenciada pela publicação da edição brasileira do livro “A sociedade em rede” de Manuel Castells, em 1999¹², amplamente citado pelos autores que se debruçam sobre o tema da inclusão digital, especialmente na primeira metade da década de 2000. Outras duas obras que embasaram a discussão foram o livro de Castells “A galáxia da internet”, publicado no Brasil em 2003, e o livro do sociólogo brasileiro Bernardo Sorj “Brasil@povo.com”, publicado também em 2003.

Castells (1999) afirma que a internet é a infraestrutura tecnológica e o meio organizativo que permite o desenvolvimento de uma série de novas formas de relação social (em rede), que não têm sua origem na internet, mas que não poderiam desenvolver-se sem ela. Nessa obra o autor discorre sobre o que nomeia de sociedade informacional, referindo-se a ela como um novo paradigma tecnológico, de importância tão considerável quanto à Revolução Industrial do século XVIII.

O Livro Verde trouxe na proposta para a universalização das TICs a promoção de ações que envolvessem desde a ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso até a formação do cidadão para sua utilização consciente. De acordo com Silva e colaboradores (2005, p. 31):

[...] a proposta de universalização de serviços, constante do *Livro Verde*, traz como inerente ao conceito de inclusão digital não só a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da internet, mas também a capacitação para utilização dessas mídias, em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. Essa ação é denominada, pelo Programa Socinfo, alfabetização digital.

Percebe-se já aí duas dimensões presentes no conceito de inclusão digital, a capacidade para o manejo técnico das TICs e a capacidade para o uso destas. Além disso, percebe-se a preocupação com a necessidade da realização de capacitações que levem em conta o contexto sociocultural de cada comunidade atendida, o que infelizmente não se confirma, de modo geral, nas políticas de inclusão digital praticadas no País.

¹² A primeira edição, norte-americana, foi publicada em 1996. Esse livro é o primeiro volume da trilogia “A era da informação: economia, sociedade e cultura”.

Castells (2003) vai além ao afirmar que inclusão digital envolve a conectividade técnica e a capacidade educativa e cultural de fazer uso da internet (fruto do contexto socioeconômico e cultural do indivíduo e do nível educacional e cultural da família). Também Sorj (2003) alega que a inclusão digital depende de diferentes fatores, diferenciando cinco níveis, sendo que cada um é condição de existência do nível superior, enquanto os superiores determinam a utilidade do nível anterior. São eles: a) a existência de infraestruturas físicas de conexão (os sistemas de transmissão); b) o acesso a equipamentos e à conexão individual (computador, modem, linha de acesso); c) a alfabetização digital (treinamento no uso dos instrumentos do computador e da internet); d) a capacitação intelectual e a inserção social do usuário (produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social); e) o desenvolvimento de conteúdos específicos às necessidades dos setores mais pobres (a produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população).

Para Sorj (2003), a capacidade de usar a internet pode ser traduzida como “[...] a capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e de informação.” O autor diferencia dois tipos de usuários de internet: o usuário ativo (para o qual a internet está integrada ao cotidiano), e o usuário passivo (para o qual a internet é um evento casual). Essa definição de usuário ativo está relacionada com o que tem se denominado apropriação das TICs, que, conforme Winocur (2007, p. 78), é “[...] entendida como o conjunto de processos socioculturais que intervêm no uso, na socialização e na significação das novas tecnologias em diversos grupos socioculturais.” Conforme Bonilla e Oliveira (2011), seria então o “apoderamento” das tecnologias digitais pelos indivíduos, tornando-as próprias a eles.

Em relação à questão educacional, Castells (2003) argumenta que um novo tipo de educação é exigida dos indivíduos, tanto para trabalhar com a internet quanto para desenvolver capacidade de mudar do aprendizado-de-fazer para o aprendizado-de-aprender, pois “A maior parte da informação está *online* e o que é realmente necessário é a habilidade para decidir o que procurar, como obter isso, como processá-lo e como usá-lo para a tarefa específica que provocou a busca de informação.” Esse “[...] novo aprendizado é orientado para o desenvolvimento da capacidade educacional de transformar informação e conhecimento em ação.”

(CASTELLS, 2003). Nessas duas passagens, o autor faz menção a três conceitos desenvolvidos na CI: assimilação de informação (ligado a perspectiva cognitivista), competência informacional e apropriação de informação (este último já abordado). O conceito de competência informacional (*information literacy*) está diretamente relacionado a inclusão digital, atualmente, e se refere a:

[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p. 28).

Dessa forma, competência informacional diz respeito a habilidades relacionadas a perceber as necessidades de informação, buscar informações em diferentes fontes, avaliar e selecionar as informações, aplicá-las em situações práticas e produzir novas informações a partir desse processo. Envolve assimilação e apropriação informacionais.

Para Castells (2003), a internet “[...] não é apenas uma tecnologia. É a ferramenta tecnológica e a forma organizacional que distribui informação, poder, geração de conhecimento e capacidade de interconexão em todas as esferas de atividade.” Segundo o autor, a centralidade da internet em muitas áreas da atividade social, econômica e política equivale à marginalidade para aqueles que não têm acesso a ela, ou que têm apenas um acesso limitado, assim como para os que são incapazes de usá-la eficazmente. Dessa forma, Sorj (2003, p. 62) argumenta que:

[...] a luta contra a exclusão digital não é tanto uma luta para diminuir a desigualdade social, mas um esforço para não permitir que a desigualdade cresça ainda mais com as vantagens que os grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso exclusivo a este instrumento.

Quanto à questão referente a conteúdos informacionais, Sorj (2003, p. 71) aponta para o fato de que “[...] a falta de conteúdos específicos pode limitar o impacto efetivo da internet entre os setores de baixa renda.”, pois

[...] tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos países centrais, boa parte dos conteúdos da internet se orienta para os usuários de classe média, principal mercado consumidor com potencial de gerar direta ou indiretamente receitas para o *site* – seja pela publicidade, seja como consumidores dos produtos divulgados ou de produtos de acesso pago.

Esclarece o autor que essa destinação dos conteúdos digitais aos usuários de classe média se manifesta tanto pelo conteúdo como pela forma, pois a maioria dos

websites supõe que o internauta possui um nível educacional relativamente alto, mesmo no caso das *homepages* não comerciais (que tendem a ser produzidas pelas classes médias, já que sua elaboração exige certo conhecimento de internet ou um mínimo de recursos financeiros). Além disso, há falta de conteúdos de interesse específico para as comunidades rurais, pelo fato da internet ser um fenômeno urbano. Também há carência de conteúdos voltados para moradores de pequenas cidades, assim como de bairros pobres das grandes metrópoles, onde é limitada a produção de informação destinada às necessidades culturais e socioeconômicas locais (por exemplo, ofertas de emprego, de moradia). Percebe-se, contudo, que essa realidade está mudando, pois há, atualmente, diversos grupos representativos de “minorias” que produzem informação contextualizada às suas necessidades. Além disso, hoje em dia é mais fácil produzir conteúdos informacionais digitais, tendo em vista novos recursos tecnológicos, como *blogs* e redes de relacionamentos, por exemplo.

Outro marco-teórico relevante nesta primeira metade da década de 2000 no Brasil foi produzido por integrantes da Somos@Telecentros. Em 2003, foi publicada a versão brasileira de um folheto¹³ sobre telecentros comunitários (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003), originalmente publicado em Quito/Equador, em 2002. A publicação traz um panorama sobre os telecentros comunitários latino-americanos e caribenhos e sobre o Brasil, além de uma seção que aborda “lições aprendidas nas experiências de telecentros comunitários”. Os autores argumentam que:

Os telecentros comunitários são iniciativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos para o desenvolvimento humano em uma comunidade. Sua ênfase é o uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas. (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003, p. 8).

Claro que isso nem sempre ocorre, mas salientam que é o modelo que essas instituições comunitárias deveriam buscar alcançar. Com isso, os autores se referem a duas questões importantes para esta pesquisa: a primeira é que deve haver apropriação das TICs, e a segunda é a questão do uso social como um instrumento de melhoria, o que leva à questão da relação com cidadania.

¹³ Conforme a NBR 6029 (Informação e Documentação – livros e folhetos – apresentação) de 2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), folheto é uma “Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluindo as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN).”

Percebe-se, através desses autores, que desde os primeiros anos do século XXI, inclusão digital já é vista como não se restringindo ao acesso às TICs, mas possuindo ao menos duas principais dimensões: a primeira envolvendo condições de acesso e habilidades para a utilização das TICs, e a segunda envolvendo competências para um uso qualitativo (emancipador) destas. Também é marcante a relação com cidadania, sendo a inclusão digital vista como necessária para seu melhor exercício.

No contexto acadêmico brasileiro, os primeiros trabalhos de que se teve conhecimento sobre inclusão digital foram a dissertação de mestrado de Assumpção (2001), defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2001, na área de Comunicação, que analisou o projeto de telecentros comunitários do município de São Paulo, Sampa.Org, iniciado em 2000 e hoje descontinuado, mas tendo sido a base da política pública de inclusão digital do governo eletrônico do município; e o de Garcia (2001), no âmbito da CI, que estudou usuários potenciais da internet de terceira idade. Quanto ao estudo de Assumpção (2001, p. 34), ele destaca a importância dos telecentros como forma de prover acesso à internet às pessoas com maiores dificuldades nesse quesito:

Do ponto de vista do público atingido diretamente por iniciativas como as dos telecentros, parece ser inegável que eles têm tido um papel de destaque no processo de universalização do acesso à internet. E, mais ainda, se forem analisados os perfis dos diferentes públicos que deles se utilizam, não parece haver dúvida de que suas experiências têm agregado segmentos sociais que dificilmente teriam acesso à rede sem telecentros.

Isso destaca a importância do papel dos telecentros, especialmente no início do movimento da inclusão digital no País.

A discussão no âmbito da CI começou a se intensificar em 2005, assim como passou a haver mais pesquisas empíricas. Em relação aos artigos de periódicos, os primeiros estudos empíricos foram publicados em 2004. O artigo de Baggio (2000), citado no Quadro 2 como empírico, não pode ser considerado uma pesquisa científica, tratando-se de uma apresentação da ONG CDI e de seus telecentros, ou Escolas de Informática e Cidadania (EICs), implantados; apresenta também uma avaliação realizada nas comunidades em que foram implantados, com o perfil dos usuários e alguns depoimentos.

Analisando a produção da primeira metade da década de 2000, percebe-se que há alguns consensos, apesar de possuírem diferentes objetivos e objetos de

análise. O primeiro consenso é em relação a inclusão digital não se restringir apenas ao acesso a computador e internet, mas também às capacidades para o uso, tanto das TICs quanto da informação. De modo geral, os artigos discutem a importância da inclusão digital no País, o papel do Estado, as dimensões da exclusão digital, sua relação com desigualdades sociais, inclusão informacional e questões relacionadas à implantação de telecentros. Todos eles relacionam inclusão digital a cidadania.

Silveira (2001) chama atenção para a questão referente a conteúdos e cultura local, salientando a responsabilidade dos governos na provisão de conteúdos, a fim de facilitar o acesso da população a serviços, informação e exercício da cidadania, e reforça que a dimensão cultural (preservação dos valores e das culturas locais) deve ser considerada no processo de inclusão digital. Para Mota (2004) a dimensão cultural da inclusão digital está associada à incorporação ou não das TICs no cotidiano das pessoas, isto é, à apropriação das TICs. A autora salienta a necessidade de formação política e educacional para fazer um uso mais consciente das TICs e voltado para a cidadania.

Apesar da exclusão digital ser gerada basicamente por desigualdades socioeconômicas, Carvalho (2003) levanta a questão de que nem sempre é suficiente ter acesso facilitado a equipamentos e um alto nível intelectual e cultural, pois a capacidade de usar as TICs (alfabetização digital) pode ser deficiente mesmo entre pessoas social, econômica, intelectual e culturalmente bem posicionadas. Nascimento e Trompieri Filho (2004), ao estudarem inclusão digital com foco em alunos universitários, chamam a atenção para a constatação de que a experiência cotidiana com as TICs auxilia no desenvolvimento das habilidades. Ou seja, isso pode ser entendido como o fato da internet, assim como das outras TICs, se constituir num bem experiencial.

Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) afirmam que inclusão digital envolve alfabetização em informação (alfabetização em TICs e infoaprendizagem – capacidade de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente para resolver problemas ou tomar decisões) e competência para sua assimilação. Argumentam que as habilidades em informação estão relacionadas com outras competências, como: compreensão da leitura, pensamento crítico, solução de problemas etc.; e que não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional. Os autores se referem a competência informacional, apesar de não utilizarem o termo.

Em 2004, Ferreira e Dudziak (2004) publicaram, nos anais do congresso anual da International Federation of Library Association (IFLA), artigo em que diferenciam três níveis de alfabetização/apropriação de informação no contexto da sociedade da informação. O primeiro nível é o digital, que possui concepção com ênfase na tecnologia, sendo a capacidade técnica de usar as TICs. O seguinte é o nível informacional, que possui concepção com ênfase nos processos cognitivos, isto é, na assimilação de informação. E o terceiro nível é o social, que possui concepção com ênfase na aprendizagem direcionada à inclusão social, e consiste numa perspectiva integrada de aprendizagem e exercício de cidadania. Este artigo foi bastante citado após sua publicação, pois sintetiza e organiza uma discussão que vinha se desenvolvendo já em nível internacional.

Em 2005, o Grupo de Estudos em Políticas de Informação e Inclusão Digital (Gepindi) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) buscou uma definição para inclusão digital (SILVA *et al.*, 2005). Os autores afirmam que “[...] inclusão digital encerra um complexo inter-relacionamento de conceitos e tem como ponto central a educação para a informação ou *information literacy education*.” (SILVA *et al.*, 2005, p. 35), pois, argumentam, para haver inclusão digital é necessário que haja a capacitação no acesso à informação na internet; e, dessa forma, torna-se possível a inclusão social.

Mattos (2006), da mesma forma, afirma que o acesso às informações e a capacidade de transformar informações em conhecimento são fatores decisivos de inclusão social, pois: ampliam as possibilidades de inserção nos mercados de trabalho e permitem o acesso a atributos fundamentais da construção da cidadania nos tempos atuais. Expõe que a exclusão digital determina novas formas de exclusão social e que as TICs reproduzem, de forma ampliada, as assimetrias existentes entre os países, promovidas pelo processo de globalização econômica, tendo em vista que o acesso à informação promovido pelas TICs adquire papel estratégico. O autor ressalta que, dessa forma, a questão da inclusão digital é antes de tudo uma questão de poder.

Silva (2012) analisou 31 dissertações e teses sobre inclusão digital, defendidas em programas nacionais de pós-graduação em Ciência da Informação no período entre 2001 e 2009. Em relação a noção de inclusão digital considerada, a autora afirma que:

A definição que mais se aproxima do ideal de ID [inclusão digital] que todos anseiam é que esta deve sempre ser entendida como resultado de ações que, sob o aporte das TICs, são aptas a contribuir para a aquisição de competências informacionais por parte do sujeito participante dessas ações, propiciando que o mesmo possa sanar a longo prazo aspectos desfavoráveis de seu contexto social, alcançando o próprio bem estar e da comunidade ao seu redor. (SILVA, 2012, p. 182).

Constata que a inclusão social é tratada nas pesquisas como o propósito maior da inclusão digital. Segundo a autora, as pesquisas são construídas com base em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, sendo que quase nenhuma possui relação entre si. Segundo ela, se faz necessária, portanto, a implementação de metodologias para o alcance da competência informacional e o desenvolvimento de um modelo de indicadores sociais que abarque todas as etapas envolvidas na noção de inclusão digital. Além disso, propõe a construção de uma agenda de pesquisa na área de CI sobre a temática da inclusão digital, a fim de se buscar a consolidação teórica dos estudos, pois ocorre uma “[...] eterna construção de conceitos e objetivos similares discutidos isoladamente.” (SILVA, 2012, p. 184).

Silva ainda faz menção às políticas públicas, afirmando que a inclusão digital dificilmente será implementada em sua plenitude sem uma redefinição das políticas públicas em consonância com o contexto social onde as iniciativas ocorrem. Afirma que há um longo caminho a ser percorrido para que as políticas públicas de inclusão digital sejam convencidas a ampliar sua atuação para além da distribuição do acesso às TICs.

Em estudo de análise dos resultados de pesquisas empíricas acerca de inclusão digital no âmbito da CI, percebeu-se algumas regularidades no que diz respeito ao uso de telecentros (PEREIRA; MORIGI, 2011). Há diversos estudos de análise de políticas de inclusão digital, de projetos e, mesmo, de estudos de casos em telecentros. As pesquisas analisadas apontam para melhorias nos contextos estudados, mas tímidas, quando se pensa em ampliação do exercício da cidadania.

Os estudo apresentam, de modo geral, objetivos e metodologias diferentes; mas, a partir de seus resultados, foi possível fazer algumas inferências acerca da relação entre inclusão digital e cidadania. Uma das questões diz respeito a diferença entre telecentros rurais e urbanos, sendo que nos rurais parece haver maior participação e benefícios comunitários, e os urbanos acabam virando “postos de serviços”, apesar de haver ampliação da sociabilidade, no caso dos usuários assíduos. A questão do “posto de serviço” está ligada aos serviços mais buscados

nos telecentros, que foram apontados nos estudos: além de jogos, trabalhos escolares, cadastramento de CPF (quando isso ainda era necessário para pessoas isentas de declarar imposto de renda), comunicação interpessoal (correio eletrônico, programas de resposta rápida, como MSN, Skype e salas de bate-papo, comunidades de relacionamento como Facebook e Orkut), impressão, digitação/edição de textos, busca de emprego e elaboração de currículos, aprendizado do uso de computador e internet. O que se depreendeu disso foi que em contextos comunitários mais coesos, com maior sentido de identidade comunitária, há mais propensão para a agregação, e os telecentros podem funcionar como o espaço físico para isso (PEREIRA; MORIGI, 2011), isto é, como uma esfera pública local.

Outro aspecto interessante percebido no estudo, diz respeito aos perfis dos usuários de telecentros descritos nas pesquisas, que podem ser considerados como elites socioeconômicas dentro das comunidades onde se instalam os telecentros (PEREIRA; MORIGI, 2011). Isso se dá porque pessoas com maiores níveis de educação e renda, assim como maior possibilidade de convívio em contextos de uso das TICs, possuem mais capacidade para tornarem-se usuárias, de forma a se apropriar das TICs. As pessoas realmente mais excluídas, em termos educacionais, econômicos e culturais de uso das TICs, permanecem à margem do mundo virtual. Nesse quesito as políticas públicas deveriam atuar com maior atenção. As pesquisas apontaram, ainda, que: a) os benefícios em relação ao uso das TICs são mais individuais do que coletivos; b) em relação às capacitações oferecidas pelos projetos de inclusão digital, foi apontado que são técnicas, apenas treinando no uso das máquinas; c) as maiores dificuldades dos usuários de telecentros são decorrentes de deficiências educacionais (PEREIRA; MORIGI, 2011).

Avançando nessa discussão, Mattos e Chagas (2008) ressaltam que as TICs redefinem as formas de sociabilidade entre as pessoas e provocam alterações importantes nos padrões de consumo e nas possibilidades de acumulação de capital empresarial sob a atual ordem econômico-financeira internacional. Ressaltam também que a questão da inclusão digital precisa ser avaliada de forma menos ufanista, pois, em um país como o Brasil, o fato da pessoa estar “digitalmente incluída” pressupõe que ela fosse previamente já também socialmente incluída, devido às desigualdades socioeconômicas geradoras da exclusão digital. Salientam que as políticas públicas devem abarcar, em primeiro lugar, uma melhoria nas

condições do ensino básico, capaz de dotar a população em idade escolar de capacidade cognitiva para compreender e processar informações e símbolos disponibilizados pelo acesso à internet.

Becker (2009), afirma, da mesma forma, que apenas a disponibilização do acesso à internet não é capaz de sozinha promover inclusão digital, reforçando que para isso seria necessária a satisfação de dois pré-requisitos: o acesso de todos a computador e internet, e uma apropriação dessas tecnologias que atendessem às diferentes necessidades e interesses dos diferentes setores da sociedade. A autora chama a atenção para o fato de que o discurso em prol da inclusão digital estabelece, em inúmeras situações, como "[...] condição para o conhecimento, o exercício da cidadania, a democracia e a melhoria da qualidade de vida de todos." (BECKER, 2009, p. 11), se apresentando como uma "solução tecnológica".

Becker estudou a relação entre internet e exercício da cidadania em periferias urbanas e destaca que, por mais que haja uma sensação nos sujeitos sociais quanto a se sentirem exercendo mais a cidadania ao passarem a ter acesso à internet, isso por si só não amplia o exercício da cidadania, pois:

Por maior que seja a quantidade e a qualidade da informação e da comunicação conseguidas por meio do uso da internet, isso não será suficiente para formar a atitude (faculdade, consciência, visão de mundo) característica da cidadania ativa, ou, ao menos, da disposição para o melhor que constrói o "progresso moral" da humanidade. (BECKER, 2009, p. 190).

A autora aponta como um dos quesitos para que haja essa atitude a necessidade da noção de sociedade, de se sentir pertencente e ter suas atitudes movidas por um interesse coletivo e não apenas individual, o que configura a cidadania cultural.

Freire e colabores (FREIRE *et al.*, 2009), igualmente, reforçam a importância da valorização da cultura local, em contraponto à cultura global, em ações para o desenvolvimento de competências informacionais, necessárias ao processo de inclusão digital, nos sujeitos locais. Defendem a reafirmação da identidade cultural local dentro de uma perspectiva de cultura globalizada, pois esta confere novos elementos àquela.

Lemos (2011, p. 16) também reforça que "[...] a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua

cidadania.” O autor distingue dois tipos de inclusão digital: a espontânea e a induzida.

A inclusão espontânea é uma inserção compulsória dos indivíduos na sociedade da informação. Nas metrópoles contemporâneas, eles são obrigados a aprender e a lidar com sistemas informatizados de diversos tipos. O uso de cartões eletrônicos de débito e crédito, de smart cards em ônibus, a operação em máquinas bancárias, o envio de imposto de renda pela internet, a votação eletrônica em eleições, o acesso eletrônico a exames laboratoriais, o check in pela web em viagens de avião, o uso de SMS e outros serviços via telefone celular, entre outros, são alguns exemplos bem conhecidos por nós brasileiros. (LEMOS, 2011, p. 16).

Isso mostra que as TICs são um fenômeno essencialmente urbano, tornando os indivíduos que vivem nas grandes cidades com mais chances de se incluir digitalmente de forma espontânea.

Já a inclusão induzida é aquela fruto de um trabalho educativo e de políticas públicas que visam dar oportunidades a uma grande parcela da população excluída do uso e dos benefícios da sociedade da informação. É o que conhecemos por projetos de inclusão digital. (LEMOS, 2011, p. 16).

Dessa forma, o autor afirma que a exclusão digital é, principalmente, um problema cultural e não econômico ou cognitivo, não afetando apenas países pobres e/ou em desenvolvimento. A inclusão digital deve, portanto, de acordo com Lemos, ser pensada de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social (que valoriza a dimensão identitária e comunitária, os laços sociais e a ação política), cultural (que remete à história e aos bens simbólicos de um grupo social, ao seu passado, às suas conquistas, à sua arte), intelectual (que é o da formação da pessoa, do crescimento intelectual individual com a aprendizagem, a troca de saberes e o acúmulo de experiências) e técnico (que é o da potência da ação e da comunicação, permitindo que um grupo social ou um indivíduo possam agir sobre o mundo e se comunicar de forma livre e autônoma). Para o autor, incluir é possibilitar o crescimento desses quatro capitais, isto é, usar as TICs para expandi-los. Afirma que “[...] a inclusão pressupõe autonomia, liberdade e crítica.” (LEMOS, 2011), que são condições necessárias para a participação na esfera pública discursiva; também salienta a importância da possibilidade de produção de conteúdos por parte dos sujeitos sociais.

Bonilla e Oliveira (2011), em análise do discurso acerca da inclusão digital afirmam que há diferentes significados atribuídos ao termo pelos diferentes atores

sociais envolvidos, havendo inconsistências, incongruências, ambivalências e ambiguidades. Segundo os autores, o termo inclusão digital tem relação direta com seu antagônico exclusão digital, e esse dualismo inclusão / exclusão social compõe os principais sentidos atribuídos aos termos exclusão / inclusão digital. Conforme eles, é percebido no discurso que: “Para minimizar ou combater a exclusão das pessoas de uma dinâmica social caracterizada pelo uso intensivo das tecnologias de base digital, empreendendo-se ações de inclusão digital.”, sendo considerada a denominada inclusão digital como uma positividade da exclusão digital (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 25).

Em relação ao discurso proferido no cenário das políticas públicas, os autores afirmam que o termo inclusão digital tem sido frequentemente adotado, em especial pelas organizações internacionais e pelo setor público, para:

[...] compor um jargão apelativo nas abordagens políticas de caráter geral e populista. Uma espécie de nova e mirabolante solução para quase todos os entraves da sociedade contemporânea: pobreza, desigualdade social, carências educacionais, injustiça social, desemprego, violência, criminalidade, entre outros. (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 33-34).

Um exemplo desse discurso está presente em publicação sobre inclusão digital do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2010, p. 426), o que não significa que isso tem se efetivado nas políticas públicas de inclusão digital:

[Inclusão digital] Trata-se de um novo direito em si e também de um meio para assegurar outros direitos. Ela traz avanços importantes para a inserção no mercado de trabalho, para a educação e para a produção cultural, melhorando as condições de vida, lazer e trabalho da população. Significa garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e da comunicação, orientados ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e nos segmentos excluídos.

Percebe-se um discurso de inclusão digital diretamente relacionado a cidadania, mas exposto a partir da ideia subjacente de que a cidadania se produz sozinha a partir do acesso às TICs e de capacitações técnicas, exemplificando a “solução tecnológica” mencionada por Becker (2009). Da mesma forma, se verifica nessa citação a visão de inclusão digital como, apenas, um pré-requisito para o exercício dos direitos, sendo ignorada a questão da possibilidade de discussão e articulação públicas, sendo que a maior facilidade de participação na esfera pública

e de ter ampla autonomia sobre suas práticas de informação e comunicação é um dos pilares em que se baseia a inclusão digital hoje.

Bonilla e Oliveira (2011, p. 34) criticam a existência de “Registros e declarações que afirmam que as ações ditas de inclusão digital estimulam a geração de emprego e renda, [pois,] diante dos complexos problemas estruturais associados ao desemprego, são, no mínimo, simplistas e reducionistas.” Os autores enfatizam a importância de perspectivas emancipatórias, salientando a produção de conteúdos digitais articulada com as culturas tradicional e digital, de forma a ser superada a dependência das comunidades e estimulando-as à tomada de decisões. Salientam, assim, a importância da articulação das ações de inclusão digital com as questões educacionais e culturais, e com a promoção da participação política do cidadão, através das TICs.

Em relação à CI, percebe-se que nos últimos anos os estudos na área têm incorporado também a dimensão de participação na perspectiva de cidadania, assim como a concepção da internet como esfera pública discursiva. Como afirma Massensini (2011, p. 5):

A inclusão digital pode promover a participação do indivíduo no ciberespaço, que se torna a cada dia a esfera dos debates públicos e que se apresenta como espaço de decisões do Estado. E, ainda, a considerar que antes mesmo da conscientização crítica do ciberespaço, o que levará o indivíduo a buscar informações sociais nesse espaço será a necessidade de pertencimento a algum lugar, espaço de trabalho, profissão – ocupação.

Antoniutti (2012, p. 8), igualmente, sustenta “[...] o uso da Internet como ferramenta política de oportunidade de interação, visibilidade e disputas políticas.”, sendo que o desenvolvimento da internet trouxe modificações ao ambiente político. Afirma que “O contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com o universo das questões públicas e mesmo o processo de governo sentiram o impacto da evolução tecnológica dos meios de comunicação e informação.” (ANTONIUTTI, 2012, p. 8). Ressalta que a internet é um espaço conversacional.

Percebe-se que a inclusão digital, atualmente, se configura como um direito de cidadania, e isso está presente no discurso atual, tanto acadêmico quanto no campo das políticas públicas. Conforme Silva e colaboradores (2005, p. 32), “Se a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o

‘cidadão’ do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital.”

A temática tem sido pensada e estudada de forma multidimensional, sendo que a perspectiva de Ferreira e Dudziak (2004) traduz bem e sintetiza essas dimensões, quando desintegram o conceito em digital, informacional e social. Assim, essa perceptiva se faz adequada para pensar sobre as dimensões que inclusão digital engloba. A dimensão digital pode ser vista, de forma mais abrangente, como envolvendo os seguintes elementos: acesso às TICs, especialmente à internet, alfabetização digital (entendida como competências técnicas de uso) e apropriação digital (entendida como a incorporação das TICs no cotidiano, passando sua utilização a fazer parte das práticas socioculturais). A dimensão informacional envolve o desenvolvimento de competências informacional, comunicacional e discursiva. E a dimensão social envolve um aprendizado sócio-político e uma perspectiva crítica, capazes de produzir emancipação cidadã com a participação na esfera pública discursiva.

No âmbito da discussão, as deficiências educacionais no País são percebidas como importantes impedimentos ao alcance da inclusão digital. É salientada a necessidade de haver uma cultura informacional digital, conseguida através da convivência em contextos de utilização das TICs, que pode ser traduzida como apropriação das TICs. Além disso, é bastante enfatizada a importância da questão da identidade social / cultural para que se exerça a cidadania mais plenamente.

Em relação à produção científica sobre inclusão digital no contexto da CI, pode-se dizer que, de modo geral, num primeiro momento, de 2000 a 2005, a discussão estava se delineando e construindo, com a busca de definições e do papel da CI. Num segundo momento, que se pode demarcar aproximadamente até o ano de 2010, a temática esteve na moda, figurando no centro das discussões e sendo o período de maior produção. Nesse período, se desenvolveram também diversas pesquisas empíricas, voltadas a estudar diversas questões relacionadas ao uso das TICs, desenvolvimento de competências informacionais e possibilidades de ampliação da cidadania. Essas pesquisas, em grande parte, se desenvolveram a partir da análise de políticas e/ou projetos de inclusão digital, assim como de usuários de telecentros, calcadas em realidades locais, na maioria das vezes. Inicialmente, o foco era mais para o estudo de telecentros, ampliando posteriormente o olhar a políticas e projetos mais abrangentes.

Sobre a relação informação, cidadania e inclusão digital, o consenso no período que vai, mais ou menos, de 2005 a 2010, era de que essa relação residia na questão do direito à informação, ampliado pelas TICs. Por volta da mudança de década, o que parece ter modificado em relação a esse entendimento é que a discussão em torno de cidadania e inclusão digital tem acrescentado a perspectiva da participação discursiva, exercida na esfera pública virtual. Em relação aos estudos empíricos, passou-se a estudar mais políticas e projetos de inclusão digital, de forma mais ampla e menos centralizados em apenas uma realidade.

Dessa forma, entende-se que os estudos empíricos acerca de inclusão digital na CI, em sua maioria, analisam políticas e/ou projetos, assim como usuários e uso de telecentros, mas sempre numa perspectiva de iniciativas de inclusão digital específica. Os casos em que isso é exceção, sendo os estudos focados em indivíduos e grupos independentemente das políticas públicas, são os que estudam a interação de públicos especiais com as TICs, como pessoas com necessidades especiais e da terceira idade. No entanto, quando se estuda inclusão digital, ela pode ser vista por essa ótica, das políticas públicas, dos gestores ou, então, ser vista num nível individual ou comunitário, em que se analisa a inclusão digital de uma perspectiva dos sujeitos sociais envolvidos, independente dessas iniciativas.

Nesse sentido, também o estudo da apropriação das TICs deveria ser melhor considerado, como acredita Winocur (2007), que afirma que parece haver pouco espaço para a investigação e a reflexão sobre a realidade da apropriação cotidiana das TICs em diversas realidades socioculturais. A autora defende que deve ser investigada a apropriação prática e simbólica das novas tecnologias no cotidiano de diversos segmentos socioculturais de nossas sociedades, assim como de que maneira essa experiência afeta as relações no meio social, familiar, de trabalho e político. Concorda-se com a autora, e acredita-se que inclusão digital precisa ser mais estudada, no contexto atual, a partir de comunidades, grupos e indivíduos, independente das políticas públicas, a fim de se entender como se dão as dimensões digital, informacional e social da inclusão digital em diferentes contextos. Acredita-se que esse conhecimento contribuiria na tomada de rumo das políticas públicas voltadas a promover inclusão digital.

3 SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO: FAVELAS

Em busca da felicidade
 Trago a esperança no olhar
 Sou bisneto de imigrantes
 À miscigenação eu vou brindar
 Sem régua, sem esquadro
 Arquiteto da ilusão
 Com muita luta construí o nosso chão...
 Pobre... mas rico de emoção
 Livre... mas preso na paixão
 Favela... te emoldurei em aquarela
 Linda nesta passarela

(Samba enredo da G.R.E.S São Clemente, no carnaval 2014.

Compositores: Ricardo Góes, Serginho Machado, Grey, Anderson, FM e Flavinho Segal,
 Participação Especial: Ronaldo Soares)

A história desse tipo de assentamento urbano é antiga. Segundo Davis (2006), o ano de 1805 marca o reconhecimento científico de sua existência, com o “Survey of Poverty in Dublin” de James Whitelaw, indicando que as favelas são mais antigas do que isso.

A definição de favela (ou *slum*, em inglês) adotada pelo relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat) publicado em 2003, “The challenge of slums”, é “[...] excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia.” (DAVIS, 2006, p. 33). Davis salienta que essa definição é operacional e está restrita às características físicas e legais do assentamento, evitando as dimensões sociais, que são mais difíceis de medir; contudo, afirma que na maioria das vezes essas dimensões se igualam à marginalidade econômica e social.

De acordo com o autor, mesmo adotando essa definição restritiva, os pesquisadores da ONU estimavam que havia pelo menos 921 milhões de pessoas residindo em favelas em 2001 e mais de um bilhão em 2005. O autor afirma que, em 2003, os moradores de favelas, embora fossem apenas 6% da população urbana

dos países desenvolvidos, constituíam 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global¹.

Davis faz a ressalva de que nem todos os pobres moram em favelas e nem todos os favelados são pobres e, embora as duas categorias se sobreponham, o número de pobres urbanos é consideravelmente maior, perfazendo pelo menos metade da população urbana do mundo, definida pelos patamares de pobreza nacional relativa. O autor ressalta que é difícil conseguir estatísticas exatas, pois é comum a população pobre e favelada ser subcalculada. Mas afirma que existem provavelmente mais de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas. Afirma que, embora algumas favelas tenham uma longa história, a maioria das megafavelas do mundo cresceu a partir de 1960.

No que diz respeito ao Brasil, favela é nomeada pelo IBGE de aglomerado subnormal, que se caracteriza por possuir pelo menos uma das seguintes características:

[...] urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos); e precariedade de serviços públicos essenciais. (IBGE, 2011, p. [27]).

Pode se enquadrar nas seguintes categorias de formação: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2011).

No ano de 2010, segundo dados do IBGE (2011), existiam 6.329 favelas em todo o País. Nessas favelas viviam 6% da população, distribuída em 5,6% dos domicílios brasileiros. De acordo com os dados apresentados por Davis (2006), em 2003 a porcentagem da população urbana favelada no Brasil era de 36,6%. Segundo o IBGE, os domicílios em favelas se concentravam na Região Sudeste (49,8%), com destaque para o Estado de São Paulo, (23,2% dos domicílios do País) e o Estado do Rio de Janeiro (19,1%). Nas Regiões Sul (5,3%) e Centro-Oeste (1,8%) a ocorrência era menor. Na cidade do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, eram 763 favelas em 2010, onde viviam 22% da população. Apesar dos dados do IBGE a

¹ “Essas estimativas foram obtidas de estudos de 2003 do UN-Habitat e da média tirada de dezenas de fontes diversas, numerosas demais para serem citadas.” (DAVIS, 2006, p. 34).

respeito de favelas serem, provavelmente, subcalculados, esses dados por si só mostram a relevância de se estudar inclusão digital num contexto de favela no Rio de Janeiro.

A seguir será exposto o processo histórico de formação das favelas no Brasil e as políticas públicas de urbanização destinadas a elas, até os dias de hoje.

3.1 O processo histórico de formação das favelas no Brasil

O fenômeno de surgimento das favelas no Brasil, segundo Abreu e Vaz (1991), está diretamente ligado a um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial (final do século XIX e início do século XX), que se refletiu com grande impacto na organização do espaço urbano carioca. Essas transformações são:

- a) crise da economia cafeeira fluminense (fim do escravismo);
- b) crescimento demográfico extremamente rápido na cidade do Rio de Janeiro (fruto das migrações internas e estrangeiras), que agravou a questão habitacional;
- c) penetração maciça de capitais (abundantes no mercado internacional) na cidade, que foram preferencialmente investidos em transportes e infraestrutura;
- d) difusão de novas tecnologias (máquinas, motores, fontes de energia) que revolucionaram a economia urbana;
- e) epidemias constantes que assolaram a cidade e colocaram a questão higiênica no centro do debate acadêmico e político;
- f) modelos burgueses de organização do espaço urbano, já consolidados nos países centrais, que passaram a ser difundidos para os países periféricos.

Por ser o Rio de Janeiro a capital federal até 1960, a história da origem das favelas no Brasil está centrada nessa cidade. Segundo Abreu e Vaz (1991) e Ferreira (2009), os primeiros registros de pessoas morando em casebres em morros datam de 1865, e no início de 1890 já haviam famílias residindo em diversos morros na área central da cidade e arredores (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Campos (2011), se refere a três versões existentes para o surgimento das favelas no Brasil. Aqui são expostas apenas as três diferentes datas de seu início e o fato

que culminou em sua existência. A história que levou ao processo de formação das favelas é contada aqui como uma história única.

Segundo Campos, a primeira versão se refere à década de 1870, quando por ocasião da Guerra do Paraguai (1865-1870), o governo imperial prometeu alforria aos escravos que fossem combater. O que ocorreu é que ao fim da guerra, esses ex-combatentes não tinham para onde voltar. O acampamento nas proximidades do Ministério da Guerra foi a solução provisória, assim como a ocupação dos cortiços e das encostas da área central.

Campos salienta que o período entre 1870 e 1880 foi o de maior concessão de alforrias a escravos, que buscavam moradia e trabalho na cidade do Rio de Janeiro, se alojando nos cortiços. E, em 1888, a Abolição liberou centenas de milhares de ex-escravos urbanos, à procura de alojamento na área central da cidade. Eles não tinham muita opção senão recorrerem aos morros. Afirma o autor que a população pobre desse período era predominantemente negra, e procurava os cortiços e as casas de cômodos para permanecer nas proximidades do polo gerador de empregos, a área central da cidade. Nesse período, a cidade passava por um agravamento na crise da moradia, pois, segundo Vaz e Abreu (1991), a população havia praticamente dobrado entre 1870 e 1890, devido ao grande número de migrantes pobres nacionais (muitos ex-escravos) e estrangeiros, e o número de domicílios não acompanhou esse aumento populacional, mas se reduziu devido ao fato de novas atividades dos setores secundário e terciário ocuparem espaços antes usados como habitação.

Os cortiços, assim como as estalagens e as casas de cômodos, eram formas de habitações coletivas de meados do século XIX (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2013). Com o agravamento da crise sanitária, causada pelo aumento da população pobre, essas moradias foram colocadas no foco da política habitacional e sanitária e na mira do discurso e da ação higienista, e a sua erradicação tornou-se uma premissa para a provisão de “habitações higiênicas” para os desfavorecidos (ABREU; VAZ, 1991). A “ideologia da higiene” já havia se instalado por volta de 1866, quando foi proibida a construção de novos cortiços em toda a área central da cidade (CAMPOS, 2011). Além do Estado tentar impedir a existência de cortiços na área central, havia ainda o problema dos altos preços dos terrenos disponibilizados, o que impedia uma ocupação mais efetiva pelas classes populares, sendo que a maioria da população carioca servia-se de moradias coletivas (CAMPOS, 2011).

Não havendo opções de moradia suficientes, a alternativa para a população pobre era a construção de casebres em locais onde o acesso à terra fosse pouco custoso, "[...] fora da cidade ou nos seus vazios, os morros." (ABREU; VAZ, 1991, p. 486). Como na região central da cidade localizavam-se as possibilidades de trabalho, o contingente populacional passou a ocupar as encostas dos morros dessa região (CORREIA, 2006).

Nessa conjuntura, diversos cortiços passaram a ser demolidos a partir da ideologia higienista, agravando ainda mais a falta de moradias. Conforme Campos (2011), com base nessa ideologia, os intelectuais-médicos buscavam justificar a necessidade de remover as pessoas. De acordo com o autor, essas demolições já vinham ocorrendo pelo menos desde 1870, provocando um deslocamento das pessoas que viviam neles em direção às encostas. Um grande marco na demolição dos cortiços ocorreu no ano de 1893, quando foi demolido o maior cortiço existente na cidade, o Cabeça de Porco, durante a gestão do Prefeito Barata Ribeiro (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2013; CAMPOS, 2011; ROCHA, 2012; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]).

A segunda versão em relação ao marco de início das favelas a que se refere Campos (2011) está ligada justamente à demolição do “Cabeça de Porco”, que deixou 4.000 pessoas desabrigadas, sendo que o prefeito autorizou aos habitantes do cortiço a retirada das madeiras para serem aproveitadas em outras construções. Muitos dos moradores se estabeleceram no morro da Providência (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CAMPOS, 2011; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Afirma Chalhoub² (1996, p. 17 apud CAMPOS, 2011, p. 61) que: “Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres [...]”. Ao menos parte desses casebres poderiam pertencer aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, pois é dito que acamparam nas proximidades do Ministério da Guerra, e o morro da Providência se localiza nos seus fundos. Outros cortiços também foram derrubados e os moradores que viviam do trabalho na cidade se instalaram também no morro de Santo Antônio, no Centro da cidade (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003).

Em 1897, o morro da Providência também foi ocupado por praças retornados da Guerra de Canudos, no nordeste do Brasil, e suas famílias (ABREU; VAZ, 1991; BARCINSKI, 2011; CAMPOS, 2011; OSBORN, 2013c; RIO DE JANEIRO

² CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

(ESTADO), [2012]). Eles haviam recebido a promessa de concessão de terras no Rio de Janeiro, mas isso não se cumpriu no seu retorno. Segundo Abreu e Vaz (1991), essa ocupação, pelo menos no morro de Santo Antônio, também ocupado por eles, foi permitida pela autoridade militar como uma opção provisória de moradia. Campos (2011) apresenta evidências de que a ocupação, tanto do morro da Providência como do de Santo Antônio, obteve autorização dos chefes militares como opção provisória, que acabou se tornando permanente. Segundo Osborn (2013a), depois de ocupar ilegalmente um edifício em frente ao Ministério da Guerra, os soldados foram removidos para o morro da Providência, no entanto, sem receber os títulos de propriedade da terra.

Essa é a terceira versão referida por Campos (2011) no que diz respeito ao marco de início das favelas, e é a mais difundida, sendo considerado por muitos autores o ano de 1987 como a data oficial de surgimento das favelas no Brasil e o morro da Providência como o local de seu início. Contudo, como foi visto, muito antes disso já haviam pessoas residindo nos morros cariocas, sendo o início das favelas um processo longo e complexo de busca de opção de moradia. Pode-se dizer que as questões pontuais que lhes deram origem foram uma sucessão de eventos interligados: as alforrias pós-Guerra do Paraguai e seguintes, o aumento da população, a destruição dos cortiços, a crise de moradia, a Abolição da Escravatura e o fim da Guerra de Canudos; tudo isso aliado à ausência de políticas de moradia para as classes sociais mais pobres.

Foi essa ocupação ao morro da Providência pelos ex-combatentes de Canudos que inaugurou o nome favela para se referir a esse tipo de assentamento urbano (BARCINSKI, 2011; OSBORN, 2013a) (fato que parece ser o principal motivo pelo qual se considera 1987 como o ano de surgimento das favelas). Favela também é o nome de uma árvore espinhosa da caatinga nordestina. Durante a Guerra de Canudos, os soldados utilizaram como base e acampamento um morro de onde se podia ver todo o povoado, que era chamado de morro da Favela, pois estava coberto de pés de favela (BARCINSKI, 2011). Os ex-combatentes, então, apelidaram o morro da Providência de morro da Favela. Segundo Barcinski (2011, p. 42-43):

Durante muitos anos o morro da Providência foi chamado de morro da Favela – até que essa palavra ficou tão famosa que adquiriu outro significado [...] O termo 'favela' se tornou tão corriqueiro que o morro da

Favela teve que voltar a se chamar morro da Providência, para se diferenciar dos outros morros, em que novas favelas surgiram.

A favela da Providência cresceu durante o início do século XX à medida que ex-escravos e grupos de novos migrantes europeus também se estabeleceram lá, se juntando aos antigos combatentes de Canudos (OSBORN, 2013a) e demais moradores que já ocupavam o morro.

Em relação ao preconceito que há em torno dos moradores de favelas, Campos (2011, p. 62) enfatiza: “[...] sendo a maioria negra, antes da Abolição, pressupomos que tanto a criminalização quanto a discriminação já preexistiam. Portanto, os estigmas vividos hoje pela população favelada são anteriores à existência da própria favela.”

No início do século XX, como foi mencionado, a cidade do Rio de Janeiro se mantinha com sérios problemas de falta de moradia e, conseqüentemente, as questões higienistas e sanitárias, crescentes desde o final do século XIX, também vieram à tona. Segundo Correia (2006), se disseminavam doenças como varíola e febre amarela, as ruas eram estreitas dificultando a circulação do ar e mantendo a umidade, havia falta de coleta de lixo, e os cortiços mais ainda tornaram-se alvos a ser combatidos. É nessa conjuntura que acontece a reforma urbana promovida pelo então prefeito Pereira Passos, ou Reforma Passos, no período entre 1903 e 1906, se constituindo numa intensa intervenção do Estado na organização urbana da cidade. Os autores concordam que essa reforma acabou por estimular ainda mais o desenvolvimento das favelas cariocas (ABREU; VAZ, 1991; CORREIA, 2006; FERREIRA, 2009). A reforma seguiu os mesmos moldes de Paris (OSBORN, 2013a).

Foram demolidos centenas de cortiços na região central, e sua população removida para áreas afastadas do centro urbano do Rio de Janeiro. Quarteirões inteiros foram derrubados para viabilizar a construção de grandes avenidas e a ampliação das vias (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CORREIA, 2006; OSBORN, 2013a). Foram construídas as avenidas Rio Branco (antiga Avenida Central) e Beira-Mar, atual Avenida Atlântica, principal via do bairro de Copacabana, na zona sul da cidade.

Mas o impacto sobre a crise habitacional carioca foi além do ligado apenas às demolições. Conforme Abreu e Vaz (1991), em primeiro lugar, a reforma atraiu mão de obra para a área central; em segundo, a imposição de novas e rigorosas normas

urbanísticas que passaram a regulamentar a construção não apenas na área central, mas em todo o Distrito Federal (também parte da reforma urbana), dificultou a ocupação legalizada nos subúrbios cariocas. Assim, os trabalhadores atraídos à cidade por possibilidades de melhoria de vida, para garantir sua permanência próxima ao centro comercial e financeiro, buscaram os morros da região central que ainda ofereciam espaços para ocupação.

Abreu e Vaz (1991) acrescentam, ainda, que ao permitir a grande descentralização da burguesia para os espaços a ela reservados, zonas norte e sul da cidade, e ao iniciar um processo de transferência de renda a favor dessa mesma classe, a reforma estimulou um crescimento exponencial da demanda por serviços domésticos e pessoais. Contudo, como também salienta Ferreira (2009), os meios de transporte eram precários, e isso obrigava a força de trabalho a residir próximo ao local de sua função. Abreu e Vaz (1991) também chamam a atenção para o fato de que a Reforma Passos, ao reduzir os custos de circulação e de produção a partir da remodelação do sistema de circulação interna e externa da cidade, estimulou diversos setores da economia, em especial a indústria, gerando elevação do nível de emprego e conseqüente aumento da migração; mas não previu a oferta de habitação para esse segmento populacional. Segundo os autores:

[...] a Reforma Passos viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela. (ABREU; VAZ, 1991, p. 488-489).

Na década de 1910, houve um vertiginoso crescimento das favelas, que começaram a também penetrar na zona sul da cidade, local destinado à alta burguesia. Segundo Abreu e Vaz (1991), há registros de favelas na zona sul já em 1907; e os autores afirmam que as favelas eram ignoradas ou até estimuladas pela autoridade pública no centro da cidade e nos subúrbios mais próximos, mas não eram permitidas nos bairros da zona sul, recém-abertos à ocupação da alta burguesia. Essa mesma década, de proliferação das favelas, foi marcada também pela sua repressão. Contudo, isso foi feito sem que houvesse planejamento para resolver a questão de moradia dos trabalhadores desses morros, muitos deles empregados na construção dos bairros da zona sul e exercendo serviços

domésticos nos domicílios; e as moradias oficialmente destinadas e acessíveis a essa população pobre ficavam muito distantes. Segundo Ferreira (2009, p. 3-4):

[...] presenciamos uma longa história de remoções, desconsiderando um fato fundamental: durante toda a história o trabalhador buscou estar próximo ao local de trabalho. E nesse sentido não é de espantar que a maior parte das remoções não obteve sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes e sem infraestrutura de transportes.

A ocupação habitacional da cidade seguiu o caminho planejado pela reforma urbana no início do século XX: diminuiu a população residente na área central, os subúrbios absorveram as classes mais baixas e as zonas sul e norte foram ocupadas pelas classes alta e média, respectivamente (FERREIRA, 2009). A cidade foi se expandindo e as favelas foram ocupando seus espaços "vazios", os morros íngremes, os mangues e as margens inundáveis de rios (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003).

Durante grande parte do século XX, até a década de 1980, houve políticas de remoção de favelas, ao mesmo tempo em que elas iam se multiplicando. Em 1922, o poder público removeu grande parte dos habitantes dos morros da Providência, de Santo Antônio e da Gávea-Leblon (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Na década de 1940, Getúlio Vargas criou os "parques proletários" (dois na zona sul e um na área central), conjuntos habitacionais destinados aos moradores removidos dos morros. Eles foram definidos a partir do Código de Obras da Cidade de 1937, que previa a demolição das favelas e a remoção de seus moradores (CORREIA, 2006; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). O Código de Obras de 1937 se referia às favelas como "aberrações" e, por volta do ano de 1940, o prefeito Henrique Dodsworth as denominou como um problema de saúde pública (OSBORN, 2013a).

O governo também promoveu o financiamento de lotes urbanos na periferia da cidade com juros baixos e amplas prestações, como forma de amenizar o déficit habitacional. Apesar de serem locais distantes, era a opção que tinha a população de baixa renda que preferia não correr o risco da remoção sofrida nos morros (CORREIA, 2006). Ainda na década de 1940, surgiram as primeiras associações de moradores de favelas, principalmente na zona sul, a fim de resistir às remoções e exigir a existência de serviços públicos nas favelas (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; FERREIRA, 2009; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]).

No final da década de 1940, a Igreja Católica passou a financiar organizações sociais nas favelas em resposta à percepção de que existisse uma ameaça comunista nestes locais (OSBORN, 2013a). A autora ressalta que havia um *slogan* da época que dizia: “Suba o morro antes que os comunistas desçam.”, após o Partido Comunista Brasileiro ganhar 24% das eleições municipais no Rio de Janeiro, e o Governo Estadual fundou a Fundação Leão XIII, levando às favelas “[...] várias combinações de orientações ideológicas, saneamento básico, luz, médicos, professores e maior conscientização ao público de 34 comunidades.” (OSBORN, 2013a, *online*).

Durante as décadas de 1940 e 1950 ocorreram os movimentos migratórios originários fundamentalmente dos estados nordestinos, incentivados pelo acesso a bens de consumo, emprego e pela ilusão de uma vida melhor (CORREIA, 2006). Entre as décadas de 1950 e 1970, os governos se voltaram para a expansão da malha viária; nesse período se instalaram no Rio de Janeiro indústrias multinacionais de bens de consumo duráveis, especialmente do setor automobilístico, aumentando as ofertas de emprego (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003). Essa população veio se somar a um excedente de mão de obra já existente nos grandes centros urbanos. Isso contribuiu para estimular ainda mais o movimento de expansão das favelas na cidade, se disseminando sempre nas regiões em que havia demanda por mão de obra. Na zona sul da cidade, em 1942, havia dez favelas e em 1950 já eram 25; na cidade toda, neste mesmo ano, existiam 113 favelas (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003).

Na década de 1950, cresceram ações coletivas reivindicando serviços públicos básicos nas favelas. A prefeitura solicitou que cada favela tivesse a sua própria Associação de Moradores. Em 1963, diversas associações se tornaram interligadas por uma rede estadual, criando a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) (OSBORN, 2013a).

Nos anos 1960 a 1970, a política de remoção de favelas se manteve, e a construção de conjuntos habitacionais esteve associada a ela. Ao mesmo tempo, o “Milagre Econômico”, dos anos 60 e 70, continuou estimulando muitas migrações para a cidade, e a abertura da Avenida Brasil, em 1964, gerou um *boom* de desenvolvimento ao longo da avenida, ampliando as oportunidades de trabalho na construção civil (OSBORN, 2013a).

Em 1960, o sociólogo José Arthur Rios passou a ocupar o cargo de coordenador do governo para serviço social e implantou a Operação Mutirão que, pela primeira vez, contou com o envolvimento de moradores, encorajando-os a participar no processo de urbanização (OSBORN, 2013a). Contudo, o governo do então Estado da Guanabara de Carlos Lacerda, apoiado por interesses imobiliários que queriam “limpar” a zona sul carioca das favelas, acabou com a Operação Mutirão depois de um ano e meio (OSBORN, 2013a). De 1961 a 1965, o governo Lacerda promoveu a remoção de 27 favelas (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003).

Durante o regime militar, foi criada, ainda, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM). Sua missão era erradicar todas as favelas em dez anos. Também, em 1968, o governador Negrão de Lima reuniu um grupo de arquitetos, economistas e urbanistas e formou a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO), que fornecia suporte técnico a moradores e empréstimos de longo prazo com juros baixos para a compra de materiais de construção (OSBORN, 2013a). De acordo com Osborn, a Operação Mutirão e a CODESCO estavam à frente do seu tempo politicamente. Contudo, a CODESCO só conseguiu concluir o plano de desenvolvimento de apenas uma favela, antes do CHISAM iniciar as remoções. Foram removidas 130 mil pessoas entre 1968 e 1975.

Para abrigar essas pessoas, o Banco Nacional de Habitação (BNH) construiu, a partir de 1964, 32 conjuntos habitacionais na periferia da cidade, com 40.200 unidades, para abrigar 215 mil pessoas (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; OSBORN, 2013a). Contudo, a inadequação desses conjuntos em termos de serviços e de mobilidade continuou sendo a mesma, pois eram distantes do núcleo urbano e, na maioria das vezes, não possuíam comércio nem sistema de transportes coletivos que oferecesse boas condições de deslocamento aos moradores (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; FERREIRA, 2009; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Porém, conforme Osborn, nos complexos de maior qualidade muitos dos novos moradores não possuíam condições de pagar o aluguel e os serviços básicos, não conseguindo se manter por muito tempo. Um exemplo desse tipo de assentamento é a Cidade de Deus, que começou a ser construída em 1960, tendo recebido moradores de 63 favelas, e se mantém até hoje (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]).

Grande parte das áreas de onde as favelas foram removidas foi ocupada por empreendimentos imobiliários que se destinavam à construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo (FERREIRA, 2009); nessa época também foi realizado o alargamento da praia de Copacabana. Apesar do investimento, a política habitacional de remoção de favelas e criação de conjuntos habitacionais falhou. As favelas continuaram se proliferando e diversos conjuntos habitacionais foram se degradando e chegando a condições de urbanização precárias (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003). O CHISAM foi encerrado em 1973 e, na segunda metade da década de 1970, o governo quase não deu atenção às favelas.

Percebe-se, com raras exceções, que até fins da década de 1970 o poder público tentou negar as favelas e destruí-las. Isso era feito sem oferecer à classe social pobre opções de moradia que suprissem suas necessidades infraestruturais de morar e trabalhar. Os moradores de favela eram enviados a assentamentos distantes das áreas comerciais e financeiras da cidade, numa tentativa de se "esconder" a pobreza, mas inviabilizando a manutenção de seus empregos pela dificuldade de deslocamento. Assim, nenhuma iniciativa governamental de contenção ou remoção de favelas surtiu efeito, pois as pessoas que se instalavam na cidade em busca de emprego e melhores condições de vida acabavam encontrando na ocupação de morros uma das mais viáveis opções.

A partir da década de 1980, com a distensão dos anos de chumbo da ditadura militar e o seu fim, as autoridades governamentais passaram a adotar medidas diferentes e, em vez de negar e combater as favelas, começaram a desenvolver políticas para agregá-las ao tecido social. Desse período aos dias de hoje, muitas políticas públicas de moradia, saneamento e segurança foram desenvolvidas envolvendo a questão das favelas, com resultados tanto positivos como negativos.

3.2 Políticas públicas de meados da década de 1980 aos dias de hoje

Antes de falar sobre as políticas públicas de urbanização de favelas adotadas a partir da década de 1980, será abordada a questão do tráfico de drogas e o contexto de violência que o acompanha, fenômeno muito presente nesses espaços. O poder paralelo exercido pelo crime organizado afetou, e afeta, diretamente a vida nas favelas e reforça, através da mídia, a imagem negativa sobre seus moradores, a partir principalmente da segunda metade dos anos 1980. Conhecer essa realidade

faz-se necessário para a contextualização das favelas cariocas dos dias atuais e, especialmente, para o entendimento da favela Santa Marta. O documentário “Notícias de uma guerra particular” (NOTÍCIAS..., 1999), filmado em 1997 e 1998 na favela Santa Marta, retrata o dia a dia da guerra gerada pelo narcotráfico, enfocando os três lados envolvidos mais diretamente: o traficante, o policial e o morador da favela, que fica no meio do “fogo cruzado”.

De acordo com o livro UPP: Unidade de Polícia Pacificadora do Governo do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]), a história do narcotráfico no Rio de Janeiro teve início nos anos 1970, quando bandidos comuns se aliaram e fundaram o grupo Falange Vermelha. Na década de 1980, esse grupo se transformou na facção criminosa Comando Vermelho (CV), que era parceiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A FARC se tornou o principal fornecedor de cocaína aos traficantes brasileiros, representando 70% da droga que entrava no País em 2001 (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). O Brasil entrou na rota internacional da droga como ponto de distribuição e mercado consumidor. O CV controlava o tráfico de drogas e de armas, além de realizar assaltos a bancos, roubos de carros e sequestros no Rio de Janeiro. Em poder dos traficantes havia um armamento pesado, como pistolas, metralhadoras, fuzis, granadas e até armas antiaéreas.

Conforme Correia (2006), o narcotráfico ganhou espaço através dos vácuos deixados pelo poder público dentro das favelas. E se transformou numa alternativa de renda e poder para a população carente. É argumentado no livro do Governo Estadual do Rio de Janeiro ([2012]) que a exposição na mídia exercia fascínio sobre crianças e jovens das favelas, tornando-os facilmente aliciados. A soma de fatores, como ausência do poder público, retorno financeiro rápido e status de poder, tornou o crime organizado e o narcotráfico dentro das favelas uma atividade crescente.

A cidade do Rio de Janeiro passou a ser aterrorizada pelo crime organizado a partir da segunda metade da década de 1980. O tráfico estava mais bem armado do que a polícia, e as lideranças do CV continuavam a gerenciar o narcotráfico de dentro dos presídios. No fim da década de 1990, o governo reprimiu os pontos de venda de drogas, numa tentativa de enfraquecer o tráfico. Mas a resposta foi uma onda de sequestros, roubos e assaltos armados em grande escala. Muitos policiais corruptos foram cooptados pelo tráfico, dando origem à chamada “banda podre” da polícia. Surgiram outras facções criminosas e as milícias, nas comunidades. Outra

prática do crime organizado era roubar armas, munição e uniformes das polícias civil e militar e das forças armadas, o que gerava mais insegurança na população (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Todo esse contexto de criminalidade e violência serviu para definir ainda mais a imagem das favelas como locais de moradia de criminosos, aumentando o preconceito e a cisão entre os moradores do “asfalto” e do morro.

Dentro das favelas o crime organizado representava o poder, o chefe do tráfico de cada comunidade era considerado o "dono do morro". Era muitas vezes o “benfeitor” e o juiz local, e todos lhe deviam obediência. O tráfico de drogas era gerenciado como uma empresa, por vezes familiar, gerava empregos rentáveis e tinha plano de carreira. Muitas pessoas iniciaram sua vida no crime organizado na infância e adolescência, passando por todas as funções que o narcotráfico dispunha. O tráfico de drogas era visto, muitas vezes, como uma carreira profissional promissora e, para alguns, como uma das únicas oportunidades de crescimento profissional e social.

Mas o narcotráfico também mostrava seu lado perverso aos moradores das favelas. Estes eram obrigados a conviver com as "balas perdidas", causadas por guerras entre traficantes e policiais, e guerras entre facções e/ou traficantes rivais. Quando um novo traficante tomava o poder em determinado morro, os moradores deveriam se adaptar às novas regras, sob pena de serem expulsos da favela; e os aliados e familiares do grupo perdedor deveriam deixar a favela.

Outro problema era a função de juiz exercida pelos chefes do tráfico, pois a população ficava a mercê de suas decisões e penalidades, e o CV era conhecido pelos seus violentos “tribunais”. O narcotráfico passou também a controlar as Associações de Moradores, instituições representativas nas comunidades. Em todas as favelas, a comunidade se tornava refém dos traficantes que controlavam o poder, exercido na maioria das vezes com violência. Além disso, os moradores também temiam a polícia, conhecida nas favelas pelas frequentes torturas e abusos de poder infringidos aos moradores, envolvidos ou não com o tráfico de drogas.

As informações dispostas nos três últimos parágrafos foram baseadas no livro reportagem de Caco Barcellos, “Abusado: o dono do Morro Dona Marta” (BARCELLOS, 2012). A seguinte frase da primeira orelha do livro resume as condições de vida nas favelas cariocas, pelo menos até o ano de 2003, quando foi publicado: “[...] tudo o que uma favela pode ter de ruim, como as péssimas

condições de higiene, a pobreza, a desesperança e o medo da violência do tráfico e da brutalidade da polícia."

Após essa contextualização sobre a relação do narcotráfico com as favelas, retoma-se a questão acerca das políticas de urbanização que as envolve. A violência urbana foi um dos quesitos que estimulou a mudança de rumo dada às políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano. A percepção do aumento dos problemas urbanos em todo o Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro (muitos relacionados com a desigualdade social, como a violência e a precariedade habitacional materializada pelo imenso número de favelas) desencadeou uma reflexão sobre a necessidade de planejamento estratégico para lidar com os desafios da vida moderna cotidiana, como habitação, educação, saúde, emprego, infraestrutura, lazer, segurança etc. (CORREIA, 2006).

A mudança de abordagem em relação às favelas cariocas por parte das autoridades governamentais se deve, segundo Correia (2006), a uma transformação ocorrida na década de 1980 no paradigma de formulação de políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano, que chegou ao Brasil através da sociologia urbana marxista francesa relacionada com a instauração de um Estado de Bem-Estar Social. De acordo com a autora, as principais diretrizes foram políticas de seguro social e de construção de habitações populares.

Já em 1979 ocorreu uma das primeiras iniciativas destinadas ao melhoramento das condições de vida em favelas cariocas. O BNH iniciou o Pró-Morar, projeto que urbanizou seis favelas. Nesse mesmo ano, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que implantou o Programa de Educação Sanitária e o Programa Mutirão Remunerado, voltado a utilizar mão de obra das próprias comunidades para a realização de obras de infraestrutura (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003). Também em 1979, a Igreja Católica fundou um programa de assistência jurídica baseado na tradição da teologia da libertação e ajudou os moradores de favela a lutarem pela posse da terra, conseguindo parar 17 remoções (OSBORN, 2013a).

Em 1983, o governo estadual do Rio de Janeiro, na gestão de Leonel Brizola, lançou o programa "Cada Família, Um Lote", a contrapartida estadual do programa Mutirão. O programa estadual objetivava, principalmente, a regularização fundiária das favelas (regularizando 400 mil lotes clandestinos), melhorias urbanas e manutenção da população na própria comunidade (RIO DE JANEIRO (CIDADE),

2003; CORREIA, 2006; OSBORN, 2013a; RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). Foram beneficiadas 17 favelas (OSBORN, 2013a).

Em 1985 a democracia retornou ao Brasil, e os analfabetos passaram a ter direito a voto, o que aumentou o número de eleitores moradores de favelas, totalizando um quarto dos eleitores. Para Osborn (2013a) esse foi o motivo para o usucapião ter sido garantido na Constituição Federal, promulgada em 1888, determinando que a terra fosse de propriedade de quem a ocupasse por mais de cinco anos.

Em 1992, o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro defendeu que as favelas fossem urbanizadas e integradas à cidade; isso significava que “[...] os que ali habitam não devem ser afastados com base em sua periculosidade ou possível contágio para o centro urbano como antes era alegado.” (CORREIA, 2006, p. 38). Os artigos 148 e 151 declaravam o objetivo de “integrar as favelas à cidade formal” e “preservar seu caráter local”, representando um grande avanço em relação ao Código de Obras de 1937, que se referia às favelas como “aberração” (OSBORN, 2013b). O Plano Diretor, segundo Pereira (2010), é fruto de conquistas dos movimentos sociais, no período da redemocratização brasileira, nos anos 1980. Em 1994, durante o governo do Prefeito César Maia, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação (SMH-RJ), com o objetivo de propor novos caminhos para a política habitacional. No mesmo ano, foi lançado o programa Favela-Bairro, que foi inspirado nas ideias presentes no Plano Diretor (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CORREIA, 2006, p. 38; PEREIRA, 2010; RIO DE JANEIRO (CIDADE), [201-]a). Em vez de focar em residências particulares, como fez a CODESCO na década de 1960, o Favela-Bairro definiu espaços públicos como sua prioridade, além de prometer que cada projeto de urbanização seria amplamente discutido pelos membros da comunidade (OSBORN, 2013b).

O Programa Favela-Bairro era coordenado pela SMH-RJ e foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Inserido numa das sete estratégias definidas no Plano Diretor, o Rio Integrado, tinha o objetivo de urbanizar as favelas, integrando-as à cidade. Isso foi feito através da implantação de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos, e desenvolvimento de políticas sociais nas comunidades beneficiadas. As favelas foram selecionadas através dos seguintes critérios: possuir entre 500 e 2.500 domicílios (classificadas como de tamanho médio), apresentar déficit de infraestrutura, possibilidade de

urbanização e carência socioeconômica. As exceções a essa regra eram as áreas de risco, as faixas marginais de proteção de águas superficiais, as faixas protetoras de adutoras e de redes elétricas de alta tensão, vãos e pilares de viadutos; além das faixas de domínio de estradas e as unidades de conservação ambiental e terrenos do patrimônio municipal. (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CORREIA, 2006, p. 38; OSBORN, 2013b; RIO DE JANEIRO (CIDADE), [201-]a).

Na primeira fase do programa, que foi até o ano de 2000, teve como principal missão integrar e solucionar problemas, como saneamento básico, drenagem, contenção e serviços sociais (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CORREIA, 2006). Até a conclusão da primeira fase, 38 favelas tinham recebido melhorias, incluindo favelas beneficiadas por programas paralelos, como o Favela Bairrinho para comunidades com menos de 500 domicílios, e Grandes Favelas, para comunidades com mais de 2.500 (OSBORN, 2013b).

Na segunda fase, o objetivo foi a intensificação dos serviços sociais e a geração de renda (RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2003; CORREIA, 2006). Nessa fase foram urbanizadas outras 62 favelas e 24 loteamentos irregulares. O desenvolvimento da segunda fase do programa se expandiu na inclusão de creches e centros de informática, oferecendo treinamento em higiene e desenvolvimento da comunidade e até algumas titulações de propriedade (OSBORN, 2013b).

No *website* do programa ainda há referência a uma terceira fase, mas que, pelo que se conseguiu apurar, não se efetivou. Segundo o governo municipal, nessa fase, além de dar continuidade às obras de urbanização e infraestrutura, o programa Favela-Bairro atuaria para:

[...] a melhoria das moradias e um conjunto de ações sociais integradas à urbanização, como educação de jovens e adultos, programas de qualificação profissional e geração de renda, instalação de postos do Programa de Saúde da Família (PSF) e o Projeto Segurança Cidadã de combate à violência. (RIO DE JANEIRO (CIDADE), [201-]a, *online*).

O Programa também pretendia nessa fase implantar um sistema de controle e monitoramento da expansão horizontal e vertical das favelas, através de imagens geradas por satélite (RIO DE JANEIRO (CIDADE), [201-]a).

Não foram encontrados no *website* da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro dados sobre o número de favelas atendidas pelo programa Favela-Bairro, mas Pereira (2010) afirma que em 2008 a Prefeitura divulgava que haviam sido

atendidas 143 favelas e beneficiados aproximadamente 556 mil moradores. Já Osborn (2013b) afirma que até 2008 foram atendidas 168 favelas e loteamentos no Rio de Janeiro. Porém, entre 2005 e 2008, os projetos do Favela-Bairro estavam atrasados e sem fundos, “[...] com muitos empreiteiros abandonando o projeto pelas dificuldades das condições de trabalho.”; mas, em 2010, esses projetos em atraso passaram a ter uma nova fonte de financiamento e um novo nome, Morar Carioca (OSBORN, 2013b, *online*).

Pereira analisou duas comunidades em que o programa foi implantado (do Parque Royal e do Parque Proletário do Grotão), com o objetivo de compreender duas questões muito presentes no Plano Diretor e na concepção do Programa Favela-Bairro: a) a participação da população local na tomada das decisões; e b) a integração da favela ao bairro. Em relação à primeira questão, constatou que não ocorreu a participação efetiva da população na tomada das decisões. Sobre a segunda, concluiu que não houve a integração desejada pelo Programa entre bairro e favela, pois “[...] a população do bairro não passou a utilizar os equipamentos e serviços prestados nas favelas [...]”, apesar de estes terem sido concentrados nas áreas contíguas aos bairros (PEREIRA, 2010, p. 14).

Além disso, o autor percebeu que a priorização de determinadas áreas das favelas (as mais limítrofes aos bairros) reforçou a segmentação interna que já existia nestas. Outros problemas destacados por Pereira nas favelas analisadas foram a falta de manutenção e o crescimento desordenado, fatores que comprometiam a infraestrutura e os equipamentos urbanos instalados pelo programa.

Segundo Osborn (2013b):

[...] o programa de urbanização Favela-Bairro de fato operou uma mudança em relação ao estigma das favelas, tratando-as como comunidades dignas e merecedoras de fundos públicos em larga escala, mas ao mesmo tempo vários projetos deterioraram rapidamente por falta de manutenção e pela qualidade inferior dos materiais usados.

Além disso, a autora afirma, com base em depoimentos de moradores, que em Acari também não houve participação da comunidade durante a implementação do programa.

Outro programa que teve interferência nas favelas, em escala nacional, foi o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), lançado em 2007. O programa levou infraestrutura e assistência social a comunidades pobres (OSBORN, 2013c).

Segundo o Ministério do Planejamento, o programa “[...] promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” (BRASIL, [201-]c, *online*). Em 2011, foi iniciada a segunda fase do PAC, com “[...] mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.” (BRASIL, [201-]c, *online*). Algumas das grandes intervenções do PAC em favelas do Rio de Janeiro foram o teleférico no Complexo do Alemão e a ponte projetada por Oscar Niemeyer na entrada da Rocinha, projetos chamativos que eram visíveis das bordas das comunidades, como afirma Osborn (2013c), além de habitação pública e aquisição de equipamentos culturais.

Outra política pública de intervenção nas favelas cariocas que está em andamento atualmente diz respeito ao combate ao narcotráfico armado. Trata-se das UPPs, que se originaram de um programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro para retomar territórios dominados por grupos criminosos ligados, principalmente, ao tráfico de drogas. A primeira unidade foi implantada em 2008, na favela Santa Marta. Segundo o Governo do Estado, "A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades, numa região urbana que tem sua área definida por lei." (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2013], *online*). As UPPs estão sob o comando da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) e, administrativamente, cada uma está vinculada a um batalhão da Polícia Militar. A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) é a que “[...] tem como principal objetivo coordenar a implementação e as ações operacionais das Unidades de Polícia Pacificadora da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), bem como avaliar e monitorar o funcionamento delas.” (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012], *online*).

A estratégia das UPPs é trabalhar com os princípios da "polícia de proximidade" que, conforme o programa, é um conceito mais amplo do que o de polícia comunitária, pois “[...] tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública.”, através do diálogo e do respeito à cultura e às características de cada comunidade (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012], p. 23). Segundo o programa governamental, os objetivos de implantação das UPPs estão fortemente ligados à ampliação das possibilidades de exercício da cidadania, não apenas pela pacificação, mas pelos benefícios possíveis

de serem conquistados que vem com ela. Entre os objetivos descritos no portal UPP estão:

a) [...] retomar territórios antes dominados por grupos criminosos ostensivamente armados e estabelecer o Estado Democrático de Direito; b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; [...] c) permitir a entrada ou a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada [...]; d) aumentar a formalização das atividades econômicas e dos serviços no local, bem como da vida dos moradores em geral [...] (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2013], *online*).

Para possibilitar sua viabilização, o programa das UPPs engloba parcerias entre os governos municipal, estadual e federal, iniciativa privada e instâncias da sociedade civil organizada, a fim de viabilizar a existência de projetos educacionais, culturais, esportivos, de inserção social e profissional, e voltados à melhoria da infraestrutura. Segundo dados constantes no portal UPP, foram 36 unidades implantadas e 1,5 milhão de pessoas beneficiadas (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2013]; (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]).

Este Programa, assim como outros, recebeu diversas críticas. Entre elas, o fato de que, nos primeiros anos, as comunidades pacificadas pertenciam todas à zona sul da cidade, o que fazia parecer uma tentativa de “limpar” a área mais nobre da cidade. Além disso, há muitas críticas e descontentamentos a respeito da forma como tal política tem sido desenvolvida e como os moradores das favelas são tratados pelas autoridades policiais. Isso é mais especificado nas seções 6 e 7, que se destinam a apresentar os resultados desta tese.

Em relação ao programa Morar Carioca, lançado em 2010, seu delineamento e promessas são audaciosos, como consta no *website* de divulgação:

O programa, que tem como proposta a reurbanização de todas as favelas do Rio até 2020 e é um dos mais importantes legados olímpicos da cidade, já beneficia 55 comunidades. Mais do que apenas novas unidades habitacionais, o Morar Carioca representa o maior projeto de urbanização popular da história do país e contempla as áreas de infraestrutura, paisagismo, implantação de áreas de lazer e equipamentos educacionais, oferecendo maior conforto e dignidade a moradores das áreas mais carentes da cidade. O projeto tem como principais focos a sustentabilidade e um novo tipo de ocupação do solo, transformando áreas até então consideradas de risco em locais seguros para a população (RIO DE JANEIRO (CIDADE), [201-]b).

O Morar Carioca foi desenhado para aproveitar o aprendizado do programa Favela-Bairro e dar sequência ao seu trabalho, por isso muitas vezes é chamado na

literatura de Favela Bairro Fase III (OSBORN, 2013c). Apesar de ter sido lançado em 2010, as diretrizes oficiais para o programa Morar Carioca só foram publicadas em 2012, no decreto nº 36388 de 29 de outubro de 2012, tendo ficado parado até então. No decreto (artigo 1 inciso 2º) é garantida, assim como no Favela-Bairro, a participação das comunidades na tomada de decisão a respeito dos projetos de urbanização em cada comunidade:

Fica assegurada a participação da sociedade organizada em todas as etapas de execução do Morar Carioca através de assembleias e reuniões nas comunidades e de apresentações e debates abertos à participação da sociedade civil organizada e aos cidadãos.

O projeto também se comprometeu a implementar novas regras de zoneamento para cada favela urbanizada, transformando cada uma em uma Área de Especial Interesse Social (AEIS), com base nas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) e de acordo com o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, que estabeleceu essas áreas a fim de garantir a sua preservação contínua com moradias a preços acessíveis (OSBORN, 2013c). Seguindo as diretrizes do Morar Carioca, todas as empresas tiveram um assistente social ou um antropólogo na equipe, a fim de fazer avaliações qualitativas do uso atual do espaço público nas comunidades. Também foi contratada a ONG Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase) para realizar um diagnóstico social (OSBORN, 2013c).

No entanto, o que parecia ser uma política pública de moradia adequada para as favelas, que as beneficiaria respeitando e valorizando as comunidades e os sujeitos locais, acabou não se efetivando. Segundo informações de Osborn (2013c, *online*):

[...] houve pelo menos um caso de uma comunidade em que foi inicialmente prometida as urbanizações do Morar Carioca e que recebeu agentes do iBase fazendo levantamentos sobre preferências e necessidades da comunidade mas que, em seguida, [os moradores] foram informados de que ao invés da urbanização eles enfrentariam a remoção completa.

Segunda a autora, “Na maioria dos casos, após os primeiros passos positivos, os moradores estavam esperando entusiasmados [...]”, mas até maio de 2013 os projetos ainda não haviam sido iniciados (OSBORN, 2013c, *online*).

Outra crítica feita pela mesma autora ao desenvolvimento do Morar Carioca é que foi prometido inicialmente que todas as favelas com mais de 100 moradias seriam beneficiadas pelo programa, através de urbanizações participativas, mas

“[...] a cidade já começou com intervenções não participativas – até remoções forçadas – em várias favelas que se encaixam nessa descrição [...]”. Segundo ela, em janeiro de 2013 o contrato com o iBase foi desfeito e diversas placas que diziam que o Morar Carioca estava presente nas comunidades foram retiradas, causando desapontamento no moradores (OSBORN, 2013c). Além disso, muitas favelas que são identificadas com tendo o Morar Carioca em andamento, estão recebendo na verdade obras de urbanização que já haviam sido agendadas através do PAC por vários anos e que estão sendo realizadas com seu financiamento, mas agora sob o rótulo do Morar Carioca. Da mesma forma, a prefeitura municipal tem usado o nome do Morar Carioca para se referir a todos os tipos de melhorias realizadas, mas que não foram projetadas como parte do programa (OSBORN, 2013c). Dessa forma, o Morar Carioca, como originalmente concebido, quase não foi implementado.

Um dos grandes resultados negativos das urbanizações e intervenções estatais realizadas até o momento nas favelas cariocas é o rápido aumento nos preços das moradias, o que provoca o processo de gentrificação (OSBORN, 2013c). O fenômeno chamado de gentrificação diz respeito aos efeitos que as intervenções de requalificação urbana podem causar nas áreas atingidas, pois existem muitos casos em que famílias moradoras mais pobres são substituídas por outras de classe econômica superior (SILVA, 2006). Isso se dá devido ao conseqüente aumento no custo de vida da região afetada pelas melhorias, promovido pela especulação imobiliária e pelo aumento no custo de bens e serviços, o que “expulsa” as famílias de renda insuficiente para sua manutenção no local.

Osborn (2013c) ressalta que é importante garantir o passo do zoneamento dessas comunidades como o previsto para as ZEIS (áreas reconhecidas e mantidas como habitação social), mas isso não tem sido cuidadosamente aplicado. Segundo ela, para muitos moradores de favelas, a consequência dessa especulação imobiliária é que eles já não podem mais sustentar-se em suas casas. A autora exemplifica usando o caso do Complexo de favelas do Alemão (que recebeu UPPs e urbanizações do PAC), em que mais de 400 famílias tiveram que deixar suas casas devido ao preço do aluguel ter subido mais de 300%. Sendo assim, líderes comunitários e acadêmicos locais referem-se ao processo de gentrificação em favelas como um segundo tipo de remoção: a “remoção branca”, em que as pessoas são obrigadas a deixar o local por não terem condições financeiras de se manter.

Todo esse contexto tem relação com o momento atual em que vive o País de preparação das cidades para os jogos olímpicos e a Copa do Mundo, e interfere na forma como vêm sendo realizadas as intervenções em favelas no Brasil e, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Esse cenário envolve remoções de favelas em prol do “embelezamento” da cidade nas proximidades dos locais de realização das competições, corrupção em torno das obras de infraestrutura urbana, encarecimento do custo de vida.

Reportagem de janeiro de 2011 no jornal Extra (BASTOS, 2011, *online*) afirma que a segunda fase do programa Morar Carioca: “[...] vai concentrar seus trabalhos em comunidades localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste. Nessa etapa, serão urbanizadas 216 favelas [...]”. A reportagem afirma: “A ideia é encontrar soluções urbanísticas que ajudem a integrar as favelas à cidade formal, com abertura de ruas, construção de áreas de lazer e esporte, remoção de famílias de áreas de risco e melhorias habitacionais [...]”. A previsão, segundo a reportagem, era que os primeiros projetos comesçassem a ter as obras licitadas em setembro e que os trabalhos fossem iniciados em dezembro, e realizados durando dois anos, a fim de que a segunda fase estivesse pronta até a Copa do Mundo de 2014. Como foi visto, nesse período o Morar Carioca ainda não possuía nem suas diretrizes decretadas.

O que isso faz parecer é que como as obras não seriam concluídas, a opção adotada foi a remoção dessas favelas. Outra questão séria é que a previsão as remoções apenas seriam realizadas apenas nos casos em que estivessem assentadas em áreas de risco, mas ao que tudo indica isso não tem sido cumprido. Como afirma Osborn (2013c), “[...] o nome do programa [Morar Carioca] tem sido utilizado até agora pelas autoridades locais em muitos casos para realizar intervenções autoritárias e unilaterais em favelas do Rio de Janeiro.”

Conforme Tapley (2012, *online*), desde outubro de 2009, quando o Rio foi escolhido para sediar as Olimpíadas de 2016, mais de 8.000 pessoas foram expulsas de suas casas e dezenas de milhares ainda serão alvo de remoção. Segundo a autora, “Remoção forçada não deve ser confundida com o reassentamento consensual, a primeira é não consensual por natureza e viola legislação municipal, estadual e federal, bem como os amplamente defendidos direitos humanos.” A autora analisou a extensa documentação das remoções de oito favelas, as remoções parciais de diversas outras e relatórios de mais 11 favelas sob

ameaça de remoção, e afirma que os seguintes padrões de abusos foram encontrados em comum: falta de notificação, táticas violentas e intimidadoras, indenização injusta ou ausência de indenização e falta de razão justificável para a remoção.

Em 03 de dezembro de 2013 foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal carioca denominada “Remoções por Grandes Projetos no Rio de Janeiro”. Nessa ocasião, Carlos Vainer, professor de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentou as seguintes estatísticas sobre as remoções: “Na ditadura militar, cerca de 35 mil pessoas foram removidas no Rio. No processo atual, cerca de 70 mil pessoas serão removidas de suas casas, isso em um regime supostamente democrático e de direito”. Afirmou, ainda, que o verdadeiro “legado” dos megaeventos será “[...] uma dívida pública acrescida, uma cidade brutalmente segregada, o poder público cada vez mais autoritário.” (CRUMPLER; STEIKER-GINZBERG, 2013, *online*).

Em entrevista ao Terra em 04 de fevereiro de 2014, Raquel Rolnik, relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, afirmou:

O legado urbanístico que a Copa do Mundo vai deixar não é significativo. Alguns projetos viários e de infraestrutura relacionados com os deslocamentos necessários para o evento [...] estão sendo feitos, mas essas não eram as prioridades de mobilidade. [...] Ações esperadas, como a despoluição da Baía de Guanabara e a melhoria das condições de saneamento gerais da cidade, não foram realizadas. Por outro lado, para a implantação desses projetos de infraestrutura foi necessário remover comunidades e assentamentos que se encontravam naqueles locais há décadas sem que uma alternativa adequada de moradia tenha sido oferecida. Para as pessoas diretamente atingidas, ao invés de um legado, a Copa deixa um ônus. (BIANCHI, 2014).

[...]

Os procedimentos adotados durante as remoções não correspondem ao marco internacional dos direitos humanos, que inclui o direito à moradia adequada, nem respeitam a forma como elas devem ocorrer. O direito à informação, à transparência e à participação direta dos atingidos na definição das alternativas e de intervenção sobre as suas comunidades não foi obedecido. As pessoas receberam compensações insuficientes para garantir seu direito à moradia adequada em outro local e, em grande parte dos casos, não houve reassentamento onde as condições pudessem ser iguais ou melhores daquelas em que se encontravam. Nos casos em que aconteceu algum tipo de reassentamento para o Minha Casa Minha Vida, esse se deu em áreas muito distantes dos locais originais de moradia, prejudicando os moradores no acesso aos locais de trabalho, meio de sobrevivência e a rede socioeconômica que sustenta na cidade. (BIANCHI, 2014).

Raquel aborda ainda a questão referente ao crescimento da especulação imobiliária, dizendo que o efeito disso:

[...] é a expulsão dos setores de menor renda das áreas mais urbanizadas, com acesso a serviços, oportunidades etc. Há um descolamento em direção a periferias desqualificadas, sem urbanidade, com impactos enormes sobre a mobilidade e as condições de vida da população. Além de gerar, e isso já está claro em São Paulo e no Rio, um aumento na quantidade de pessoas morando na rua e sem teto. (BIANCHI, 2014).

Como se percebe, essas condições são exatamente as mesmas com que as remoções foram realizadas no governo Lacerda e durante a ditadura militar. A diferença agora é que a sociedade, de modo geral, e, muitas vezes, a própria mídia, tem mais sensibilidade ao tratar a questão. Dessa forma:

Na trajetória histórica da questão “remover ou urbanizar”, o atual governo da cidade chegou a um terceiro caminho contraditório com o Morar Carioca: a proclamação de urbanizações, mas uma prática que enfatiza remoções de residências, tanto através da demolição escancarada ou habilitando a gentrificação. (BIANCHI, 2014).

De qualquer maneira, para as pessoas mais diretamente atingidas, as políticas públicas adotadas em relação às favelas cariocas continuam sendo tão, ou mais, cruéis quanto foram durante toda a história desses assentamentos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que adotou como método o estudo de comunidade. Uma das situações em que se opta pela abordagem qualitativa é a que justifica a escolha nesta pesquisa, "[...] descobrir e entender a complexidade e a interação de elementos relacionados ao objeto de estudo." (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 135)¹. Nesta pesquisa, a complexidade está em entender a relação que se estabelece num contexto social específico entre informação, cidadania e inclusão digital.

A pesquisa qualitativa se opõe ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza (GOLDENBERG, 2007). Uma das características mais marcantes da pesquisa qualitativa está na distinção entre "natureza" e "cultura", vinda da sociologia compreensiva, que postula a necessidade de um procedimento metodológico diferente do utilizado nas ciências físicas e matemáticas para estudar os fenômenos sociais. O filósofo alemão Dilthey (1833-1911) diferenciou o método das ciências naturais, que busca generalizações e a descoberta de regularidades (através do conceito de *erklären* – explicar), do das ciências sociais, que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas (através do conceito de *verstehen* – saber) (GOLDENBERG, 2007).

Assim, a pesquisa qualitativa tem no ambiente natural em que ocorrem os fatos e no qual se dão as práticas socioculturais a sua fonte de dados, pois, conforme as ideias de Max Weber (1864-1920), o maior representante da sociologia compreensiva, "[...] o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos." (GOLDENBERG, 2007, p. 19). Por isso "[...] para estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais é necessário que o pesquisador entre em contato direto e prolongado com o ambiente no qual o fenômeno está inserido." (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 136), a fim de ele próprio se tornar capaz de entender e interpretar os significados das ações sociais.

¹ Com base em Lazarsfeld (1901-1976), pesquisador que deu início às investigações qualitativas.

Foi escolhida apenas uma favela como campo empírico desta pesquisa e adotado o método de estudo de comunidade para que se pudesse abordar o problema a ser estudado de forma aprofundada, e a partir do entendimento do contexto local. A possibilidade de entendimento aprofundado da questão é a principal vantagem dessa opção metodológica. Como desvantagem pode-se citar a menor possibilidade de generalização dos resultados; caso se tivesse optado por um estudo que envolvesse diferentes favelas, poderia se ter maior potencial de generalização, mas se perderia em aprofundamento da questão. Dessa forma, o que se pretendeu como resultado final da pesquisa foi uma compreensão mais profunda da relação que se estabelece entre informação, cidadania e inclusão digital em apenas uma realidade, que possuísse as características de interesse para a pesquisa hiperdimensionadas.

Como foi mencionado na seção de introdução desta tese, o conceito de comunidade é discutido mais aprofundadamente na próxima seção, 5. Para a explicação metodológica é suficiente dizer que há quatro variáveis essenciais a se considerar na definição de comunidade: espacial, populacional, organizacional e temporal; e todas elas concorrem para a configuração da favela Santa Marta como uma comunidade.

As variáveis espacial e populacional são de certa forma comuns a todas as modalidades de comunidade definidas no sentido biótico, isto é, um agregado de seres vivos explorando os recursos ecológicos de uma determinada área territorial; as variáveis organizacional e temporal é que lhe conferem um sentido propriamente humano: mais do que uma população ocupando um certo espaço geográfico, a comunidade humana envolve um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente constituído [...] (ARENSBERG, 1961 apud GOLDWASSER, 1974, p. 71).

Dessa forma, no contexto desta pesquisa, uma comunidade pode ser descrita, de forma sintética, como sendo um agrupamento de pessoas residindo num espaço limitado geográfica, histórica e culturalmente.

O estudo de comunidade visa a um entendimento geral e contextual acerca de determinada comunidade. Segundo Figueiredo (1994, p. 65), envolve "[...] o estudo de dois elementos: as características da comunidade e os significados dessas características." Dessa forma, estudar uma comunidade envolve não apenas recolher um conjunto de dados históricos e sociodemográficos, mas também entender a estrutura social e organizacional da comunidade, conhecer a cultura

local, as práticas, seus significados e valores; em última instância, envolve entender o que representa pertencer à comunidade.

A escolha do método de estudo de comunidade se deveu à necessidade de se conhecer e entender, mais amplamente, o contexto (sociodemográfico, histórico e cultural) da favela Santa Marta. O entendimento da comunidade forneceu um pano de fundo para a interpretação dos significados das ações, opiniões e atitudes dos sujeitos frente às TICs, à informação digital e ao exercício da cidadania.

Pode-se dizer que um estudo de comunidade tem os mesmos princípios de um estudo de caso, pois ambos se baseiam no estudo aprofundado de uma única realidade. Segundo Goldenberg (2007, p. 33), o estudo de caso se caracteriza por considerar "[...] a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade [...]". A partir desse ponto de vista, o estudo de comunidade pode ser visto como um tipo específico de estudo de caso.

O estudo de caso é um "[...] método [que] supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso." (GOLDENBERG, 2007, p. 33), se configurando em "[...] um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica." (OLIVEIRA, 2007, p. 55). Como foi dito mais acima, se pretendeu entender o objeto de estudo a partir de um único caso que possuísse as características que compõem o fenômeno, a fim de contribuir com o conhecimento acerca da inclusão digital, de modo geral.

O estudo de caso consiste em uma análise holística, que:

[...] reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2007, p. 33-34).

Foram utilizadas três principais técnicas de coleta de dados para a realização desta pesquisa, são elas: pesquisa bibliográfica/documental, observação participante (*in loco* e *online*), e entrevista (informal e guiada). Os instrumentos utilizados para o registro das informações coletadas na pesquisa de campo foram diário de campo, gravador de voz e máquina fotográfica. A seguir essas técnicas são esclarecidas e, na subseção seguinte (4.1), é descrito como foram aplicadas.

Pesquisa bibliográfica e documental diz respeito a dados obtidos de forma indireta, escritos ou não. Contudo, há divergência entre os autores a respeito dessas denominações. Marconi e Lakatos (2010, p. 166) diferenciam pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, sendo que a primeira se baseia em fontes secundárias (“[...] desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.”) e a segunda em fontes primárias (por exemplo, documentos de arquivos públicos ou privados, cartas, contratos, diários, desenhos, estatísticas, fotos e outros). Já para Gil (2011, p. 147), o termo pesquisa documental abrange tanto fontes de informação primárias quanto secundárias, se constituindo na coleta de dados “[...] obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos [...]”.

Independente a essas diferenças terminológicas, adotou-se nesta pesquisa o termo pesquisa bibliográfica/documental para designar a técnica de coleta de dados realizada de forma indireta. Essa técnica de coleta de dados foi utilizada principalmente para responder ao primeiro objetivo específico (contextualizar a favela no que diz respeito às suas características sociodemográficas, históricas, culturais e comunitárias), complementada pela observação participante e pelas entrevistas realizadas. Essa técnica também foi útil para complementar as informações coletadas em campo acerca do segundo objetivo específico (relacionar os espaços, instituições e grupos de acesso às TICs, informação e cidadania com a apropriação das TICs e as práticas informacionais mais usuais na favela).

A observação participante é uma técnica de coleta de dados em campo abrangente, “[...] combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas, e a introspecção.” (DENZIN, 1978, p. 183 apud PATTON, 1990, p. 206; DENZIN, 1989, p. 157-158 apud FLICK, 2007, p. 152)². Essa técnica é “[...] adequada ao investigador que deseja compreender um meio social que, *a partida, lhe é estranho ou exterior* e que lhe vai permitir integrar-se progressivamente nas atividades das

² DENZIN, Norman K. **The research act**: a theoretical introduction to sociological methods. New York: McGraw Hill, 1978.

DENZIN, Norman K. **The research act**: a theoretical introduction to sociological methods. Chicago: Aldine, 1989.

peças que nele vivem.”, permitindo uma coleta de dados sobre ações, opiniões e perspectivas (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2004, p. 155).

O instrumento utilizado para registro das informações coletadas através dessa técnica foi diário de campo, máquina fotográfica e gravador de voz. As conversas informais não foram gravadas, apenas registradas no diário de campo; mas algumas falas, em eventos, foram gravadas. O registro no diário de campo foi feito após as observações, o que segundo Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2004), possibilita uma forma mais ativa de observação participante, permitindo ao observador maior envolvimento durante os acontecimentos e pontos de vista dos indivíduos. Em alguns casos, o registro em diário de campo foi feito no formato de gravação e, após, transcrito.

Também foi realizada observação participante *online*, através da rede social Facebook. Há uma ampla discussão em torno da transposição de métodos e técnicas de pesquisa de campo para o meio virtual, sendo que a observação participante *online* se trata de utilizar os mesmos princípios da observação participante *não online* para acompanhar determinada comunidade virtual, respeitando, obviamente, as devidas diferenças que há entre os meios virtuais e os reais (SÁ, 2002; BRAGA, 2006).

A observação participante é muitas vezes associada à técnica de entrevista (PATTON, 1990; LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2004). Para Patton, em observação participante não há diferença entre os processos de observação e os processos de coleta de dados através de entrevistas. Contudo, nesta pesquisa, diferenciaram-se três situações: as conversas informais (não gravadas), que foram consideradas parte da observação participante, as entrevistas informais e as entrevistas guiadas (ambas gravadas e realizadas com autorização e marcação prévias) (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido presente no Apêndice A).

As entrevistas variam basicamente entre estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas (com diferentes denominações dadas por diferentes autores), de acordo com a rigidez de formulação e ordenação das questões. O grau de estruturação traz consequências no menor ou maior grau de liberdade tanto para o entrevistador quanto para o entrevistado, e menor ou maior nível de aprofundamento das informações obtidas (RICHARDSON et al., 2012). Entre os dois extremos de entrevistas (estruturadas e não estruturadas) pode haver uma infinidade de possibilidades, com maior ou menor grau de estruturação.

Nesta pesquisa adotou-se, com base em Patton (1990), a entrevista informal (*informal conversational interview*)³, que é não estruturada, e possibilita manter o máximo de flexibilidade a fim de obter informações a partir do que emerge durante a entrevista, não havendo perguntas pré-definidas. Dessa forma, “Os dados coletados na entrevista de conversação informal serão diferentes para cada pessoa entrevistada.” (PATTON, 1990, p. 281, tradução da autora da tese).

Também foi adotada a técnica de entrevista guiada (*interview guide*)⁴, que é semiestruturada e consiste em “[...] uma lista de dúvidas ou questões que vão sendo exploradas no curso de uma entrevista.” (PATTON, 1990, p. 283, tradução da autora da tese), garantindo que basicamente as mesmas informações sejam obtidas de todos os entrevistados (roteiro das entrevistas guiadas presente no Apêndice B). De posse dessas dúvidas ou questões listadas em tópicos, “[...] o entrevistador é livre para explorar, sondar e fazer perguntas que vão elucidar e esclarecer o assunto específico.” (PATTON, 1990, p. 283, tradução da autora da tese), podendo construir uma conversa dentro de cada tópico particular da forma que melhor convier a cada situação de entrevista e a cada sujeito entrevistado. Dessa forma, “As questões seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente.” (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 31). O roteiro de tópicos da entrevista guiada pode ser desenvolvido com mais ou menos detalhes.

Ambos os tipos de entrevistas foram registrados com gravador de voz e posteriormente transcritos. Para a transcrição foi contratada uma empresa especializada, com a qual foi firmado um “Termo de sigilo e confidencialidade” (Anexo A), a fim de garantir o cumprimento dos itens presentes no “Termo de consentimento livre e esclarecido”. Além disso, durante as entrevistas guiadas, foi utilizado diário de campo para realizar anotações mais pontuais da fala (datas, nomes de pessoas, de instituições etc.), assim como percepções acerca do

³ Apesar do autor se referir a esta técnica como “entrevista de conversação informal”, o que foi considerado conversa informal nesta pesquisa se diferencia do que foi considerado como entrevista informal. A primeira foi considerada parte da observação participante, não foi gravada nem precedeu autorização formal, apesar das pessoas serem informadas de que eu estava realizando uma pesquisa, na maioria dos casos. A segunda foi mais formalizada, pois foi precedida de contato prévio e de autorização formal, e foi gravada.

⁴ Adotou-se o termo entrevista guiada como versão em português para *interview guide*, conforme Richardson e colaboradores (2012), mas também aparecem outras traduções na literatura brasileira, como: guia de entrevista (ROSA; ARNOLDI, 2008), entrevista por pautas (GIL, 2011) e entrevista focalizada (MARCONI; LAKATOS, 2010).

ambiente e do comportamento do entrevistado. Também foi registrado no diário de campo data, local e horário de realização da entrevista, nome do entrevistado e posição ocupada na comunidade, tendo em vista que os sujeitos selecionados para as entrevistas foram pessoas-chave, que exercem liderança ou influência comunitária, ou que estejam engajadas em instituições ou grupos comunitários.

A seleção de uma amostra da população estudada para a realização de entrevistas parte de duas questões primordiais: quem e quantos entrevistar? (GRISA, 2003; ROSA; ARNOLDI, 2008). Rosa e Arnoldi ainda citam uma terceira questão: quantas vezes?

Para a definição de quem seriam os sujeitos da pesquisa foram utilizadas conjuntamente duas técnicas de amostragem qualitativa: intensidade (*intensity sampling*) e “bola de neve” (*snowball sampling*). A amostra de intensidade “[...] consiste em casos ricos em informação que manifestam o fenômeno de interesse intensamente [...]” (PATTON, 1990, p. 171, tradução da autora da tese). Foram selecionadas pessoas-chave (lideranças comunitárias, pessoas influentes), por serem replicadoras de informação, além de mais engajados em questões relacionadas à cidadania, admitindo-se que essas pessoas possam representar mais amplamente as ações, opiniões e atitudes que relacionam informação, cidadania e inclusão digital na favela. Esse tipo de amostra envolve informação prévia sobre o campo.

A amostra de tipo “bola de neve” “É uma abordagem para localizar informantes-chave ricos em informação ou casos críticos.” (PATTON, 1990, p. 176, tradução da autora da tese), ou seja, também parte do princípio de que os sujeitos selecionados devem possuir características de interesse para o estudo. A seleção dos sujeitos a partir dessa técnica de amostragem é feita solicitando-se aos entrevistados que indiquem outras pessoas que possuam determinadas características, isto é, que se adequem ao perfil definido para a amostra. O cuidado que se deve ter em relação a essa técnica de amostragem é para que não se fique restrito a um grupo fechado de respondentes, em vez de se compor uma amostra representativa. Nesta pesquisa, este viés foi evitado associando a técnica de amostragem de intensidade à de “bola de neve”.

Em relação à segunda questão, quantos sujeitos entrevistar, não há, em pesquisa qualitativa, como definir previamente uma quantidade ideal de entrevistas a serem realizadas, “O tamanho da amostra depende do que você quer saber, o

propósito da investigação, o que está em jogo, o que vai ser útil, o que vai ter credibilidade, e o que pode ser feito com o tempo e os recursos disponíveis.” (PATTON, 1990, p. 184, tradução da autora da tese). Segundo Cáceres (1997), é preciso um número suficientemente qualitativo e que o grupo selecionado esteja de acordo com os objetivos da pesquisa. A forma mais adequada para estabelecer o tamanho de uma amostra em pesquisa qualitativa é a estratégia de saturação, isto é, se interrompe a captação de novos sujeitos quando as entrevistas não apresentam mais dados novos referentes ao tema em estudo, apresentando uma certa redundância ou repetição (CÁCERES, 1997; GRISA, 2003; FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008; ROSA; ARNOLDI, 2008). Dessa forma, a realização de novas entrevistas pouco acrescentaria ao material já obtido.

Em relação à terceira questão, quantas vezes entrevistar, Rosa e Arnoldi (2008, p. 54) sugerem que seja estabelecido um vínculo (um relacionamento afetivo) com os entrevistados antes da realização das entrevistas propriamente ditas, “[...] proporcionado por *vários contatos*, quantos forem necessário até que a confiabilidade se instale, resultando numa gama de dados, com certeza, muito mais precisos.”

Outra característica importante do estudo de caso é o fato de ser “[...] uma estratégia metodológica do tipo exploratório, descritivo e interpretativo.” (OLIVEIRA, 2007, p. 55). A primeira parte da pesquisa foi essencialmente exploratória, a fim de se adquirir um mínimo de conhecimento da comunidade antes de se definir e iniciar a coleta de dados mais substancial, em que exploração, descrição e interpretação foram se intercalando e constituindo o entendimento do objeto de estudo. Na subseção seguinte é descrito como se desenvolveu a pesquisa e como foram aplicadas as técnicas de coleta de dados.

4.1 Operacionalização das técnicas de coleta de dados e vivência em campo

Nesta subseção, é descrito como foi realizada a seleção da favela e a inserção em campo. Após, são abordadas as três fases em que a pesquisa de campo foi desenvolvida. E, em seguida, é descrito como foram utilizadas as técnicas de coleta de dados.

A escolha da favela Santa Marta como campo empírico envolveu, primeiramente, uma busca na internet acerca de favelas brasileiras e de suas

características de inclusão digital. Após a seleção dessa favela, foi iniciada a realização de buscas e leituras específicas sobre ela. E, concomitante a isso, foram feitas as primeiras visitas, assim como os primeiros contatos, a fim de conhecer a favela e avaliar a viabilidade de realização da pesquisa, além de iniciar minha inserção (e aceitação) em campo.

Essa primeira fase da pesquisa, que eu chamo de pré-pesquisa, realizada de junho de 2012 a janeiro de 2013⁵, foi exclusivamente exploratória e consistiu nas primeiras entradas em campo, assim como na adoção da técnica bibliográfica/documental de coleta de dados. Foram utilizados dados e informações de órgãos oficiais, pesquisas acadêmicas e institucionais, livros, *websites*, notícias midiáticas, mapas turísticos. Além disso, foram utilizados também documentos produzidos na favela, especialmente para o entendimento das ações políticas e culturais relacionadas a informação e cidadania.

A primeira entrada na favela foi realizada em junho de 2012, e isso foi feito pela via do turismo. Como foi mencionado na introdução desta tese, essa favela possui atualmente um grande potencial turístico, e conta com diversos guias turísticos locais⁶. Através dessa busca inicial na internet, foi localizado e contatado um desses guias. A rota turística guiada contou com a presença de três pessoas além de mim, a fim de conhecer a favela. O guia contou um pouco sobre a história local e mostrou pontos históricos e culturais, durante a visita que durou cerca de duas horas. Nessa ocasião, eu priorizei registrar as informações por meio de fotografias e de algumas poucas anotações no diário de campo.

Após essa primeira visita, minha preocupação era como efetivamente “entrar” na comunidade e “ser aceita”, além de conhecê-la um pouco mais, antes de iniciar de fato a pesquisa. A próxima ida à favela foi em novembro de 2012, através de contato com o presidente de uma das ONGs locais, a “Atitude Social”, conhecida na ocasião da visita turística. A ONG possui uma biblioteca comunitária e, por ser bibliotecária e possuir alguma experiência com esse tipo de biblioteca, percebi nessa ONG uma “porta de entrada” para a comunidade, encontrei ali a oportunidade de fazer parte de uma instituição da favela por um tempo, através da realização de um trabalho voluntário nessa biblioteca. O trabalho consistiu em auxiliar a

⁵ Uma das dificuldades na inserção em campo e na coleta dos dados, foi o fato da pesquisa empírica ser realizada num estado da federação diferente da minha residência, distante 1.124 km. Isso restringiu as idas a campo, devido a distância geográfica e custos financeiros.

⁶ Isso é mais bem descrito na subseção 5.1, que se destina ao entendimento da comunidade.

bibliotecária e vice-presidente da ONG na organização e limpeza do acervo. Essa atividade me rendeu quatro visitas ao local, o que me possibilitou conhecer os arredores da ONG e travar diversas conversas informais com moradores locais.

Faz-se necessário a ressalva de que em todos esses momentos iniciais da pesquisa, e mesmo no decorrer de todo o seu desenvolvimento, não omiti quanto a estar realizando uma pesquisa na favela. As pessoas envolvidas com a ONG que conheci na ocasião foram informadas desde o início acerca dos motivos pelos quais eu estava lá. As pessoas com quem realizei conversas informais sobre o meu objeto de pesquisa, e mesmo para entender a estrutura e o funcionamento da comunidade, também foram informadas sobre meus objetivos. Omiti esse fato apenas em situações em que não estava coletando informações verbais específicas sobre meu objeto de estudo, mas vivenciando o campo, pois participei de diversos eventos e conversei com muitos moradores locais. Mas, mesmo nesses casos, quando as pessoas me perguntavam o que eu estava fazendo lá optava por dizer a verdade. Essa opção remete a uma questão ética, bastante discutida na adoção de observação como técnica de coleta de dados, como ressalta Flick (2007), ao discutir a decisão sobre exercer observação pública ou observação secreta.

Nesse mesmo período em que realizei essa atividade voluntária numa das ONGs da favela Santa Marta, visitei outra favela carioca, a Rocinha, que tem como característica ser a maior favela brasileira em número de habitantes, além de também ser objeto do projeto de UPP do governo estadual do Rio de Janeiro. Contudo, essa visita serviu para reforçar a escolha pela favela Santa Marta, tanto pelos motivos iniciais de escolha (características geradoras de inclusão digital hiperdimensionadas) como pelo fato da favela Santa Marta ser muito menor em extensão e em número de moradores e, portanto, mais viável de conhecê-la e entendê-la como um todo.

Em janeiro de 2013, fui novamente à cidade do Rio de Janeiro e concluí meu trabalho voluntário na biblioteca da ONG, com a sinalização das estantes e a seleção de um *software* gratuito para organização e gerenciamento do acervo. Essa conclusão da atividade voluntária na ONG me rendeu mais três visitas à favela, além do estreitamento de relações com integrantes da ONG e conhecimento de alguns moradores e de alguns locais, assim como uma visão um pouco mais abrangente da favela e da comunidade. A partir dessa experiência e conhecimento

inicial, foi possível definir os próximos passos e os rumos que a pesquisa de campo tomaria.

Após a pré-pesquisa, a coleta de dados propriamente dita envolveu três diferentes momentos. O primeiro momento abrangeu um período de três semanas (de 21 de junho a 05 de julho de 2013), o segundo de 16 dias (23 de agosto a 07 de setembro de 2013) e o terceiro de cinco dias (29 de novembro a 03 de dezembro de 2013). Optei por realizar a coleta de dados em três momentos diferentes em vez de em apenas um período contínuo para poder realizar consecutivas aproximações e afastamentos do campo empírico, a fim de intercalar “um olhar de dentro”, quando estava participando da comunidade, com “um olhar de fora”, quando me afastava e tentava entender a comunidade a vendo novamente como alguém que não faz parte dela. Isso me possibilitou ir, aos poucos, focando a observação no objeto de estudo, pois, como afirma Flick (2007, p. 152), “Primeiramente, o pesquisador deve, cada vez mais, atuar como participante e ganhar acesso ao campo e às pessoas. Em segundo lugar, a observação também deve passar por um processo para se tornar cada vez mais concreta nos aspectos essenciais às questões de pesquisa.”.

Durante esses três períodos, eu frequentei a favela todos, ou quase todos os dias, pois não foi possível ficar hospedada lá, como eu pretendia inicialmente. Isso se deveu à dificuldade em encontrar moradia para alugar ou ficar hospedada. Porém, o presidente da ONG “Atitude Social” me ofereceu utilizar o espaço como uma base de trabalho, sendo vetado apenas passar a noite no local.

A primeira fase da coleta de dados foi mais exploratória, sendo priorizada a adoção da técnica de observação participante. Foram realizadas também entrevistas informais com quatro informantes, com objetivos exploratórios, a fim de obter um entendimento mais geral da comunidade e o levantamento de questões acerca da relação entre informação, cidadania e inclusão digital, para ser melhor exploradas posteriormente. A entrada em campo dessa vez também se deu por intermédio da ONG, através de contato com seu presidente (Entrevistado 1), que se tornou meu primeiro principal informante. Realizei diversas entrevistas informais com esse sujeito, que também me levou para conhecer alguns lugares da favela e me apresentou e indicou algumas pessoas para entrevista, me possibilitando iniciar a amostragem “bola de neve”. Ter esse informante como uma espécie de “cicerone” no início da pesquisa trouxe vantagens e também desvantagens. Flick (2007, p. 154) salienta que:

[...] as consequências da motivação e do papel da pessoa-chave para o acesso do pesquisador e para a observação devem ser levadas em conta. Assim, não apenas a observação por parte de pessoas-chave, mas também a observação das pessoas-chave no campo deve ser integrada como base para tal reflexão.

Como desvantagem, posso citar o fato das pessoas na favela me associarem muito ao Entrevistado 1, assim como à ONG “Atitude Social” que ele preside, especialmente nessa primeira fase da pesquisa. E, claro, ninguém é unânime em lugar nenhum, então isso pode ter definido um pouco as pessoas a quem eu tive acesso e as informações que me eram dadas. A principal vantagem de ser inserida em campo por um informante foi a possibilidade de ser apresentada a pessoas-chave, que se tornaram, posteriormente, importantes na pesquisa, mas que eu demoraria muito mais para identificar sem esse intermédio; e essas pessoas depois me apresentaram e/ou indicaram outras. Também como vantagem foi, através dele, conhecer moradores, participar de eventos da ONG e frequentar espaços de convivência. Com isso consegui começar a entender a sistemática e o funcionamento da favela e das relações sociais ali presentes, além de ter mais acesso a determinados locais.

Na segunda fase da pesquisa, depois de já “ter sido aceita” na favela, além de continuar com a observação participante e vivenciando seus eventos e espaços, iniciei a realização das entrevistas guiadas, que tiveram o roteiro elaborado com base em informações coletadas na primeira fase. Nessa fase, percebendo a forte associação da minha imagem com a do Entrevistado 1, tratei de me desvincular dele. Continuei a frequentar a ONG, continuei a entrevistá-lo, mas passei a circular mais sozinha pela favela, e a evitar dizer que o conhecia quando fazia novo contato. Foi nessa fase também que conheci meu segundo principal informante⁷ (Entrevistado 8), um sujeito nascido na favela e conhecido na comunidade, que me concedeu diversas entrevistas, guiadas e informais, e abordou bastante as questões históricas e culturais locais. Esse informante também me apresentou e indicou outras pessoas na favela. Juntos, os Entrevistados 1 e 2 foram os que mais me forneceram informação, em termos de quantidade.

⁷ Não há uma relação de hierarquia aqui. Utilizei o termo “segundo principal informante” porque o conheci depois do Entrevistado 1, mas isso não significa menos importância. Além disso, a atribuição de “principal informante” está sendo dada a eles no sentido de que foram as pessoas que me concederam maior quantidade de informações, especialmente contextuais, e que passaram a ser referências para mim na favela. No entanto, essa atribuição não diz respeito à qualidade de informação para a pesquisa.

A terceira fase, mais curta, se destinou a finalizar as entrevistas guiadas, com pessoas que eu não havia conseguido ter acesso antes, além de aprofundar questões identificadas como chaves para a conclusão da pesquisa e o alcance dos objetivos e de explorar outros pontos que forem percebidos como relevantes. O roteiro das entrevistas guiadas foi levemente ampliado nessa fase, pois quanto mais informações eu tinha acesso, mais pontos eu tinha a abordar e aprofundar. Segundo Collis e Hussey (2005), é característica das entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas que os assuntos, as perguntas e os tópicos mudem à medida que novos aspectos vão sendo revelados. Esses novos pontos (ou aprofundamento dos pontos existentes) continuaram sendo abordados também na observação participante, e em conversas informais com moradores e pessoas que já haviam sido entrevistadas, sempre que possível.

Em relação à adoção da técnica de observação participante, há alguns aspectos a serem discutidos. Um deles é em relação à definição do papel em campo, pois segundo Flick (2007, p. 149), é necessário “[...] definir um papel que o observador possa desempenhar e que permita a ele permanecer no campo ou à sua margem ao mesmo tempo em que o observa [...]”. O meu primeiro papel em campo foi de participante da ONG “Atitude Social”, e até o final da pesquisa algumas pessoas moradoras nos arredores desta, especialmente crianças, ainda me viam como “a tia da ONG”. Um lado positivo de ter exercido esse papel, especialmente durante a pré-pesquisa e a primeira fase da pesquisa, foi não ser vista como turista, ou ser menos frequentemente vista como tal. É muito comum na favela Santa Marta haver turistas (estrangeiros majoritariamente, mas também nacionais) circulando por lá, com ou sem guia turístico. E era comum, especialmente no início, eu ser vista como turista estrangeira.

Após deixar de ser vista como fazendo parte da ONG, passei a ser vista, de modo geral, como uma pesquisadora por parte de pessoas que eu passei a conhecer por circular e frequentar determinados locais. No final, meu papel era misturado pela visão de diferentes sujeitos: pesquisadora, participante da ONG, turista (por quem não me conhecia) e, mesmo, mera frequentadora da favela. De qualquer forma, no geral, as pessoas se acostumaram com a minha presença. Um sinal disso, foi ter ouvido de duas pessoas diferentes, uma inclusive que eu ainda não havia conhecido oficialmente, que eu já era uma “santa-martense”. Além disso, pude perceber que passaram a ser abordados assuntos na minha presença que no

início eram evitados, e algumas pessoas passaram também a me contar e confidenciar coisas restritas e agir comigo como se eu fizesse parte do contexto.

Outra questão referente à observação participante foi, segundo as palavras de Flick (2007, p. 154), “[...] como delimitar ou selecionar situações observacionais nas quais o problema em estudo torne-se realmente ‘visível’.” No contexto desta pesquisa, houve algumas dificuldades em relação a isso, devido à natureza do problema (a relação informação, cidadania e inclusão digital), pois muitas vezes as práticas envolvidas ocorrem no ambiente privado e não no público. Como salienta Flick (2007, p. 157), “[...] nem todos os fenômenos podem ser observados nas situações.” O autor ressalta que o conhecimento do pesquisador na observação participante baseia-se apenas em parte na observação das ações, agregando outras técnicas, como entrevistas. Com a observação me foquei, prioritariamente, em entender as práticas socioculturais locais, as dinâmicas sociais, identificar os principais problemas e as reações, opiniões e atitudes frente a eles, além do uso da internet e de informação quando possível. Além disso, abordei a questão de pesquisa em conversas informais e nas entrevistas.

A observação participante consistiu em frequentar bares e biroskas⁸ e outros locais que identifiquei como pontos de encontro e, sempre que possível, festas tradicionais⁹ e eventos culturais e políticos (consegui ir a apenas um evento político), assim como circular pelas vielas, parar nas biroskas, almoçar em locais tradicionais da favela (sozinha ou acompanhada de algum sujeito local). Também fez parte da observação participante, e nesse ponto pude observar mais diretamente o objeto de pesquisa, visitar os locais de acesso à internet, de informação e de cidadania, a fim de entender seu papel na comunidade. Contudo, tomei o cuidado para não ficar restrita a esses espaços, pois, como ressaltai muitas das ações envolvendo o tripé informação, cidadania e inclusão digital acontecem no ambiente privado.

Um problema em relação a poder observar eventos da comunidade de interesse para a pesquisa foi o fato da distância geográfica, pois muitos eventos ocorreram nos períodos em que eu estava em Porto Alegre/RS, distante do campo de estudo. Isso também interferiu, de certa forma, na seleção dos sujeitos

⁸ Segundo o dicionário Michaelis online (<http://michaelis.uol.com.br/>), birosca significa: “Pequeno armazém onde se vendem gêneros de primeira necessidade e bebidas alcoólicas.”

⁹ Aqui me refiro a tradicional não do ponto de vista folclórico, mas de práticas comuns entre os moradores.

entrevistados. Como forma de amenizar essa distância física, passei à realização da observação participante *online* via Facebook.

Percebi, durante a primeira fase da pesquisa, que grande parte das pessoas da comunidade possui uma conta nessa rede social virtual, e que muitas das articulações comunitárias e divulgações de eventos ocorrem via esse meio de comunicação/informação. Já havia adicionado no Facebook as pessoas que havia conhecido na pré-pesquisa e, meio sem querer, fui observando a divulgação de eventos, denúncias de problemas comunitários etc. A partir de então, comecei a descobrir novas pessoas-chave para fazer contato para entrevista, iniciando a amostragem de intensidade já na primeira fase da pesquisa. Grande parte dos sujeitos entrevistados foi contatada via Facebook, alguns por indicação de outros entrevistados e outros identificados nesse meio virtual.

Segundo Braga (2006), a observação participante *online* “[...] trata-se de uma participação muito peculiar, na medida em que é possível para o/a pesquisador/a tornar-se invisível, ou seja, ver sem ser visto/a, não interferindo em princípio na dinâmica da interação observada [...]”. Aí entra a mesma questão ética referente a observação pública *versus* observação privada. Nesta pesquisa, todas as pessoas que eu observei pelo Facebook me aceitaram na sua rede de amigos, sendo que sabiam da minha presença *online*; e quase todas sabiam da minha condição de pesquisadora.

Minha observação participante *online* começou efetivamente no início da primeira fase da pesquisa de campo e se desenvolveu, diariamente, durante todo o período da pesquisa. Ao final da pesquisa, como ilustra o Quadro 3, eu possuía adicionados na minha rede de amigos do Facebook 42 sujeitos da favela, entre pessoas, instituições e bares/biroscas; e 11 pessoas de fora da favela, mas envolvidas cultural ou politicamente com pessoas e/ou instituições pertencentes a ela.

Quadro 3 – Rede de contatos no Facebook de pessoas e instituições, ao final da pesquisa

PESSOAS DE DENTRO DA FAVELA SANTA MARTA				PESSOAS DE FORA DA FAVELA SANTA MARTA	TOTAL
Pessoas	Instituições	Bares	TOTAL		
26	12	4	42	11	53

Fonte: Dados da pesquisa.

Por instituições me refiro tanto a instituições formais ou informais culturais, sociais, de saúde, religiosas etc. como a eventos. Além disso, eu acompanhei, através do recurso “curtir” e “seguir” 13 páginas de pessoas ou instituições de dentro da favela (empresariais também) e 14 páginas de instituições não pertencentes à favela (comunitárias, sociais e de notícias), mas das quais fazem parte meus sujeitos de pesquisa da favela ou que sejam “curtidas” por pelo menos dois desses sujeitos. Essas páginas de fora da favela foram identificadas como fontes de informação e/ou de articulação política/cultural dos sujeitos da pesquisa.

A observação participante *online* consistiu em acompanhar as postagens dos sujeitos observados e os comentários nas postagens, assim como os eventos realizados na favela e os comentários e as fotos acerca deles. Além disso, essa observação envolveu participação interativa, através dos recursos do Facebook de chat, curtir, compartilhar, comentar, marcar. Travei conversas informais com alguns dos sujeitos observados através do chat (sempre que isso aconteceu, as pessoas já sabiam ou eram informadas de que eu estava realizando uma pesquisa), curti e tive postagens curtidas, em poucas situações fiz comentários em postagens e tive alguns comentários também; também houve casos em que as pessoas me marcaram em postagens, por considerarem que seria do meu interesse, e também me convidavam para os eventos ocorridos na favela, por meio do recurso de eventos do Facebook.

Como salienta Braga (2006), as atividades realizadas *online* são extensões das atividades realizadas não *online*. Dessa forma, o foco da observação *online* via Facebook ficou mais centrado nos sujeitos entrevistados¹⁰, devido ao fato de eu já conhecer seu discurso não *online* e poder complementá-lo com as informações obtidas *online*, assim como nas instituições de que participam diretamente. Os demais sujeitos fizeram parte de uma observação que se destinou a ser contextual. A adoção dessa técnica foi complementar à observação participante *in loco*, tornando possível, igualmente, saber de fatos e eventos ocorridos mesmo sem estar presente fisicamente, além, claro, de ter acesso a opiniões, ações e atitudes referentes ao tripé informação, cidadania e inclusão digital.

¹⁰ 13 dos 14 sujeitos entrevistados estão na minha rede de amigos do Facebook. A exceção é a Entrevistada 2, que não possui conta no Facebook. Além disso, por ser uma pessoa de fora da favela, mas participante da ONG Atitude Social, optei por aplicar a ela apenas entrevistas informais na primeira fase da pesquisa, com objetivo exploratório e contextual.

Em relação às entrevistas, como já foi dito, a amostra foi composta por meio das técnicas de intensidade e de “bola de neve”. A primeira foi realizada através de informações coletadas via Facebook ou da observação participante *in loco*. A segunda foi realizada, inicialmente, através do Entrevistado 1 e, posteriormente, sendo perguntado aos entrevistados quem eram as instituições e/ou pessoas de importância na comunidade que eles conheciam, também foi perguntado com quais dessas firmavam parcerias.

Foram entrevistadas 14 pessoas, entre entrevistas informais e guiadas. A amostra de entrevistados e o tipo de entrevista que cada um respondeu está ilustrado no Quadro 4. Os informantes foram numerados de acordo com a ordem em que foram entrevistados pela primeira vez.

Quadro 4 – Sujeitos entrevistados e tipo de entrevista realizada

INFORMANTE	ENTREVISTA INFORMAL	ENTREVISTA GUIADA
Entrevistado 1	X	X
Entrevistada 2	X	
Entrevistado 3	X	
Entrevistado 4	X	X
Entrevistada 5		X
Entrevistado 6		X
Entrevistado 7		X
Entrevistado 8	X	X
Entrevistado 9		X
Entrevistado 10		X
Entrevistado 11		X
Entrevistado 12		X
Entrevistada 13		X
Entrevistado 14		X

Fonte: Dados da pesquisa.

Os sujeitos entrevistados são caracterizados na subseção 4.2. A duração das entrevistas foi variada. As duas mais curtas tiveram 28 e 33 minutos, e as duas mais longas tiveram 2h33 (coincidentemente o mesmo tempo). Em média, as entrevistas duraram em torno de 1h e alguns minutos. A maioria das entrevistas não acabou com o desligamento do gravador, havendo um pouco mais de conversa e a exibição de materiais referentes às atividades comunitárias do entrevistado. Os locais para a realização das entrevistas também variaram, de acordo com a disponibilidade e preferência dos entrevistados. Foram realizadas entrevistas em instituições

comunitárias, em bares e biroskas, em residências de entrevistados e em espaços públicos na favela (praças, laje da gravação do clipe do Michael Jackson, circulando pela favela).

As entrevistas foram realizadas de forma diferente com cada entrevistado, tanto as guiadas como as informais, de acordo com o comportamento de cada um no decorrer da entrevista. Como enfatiza Richardson e colaboradores (2012, p. 214), “[...] a entrevista guiada visa a que o entrevistado possa discorrer livremente, nas suas próprias palavras, em relação a temas que o entrevistador coloca para iniciar a interação.” Eu iniciava as entrevistas guiadas pedindo ao entrevistado que falasse sobre suas atividades na favela ou para a favela, tendo em vista que eram lideranças, pessoas influentes e/ou envolvidas com instituições e grupos comunitários. A partir disso, eu ia abordando os tópicos presentes no roteiro da entrevista guiada, que não seguiam uma ordem rígida, sendo abordados de acordo com a ordem que cada entrevistado conferia ao discurso. Também as perguntas não eram necessariamente as mesmas, sendo que com algumas pessoas eu conseguia aprofundar mais e com outras menos os diferentes pontos.

O acesso restrito ao campo, devido à distância geográfica, dificultou um pouco o acesso aos sujeitos a serem entrevistados. Isso foi uma das questões que contribuiu para definir o tamanho da amostra. Como foi mencionado, Patton (1990) cita o tempo e os recursos disponíveis como aspectos que interferem na definição da amostra. Em primeiro lugar, o próprio ato de agendar um horário para a realização de entrevista já se mostrou não muito simples, em alguns casos foi necessário realizar diversas tentativas até conseguir a entrevista. Em outros casos a entrevista não foi conseguida. Houve casos em que a entrevista foi marcada e desmarcada sucessivamente, por diferentes motivos, como as pessoas não aparecerem no local combinado, se desculpando depois, e casos em que eu realmente não consegui fechar um horário com a pessoa. Um dos motivos para isso é o que Rosa e Arnoldi (2008, p. 53) citam como um dos inibidores que podem atrapalhar a disposição dos sujeitos na contribuição, que é “[...] a falta de tempo (pessoas muito ocupadas) [...]”. Mas também houve outros motivos, como esquecimento e falta de interesse em colaborar.

Em alguns casos foi possível contornar com certa insistência e estando disponível a qualquer horário e local que fosse mais conveniente para o entrevistado. Contudo, o fato de eu não ter disponibilidade de estar em campo a

qualquer momento no decorrer da pesquisa dificultou, pois às vezes as pessoas tinham disponibilidade para uma marcação ou remarcação de horário num período em que eu já teria voltado para Porto Alegre. Houve dois casos em que não consegui entrevista por falta de tempo: um desses casos era uma pessoa com quem eu já havia tido diversas conversas informais, o outro era alguém que não conheci pessoalmente, mas tive algumas conversas pelo Facebook. Houve outros dois casos em que eu já havia realizado uma entrevista, mas intencionava uma segunda, que acabou não se realizando. Um desses sujeitos foi o Entrevistado 3, que havia me concedido uma entrevista informal na primeira fase da pesquisa; e o outro foi a Entrevistada 5, que havia me concedido uma entrevista que foi inicialmente informal e envolveu parte do roteiro da entrevista guiada, na segunda fase da pesquisa.

Foi identificado outro inibidor para a disponibilidade das pessoas em fornecer informações, específico ao caso da realidade do campo empírico desta pesquisa, que é o fato de haver muitos pesquisadores interessados pelas temáticas envolvendo favelas, e especificamente esta favela. Desde que a favela Santa Marta tornou-se piloto do projeto de UPP do governo fluminense, em 2008, as lideranças comunitárias e culturais dela passaram a ser constantemente procuradas por diversos pesquisadores, assim como por jornalistas. Isso causou certo fastio nessas pessoas, assim como algumas experiências ruins. Além disso, incomoda um pouco alguns sujeitos locais que citam como “estar na moda estudar favela”. As consequências disso para o desenvolvimento da minha pesquisa foram de três tipos: houve um caso em que não consegui a entrevista nem acesso facilitado às atividades de uma das mais importantes ONGs da favela (“Grupo ECO”), houve um caso em que percebi um discurso pré-formatado, pronto, e houve casos em que demorei para conseguir a confiança das pessoas, mas consegui.

Assim, tentar driblar esse inibidor foi um pouco difícil, mas produtivo quando conseguido. Durante todo o desenvolvimento da pesquisa tive extremo cuidado com a questão ética, mas, ao perceber esse fato, priorizei fornecer mais esclarecimentos aos sujeitos acerca dos objetivos da pesquisa, me comprometi a entregar-lhes um exemplar da tese final (impressa ou em formato digital), a fim de que pudessem ter um *feedback*, e tentei deixar claro minhas reais preocupações e inquietações com as questões relacionadas à cidadania, inclusão digital e acesso à informação. Também investi bastante na recomendação de Rosa e Arnoldi (2008), já citada,

quanto ao estabelecimento de um vínculo com os entrevistados, assim como com os demais sujeitos do campo empírico. Todas as pessoas que entrevistei havia conhecido antes, ou na própria favela ou via Facebook e, sempre que possível, tentei criar uma relação de confiança primeiro, o que foi mais fácil de conseguir com as pessoas que conheci já na primeira fase da pesquisa, por ter mais tempo de convivência.

Durante as entrevistas, tomei cuidado em respeitar os limites das pessoas, não insistindo quando percebia que evitavam determinados assuntos. Houve casos em que assuntos evitados inicialmente passaram a ser abordados com naturalidade, durante ou mesmo após a entrevista. Um caso representativo disso é o do Entrevistado 8, com quem inicialmente tive alguma dificuldade em agendar a entrevista mas, depois da primeira entrevista e da criação de um laço de confiança, acabou se tornando um dos meus principais informantes e abordando assuntos evitados na primeira entrevista, sob o argumento de que estava confiando em mim. Segundo suas palavras: “Não costumo mais dar entrevistas, estou confiando em você, isso não é com todo mundo...”. Ilustra a evolução da relação de confiança que esse entrevistado desenvolveu comigo a primeira frase dita por ele quando resolveu me deixar entrevistá-lo pela primeira vez: “Não vou falar de polícia não.”, mostrando sua atitude defensiva frente a pesquisadores, ao que respondi que esse não era o foco da minha pesquisa, e que se não quisesse responder a algumas questões as pularíamos.

De qualquer forma, com todas as pessoas que entrevistei, consegui manter uma relação amigável após a entrevista, o que pode ser visto como um sinal de que se sentiram respeitadas. A grande maioria, ao me encontrar por acaso pela favela, não apenas me cumprimentava, mas parava para conversar; e com algumas continuei mantendo contato mais direto via Facebook. Os meus dois principais informantes (Entrevistados 1 e 8) continuaram me fornecendo informações via Facebook, desde que comecei a entrevistá-los até a finalização da pesquisa. Outro sinal que representa que consegui desenvolver um vínculo de confiança com os entrevistados, é o fato de que grande parte deles me disse que se precisasse de mais informações eu poderia contatá-los via Facebook. Em alguns casos, após a entrevista enviei mensagem via Facebook agradecendo a disponibilidade, e a resposta do Entrevistado 12 merece ser reproduzida: “Valeu Patrícia, também gostei muito da entrevista e me senti muito à vontade.”

Houve também três casos em que tomei conhecimento de pessoas que poderiam ser importantes para compor a amostra de entrevistados apenas na terceira fase da pesquisa, quando já não havia mais tempo de contatá-las e tentar agendar um horário. Duas dessas pessoas eram lideranças locais, e a terceira era um pastor evangélico, também liderança, para quem eu poderia ser apresentada. Certamente, se eu tivesse mais tempo em campo teria entrevistado mais sujeitos. Contudo, julgo que isso não trouxe prejuízos para o alcance dos objetivos da pesquisa, tendo em vista que busquei com a amostra de entrevistados englobar sujeitos sociais pertencentes a diferentes instituições e grupos comunitários da favela, com diferentes visões, atuações e ideologias, procurando com isso atender ao critério de diversificação da amostra (CÁCERES, 1997), ou heterogeneidade (ROSA; ARNOLDI, 2008), importante para a composição de uma amostra representativa da comunidade.

Esse cuidado também evitou que eu ficasse restrita a um grupo fechado de respondentes, caso me baseasse exclusivamente na amostragem “bola de neve”. Como Flick (2007, p. 154) chama a atenção, é necessário o pesquisador “[...] estar ciente do fato de que essas pessoas podem estar proporcionando a ele o acesso a apenas uma parte específica do campo.” Considero que consegui abranger todas as instituições e grupos pertencentes à favela de interesse para estabelecer a relação informação, cidadania e inclusão digital, não apenas com a amostra de entrevistados, mas também com informações coletadas através das outras técnicas adotadas. Ou seja, considero que tive acesso a todas as “vozes” de interesse para estabelecer tal relação na favela estudada. Da mesma forma, considero que houve saturação das informações coletadas.

Optei por deixar fora da amostra para as entrevistas duas instituições presentes na favela: a policial e a religiosa. Quanto à primeira, tentei contato via Facebook com a UPP Santa Marta, e obtive como resposta: “Isso você tem que ver com a CPP primeiro, depois de autorizado por eles, aí sim, poderemos marcar algo por aqui.” Um pouco pelas restrições quanto a disponibilidade de tempo para a pesquisa de campo e um pouco por considerar que um discurso oficial da polícia não ajudaria muito a entender o objeto de pesquisa, resolvi não ir em busca dessa autorização. Acabei não tendo um representante da UPP Santa Marta como entrevistado, mas visitei o principal dos três postos, a sede da UPP, no qual são desenvolvidos projetos sociais, e pude conhecer o trabalho realizado nesse sentido.

Além disso, consegui obter uma perspectiva da relação polícia/comunidade através da observação participante. Também pude observar um pouco da interação com a favela através do perfil da UPP Santa Marta no Facebook, mas minha “solicitação de amizade” só foi aceita no final da pesquisa, em janeiro de 2014.

Quanto à instituição religiosa, existem 10 igrejas na favela Santa Marta de diferentes religiões (conforme dados da pesquisa de campo). Para conseguir uma perspectiva comunitária das igrejas, seria necessário entrevistar representantes das diferentes religiões e de diferentes igrejas, não podendo ser considerado que uma única igreja representaria a visão de todas. Optei por explorar a sistemática da sua relação com a comunidade através apenas da observação participante, obtendo algumas informações através das entrevistas realizadas e em conversas informais. Já na fase final da pesquisa de campo, tomei conhecimento de um pastor da igreja batista que me foi dito ser mais envolvido com as questões comunitárias da favela. No entanto, já estava na última fase da coleta de dados e não havia mais tempo para iniciar um novo contato. Porém, adicionei no Facebook o perfil dessa igreja, que é administrado por esse pastor, me abrindo uma perspectiva de observação.

A próxima subseção descreve os 14 entrevistados, com base na sua participação em instituições e grupos comunitários e atuação comunitária; essas instituições e grupos são caracterizados na subseção 5.2.

4.2 Sujeitos entrevistados

O Entrevistado 1 é o presidente de umas das ONGs presentes na favela, a “Atitude Social”. Tem em torno de 50 anos, é gaúcho e está na favela há 15 anos. É professor de música, sendo este o principal trabalho que desempenha na instituição. Atualmente não mora na favela, mas está presente quase diariamente. Esse entrevistado foi inicialmente meu “cicerone” na favela e me concedeu diversas entrevistas informais e uma guiada. É bastante conhecido na favela e me apresentou a diversos lugares e pessoas.

A Entrevistada 2 é uma bibliotecária aposentada que, desde o início de 2011, atua como bibliotecária voluntária na biblioteca comunitária da ONG “Atitude Social”. Seu trabalho na ONG foi direcionado com base nas demandas apresentadas pela comunidade do entorno da mesma. Me concedeu entrevistas informais e sua importância para a pesquisa vem do fato de conhecer e conviver com crianças e

famílias da parte alta do morro, ajudando na busca de um entendimento do cotidiano da comunidade.

O Entrevistado 3 possui em torno de 30 anos e é nascido na favela, sendo que sua família está na quinta geração de santa-martenses, e ele pertence à quarta. É morador do “Pico” do morro e faz parte da “Comissão de Moradores do Pico”, criada para lutar contra a ameaça de remoção que sofre essa parte da favela. É guia turístico local e pertencente ao “Comitê de Turismo do Santa Marta”, organização comunitária dos guias turísticos locais. Também participa do "Coletivo Visão da Favela Brasil", uma articulação comunitária local.

O Entrevistado 4 também está na faixa etária dos 30 e poucos anos. É paraibano e foi morar no Rio de Janeiro no período da adolescência, na Cidade de Deus, conjunto habitacional construído no bairro de Jacarepaguá, zona oeste, na década de 1960 para abrigar famílias removidas de favelas da zona sul carioca. É rapper há 18 anos e mora no Santa Marta desde 2006. É fundador do "Coletivo Visão da Favela Brasil" e esteve à frente da “Rádio Comunitária Santa Marta”, atualmente fechada e em busca de concessão para funcionar.

A Entrevistada 5 possui faixa etária em torno de 40 anos e é nascida no morro. É guia turística local e formada em turismo, sendo participante e uma das articuladoras do “Comitê de Turismo”. Iniciou a atividade de guiamento turístico na favela ainda na década de 1990, quando o turismo em favela não era uma prática comum. É uma das principais impulsionadoras da ideia da prática de turismo de base comunitária na favela, para a promoção do desenvolvimento local. Essa entrevistada é uma das pessoas na favela que mais participa de diferentes atividades e grupos comunitários, sendo citada por quase todos os entrevistados. Participa do "Coletivo Visão da Favela Brasil" e do "Grupo Ação Social do Santa Marta", um grupo informalmente constituído que atua na favela em atividades comunitárias políticas, culturais e de produção de informação.

O Entrevistado 6 possui em torno de 35 anos e também é nascido na favela. Também é guia turístico local, fazendo parte do “Comitê de Turismo do Santa Marta”. É um dos responsáveis pela realização do samba “Pôr do Santa”, um famoso samba que acontece mensalmente na favela e atrai muitas pessoas também de fora dela.

O entrevistado 7 possui 50 e poucos anos e é nascido no Santa Marta. É o atual presidente da "Associação de Moradores", pelo terceiro mandato consecutivo.

Está envolvido com a associação desde 1992. Está à frente do grupo de futebol “Peladão do Santa Marta” (PSTM), que se reúne aos finais de semana e possui um perfil no Facebook.

O Entrevistado 8 é também nascido no morro e possui 50 anos. É diretor social e cultural da Associação de Moradores. Tem envolvimento com a escola de samba “G. R. E. S. Mocidade Unida de Santa Marta” e com sua fundação, já tendo sido seu presidente. Esse entrevistado me concedeu diversas entrevistas e também me apresentou a algumas pessoas e lugares.

O Entrevistado 9 é um adolescente, também nascido na favela. Faz parte da ONG "Atitude Social", participando das atividades do "Núcleo Audiovisual Atitude" (NAVI) como fotógrafo e câmera. Esse entrevistado me levou duas vezes para caminhadas pela favela para conhecer lugares que eu ainda não havia ido, principalmente o “Pico” do morro. Sua relevância na pesquisa é representar uma visão da nova geração de adolescentes no contexto comunitário local.

O Entrevistado 10 tem em torno de 30 anos e é também nascido no morro. É guia turístico local e faz parte do “Comitê de Turismo”. Também é integrante do "Grupo Ação Social do Santa Marta" e um de seus articuladores. É bastante atuante na favela, estimulando a participação comunitária dos moradores através da convocação de assembleias e manifestações comunitárias, assim como divulgando via Facebook os problemas da favela para informar e/ou discutir com os moradores. Esse entrevistado foi o guia turístico local com quem entrei na favela Santa Marta pela primeira vez.

O Entrevistado 11 tem 30 e poucos anos e é também nascido no Santa Marta. Está à frente do “Centro Esportivo”, um espaço para o ensino de lutas marciais, sendo professor. Através desse centro desenvolve também atividades culturais, além de participar de outras articulações comunitárias.

O Entrevistado 12 tem 40 e poucos anos e também é nascido na favela. É formado em publicidade e sempre esteve envolvido com produção de imagens e comunicação comunitária. É participante e um dos articuladores do "Grupo Ação Social do Santa Marta". Participa ativamente das discussões e dos movimentos comunitários e também dialoga com diferentes grupos.

A Entrevistada 13 tem na faixa dos 40 anos e é nordestina. Está no morro desde 1978, chegada ainda criança com seus pais. É guia turística local e participante do “Comitê de Turismo”. Sua atuação comunitária começou pela via do

turismo, pois passou a ficar mais conhecida na favela e a ser chamada a participar de reuniões e ações comunitárias, também conseguindo benefícios para a favela através de contatos feitos pelo turismo.

O Entrevistado 14 tem 50 e poucos anos e é nascido no morro. É diretor social da Associação de Moradores. É fundador da escola de samba "G. R. E. S. Mocidade Unida de Santa Marta" e atual presidente da bateria. Trabalha na "Central do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida", presente no "Polo de Inclusão Social Padre Velloso".

Todos os 14 entrevistados são pessoas conhecidas na favela, exercendo, dessa forma, influência na comunidade, em maior ou menor grau, sendo replicadores de informação, assim como representantes das visões comunitárias. Alguns deles são reconhecidos como lideranças comunitárias, e participam de forma mais ativa frente aos problemas locais, na busca de soluções e na agregação da comunidade para lutar pelos direitos de cidadania.

4.3 Análise e interpretação dos dados

Martins e Theóphilo (2007) se referem a duas fases no processo de análise dos dados qualitativos coletados. A primeira é realizada durante o trabalho de campo, quando o pesquisador, à medida que coleta informações e evidências, também organiza o material, dividindo-os em partes, relacionando essas partes e procurando identificar tendências e padrões relevantes. Posteriormente, as tendências, padrões e regularidades encontrados são reavaliados, buscando-se relações e inferências em um nível de abstração mais elevado. Segundo os autores, "Contrariamente ao que ocorre na condução de uma pesquisa quantitativa, onde são distintos os momentos de coleta e análise, na construção de uma pesquisa qualitativa, coleta e análise ocorrem simultaneamente." (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 135-136).

Isso se sucedeu nessa pesquisa, de forma que o entendimento foi sendo construído e focado ao longo de todo o processo de coleta de dados. Para a análise mais efetiva dos dados, contudo, se buscou a organização do material, tanto das entrevistas transcritas como dos registros no diário de campo, para que então se pudesse proceder a análises e inferências mais elaboradas, sendo estabelecidas conexões e relações que possibilitassem descrições, entendimentos e

interpretações. Isso foi feito com a adoção da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) e com o auxílio do *software* NVivo versão 10. A análise se baseou em três principais categorias e suas subcategorias, apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Categorias e subcategorias de análise dos dados

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Informação	Práticas
	Apropriação
Práticas e ações de cidadania	Exercícios de direitos e deveres
	Cidadania cultural
	Participação
TICs	Acesso
	Apropriação

Fonte: a autora.

Essas categorias e suas subcategorias se inter-relacionam na composição do entendimento do problema em estudado.

5 INFORMAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO DIGITAL: RELAÇÕES NA COMUNIDADE DA FAVELA SANTA MARTA

“Os ricos querem a paz para continuarem ricos,
Nós queremos a paz para continuarmos vivos...”

(Frase grafitada pelo Rapper Fabio Ema no muro da ladeira de entrada da favela Santa Marta)

Esta seção está dividida em três principais subseções. A primeira compreende cinco subseções, em que as três primeiras contam a história local e contextualizam o momento atual e os conflitos político-sociais-comunitários em que vive a favela atualmente; a quarta expõe o contexto cultural; e a quinta caracteriza a favela como comunidade, à luz da perspectiva de Bauman. A subseção 5.2 apresenta os locais de acesso às TICs, abordando a apropriação da internet, os locais e instituições de informação e de cidadania e as práticas de informação presentes na comunidade. A subseção 5.3 discute as práticas de informação adotadas, assim como o uso das TICs, no exercício e na construção da cidadania e em que medida informações relacionadas à cidadania são apropriadas na favela.

Para o entendimento da comunidade da favela Santa Marta, assim como de seus espaços, instituições e grupos, foram utilizadas fontes bibliográficas/documentais e informações obtidas através das entrevistas e da observação participante (*in loco* e *online*) registradas em diário de campo. A fim de não identificar os entrevistados, optou-se por não atribuir as falas aos sujeitos, em situações específicas, tendo em vista que eles foram caracterizados de acordo com suas instituições e/ou grupos comunitários; dessa forma, a atribuição da designação numérica junto à palavra “entrevistado” tornaria fácil a identificação dos mesmos.

5.1 Contexto: sociodemográfico, histórico, cultural e comunitário

As principais fontes de informação bibliográficas/documentais que embasaram esta subseção foram: Rio de Janeiro (Cidade) (2011), Barcellos (2012), Castellón (2012), IBASE; Grupo Eco Santa Marta (2012), Rocha (2012), Viva Rio ([20--]). Essas fontes são citadas apenas quando necessário, assim como são citadas outras utilizadas para questões específicas. Esta subseção também se

Figura 2 – Acessos à favela santa marta, por Botafogo e por Laranjeiras



Fonte: Google Maps. Acesso em: jan. 2014.

Figura 3 – Praça Corumbá



Fonte: Google Maps. Acesso em: jan. 2014.

Existe uma confusão em relação ao nome do morro e da favela, que foi causada pela mídia na década de 1980, quando se referia à favela como Dona Marta. Porém, Dona Marta é o nome do morro, do acidente geográfico, no qual se

localiza o mirante¹, parte da floresta da tijuca e a favela Santa Marta. Conta a história oficial, que o nome dado à favela se deve à imagem de Santa Marta levada por uma moradora no início da formação da comunidade, na segunda metade da década de 1930, ao alto do morro, hoje conhecido como “Campinho do Pico”, devido a possuir um campo de futebol. Ainda na década de 1930, foi construída uma capela no local para abrigar a imagem, que está lá ainda nos dias de hoje, e a Santa Marta tornou-se a padroeira da comunidade. A Figura 4 apresenta a Capela Santa Marta e a Figura 5, o Campinho do Pico.

Figura 4 – Capela Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em julho de 2013.

¹ O Mirante Dona Marta fica acima da favela Santa Marta e possibilita vista para o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara, a 340 metros de altitude.

Figura 5 – Campinho do Pico



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2013.

Já a história que se conhece sobre o nome do morro é bem mais antiga. Por volta de 1680, as terras do atual bairro Botafogo foram compradas por um padre de nome Clemente, que batizou o morro em homenagem à sua mãe, Marta, que morreria poucos anos antes. A favela também tem sido chamada de Dona Marta pelos moradores adeptos do movimento evangélico, forte na comunidade, que não acreditam em santos. A forma pela qual a favela é chamada representa uma disputa interna de poder religioso.

A favela Santa Marta possui uma configuração de morro, quando se diferencia o que é uma favela de morro e uma favela de baixada. Há especificidades culturais e na sua relação com o restante da cidade em cada um dos dois tipos, assim como na característica de ser “morro da zona sul”, pois:

[...] dependendo do contexto geopolítico, cultural e econômico situado, [a favela] estabelece relações com a produção simbólica, virtual e real, segundo as diferenças e contradições explícitas ou camufladas que as estruturas da cidade estabelecem sobre seu conjunto. (ROCHA, 2012, p. 98).

Devido a essa configuração de morro, há preferência dos moradores em chamar a favela de “morro Santa Marta”, ou simplesmente se referir a ela como “o Santa Marta”. Botafogo, entrada principal da favela, é um bairro de zona sul e

bastante valorizado no que diz respeito à questão imobiliária. Sua localização na cidade torna fácil o deslocamento até o Centro e também até as praias da zona sul. A favela fica, dessa forma, segregada no meio do bairro e da zona sul carioca, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Representação da desigualdade socioeconômica entre a favela Santa Marta e a zona sul carioca



Fonte: Fotografia de Tandy Firmino, retirada do perfil do fotógrafo no Facebook, em fevereiro de 2014.

Em relação às questões sociodemográficas, os dados mais recentes a que se teve acesso são de 2010. Segundo dados oficiais, a favela possuía nesse ano 3.913 moradores, residindo em 1.177 domicílios (IBGE, 2011). Contudo, o Censo do IBGE muito provavelmente não considerou os domicílios que não pertencem às áreas formalizadas como urbanas da favela, como é o caso da parte mais alta do morro e das residências construídas no mato. Em 2010 também foi realizado um diagnóstico socioeconômico em conjunto entre o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e instituições locais², que apresenta dados mais precisos. O resultado aponta que eram 4.688 moradores residindo em 1390 domicílios (CASTELLÓN, 2012). Há estimativas que supõem um número maior de habitantes, como é o caso do exposto

² “[...] investigação realizada em conjunto com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Estou Seguro (companhia de [micro] seguros), Associação de Moradores e Grupo ECO. Apresentação realizada no dia 31 de agosto de 2010 com apoio do Polo de Inclusão Social P. Velloso.” (CASTELLÓN, 2012, *online*, tradução da autora da tese).

por Rocha (2012), que afirma que, em meados de 2000, a favela possuía cerca de 7.000 habitantes.

Ainda segundo o diagnóstico socioeconômico citado, em 2010, 49,8% dos habitantes da favela estavam empregados (formalmente), 21% eram da classe pobre e 260 moradores estavam na faixa econômica considerada como indigente (a pesquisa considerou pobre a pessoa que ganhava uma média de R\$233,34 e indigente as que estavam abaixo da linha da pobreza). Rocha (2012, p. 72) complementa com a informação de que “[...] a maior parte da população da favela trabalha no setor de serviços – em hotéis, farmácias, firmas de limpeza e conservação de ambientes, restaurantes, serviços domésticos etc.”

Para fins de entendimento espacial, o Mapa Turístico Santa Marta (Anexo B) (RIO TOP TOUR, [201-]), divide a favela em três partes: parte baixa, parte intermediária e parte alta. Ainda há uma quarta parte, denominada pelos moradores de “Pico”. Essa divisão espacial é aqui utilizada para o entendimento das questões históricas e culturais da comunidade. Contudo, essa divisão não é apenas espacial, mas também está presente nas dinâmicas sociais e culturais da favela, como é melhor esclarecido na subseção 5.1.4.

5.1.1 Décadas de 1930 a final de 1970: início e colonização

O início da ocupação que deu origem à formação da favela Santa Marta data de meados da década de 1930. Essa ocupação foi iniciada pelo “Pico” do morro e, em seguida, o meio, tendo a favela se constituído de cima para baixo, numa tentativa de driblar a ação dos guardas florestais, que expulsavam quem derrubasse árvores para construir moradias, com o intuito do poder público de inibir a expansão de favelas; esse risco de expulsão perdurou por algumas décadas. Os primeiros ocupantes eram famílias do interior do Estado do Rio de Janeiro que, segundo a história oficial, foram contratadas para trabalhar na ampliação da igreja do Colégio Santo Inácio (Figura 7), então dono do terreno, e por agricultores migrantes do Vale do Paraíba após a crise do café de 1929. Conforme o Entrevistado 7:

[...] vinham trabalhadores de fora, né, para trabalhar, não tendo aonde ficar. Aí fizeram aqueles barracões de alojamento, dentro do Morro Dona Marta. [...] E com a construção dos barracos para poderem ficar aqui, trabalhar aqui do lado, sem perceber, eles estavam construindo a favela Santa Marta [...].

Figura 7 – Colégio Santo Inácio, localizado na Rua São Clemente



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2013.

Na década de 1940, quando o morro ainda era formado por mata densa, houve uma corrente migratória, formada por famílias do interior fluminense e de Minas Gerais. No final da década de 1950, o morro foi ocupado por nordestinos migrantes, atraídos pela oferta de emprego nas obras de construção dos prédios de Copacabana e arredores, assim como para suprir a demanda crescente do serviço doméstico das famílias da zona sul carioca. No início dessa década ocorreu a primeira ameaça de remoção da favela, e os moradores se organizaram em protesto, tendo apoio de Margarino Torres, um político de origem comunista, mas ligado ao PTB para driblar a legislação que impedia a legalização de partidos comunistas ou de esquerda (ROCHA, 2012).

A primeira metade da década de 1960 foi o período das grandes remoções de favelas promovidas pelo governo Carlos Lacerda. A favela Santa Marta conseguiu se fixar devido à ajuda do bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, que morava na rua São Clemente desde 1940 (BARCELLOS, 2012). Dom Helder defendia a fixação das favelas, e enfrentava a oposição dos lacerdistas e de parte da imprensa, que eram contra as favelas na zona sul da

cidade do Rio de Janeiro. Apesar das proibições ambientais, mandou derrubar várias árvores do morro para a construção da capela de Nossa Senhora Auxiliadora, na parte baixa (ou intermediária) do morro, e a ampliação da Capela de Santa Marta, no Pico do morro³. As capelas muitas vezes abrigaram trabalhadores sem teto, chegados do Nordeste. Dom Hélder também transformou a favela na principal beneficiária do Pacto Nacional Populista, que fundia as ações do segmento progressista da Igreja às práticas da política de proteção aos pobres de Getúlio Vargas. A Igreja Católica foi bastante presente no Santa Marta desde seu início, principalmente pela atuação do padre Velloso, desde a década de 1940 até o final da década de 1980, quando faleceu. Esse padre atualmente dá nome a uma rua da favela.

O início da infraestrutura urbana do Santa Marta foi estimulada pelos padres progressistas da Igreja Católica, que incentivaram a realização de obras coletivas por parte dos moradores, desde a década de 1950, com a promoção dos círculos operários. Uma dessas obras foi a pavimentação das escadarias de barro, que eram escorregadias, principalmente nos dias de chuva. O Morro Dona Marta é extremamente íngreme, possuindo um ângulo de 60 graus em alguns locais, o que tornava essa obra bastante necessária. A obra foi realizada com pedaços de tijolos e refugo de alvenaria das construções dos prédios de Copacabana. Na Figura 8 é possível ter uma ideia dessa característica íngreme do morro.

³ As informações acerca da construção das capelas são contraditórias. Barcellos (2012) afirma que foram construídas as duas capelas, uma na parte baixa e a outra na parte alta do morro, mas não foi possível confirmar essas informações. Ele se refere à construção e não ampliação da capela Santa Marta, mas a história conhecida na favela é que ela foi construída originalmente na década 1930. Outro ponto de divergência é que, quando o autor se refere à parte baixa do morro como local de construção da capela de Nossa Senhora Auxiliadora, não dá para saber se ele se refere à parte baixa assim como é considerado aqui. Além disso, não há registros dessa capela na favela atualmente.

Figura 8 – Entrada da favela Santa Marta, pelo bairro Botafogo



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Atualmente, depois de modificações na pavimentação das escadas, são 788 degraus para subir até a parte alta da favela, no pé do “Pico”, conforme o *rap* 788, de autoria de Repper⁴ Fiell (2013), morador da favela. Também 788 é o nome de um filme de curta metragem de autoria do cantor, que possui a música como trilha sonora (788, 2008). Nessa mesma época da pavimentação das escadarias, foram construídas as moradias, também estimuladas pelos padres. Eram feitas a partir de uma base de estuque, mistura de barro e cimento, que dava a sustentação, e as paredes eram feitas de caixotes de madeira e restos de tapumes. Na parte intermediária do morro, as moradias eram basicamente de madeira e telhados de zinco. Devido à declividade do morro, que impedia o crescimento das moradias para as laterais, as casas eram construídas horizontalmente, sobrepondo três, quatro e até cinco pavimentos. A área de expansão possível da favela era um retângulo de 61 mil metros quadrados (BARCELLOS, 2012), limitado nas laterais por terrenos particulares, na parte baixa pelos terrenos da sede da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos prédios residenciais de Botafogo, e no alto por rochas com declive quase vertical. “Aos poucos o terreno foi se transformando num emaranhado de barracos

⁴ O músico se identifica como “Repper” em vez de Rapper, num trocadilho com o repente: “Acredito que temos mais parentesco com o repente. Meu bisavô era repentista. Essa cultura do improviso, de rimar, vem desde pequeno.” (REPPER-FIELL, 2011, p. 7).

interligados por um labirinto de becos e escadarias pavimentadas.” (BARCELLOS, 2012, p. 66).

Conforme o relato do Entrevistado 3, em evento em prol do Dia da Consciência Negra, realizado ao lado do Campinho do Pico, em 30 de novembro de 2013:

[...] é uma favela que foi construída através de sacrifício dos moradores, muita precariedade, todo início de construção foi com restos de obras que eram da cidade, que subia a favela para se construir os barracos de madeira, e telha de zinco. [...] quanto mais alto morar mais sacrifício era [...].

O transporte de materiais de construção, até a instalação do bondinho em 2008, era feito através de cooperação. Eram organizados mutirões, em que as pessoas se dividiam em grupos localizados em diferentes partes do morro, e cada grupo era responsável por levar a carga até o ponto onde estivesse o outro grupo, que a levava até o outro e assim sucessivamente.

A água potável também chegou ao Santa Marta apenas no início dos anos 1960, também por influência de Dom Hélder Câmara. Ele criou um mutirão administrado pelo seu seguidor, Padre Hélio (hoje nome de rua na favela), para a construção de um reservatório na parte alta do morro, ao lado da Capela Santa Marta, uma caixa de alvenaria com capacidade para 200 mil litros de água. A compra de tijolos e cimento foi financiada por Dom Hélder com o dinheiro de doações à paróquia São Sebastião. E a bomba para fazer a captação de água das tubulações da Prefeitura no bairro Laranjeiras e impulsioná-la morro acima até a nova caixa foi doada por empresários alemães, amigos de Dom Hélder⁵.

Depois foi construída, também pelos moradores, uma rede de distribuição de água, através de uma tubulação fixada no alto de postes ou de árvores, que conduzia a água por cima dos barracos. O declive acentuado do morro garantia uma forte pressão da água, do reservatório até o pé do morro. Dessa tubulação principal, cada família se encarregou de instalar os ramais, canos de circunferência menor para desviar o curso da água e abastecer as moradias. Essa rede de distribuição de água foi utilizada até 2009. E, antes disso, os moradores se abasteciam de água através de duas minas d'água, localizadas na parte intermediária do morro, sendo que era conseguida com muito sacrifício, sendo necessário ficar na fila a noite toda

⁵ Detalhes retirados de Barcellos (2012).

para se obter uma lata (ROCHA, 2012). Atualmente, essas minas se tornaram pontos turísticos da favela, figurando no Mapa Turístico Santa Marta.

A energia elétrica chegou à favela em 1962, com os “gatos de luz” e iluminava aproximadamente 300 barracos (ROCHA, 2012). A rede de distribuição de energia foi feita pelos moradores e foi criada a Comissão de Luz, a fim de gerenciar a distribuição. O serviço de energia elétrica foi feito dessa forma até o final da década de 1970, quando a Light Serviços de Eletricidade S.A. (empresa privada de geração, comercialização e distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro) instalou seus relógios na favela.

Em 1965, foi criada a Associação de Moradores, que assumiu as atividades até então realizadas pela Comissão de Luz. Segundo Barcellos (2012), a associação teve influência religiosa durante grande parte de sua história, até ser tomada pelo tráfico de drogas em 1989. Na década de 1980, a Associação de Moradores fez um plebiscito para dar nomes aos logradouros da comunidade. As duas principais vias do Santa Marta foram nomeadas com os nomes dos padres católicos influentes na comunidade: Padre Velloso e Padre Hélio. O padre Velloso se tornou notório no meio eclesiástico pela liderança entre os seguidores da doutrina social da Igreja, e participou ativamente dos mutirões de urbanização da favela.

Paralelamente à história de sua urbanização, a favela Santa Marta está ligada também a episódios de violência e de doenças causadas pela falta de saneamento básico. Os dois parágrafos que seguem, sobre condições insalubres e domínio do tráfico de drogas na favela, foram baseados em informações retiradas de Barcellos (2012), algumas confirmadas por moradores outras não.

Desde o início da ocupação, os moradores viviam em condições insalubres. O esgoto corria em grandes valas a céu aberto e não havia coleta de lixo eficaz, sendo que o lixo era jogado em áreas livres ou dentro de valões, ou se acumulava em frente às casas se tornando fonte de insetos. Além disso, a circulação do ar nas vielas era difícil e não havia combate a ratos e baratas. Idosos e crianças tinham doenças crônicas devido às condições insalubres em que viviam, como diarreia e sarna. A mortalidade infantil era duas vezes maior do que a média nacional.

Não bastasse toda a dificuldade decorrente da falta de infraestrutura urbana, os moradores ainda tinham que conviver com a violência gerada por um poder paralelo, instituído pela ausência do poder público. Desde mais ou menos o início da década de 1960 o morro tinha um “dono”, que detinha poder sobre a comunidade.

Inicialmente eram os banqueiros do jogo do bicho, que também passaram a vender drogas. Segundo Rocha (2012, p. 80):

[...] lideranças isoladas de representantes dos princípios e das práticas da ditadura militar, que se arvoravam em “donos” do morro, pela intimidação e pela força policial. [Fulano], depois [Sicrano], se consideravam donos. Alugavam espaços e barracos. A partir dos anos 1960 e 1970, embora não more no morro, [Beltrano] começou a encher os olhos com a estratégia do espaço para a distribuição de drogas. (Foram omitidos os nomes dos sujeitos).

Os depoimentos dos moradores retratam que o período entre as décadas de 1960 e 1980 foi de grandes dificuldades. Contudo, não foi possível obter relatos mais detalhados sobre esse período.

5.1.2 Décadas de 1980 e 1990

No ano de 1982, Leonel Brizola assumiu o governo do Estado do Rio de Janeiro. Isso representou para o morro Santa Marta, assim como para as demais favelas cariocas, o fim da política de remoção, e marcou a fixação das moradias, através do projeto “Cada Família, Um Lote” e posteriores obras de urbanização. Além disso, o novo governo decretou a proibição de incursões policiais nas favelas e revistas a pessoas e moradias sem um mandado de busca e apreensão, com base no respeito aos direitos humanos.

Essa medida foi mal vista e extremamente criticada pela oposição, grande mídia e opinião pública. O governo Brizola é frequentemente acusado de ter facilitado a consolidação do crime organizado, do tráfico de drogas e da favelização no Rio de Janeiro. Contudo, como visto na seção 3, o movimento de expansão das favelas se deu pela falta de oportunidades de moradia e de infraestrutura a que as classes mais pobres foram submetidas desde o início do planejamento urbano da cidade, sendo a constituição do poder paralelo e do crime organizado uma consequência da ausência do poder público nos espaços habitados por essas famílias. Dessa forma, essa ação governamental pode ser vista como uma tentativa de corrigir os erros cometidos até então em relação às classes mais excluídas da população, que poderia ter tido bons resultados caso não fosse descontinuada. No entanto, a partir disso, é possível perceber a construção simbólica a respeito dos

moradores de favela, como pessoas que não detêm os mesmos direitos que o restante da população.

Em relação aos moradores de favela e, especificamente, do Santa Marta, isso representou a possibilidade de exercer direitos humanos civis (à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade). Segundo o Entrevistado 4:

[...] era um coronel, que era um intelectual que queria, na verdade, romper com esse resquício da ditadura, porque no governo Brizola era o final da ditadura. E aí vem o Brizola e constitui, delimita, que a polícia não pode mais invadir as favelas a noite etc. Isso, a grande... a burguesia ficou com muitas críticas, porque acusaram o Brizola de convivente ao tráfico e, em nenhum momento, você pensa na vida dos moradores...”

Ele complementa: “Porque a cidade é uma só. Claro que gente conquistou esse território de forma diferenciada, mas porque o Estado mesmo criminalizou e ainda criminaliza.”

O governador, em visita à comunidade durante a campanha, havia prometido material de construção de alvenaria, e isso de fato se concretizou. Dessa forma, a força e a inspiração da Igreja, o apoio do governador populista e a organização da Associação de Moradores impuseram o fim do risco de remoção da favela e incentivaram, como nunca, as obras de mutirões comunitários.

Em quatro anos, de 1982 a 1986, durante o governo de Leonel Brizola, a maioria das paredes de madeira dos barracos havia sido substituída pelas de alvenaria. Os becos e vielas haviam sido pavimentados para evitar deslizamento de terra, como os ocorridos em 1965 e 1969 e que levaram à morte cinco pessoas. Foram construídas pontes nas áreas onde havia mais risco de se cair nos penhascos, especialmente crianças e idosos. Foram cobertos de concreto o caminho das águas pluviais e as encostas dos valões de esgoto. Graças aos mutirões, o Santa Marta tornou-se um retângulo impermeável, protegido contra as infiltrações das chuvas (BARCELLOS, 2012).

O fim do governo Brizola representou a perda de um aliado importante para a urbanização da favela. Os mutirões continuaram, mas perderam a força e a motivação iniciais. Em vez da união de todos para obras coletivas, os mutirões ganharam um perfil individualista, virando reunião de parentes para construção da própria casa. Além disso, os moradores voltaram a ter seus direitos de cidadania violados pelas incursões policiais, questão que se intensificou na década de 1990.

Em relação à violência gerada pelo poder paralelo exercido pelos narcotraficantes, no final da década de 1970 e começo da de 1980, a família que se intitulava “dona” do morro era extremamente violenta:

[...] obrigavam todo novo morador a pagar um pedágio de entrada. Para os nordestinos, o preço era mais alto. No caso dos comerciantes, a taxa era mensal. A recusa do pagamento podia representar agressão sexual contra as mulheres e a morte dos homens. (BARCELLOS, 2012, p. 76).

Em 1986, dois criminosos que chefiavam as duas maiores quadrilhas de assaltantes do Santa Marta, mataram os homens dessa família para vingar a morte de seus familiares mortos por eles e, em seguida, expulsaram do morro seus familiares e aliados, o que representou um alívio principalmente para os comerciantes nordestinos. Os dois criminosos assumiram o controle das bancas de jogo do bicho e dos pontos de venda de drogas, a pedido do mais antigo bicheiro da favela, que estava preso, e que chefiava o tráfico de drogas no morro na época. Após um ano, a dupla de gerentes do tráfico de drogas acabou se tornando inimiga, e se criou uma rivalidade entre as duas quadrilhas na favela.

Em 1987, a favela vivenciou a maior guerra urbana provocada pelo poder do narcotráfico na zona sul do Rio de Janeiro até então, entre as duas quadrilhas. De um lado, havia aliança com policiais, através do pagamento de propina; de outro lado, a aliança era com os traficantes mais conhecidos do Rio de Janeiro. A guerra durou oito dias, causou muitas mortes e teve uma grande repercussão na mídia. Foram divulgadas fotografias de homens com armas de guerra e de crianças também armadas. As imagens dos combates também foram divulgadas em noticiários das televisões europeias e norte-americanas.

No ano seguinte a essa guerra, ocorreram desabamentos de terras, causando mortes e hospitalizações. Esse evento também foi noticiado pela mídia, tanto brasileira como de outras partes do mundo.

O documentário “Santa Marta: duas semanas no morro”, do cineasta Eduardo Coutinho (SANTA..., 1987), retrata o dia a dia e as dificuldades dos moradores da favela na década de 1980. É evidenciado o contexto de violência, discriminação e pobreza a que os moradores eram submetidos, mas também o contexto cultural, religioso e festivo.

No ano de 1991, o comando do tráfico de drogas no morro foi retomado pela quadrilha que perdeu a guerra de 1987, mas desta vez o domínio não foi feito

através de luta armada, mas sim através de negociações e ameaças. Os três gerentes que ficaram responsáveis pelo controle dos pontos de venda de drogas pertenciam à terceira geração do CV, e o “dono do morro” que os comandava não morava na favela, mas na Região dos Lagos, litoral norte do Estado. Cada um dos três acabou assumindo uma função: um era o diplomata, outro exercia a função logística e o terceiro aplicava o sistema de punição, os tribunais CV, que eram comuns nos anos 1990 em várias favelas do Rio de Janeiro, e atividade exercida com muita perversidade.

Mais uma vez, a gerência do narcotráfico compartilhada acabou gerando rivalidades e, em 1995 foi desfeita, sendo um expulso do morro e o outro assassinado. Após a prisão do gerente que ficou comandando o tráfico de drogas no morro, acontecida no mesmo ano, houve novamente troca de poder. Assumiu o controle dos pontos de venda de drogas o gerente que havia sido expulso, traficante também pertencente ao CV, que controlou o tráfico de drogas no morro, por vezes a distância, até sua morte no presídio em 2003.

A década de 1990 foi marcada na favela Santa Marta por extrema violência e violação dos direitos de cidadania. Os moradores eram obrigados a conviver constantemente com tiroteios entre polícia e traficantes, revistas e invasões domiciliares realizadas inconstitucionalmente pela polícia e desmandos dos narcotraficantes. Em relação à violência policial, foi o período do “pé na porta”, como se referem os moradores às invasões domiciliares realizadas sem mandado de busca e apreensão, em que, literalmente, as portas das moradias eram arrombadas por pontapés; além disso, as pessoas sofriam torturas e humilhações, com base muitas vezes apenas no preconceito destinado a jovens negros moradores de favela. Em relação à violência por parte do narcotráfico, era este que resolvia os conflitos internos: de terras, de vizinhos, de famílias etc., submetendo a população às suas decisões; e a população também era obrigada a conviver com a crueldade dos julgamentos CV.

Um dos depoimentos, sobre um evento ocorrido na década de 1990, ilustra a violência (e cerceamento do exercício dos direitos civis) a que os moradores da favela (e das favelas) ficavam expostos pela violência sofrida pelos dois lados do “poder”:

[...] a polícia era assim, muito violenta [...], quebrava suas coisas dentro da sua casa e se você tivesse qualquer outra coisa de valor e tudo mais, se

tivesse uma casinha bonitinha, alguma coisa assim, pô... era logo visto como se fosse bandido, entendeu? Pegavam, levavam... vamos supor, vídeo cassete, outras coisas que você tivesse de caro na sua casa, pegavam e levavam, na cara de pau mesmo, roubando mesmo. E assim, iam botando o terror e tudo mais. [...] você chegar em casa e ter, pô, o seu lar violado... era horrível. E já aconteceu comigo, entendeu? Deles quebrarem a porta da minha casa, quando eu morava lá em cima [...]. Eu fui lá no DPO [Destacamento de Policiamento Ostensivo], eu discuti pra caramba mesmo, falei um montão de merda. Falei um monte de coisas com eles, assim, eu só não pude fazer a coisa de perícia e tudo mais, para averiguar realmente as coisas tudinho, para dar início ao processo porque, o que acontece, como tinha a questão de tráfico [...], se a perícia viesse, ela ia pedir reforço e se viesse reforço... ou seja, ia ter problema. Vamos supor, se tivesse algum tiroteio, matassem alguém, ou alguma coisa assim, pô, isso automaticamente ia para a minha conta, entendeu? [...] Aí eu pensei bem, legal e falei: 'Vou comprar outra fechadura, vai ser mais simples, eu não vou ter mais dor de cabeça, entendeu?' Porque, ou seja, você ia arrumar problema com policial, que ele ia ficar bolado contigo, entendeu? Ele ia ficar com raiva, ia ficar bolado, tentar te perseguir; e ia ter problema com o tráfico se, de repente, tivesse algum tipo de confronto ou alguma outra coisa assim.

Como afirma Rocha (2012), o Destacamento de Policiamento Extensivo (DPO) era a única instituição do Estado presente na favela de forma fixa naquele período.

Percebe-se por esse depoimento que, além da pessoa ter seu patrimônio invadido e danificado pela própria polícia, que deveria protegê-lo, não podia exercer seu direito de exigir reparação por receio de sofrer violências mais graves, tanto por parte da polícia como dos narcotraficantes.

Um exemplo de violência exercida pelo narcotráfico, que retrata a inexistência de possibilidades de exercer a cidadania, é relatado por um dos entrevistados:

[...] um presidente [da Associação de Moradores] que teve na comunidade [...], que era um cara... morria, morreu por essa comunidade... [...] Trabalhando, houve um problema sério que ele abria o bar dele de manhã, chegou uma pessoa e matou ele, porque ele fez uma denúncia um dia antes no batalhão, e aí de manhã cedo ele pareceu morto na casa dele.

Houve também um caso de uma moça, secretária da Associação de Moradores à época, que foi morta dentro de suas dependências; essa história foi relatada em conversas informais com moradores.

Em relação à violência policial, foi mencionado por um entrevistado:

Entendeu, família mutilada aí... Teve uma situação que o cara morreu dormindo, que até hoje ele não sabe nem porquê ele morreu. Numa troca de tiro, invadiram o barraco de madeira dele, pegaram na cabeça dele... [...] o cara pescador, só viva de trabalho... E então é uma coisa muito

traumática, ver jovem desses aí carregados, puxados, eles arrastando jovens com miolos ficando pelo meio da estrada, pelos caminhos...”.

Todos os moradores da favela que viveram a década de 1990 lá tem alguma história de violência, que presenciou ou viveu, para contar. Uma moradora da favela, na faixa etária dos 37 anos, em conversa informal, contou que se lembra de situações na infância em que teve que pular por cima de cadáveres para ir à escola. Também nesse período muitos jovens, adolescentes e crianças eram captados pelo tráfico, pois este tinha poder e influência local, e gerava muita renda, o que exercia certo fascínio. Outro entrevistado se refere a esse período da seguinte forma:

Porque antigamente tinha muita guerra, entendeu? E matava-se e morria-se muito. E era uma juventude, que muitas vezes... um era amigo do outro; aqui já teve caso de irmão matar irmão, mandar matar irmão, você tá entendendo? [...] as meninas todinhas... era uma geração que você via se perdendo, namorando bandido, aquela coisa todinha.

Ele também salienta o problema do estímulo ao consumismo:

E ao mesmo tempo, você via só a questão do consumo e não tinha nada de preocupação nenhuma. [...] aquela coisa de ostentação, de cordão de ouro, é não sei o quê... é bebida, é isso, é aquilo... Juventude mais preocupada com esse tipo de coisa, entendeu?

Em outro depoimento é chamada a atenção para a responsabilidade do Estado em relação a essa situação, pelo descumprimento do dever de garantir aos jovens meios para exercerem os direitos civis e sociais:

Mas a grande culpa disso tudo que houve foi o descaso dos governantes, que esses jovens entraram para o tráfico... descaso. [...] Descaso dos governantes porque eles não davam meios para os garotos trabalharem, para os garotos estudarem, hoje tem curso, tem tudo, porque não teve antes? Porque deixaram chegar a esse ponto? Chega a esse ponto que a gente chegou, que você vê vários jovens mortos na candelária, vários trabalhadores mortos em Vigário Geral. [...] porque não teve comprometimento com a situação...?

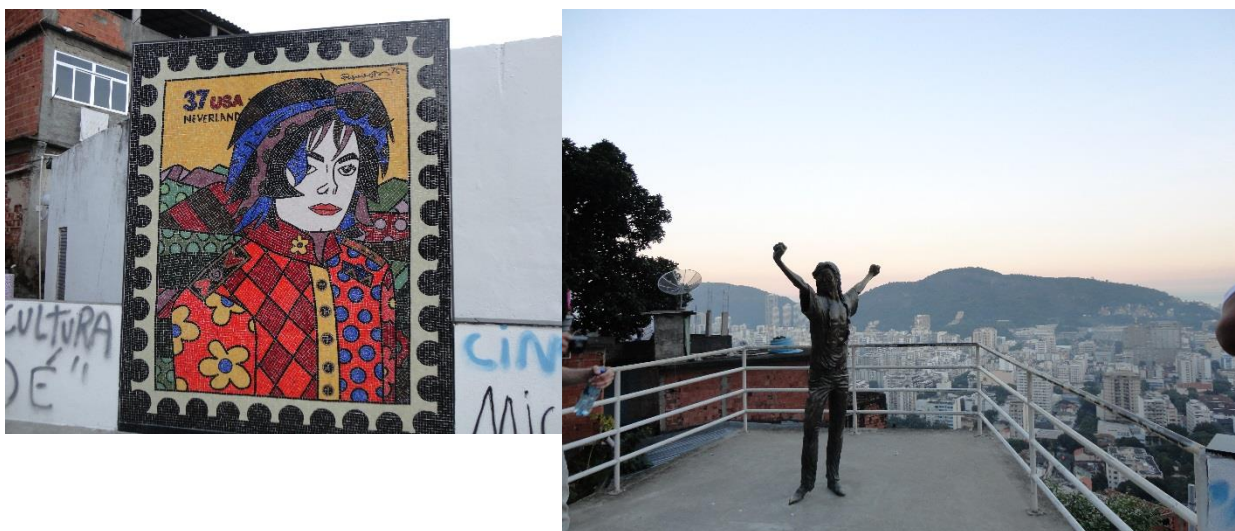
Foi nesse contexto, em 1996, que ocorreu a gravação de parte do videoclipe do cantor norte-americano Michael Jackson “*They don’t care about us*” na favela. As negociações envolveram o poderio do tráfico para garantir a segurança da equipe de produção. Esse evento movimentou a comunidade, e muitos jovens trabalharam na segurança do cantor e da equipe. Houve grande repercussão midiática, nacional e internacional, e muitos jornalistas querendo fazer a cobertura dos bastidores das

gravações. As gravações foram realizadas na Laje da Casa de Cultura Dedé, que fica localizada na parte alta do morro.

A Casa de Cultura havia sido um ambulatório, desde meados da década de 1980, tendo sido o primeiro posto de saúde para atendimento da comunidade, mantido pela SMDS. À época havia um líder comunitário, de nome Dedé, que morreu eletrocutado consertando uma fiação elétrica quando o ambulatório já estava desativado. O espaço ficou por mais ou menos sete anos, sem utilização e, a partir de então, se tornou a “Casa de Cultura Dedé”, batizada com o nome do líder comunitário para homenageá-lo. Hoje funcionam nesse espaço as atividades da ONG “Atitude Social” e o “Ponto de Cultura aos Pés do Santa Marta” (caracterizados na subseção 5.2).

Em junho de 2010, a laje, assim como a casa, foram revitalizadas pelo governo estadual. Foi criada uma estátua de bronze em tamanho natural do cantor pelo cartunista Ique. Também foi criado um painel de mosaico pelo artista plástico Romero Brito. Na Figura 9 é possível ver a Laje com a estátua e o mosaico.

Figura 9 – Mosaico e estátua do Michael Jackson na laje da Casa de Cultura Dedé



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, em junho de 2012.

A partir disso, a laje se tornou ponto turístico na favela e ficou conhecida como “Espaço Michael Jackson”, sendo assim nomeada no Mapa Turístico Santa Marta. Isso gera uma certa contradição nos sujeitos locais, pois ao mesmo tempo em que reforçam que a laje é da Casa Cultura Dedé, também por vezes se referem ao local como “Espaço Michael Jackson”.

Após a gravação do videoclipe, o narcotraficante que controlava o comércio de drogas no território, concedeu uma entrevista a jornalistas dos maiores jornais cariocas, em termos de circulação. Esse fato repercutiu intensamente na cidade e, na segunda metade da década de 1990, esse traficante era caçado pela polícia, o que repercutiu na vida dos moradores da favela, que tiveram de conviver com incursões policiais e tiroteios quase que diários, sofrendo constantes violações e violências por parte da polícia. O depoimento do Entrevistado 8 ilustra isso: “Foi um dos momentos mais felizes da comunidade, e o cara transformou num dos piores momentos”.

Portanto, mais uma vez o Santa Marta se tornou pauta midiática. Conforme depoimento do Entrevistado 3:

[...] o Santa Marta sempre teve um contexto midiático, principalmente por grandes guerras que aconteceram na cidade, aqui era uma favela que tinha em sequência muitas trocas de tiro, confronto com policiais e comerciantes varejistas de entorpecentes civis [...].

[...] quando tem atrito é quando as negociações aí com a polícia não estão muito boas, porque a polícia é quem chega atirando, ou quando tinha disputa de facção contra facção, mas aqui só teve essas disputas nos anos 80. Em qualquer favela que tem o varejo da droga, ela está diretamente ligada à polícia, é isso que eu falo não existe crime na cidade sem o Estado presente. Então a gente tem que mudar esse olhar de culpar os varejistas da droga pela violência da cidade, é muito mais amplo.”

[...] só quem morre é ele, favelado, negro, branco pobre, que não conhece o bairro onde nasceu, não conhece a cidade onde nasceu, que não tem a oportunidade de conhecer outras sociabilidades da cidade, e que está ali pressionado e formado por uma mídia que constrói subjetividade. Quem é que não quer ter um tênis da hora, quem não quer ter uma mulher linda que coloca na TV, quem não quer ter comidas boas que apresentam na TV? Agora uma seletividade da cidade vai ter isso e a outra não, e aí a outra dá o seu jeito... Só que essa outra é colocada como um inimigo número um e decretada pena de morte. Porque no Brasil tem pena de morte, a própria população decreta, agora para uns e para outros não? Quando morre do outro lado... que eu na verdade defendo a vida de qualquer um ser humano, ser humano não tem que ser abatido, se está fazendo um ato ilícito, tem que ser investigado e executada a lei. Mas para essa população existe pena de morte cruel, e o jogo é muito bruto.”

Esse discurso demonstra duas principais questões em relação ao papel que a mídia vem exercendo na sociedade, e que impacta na vida na favela. A primeira é em relação ao sentimento de discriminação social, criado por sucessivos governos e reforçado pela mídia massiva, em relação a moradores de favela e, mesmo, a jovens que entram para o crime organizado, a quem é decretada a “pena de morte” e/ou suspensos os direitos humanos; tratamento completamente diferente do dispensado

aos pertencentes ao “outro lado” da sociedade, para quem a Constituição Federal é respeitada. A outra questão é em relação a indução da mídia à criação de novas necessidades de consumo, colocando-as num patamar de indispensáveis para o pertencimento social.

5.1.3 A partir da década de 2000: entrada do poder público

Após mais de 70 anos sem condições dadas pelo Estado para a garantia do exercício dos direitos de cidadania, tanto civis quanto políticos e sociais, finalmente ocorreu a entrada do poder público no Santa Marta. No ano de 2000 foi iniciado um processo de urbanização na favela, promovido pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOPE-RJ) em parceria com o governo municipal. Segundo Castellón (2012, *online*, tradução da autora da tese):

Santa Marta foi considerada Área de Especial de Interesse Social [AEIS] pelo decreto [municipal] 30870, da lei Nº 3135 de 5 de dezembro de 2000, que estabelece as normas de uso e ocupação do solo da comunidade de Santa Marta em Botafogo: delimitação da área de especial interesse social, a localização e o número de pisos das edificações existentes, a delimitação de subzonas e o número máximo de pisos em cada uma delas, assim como a delimitação das áreas inadequadas para serem ocupadas e das áreas públicas e privadas.

A partir desse período foram reconstruídos os caminhos internos, tornando-os mais seguros para os moradores, casas de madeira foram substituídas por de alvenaria, sendo que “[...] muitos moradores foram beneficiados com essas obras, embora ainda haja um sem-número de casas de madeira, a despeito da promessa governamental de substituir todas.” (IBASE; GRUPO ECO SANTA MARTA, 2012, p. 12).

Contudo, apenas a partir da implantação da UPP, em dezembro de 2008, é que o poder público passou a cumprir com seu dever de levar os serviços básicos à população da favela. Conforme reforçado pelo Entrevistado 7:

[...] a comunidade sempre foi construída no braço da população, né, de 2000 para cá é que o Estado começou a entrar na comunidade para poder dar infraestrutura aos moradores aí dentro [...], é o tempo que a comunidade tem de estar recebendo o poder público e infraestrutura.

Em relação à questão da violência, a década de 2000 foi um período de menos tensão, pois os confrontos armados entre polícia e narcotráfico haviam

diminuído. O que aconteceu nesse período foi que o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) anunciava sua entrada na favela antes de invadi-la, o que conferia aos traficantes tempo para se retirar, não gerando conflito; após a saída dos policiais, os traficantes retornavam às suas atividades. Dessa forma, a população pôde começar a viver sob menos risco de morte, o que representa a conquista do mais direito fundamental, o direito à vida.

Como foi mencionado na seção 4, o Santa Marta foi a primeira favela carioca a receber o programa de UPP do governo estadual fluminense, se constituindo no projeto piloto. Foram instaladas três unidades permanentes no morro, uma na parte baixa e duas na parte alta, sendo a sede na entrada da favela pela rua Osvaldo Seabra, por Laranjeiras. A Figura 10 ilustra o cartaz do Governo Estadual na praça Corumbá, na entrada da favela por Botafogo, e a Figura 11 representa a sede da UPP, na parte alta do morro; essa Figura também mostra em detalhe o muro abaixo da UPP, com as marcas de tiro de fuzil, do período em que havia guerras armadas entre policiais e traficantes.

Figura 10 – Cartaz na entrada da favela que indica a presença do poder público



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Figura 11 – Sede da UPP e muro com marcas de balas de fuzil



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

A instalação foi realizada em dezembro de 2008, por meio de invasão do BOPE. Para os moradores, que não haviam sido informados da permanência da polícia na favela, era apenas mais uma operação do BOPE, como tantas outras já ocorridas.

Depois da implantação das UPPs foram instaladas câmeras de segurança que haviam sido utilizadas nos Jogos Panamericanos (CASTELLÓN, 2012). A implantação do projeto de UPP contou com um contingente de 112 policiais. Conforme a FGV (2012b), com as UPPs, além dos moradores, cerca de 4 mil pessoas são beneficiadas em seu entorno. Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO (ESTADO) [2012]), os índices de criminalidade caíram na comunidade. No período de 18 de novembro de 2007 a 18 de novembro do 2008, foram registrados três homicídios na área da favela. Já de 19 de novembro de 2008 a 19 de novembro de 2009, não houve homicídio na comunidade. O documentário “5x Pacificação”, lançado em 2012 e financiado pelos governos municipal e estadual do Rio de Janeiro, retrata o processo de implantação das UPPs em diferentes favelas, inclusive no Santa Marta, sob o ponto de vista de jovens cineastas moradores de favelas (5X PACIFICAÇÃO, 2012).

Após a entrada das UPPs, os moradores da favela passaram, finalmente, a ter acesso aos serviços básicos de urbanização fornecidos pelo poder público: água potável – através da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) –, luz

elétrica – através da Light – e coleta de lixo – através da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). Conforme salienta Castellón (2012, *online*, tradução da autora da tese), “[...] até esse momento cada morador havia sido responsável para que o morro tivesse água e luz, através das mais variadas formas e técnicas, entre as quais a principal era o ‘gato’ de luz elétrica e os canos de água potável suspensos sobre os trechos.”

Outra melhoria urbana desse período foi a instalação, em 2008, de um plano inclinado, uma espécie de elevador em que os carros funcionam sobre trilhos, ligando as partes baixa e alta do morro, através de 5 estações. No entanto, ele atende a comunidade apenas do lado direito da favela, sendo que os moradores do lado esquerdo ainda precisam usar as escadas, pois em alguns locais não há passagem de um lado ao outro da favela. O trajeto possui 340 metros (RIO DE JANEIRO (ESTADO), [2012]). É chamado de bondinho pelos moradores. A Figura 12 representa o plano inclinado.

Figura 12 – Bondinho do Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em julho de 2013.

O bondinho é constituído de duas partes, sendo uma para transporte de pessoas e a outra para transporte de cargas, como material de construção, compras de supermercado, bicicletas etc., e o deslocamento é feito de forma gratuita. Sua construção foi iniciada no ano de 2004.

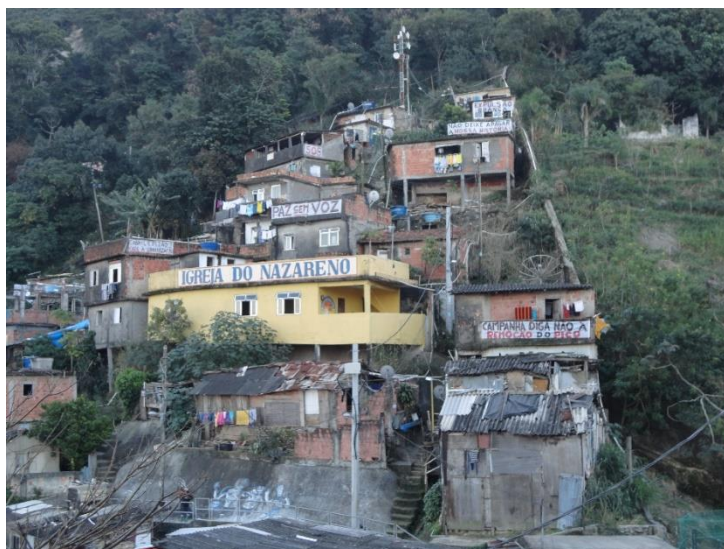
No entanto, as obras de infraestrutura urbana foram só até a parte da alta do morro, não englobando o Pico, que ficou sem os benefícios das melhorias e dos serviços públicos. O “Pico” possui grande parte das moradias ainda de estuque e de madeira, as escadas e os caminhos ainda são de barro e pedra, dificultando a locomoção. Os moradores costumam dizer que o “Pico” ainda é a favela da década de 1930. Segundo Castellón (2012), são 52 casas nessa situação.

Isso se deve ao fato de que o Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (atualmente, Fundação Geo-Rio), órgão da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura, considerou o “Pico” do morro como área de risco, decretando que os moradores deveriam ser removidos. Esse fato gerou um ponto de tensão entre poder público e moradores, pois a grande maioria deles não quer deixar suas casas. Existem casos em que as famílias residem no local há gerações, como a família do Entrevistado 3, que reside na mesma casa há cinco gerações. Segundo ele:

Esse território ainda é um dos lugares onde se concentra a maior parcela de moradores que são descendentes das primeiras gerações ocupantes... ou seja, aqui essa parte segregada [...], não chegou nada, onde a Comlurb não passa, onde a Sedae pouco liga, o Estado e as Secretarias Municipais também, enfim... Aqui era um lugar menos valorizado onde as pessoas tinham mais sacrifício. [...] Eles gostam muito de fazer propaganda e gastam bilhões com propagandas, e aí as coisas que têm que ser feitas mesmo não são.

Dessa forma, são essas as pessoas com quem o Estado tem a maior dívida. A Figura 13 apresenta o Pico do morro Santa Marta.

Figura 13 – Pico do morro Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Os moradores se organizaram criando a “Comissão de Moradores do Pico”, a fim de impedir a remoção.

Em 2010 também foi inaugurado no Santa Marta o projeto da empresa Tintas Coral “Tudo de cor para você”. Conforme informações contidas no *website* do projeto (TINTAS CORAL, 2013), “[...] o Tudo de cor para você fez uma edição piloto no Santa Marta com a pintura de 34 casas e a quadra da escola de samba Mocidade Unida do Santa Marta.” As casas pintadas ficam localizadas na praça do “Cantão”. A Coral contratou dois artistas holandeses do “Favela Painting” para criarem a arte da pintura, que é composta por raios multicoloridos, conforme a Figura 14. Conforme a empresa, foram treinados e remunerados moradores da comunidade para se tornarem pintores profissionais, e foram fornecidos todos os materiais necessários para a revitalização do local (tintas, ferramentas, andaimes e equipamentos de segurança).

Figura 14 – Praça do Cantão



Fonte: WikiRio. Disponível em: <http://www.wikirio.com.br/Favela_Santa_Marta>. Acesso em: fev. 2014.

A partir dessa experiência, o projeto da Coral, previsto para durar de 2012 a 2014, prevê que os próprios moradores pintem suas casas, pois: “Os treinamentos e o estímulo para que o morador faça a pintura da própria casa é uma forma de deixá-lo capacitado para renovar a pintura quando necessário.” (TINTAS CORAL, 2013, *online*). A Coral estabeleceu uma parceria com a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP-RJ) para rebocar o maior número possível de casas dentro do programa de melhorias habitacionais. Dessa parceria surgiram os seguintes pré-requisitos para que a edificação possa fazer parte do projeto:

[...] casas autorizadas pelo governo levando em consideração critérios de precariedade e segurança [...]; moradias com superfícies adequadamente preparadas (reboco), evitando assim o desgaste da pintura; engajamento dos moradores no momento da pintura. (TINTAS CORAL, 2013, *online*).

Conforme constante no *website* do projeto: “Até outubro de 2013, o morro já contabiliza a revitalização da fachada de 163 edificações.” (TINTAS CORAL, 2013, *online*). Para o morador pintar a sua casa, ele deve se cadastrar no escritório da Coral no Santa Marta. Para a pintura, o projeto fornece as tintas, ferramentas, equipamentos de segurança, treinamento e supervisão técnica. O escritório do “Tudo de cor para você” fica localizado no início da escadaria principal da favela, espaço denominado “Pé a escada”, na parte baixa do morro. A Figura 15 apresenta o Pé da Escada.

Figura 15 – Pé da Escada



Fonte: Google Maps. Acesso em: jan. 2014.

Outro aspecto marcante na favela atualmente é o turismo. Em agosto de 2010, foi lançado no Santa Marta o projeto “Rio Top Tour”, uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a presença do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. O projeto “[...] integra o programa de Turismo de Base Comunitária, que tem como foco a inserção econômico-social por meio da atividade turística.”, nas favelas onde foram implantadas UPPs, sendo a

favela Santa Marta a primeira (BRASIL, 2010, *online*). Na Praça Corumbá, na entrada da favela, há um posto do projeto de turismo, conforme a Figura 16.

Figura 16 – Posto do projeto Rio Top Tour na favela Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em dezembro de 2013.

A intenção do projeto foi capacitar guias turísticos locais para receberem os turistas e realizarem o passeio guiado. A capacitação dos guias ficou a cargo do Colégio Estadual Antônio Prado Junior e foi iniciada em 2009. Atualmente são 12 moradores atuando como guias locais no Santa Marta, que recebem em torno de 10.000 turistas por mês na alta temporada, sendo que 70% são estrangeiros, conforme dados fornecidos pela Entrevistada 13. A elaboração do Mapa Turístico contou com a participação de um conjunto de guias e representantes locais. Além disso, há quatro agências de turismo criadas por guias turísticos locais. Porém, antes da implantação do projeto já havia uma atividade de guiamento turístico na favela, exercida por dois moradores guias. O turismo no Santa Marta envolve também culinária, práticas socioculturais, trilha até o mirante Dona Marta, entre outras atividades. O intenso turismo local também abriu mais espaço na mídia para a favela.

No que diz respeito ao contexto de violência, atualmente está consideravelmente amenizado. O tráfico de drogas não ostenta mais armas de fogo (fuzis) pelas vielas, não tem mais poder sobre a vida dos moradores, desde que não se envolvam com ele, não há mais um “dono do morro”. A violência policial também

diminuiu. Assistimos, o tempo todo, nos noticiários, episódios de excessos de violência cometidos por policiais de UPPs contra moradores de favelas “pacificadas”, como o emblemático caso do pedreiro Amarildo, que foi torturado e assassinado dentro das dependências de uma UPP da favela da Rocinha, conforme informações divulgadas pela mídia comercial sobre as investigações do caso. Contudo, isso não tem ocorrido no Santa Marta, pois, segundo opiniões de entrevistados, por ser a “favela modelo”, isto é, o modelo de favela planejado pelo governo estadual do Rio de Janeiro no que se refere às políticas públicas, e o piloto do projeto de UPPs, caso alguma coisa saia errada e se torne um escândalo público, compromete o projeto do governo para as favelas, que deseja ser um modelo a ser seguido mundialmente.

Do ponto de vista dos moradores, a implantação das UPPs e, conseqüentemente, dos serviços básicos e da segurança divide opiniões. Por um lado, os moradores se sentem satisfeitos por poder exercer direitos de cidadania, anteriormente negados à favela. As pessoas salientam a possibilidade de ir e vir como um privilégio que têm atualmente. O Entrevistado 6 ressaltou a possibilidade de viver sem ameaça e a maior abertura da favela para pessoas de fora, assim como a maior possibilidade de ações que levem os moradores ao exercício de direitos sociais:

[...] as pessoas não vivem mais sob ameaça, com medo... que não é todo mundo, mas tem sempre um ou outro que foi envolvido [com o tráfico], que foi metido que tem um filho, um parente que era envolvido, que acaba sofrendo a represália. Hoje não tem mais isso. Isso são só questões primordiais. Na verdade, a favela hoje em dia é vista com outros olhos, todo mundo quer vim conhecer o Santa Marta, todo mundo querendo vir fazer trabalho social, todo mundo quer vir fazer trabalho voluntário, todo mundo quer vir no morro, todo mundo quer vim passear...

Também foi salientado por outros entrevistados e por demais moradores a possibilidade de realizar cursos profissionalizantes e de idiomas, a ampliação de oportunidades de emprego e o maior acesso à cultura e ao lazer através de projetos sociais, especialmente para as crianças. Além disso, foi dito que as crianças passaram a ter mais liberdade de brincar e circular pelos espaços públicos da favela, devido às melhorias nos caminhos, que se tornaram mais seguros, e à retirada das armas das mãos dos traficantes.

No entanto, para as lideranças mais críticas, a ocupação da favela pelas UPPs representou uma melhoria necessária, mas insatisfatória. Além disso, alegam

que o Estado nada mais fez do que cumprir com o seu dever de dispor aos moradores a possibilidade do exercício de direitos fundamentais, como, principalmente, o direito à vida. O Entrevistado 12 ressalta que a implantação das UPPs foi importante no início, pela desarticulação do crime organizado, pois:

[...] você não precisaria mais se preocupar com a polícia arrebatado a sua porta, você tá entendendo? Porque antes quando tinha guerra ou alguma coisa assim, quando tinha tiroteio, quando a polícia entrava no morro, normalmente dava conflito. [...] E assim, um outro ponto que eu acho interessante também, é que acaba um pouco com a questão da referência de traficantes [para os jovens]”.

Mas vêem a necessidade de haver um diálogo maior com os moradores, em vez de um projeto de governo construído “de cima para baixo”. Outra reclamação é em relação aos problemas constantes na favela: o bondinho estraga ou para constantemente para manutenção, a coleta de lixo é deficiente, ainda há esgoto a céu aberto, frequentemente falta luz e/ou água. Além disso, as pessoas são obrigadas ao pagamento de taxas pelos serviços mais caras do que suas condições financeiras permitem, sendo que a favela se constitui numa AEIS. Em relação à taxa de luz, as pessoas não possuem medidor individual para acompanhar o consumo e têm acontecido casos em que as contas são exorbitantes, até mesmo para o restante do bairro de Botafogo. É reforçado também pelo Entrevistado 13:

Aí aqui na comunidade botam esses servicinhos medíocres... Como é caso da internet⁶, que já não tá funcionando; como é o caso do bondinho, que vive sempre quebrando [...], não se tem uma manutenção correta, você está entendendo? E assim, a rede de esgoto a céu aberto, várias outras coisas...

Outra crítica é em relação ao fato de que a segurança pública implantada não tem intenção de beneficiar e proteger os moradores da favela, mas sim os moradores dos arredores e os turistas. Alguns depoimentos retratam que o tratamento dos policiais dispensado aos moradores da favela, apesar de ser muito menos violento do que antes, ainda é bastante discriminatório e diferenciado do dispensado aos moradores dos prédios da zona sul. Também reclamam da necessidade de pedir autorização na sede da UPP para a realização de eventos nos espaços públicos da favela, assim como a proibição e/ou restrição ao *funk* e ao *hip hop*, expressões culturais locais fortes.

⁶ Sobre o sinal de internet pública, é abordado na subseção 5.2.

Outra questão é a especulação imobiliária, os preços dos imóveis na favela dispararam. As pessoas que possuem imóveis alugados vêem vantagens, mas os mais pobres sentem dificuldade em se manter na favela com o aumento do custo de vida. Alguns moradores mais atuantes politicamente no Santa Marta se referem a essas ações do poder público como “remoção branca”, pois alegam que o poder público está encarecendo a vida nas favelas a fim de que as pessoas não tenham mais condições financeiras de se manter morando no local, nesse caso na zona sul do Rio de Janeiro, e sejam obrigadas a se retirar. Ou seja, o governo estaria provocando a gentrificação. Alegam também que todas essas ações fazem parte de um “embelezamento” da cidade para receber os turistas para os jogos da Copa do Mundo. Esse discurso está muito presente nos movimentos sociais de favelas cariocas que lutam contra as remoções forçadas e a favor de melhores condições de vida e de exercício da cidadania para os moradores.

A maior luta das lideranças é para que os moradores da favela tenham o mesmo tratamento dispensado ao restante da cidade, assim como para que não sejam obrigados a viver sob a mira de armas de fogo, seja dos traficantes seja da polícia, que ostenta armas na favela. Além disso, existe todo um contexto midiático que reforça a utopia do Santa Marta como “favela modelo”, como um espaço no qual as intervenções estatais funcionam perfeitamente bem, e um local onde o tráfico de drogas foi completamente combatido. Há um intenso chamamento para que os turistas visitem o local e, como reforça o Entrevistado 3, “Todo o olhar hoje é para o turista, e isso vai até contaminando os moradores.”, através de: “[...] a construção do plano inclinado, o asfaltamento da rua, com a favela sendo preparada para o contexto turístico, para atrair toda... receber toda essa parcela que virá do mundo inteiro por conta de megaeventos.” Diz isso fazendo referência à preparação do país e da cidade para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Toda essa conjuntura histórica e de colonização, pela informalidade de sua formação e pelos problemas e dificuldades vindos com ela, como violência, abandono do poder público, privações de direitos básicos, discriminação, estereotipizações produzidas pela mídia, perpassa o contexto cultural e comunitário e produz o status sociocultural da vida na favela. As próximas duas subseções abordam essas questões.

5.1.4 Contexto cultural

Durante seus 80 anos de existência, a favela foi se construindo pela multiplicidade cultural, levada com as diferentes migrações que a colonizaram, sendo famílias do interior fluminense, de Minas Gerais, em grande parte descendentes de ex-escravos, e do nordeste, assim como a incorporação de elementos culturais da cidade, do país e do mundo, absorvidos principalmente via televisão e, mais recentemente, internet.

Atualmente, também contribuem para a formação sociocultural e política da favela as recentes intervenções estatais e os conflitos relacionados à entrada do poder público, como precariedade dos serviços básicos, ameaça de remoção do Pico e imposição do convívio com a polícia, o que é visto por algumas lideranças comunitárias como a troca de um poder armado imposto (o do tráfico de drogas) por outro (o da polícia militar). Também influencia o contexto cultural do Santa Marta o intenso fluxo de turistas que frequentam a favela, e toda a preparação visual para que isso ocorra, assim como, novamente, a representação forjada pela mídia acerca da favela, especificamente a marca e reforço da condição de “favela modelo”, como tencionado pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro.

Em termos de manifestações musicais e, mais abrangentemente, das práticas socioculturais que vem com elas, tem-se no Santa Marta uma mescla que envolve o samba, o forró, o *funk* e o *rap* (mais amplamente a cultura *hip hop*). Ao circular pela favela se percebe essas diferentes expressões musicais. Contudo, a favela convive também com outros ritmos, estimulados pelos projetos sociais de escolas de música locais, que envolve músicas clássicas, chorinho, bossa nova etc. O rock também se faz presente, especificamente marcado pela presença do Michael Jackson na favela. Ocorre anualmente, no dia do aniversário de sua morte, um evento no espaço Michael Jackson em homenagem ao cantor (Figura 17), que reúne fãs e santa-martenses. É interessante perceber que crianças pequenas gostam do cantor, e imitam sua dança e música, movidos pela referência histórica da gravação do videoclipe do cantor na laje da casa de cultura.

Figura 17 – Comemoração em homenagem ao aniversário de morte de Michael Jackson, em 2013



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, em junho de 2013.

No que diz respeito ao samba, a escola de samba “G. R. E. S. Mocidade Unida de Santa Marta”, iniciada em 1992, é reduto de sambistas de “raiz” e de diferentes gerações que mantêm acesa a tradição. Se localiza logo abaixo da praça do “Cantão”. Em minha última coleta de dados presencial no Santa Marta estavam ocorrendo as semifinais de escolha do samba enredo. Esse era o assunto mais recorrente na favela e a quadra da escola se mantinha cheia nos momentos de apresentação e eliminação dos sambas concorrentes. A Figura 18 mostra a fachada da quadra da escola e a Figura 19, a quadra por dentro durante uma das semifinais.

Figura 18 – Quadra G.R.E.S. Mocidade Unida de Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em agosto de 2013.

Figura 19 – Semifinal de escolha do samba enredo da G.R.E.S. Mocidade Unida de Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em dezembro de 2013.

No dia da final, e seguinte, esse era o assunto mais comentado no Facebook e, ao que me foi dito, desde de manhã já havia um movimentação grande na favela em torno desse evento.

Ainda relacionado a carnaval, o Santa Marta possui o seu próprio bloco, o “Bloco Carnavalesco Pelasaco”. Mas a tradição do samba também se mantém viva nos pagodes nas lajes, regados a feijoada, churrasco e cerveja, assim como nas biroskas. Um exemplo é o tradicional pagode no “Bar do Tota” às sextas-feiras. Há ainda um samba famoso, não apenas na favela, mas também “no asfalto”, que ocorre uma vez por mês na laje atualmente denominada “Espaço Michael Jackson”, chamado “Pôr do Santa” e organizado por sujeitos locais. Esse samba agrega a tradicional feijoada, sambistas renomados e atrai muitos turistas e pessoas de fora da favela.

Também o *funk*, o forró e o *rap* se fazem presentes nas festividades privadas, que acabam, muitas vezes, ocorrendo no espaço público desta ou, mesmo, mesclando espaço privado e público. Em relação ao forró, também há mensalmente o que é conhecido na favela como “o forró da Toinha”, uma festa de forró sempre com uma banda musical que ocorre na birosca de mesmo nome, logo acima da praça do “Cantão”, espaço antigamente dominado pelo tráfico, que se constituía numa das “bocas de fumo”.

Quanto ao *funk*, não tem ocorrido os bailes na favela, mas acontecem periodicamente festas na quadra da escola de samba, que não se limitam a apenas tocar *funk*, mas sendo este estilo musical um dos mais recorrentes. Essas festas atraem também pessoas de fora da favela, principalmente pelo fato da quadra se localizar na parte baixa do morro, perto da rua. Em dias de eventos desse tipo forma-se uma fila de táxis no pé do morro, para atender aos frequentadores de fora. Havia mais festas que tocavam *funk* na favela, mas isso passou a ser reprimido desde a entrada da UPP, pois a polícia associa o bailes *funk* ao tráfico de drogas. No geral, se percebe que o *funk* é mais praticado pelas gerações mais jovens, enquanto o samba e o pagode pela “velha guarda”.

Quanto à cultura *hip hop*, e à música *rap*, é uma manifestação cultural iniciada no Brasil na cidade de São Paulo, mas tendo no Rio de Janeiro o Santa Marta como uma das favelas pioneiras. O “Cantão” era o local de manifestações culturais desse gênero na favela, a partir da música, da dança e dos grafites, sempre ligados à questão de críticas sociopolíticas, mas que também foram coibidas após a entrada da UPP na favela. O discurso dos sujeitos locais mostra que eventos puramente culturais, com exceção do *funk*, podem ocorrer mais livremente na favela, muitas

vezes sem autorização do poder policial, mas os eventos que envolvem crítica e/ou discussão política já são mais controlados e, até mesmo, vetados.

Outras festas tradicionais locais são a “Agustina” e a “Flash Back”. A primeira é um tipo de festa junina ocorrida no mês de agosto, e a segunda é uma festa no estilo “reunião dançante”, com foco para um público mais adulto que acontece no “Bar da Família Turano”, no alto do morro. Outra prática local tradicional no Santa Marta é o futebol, bastante presente na favela, havendo uma escolinha de futebol no campinho do “Pico”. Também há o grupo de futebol de adultos, denominado “Peladão do Santa Marta” (PSTM) que se reúne aos finais de semana em diferentes locais da cidade.

O narcotráfico, o poder conquistado por armamentos pesados e pelos lucros gerados pela venda de drogas, também deixou marcas culturais na favela, influenciando diretamente a juventude e a infância, assim como também toda a violência gerada tanto pelo tráfico quanto pela repressão policial. Conforme Rocha (2012, p. 90), a cultura do risco pode afetar a infância:

[...] uma criança de poucos anos, por exemplo, quatro ou cinco, que presencia assassinatos brutais que fica em meio a invasões policiais violentas e arbitrárias, que vê seus pais, irmãos e vizinhos na iminência do risco da morte, certamente vai criar critérios para a relação com a vida a partir dessa realidade de risco, de agressão, de exclusão e de reclusão que já burlaram a lei do respeito à ética, à norma, e à justiça.

Além disso, o reforço da mídia de “[...] caracterização do morro como lugar de ‘bandidos’ e, portanto, de violência [...] pode ser assimilada pelas crianças desde a infância, no sentido de reforçar esse imaginário na sociedade [...]” (ROCHA, 2012, p. 75). Conforme o depoimento de um dos entrevistados, sócio de uma das primeiras *lan houses* locais, em meados da década de 2000, as crianças tinham preferência por jogos de guerra, questão que pode ser encontrada também em outros ambientes, mas, segundo ele, a peculiaridade era que sabiam o nome de todas as armas mostradas nos jogos e ostentavam esse conhecimento. Nesse sentido, os entrevistados concordam que a desarticulação da quadrilha de tráfico de drogas, ou ao menos, a “retirada das armas de fogo das mãos de civis”, como dizem, foi importante.

Mas as marcas culturais deixadas são fortes, como percebido em algumas questões sutis. Uma delas diz respeito ao medo muitas vezes demonstrado pelos moradores em abordar ou emitir opinião sobre questões relacionadas a isso; ou a

forma de resolução de problemas, sendo pregado que as coisas têm de ser resolvidas internamente, sem envolver outras instâncias, especialmente, a polícia. Percebe-se, também, no comportamento das crianças, muitas vezes, uma cultura de resolver os problemas “na porrada”, levando a um entendimento de que replicam o que aprenderam e/ou presenciaram.

A violência sempre esteve entre os piores problemas a serem enfrentados na favela, assim como em contextos sociais semelhantes. Num contexto de dificuldades, muitas vezes de privações, a violência acaba sendo o problema mais emergente e aprofundando os demais. As pessoas acabavam tendo que “se acostumar” a conviver, por exemplo, com frequentes trocas de tiros e atos de violência que cerceavam seus direitos mais fundamentais.

No entanto, a representação social do favelado não parece ter mudado muito, mesmo com o reforço da mídia comercial de mostrar a favela como um espaço que está sendo recuperado pelo Estado e incluído socialmente. Houve relatos por parte de jovens sobre se sentirem discriminados em outros espaços por serem moradores de favela. Houve também relatos sobre o receio de subir a favela a noite, pois, mesmo com a “pacificação”, as abordagens policiais feitas a um jovem andando a noite pela favela, “[...] principalmente se for dia de semana [...]”, conforme relato, são agressivas e abusivas, pois “[...] acham que você é traficante, é aviãozinho [...]”.

O Santa Marta também possui muitas igrejas e manifestações religiosas. Inicialmente havia as religiões afrodescendentes, materializadas pelos centros espíritas de umbanda e candomblé, ou seja, os terreiros. No entanto, os terreiros foram extintos, pois não houve continuidade e nem substituição das pessoas que estavam à sua frente após suas mortes. Uma influência para a descontinuidade dessa prática religiosa e cultural foi a entrada no morro das igrejas evangélicas, que foram agregando cada vez mais fiéis. No entanto, há no Pico do morro o museu Nega Wilma, destinado a manter a memória da mãe de santo de mesmo nome, já falecida. Tentei encontrar o museu, mas sem sucesso, as pessoas para quem perguntei não sabiam dizer exatamente onde fica, o que leva a questionar se ele realmente está em funcionamento.

Como foi visto, a Igreja Católica também exerceu grande influência, tanto na construção física como cultural da favela. Atualmente, há 10 igrejas no Santa Marta, segundo o Entrevistado 7, sendo que duas são Igrejas Universais, duas são Assembleias de Deus, duas são Católicas, uma é Batista, duas são Deus é Amor e

uma é Igreja da Redenção. Ou seja, das 10 igrejas presentes, sete são evangélicas. Para um espaço relativamente pequeno, tanto em dimensões quanto em número de moradores, percebe-se que as instituições religiosas se fazem muito presentes e exercem forte influência nas práticas socioculturais. Essa grande incidência do poder religioso na favela pode ser explicado, ao menos em parte, pela situação de risco, de privação e de ausência de possibilidades de exercício da cidadania de forma equivalente ao que ocorre em outros espaços da cidade. O apego religioso é confortante em situações limítrofes, bastante vividas por moradores da favela. A menção à figura de Deus é frequente, como é possível perceber, inclusive, pelas postagens e comentários no Facebook.

Da mesma forma, a crença religiosa pode funcionar como uma explicação divina para as condições de vida, gerando aceitação e conformismo. Como afirma Rocha (2012, p. 34): “A situação de pobreza, de necessidade e muitas vezes de fome, em situações desumanas de moradia, pode ser interpretada como castigo ou pena, também reforçado pela cultura religiosa da punição.” Além disso, algumas situações complicadas foram percebidas, como a menção por crianças de que precisavam de dois reais para dar ao pastor (à igreja). Outra situação que me foi relatada diz respeito a crianças dizerem que não sabiam mais se poderiam estudar música, pois o pastor havia dito que ritmos como rock e samba eram músicas do demônio. Isso parece bastante cruel quando se percebe que muitas dessas crianças encontram no aprendizado da música uma das únicas formas de ocupação do tempo livre, canalização das energias, criatividade e aprendizado. Também se percebe que há uma disputa de poder gerada pela religião, se manifestando inclusive na forma de referência ao nome da favela, como já foi mencionado.

No que diz respeito às manifestações socioculturais, as principais festas religiosas atuais presentes no morro são: a Folia de Reis, a festa de São Jorge e a procissão de São Sebastião. A Folia de Reis, de origem portuguesa, é emblemática, não só no Santa Marta mas também em outras favelas nas quais se apresenta. Segundo Rocha (2012, p. 51-52), é um ritual de natureza cultural e religiosa, se constituindo num:

[...] grupo religioso que celebra no dia 6 de janeiro a festa da Epifania ou da manifestação do Senhor aos Reis Magos, Belquior, Melquior e Balthazar, que foram visitar o Menino Jesus, percorrendo tortuosas e arriscadas jornadas, pelo significado de seu nascimento. A Folia pode se dar de 25 de

dezembro a 6 de janeiro ou em outra data em que se queira celebrar, como o 20 de janeiro, dia em que o Santa Marta comemora.

Essas festas religiosas aglutinam a comunidade e são representativas na cultura local. A Figura 20 apresenta a Folia de Reis e a Figura 21, a festa de São Jorge.

Figura 20 – Folia de Reis Penitentes do Santa Marta



Fonte: Fotografia retirada da página no Facebook da Folia de Reis Penitentes do Santa Marta, em fevereiro de 2014.

Figura 21 – Festa de São Jorge



Fonte: Fotografia retirada do perfil no Facebook do Entrevistado 8, em janeiro de 2014.

Outra questão marcante na cultura é a grande exposição na mídia da favela Santa Marta e a relação com o turismo. No cotidiano da comunidade, as pessoas se acostumaram a dividir seu espaço com turistas, “os gringos”, que sobem o morro diariamente, especialmente em períodos de alta temporada. A loja de roupas e acessórios femininos presente na praça do “Cantão” exemplifica essa dualidade morador-turista presente na favela atualmente, pois possui estilo e preços semelhantes aos praticados pelas boutiques de Ipanema. Por outro lado, há uma integração entre moradores e turistas, tendo em vista que o guiamento turístico é realizado por moradores da favela, que conhecem a comunidade e levam os turistas para conhecer as atividades e os comércios locais.

O território santa-martense se tornou cenário de gravações televisivas, cinematográficas e eventos esportivos, assim como de visitas de celebridades midiáticas internacionais. Alguns exemplos são: a competição internacional de ciclismo “Downhill”, ocorrida em setembro 2009, em que os competidores desceram de bicicleta a escadaria principal; visita da cantora norte-americana Madonna, acompanhada do governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do prefeito da cidade, Eduardo Paes, na ocasião da inauguração do “Espaço Michael Jackson”; gravação de cenas da telenovela da Rede Globo “Viver a Vida”, em 2009; gravação do quadro “Lar Doce Lar” do programa da Rede Globo “Caldeirão do Huck”, em 2009; visita, em 2010, do ator Hugh Jackman (que representa no cinema o personagem Wolverine), acompanhado da mulher e dos dois filhos; gravação do videoclipe “Put It in a Love Song” da cantora Alicia Keys em parceria com a cantora Beyoncé, em 2010; gravação, também em 2010, de parte de outra telenovela da Rede Globo, de nome “Escrito nas Estrelas”; gravação do filme “Tropa de Elite 2”; gravação do filme “Totalmente Inocentes”, em 2011 e gravação do videoclipe do Seu Jorge, produzido por Spike Lee, em 2013. Atualmente, ocorrem frequentemente na favela gravação de diversos comerciais para a televisão, assim como entrevistas e programas de turismo e culturais com guias e artistas locais, tanto televisivos como para jornais e revistas, nacionais e estrangeiros.

Outra marca cultural da favela é o sentido de comunidade presente, gerado em grande parte pelo compartilhamento da conjuntura de dificuldades que acompanhou toda a formação da mesma. Esse sentido tem se perdido um pouco, mas percebe-se que ainda se faz presente nas práticas socioculturais das relações pessoais. Antes de abordar as características de comunidade presentes no Santa

Marta, é importante fazer referência a uma divisão espacial, social e cultural presente no morro, que diz respeito às quatro “partes” da favela: a parte baixa, a parte intermediária, a parte alta e o “Pico”.

Há uma desigualdade social visível na favela, sendo que quanto mais perto “do asfalto”, isto é, mais no pé do morro, melhores são as condições de infraestrutura e de status social e, mesmo, os imóveis são mais valorizados na parte mais baixa, justamente por se ter melhor acesso aos serviços públicos. Essa diferença de status sociocultural está presente desde os tempos remotos da favela, e permanece nos dias de hoje. Com as obras de infraestrutura urbana, isso foi reforçado, especialmente em relação ao Pico do morro, pois se tornou a parte segregada da favela, em que os serviços públicos são mais precários, os caminhos são de barro, as escadas são de pedra e as casas são ainda de madeira e de estuque. Também a maioria dos serviços e projetos sociais funciona na parte baixa da favela, o que é justificado por alguns pelo fato de ser o caminho de passagem de todos. Mas se percebe que as instituições e projetos sociais presentes são mais frequentados por quem mora nos seus arredores. Dificilmente, as pessoas da parte baixa da favela, por exemplo, frequentam a parte alta. A parte intermediária seria exatamente o “limbo” entre a parte alta e a baixa. No entanto, a favela Santa Marta como um todo possui características que lhe conferem o status de comunidade.

5.1.5 A favela como comunidade

No Rio de Janeiro, o termo “comunidade” tem a conotação de ser um termo “politicamente correto” para se referir a favela, sendo usado como um sinônimo. No entanto, essa denominação traz consigo uma carga de preconceito ainda maior, da mesma forma como se referir a uma pessoa negra como morena, se constituindo isso numa tentativa de negar a própria natureza da existência. A origem do uso do termo comunidade tomado por favela se iniciou a partir das políticas governamentais voltadas para as favelas cariocas. Em ocasião de visita do então presidente Lula à favela Santa Marta para o lançamento do projeto de turismo Rio Top Tour, em 2010, ele disse aos moradores que deveriam esquecer o termo favela, pois era um novo início, em que estas se tornariam bairros, ou comunidades, deixando eles de ser “favelados” para se tornarem “moradores de comunidade”. (BATISTA; DAMASCENO, 2010). Disse: “Eu não poderia deixar de vir inaugurar

esse projeto porque nós, da nossa geração, precisamos recuperar o tempo perdido para que os nossos filhos não precisem chamar nenhum bairro de favela, para que tudo seja bairro, tudo seja comunidade [...]” (BATISTA; DAMASCENO, 2010).

A imposição dessa nova denominação tinha a intenção de criar uma nova identidade para esses territórios, e o fez de forma a demonstrar que as dificuldades vividas até então como favela seriam superadas, num convencimento aos moradores a produzirem uma autoestima diferenciada da que possuíam até então. Seria como se o Estado, e a sociedade, lhes estivesse acolhendo finalmente, e acabando com o tratamento discriminatório até então destinado a eles. Contudo, essa postura é bastante preconceituosa, pois produz uma representação de favela como algo ruim, que precisa ser superado e esquecido. Mas não é possível apagar a história e a cultura que o termo favela traz consigo, especialmente para quem viveu e vive nesse tipo de assentamento urbano, que se criou com base em muita dificuldade e com um sentido comunitário forte. Dessa forma, essa nova nomenclatura foi uma imposição “de cima para baixo”, que desrespeita a identidade cultural local presente nas favelas.

Pode-se perceber a tentativa governamental de mudança de denominação pelas placas de lançamento dos serviços públicos no Santa Marta, como mostram as Figuras 22 e 23, que se referem à favela como comunidade.

Figura 22 – Placa de inauguração do plano inclinado da favela Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em setembro de 2013.

Figura 23 – Placa de inauguração da iluminação pública na favela Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em setembro de 2013.

Na placa de lançamento da iluminação pública, como se percebe, o descaso com a cultura local é ainda mais grave, fazendo referência à “Comunidade **Dona Marta**”, sendo que o nome da favela é **Santa Marta**. Ademais, representa a imposição de uma nova identidade cultural, em desrespeito à construção identitária local. Exemplificam isso os fatos ocorridos de proibição dos bailes *funk* e a destruição da expressão cultural do *hip hop* no “Cantão”, que era um espaço repleto de grafites e com menção a personalidades que representam uma cultura de resistência, como Malcolm X, Che Guevara e Zumbi, que foram apagados com nova pintura.

O efeito na cidade dessa imposição de nomenclatura, com o reforço da mídia, fez com que a população carioca passasse a se referir às favelas como comunidades, numa crença de que era a forma correta de se referir às favelas e aos favelados de forma mais respeitosa. Esse apelo foi tão forte que também entre os moradores de favela essa nova denominação foi apropriada. Atualmente, o discurso local mescla os dois termos. Porém, quando perguntado sobre isso a alguns líderes, que são por natureza mais críticos politicamente, eles afirmaram que moram em favela e que são favelados, e esperam ser respeitados a partir dessa realidade. Apesar disso, as próprias lideranças, muitas vezes, acabam misturando os dois

termos. No livro do Repper Fiell há um capítulo intitulado “Favela ou comunidade? Um olhar de quem vive lá!” em que ele defende:

Já é bem comum ouvirmos o povão falar que mora na comunidade do Santa Marta, Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Alemão e por aí vai. [...] O termo COMUNIDADE foi intitulado por governo e propagado por instituições (ONGs). A ideia é que os moradores iam ficar mais incluídos na sociedade, ser mais aceitos. [...] Sou favela, sou favelado, e não preciso de caridade de governo e nem de ONG. Precisamos de respeito, de qualidade de vida digna e de trabalho. Somos cidadãos como os moradores dos prédios. Pagamos o mesmo imposto na compra de mercadorias. Favela é patrimônio e faz parte da história da cidade. (REPPER FIELL, 2011, p. 24-25).

Ele ainda afirma que mesmo líderes comunitários de favelas utilizam os dois termos como sinônimos. De qualquer forma, o que é inegável é que nas favelas vivem comunidades, no sentido mais estrito do termo. E o Santa Marta tem um sentido forte de comunidade, ainda nos dias de hoje, sendo que foi mais presente no seu início, de luta pela sobrevivência e moradia. Segundo Goldwasser (1974, p. 70), o conceito de comunidade é compreendido e adotado basicamente de duas formas: “[...] ou como um determinado segmento populacional, ocupando uma área territorial contígua, ou como um certo tipo de relação social evocando os aspectos mais positivos dos processos de associação humana.”, sendo que as definições tem de certa forma se ligado mais a um ou outro desses ângulos.

Conforme Bauman (2003), a palavra comunidade tem uma conotação positiva, um imaginário de segurança e coletivismo incondicionais. Contudo, há uma diferença entre a comunidade dos sonhos e a comunidade realmente existente: “[...] uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, (e em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição.” (BAUMAN, 2003, p. 9). Nesse sentido, há um paradoxo entre segurança versus liberdade, pois não ter comunidade significa não ter proteção, mas alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá significar a perda da liberdade. Esse dilema se traduz em comunidade versus individualidade.

Para o autor, “O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união.” (BAUMAN, 2003, p. 15). É graças a esse entendimento que na comunidade as pessoas permanecem unidas, independente de todos os fatores que as separam, sendo que esse entendimento

característico de uma comunidade “[...] é tácito por sua própria natureza.” (BAUMAN, 2003, p. 17). Devido a isso, conforme o autor, nunca existiu uma comunidade de fato, pois sendo comunidade, com o “[...] entendimento compartilhado do tipo ‘natural’ e ‘tácito’, ela não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante [...]” (BAUMAN, 2003, p. 17).

Dessa forma, a comunidade possui três características principais, de acordo com Bauman (2003, p. 17-18) baseado em Redfield⁷: a) distinção, que significa que “[...] a divisão entre ‘nós’ e ‘eles’ é tanto exaustiva quanto disjuntiva, não há casos ‘intermediários’ a excluir, é claro como a água quem é ‘um de nós’ e quem não é, não há problema nem motivo para confusão [...]”; b) pequenez, que significa que “[...] a comunicação entre os de dentro é densa e alcança tudo, e assim coloca os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem, em razão de sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade.”; c) autossuficiência, que significa que “[...] o isolamento em relação a ‘eles’ é quase completo, as ocasiões para rompê-lo são poucas e espaçadas.”, pois a comunidade “[...] oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela.”

Essas três características se unem na efetiva proteção dos membros da comunidade em relação às ameaças a suas práticas socioculturais e, “Enquanto cada um do trio estiver intacto, é muito pouco provável que a motivação para a reflexão, a crítica e a experimentação possam surgir.” (BAUMAN, 2003, p. 18). O autor afirma que para que isso se efetivasse dependeria do bloqueio dos canais de comunicação com o resto do mundo habitado. Isso porque a unidade da comunidade é feita de homogeneidade, ou de “mesmidade”, que “[...] se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas.” (BAUMAN, 2003, p. 18). O autor afirma que essa mesmidade só poderia ser mantida sem os meios de transporte e de comunicação e, especialmente nos dias de hoje, sem a presença das TICs. Assim sendo, para ser comunidade no sentido estrito, seria necessário um isolamento do mundo exterior e uma vigília constante contra invasores e mudanças, mesmo dos de dentro, para que não se perdessem os sentidos “naturais”.

Apesar de não ser possível falar em comunidade nesse sentido exato do termo, há características de comunidades presentes em agrupamentos humanos,

⁷ REDFIELD, Robert. **The little community e peasant society and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

que possibilitam que estes sejam considerados como tal. Pode-se perceber que essas três características (distinção, pequenez e autossuficiência) estão em parte presentes no Santa Marta. No entanto, no período de formação da favela, essas características se faziam mais presentes.

Em relação à distinção, percebe-se que esta característica ainda está bastante presente na favela, traduzida pela corriqueira citação por parte dos moradores quanto a “ser cria” ou “não ser cria” do morro, em referência a ter nascido ou não favela. Apesar de haver maior abertura para o convívio com “o diferente”, “o outro”, se ouve com frequência frases do tipo: “Mas ele não é cria...”, como se esse fato desmerecesse em alguma dimensão uma opinião ou ação de um sujeito. Também isso fica claro quando perguntado às pessoas se são nascidas na favela e se recebe a resposta unanimemente da mesma forma, dita com orgulho: “Sou nascido e criado”.

Reside aí um sentimento de identidade, e de status de pertencimento, relacionado ao fato de que suas famílias, e eles próprios, passaram por inúmeras dificuldades para se manter e construir a favela e, agora, se distinguem dos que não são “cria”, pois não compartilham dos mesmos conteúdos simbólicos e elementos culturais. A distinção bastante presente na favela se refere também ao fato de as pessoas que nasceram nela se conhecerem desde crianças, e conhecerem as famílias umas das outras. Em geral, as pessoas se casam, têm filhos e continuam morando no mesmo espaço e convivendo umas com as outras. A própria relação com o tráfico de drogas faz parte disso, pois os traficantes também pertenciam ao “nós”, pois foram criados junto com os demais moradores de suas gerações, também havendo relações entre as famílias.

Igualmente, na relação com os turistas se percebe a característica da distinção, pela referência a eles como “gringos”, sendo que são vistos como extremamente diferentes dos santa-martenses. Assim, o “gringo” não é apenas o turista estrangeiro, mas também o excessivamente diferente, o “de fora”. Fica perceptível essa construção simbólica do “gringo” quando se ouve esse termo vindo das crianças, como no dia em que uma menina me fez a seguinte pergunta: “Tia, você é gringa?”. O mais curioso dessa pergunta é que se eu fosse de fato “gringa”, no sentido de turista estrangeira, provavelmente não entenderia o questionamento. Outra situação que deixa clara a presença da característica da distinção é a referência aos moradores dos bairros da cidade como pessoas “do asfalto” ou “lá de

baixo” ou ainda “dos prédios”. Um exemplo que mostra isso, novamente no imaginário infantil, foi uma situação em que estava acontecendo o samba Pôr do Santa na laje da Casa de Cultura Dedé, evento frequentado por muita gente “do asfalto”, e um grupo dessas pessoas desceu para conhecer a ONG Atitude Social, que funciona na casa. Havia diversas crianças ali no momento e uma das moças “do asfalto” pediu um beijo a uma das meninas que brincava, e a resposta foi: “Não tia, você é patricinha e eu sou do morro”, salientando a grande diferença percebida entre ambas.

A reação das crianças às pessoas de fora não é assim sempre, elas costumam se aproximar quando lhes é dada atenção, mas a forma como a aproximação é feita é o que pode marcar a identificação ou estranheza. Nesse dia havia diversas pessoas de fora do morro, o que as tornava muito mais distantes aos olhares das crianças. A relação das crianças frequentadoras dessa ONG comigo sempre foi de aproximação, pois não me viam como “do asfalto” nem como “patricinha” nem como “gringa”, mas como uma “tia da ONG”, o que lhes permitia que, apesar de perceberem diferenças entre mim e elas, percebessem também um elemento de aproximação, se sentindo à vontade inclusive para rir do meu sotaque. Sem dúvida, a distinção é atualmente a mais presente das três características de comunidade na favela Santa Marta.

Em relação à característica de pequenez, o que torna ela presente é a prática informacional do “boca a boca”, tida pelos moradores como a mais eficaz no que toca aos acontecimentos internos da favela. Mas a pequenez foi perdendo sua essência com a entrada do rádio, depois da televisão e, atualmente, da internet. Porém, o que marca a existência dessa característica é o fato de ser possível saber sobre tudo o que acontece na favela, desde que se queira. O próprio fato das pessoas conhecerem muito umas às outras, facilita essa circulação de informação na comunidade, pequena “[...] a ponto de estar à vista de todos seus membros [...]” (BAUMAN, 2003, p. 17). O que faz com que isso se perca um pouco é a entrada de novos moradores.

A característica de autossuficiência talvez seja a menos presente atualmente na favela, mas ela ainda se manifesta na solidariedade. A presença dela no passado é percebida pelo fato de haver poucas pessoas de fora frequentando o morro, assim como pelo fato dos serviços públicos, como fornecimento de luz, água e esgoto, não entrarem na favela, sendo os próprios moradores responsáveis pelo seu

abastecimento nesse sentido. Apesar disso, a subsistência econômica sempre foi buscada fora da favela, a partir do trabalho remunerado. A outra questão, que diz respeito à solidariedade, já foi uma marca mais fortemente percebida nas relações sociais na favela, quando as pessoas podiam contar mais umas com as outras, e todas se conheciam. Um dos entrevistados mencionou que as pessoas conseguiam se manter sem a falta de recursos básicos, pois podiam contar com a ajuda dos vizinhos quando fosse necessário o empréstimo de alguma coisa; além disso, podiam contar com eles para tomar conta dos filhos e da casa, quando necessário.

Apesar da reclamação dos moradores acerca do individualismo estar tomando conta das relações pessoais, percebe-se que a solidariedade ainda está presente, como mencionado pelo Entrevistado 4:

[...] eu desafio qualquer um da classe média alta a sobreviver com R\$670. Aqui a gente sobrevive, porque aí vai... a solidariedade ainda existe, então um vai ajudando, o outro ajuda, o vizinho ajuda... faltou um gás o vizinho empresta, coisa que não acontece em um condomínio, em um prédio [...].

Como expressa Rocha (2012, p. 47), estão presentes na favela [...] traços antropológicos que caracterizam a vida da comunidade, a saber: resquícios de solidariedade, já descritos pela característica de formação da favela, e sua luta pela sobrevivência [...], apesar da “[...] introdução cada vez maior dos poderosos traços do individualismo nas relações pessoais que desmobilizam a comunidade, ao mesmo tempo em que respondem às imposições da modernidade do asfalto: ‘cada um por si’.” Bauman (2003) afirma, do mesmo modo, que o individualismo é uma característica dos tempos modernos.

Esse individualismo, percebido pelos moradores, pode ser interpretado como uma consequência da melhoria das condições de vida na favela. O Santa Marta é uma comunidade “cravada” no meio de um bairro da cidade, que sempre esteve segregada deste. Porém, quando essa favela começa a “se misturar” um pouco mais com o bairro (e as pessoas de fora começam a entrar), o sentido de comunidade (a distinção, a pequenez e a autossuficiência) começa a se perder. Assim, quanto mais a favela “virar bairro”, e menos segregada do restante da cidade e da sociedade se tornar, mais se misturará com diferentes pessoas, e menos comunidade será. Já tem ocorrido, após o início das obras de urbanização e a instalação da UPP, uma modificação no perfil dos habitantes:

[...] o morro tem recebido muitos novos moradores. Em verdade, o processo seria de substituição de moradores. A especulação imobiliária tem produzido aumento significativo no custo de vida, especialmente no valor de venda e locação de imóveis. A especulação estaria sendo alimentada tanto pelos grandes eventos na cidade (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) como pela política estadual de “pacificação” da comunidade, que, ao trazer segurança para os moradores, valorizou o lugar. Pessoas que moram distantes da zona sul veem nessa comunidade a oportunidade de morar na região e muitos moradores locais se veem sem condições materiais de continuar sustentando uma vida cada vez mais cara e acabam “empurrados” para localidades mais populares.” (IBASE; GRUPO-ECO-SANTA-MARTA, 2012, p. 15).

Os moradores se ressentem com a percepção da diminuição da solidariedade, marca tão presente durante toda a formação da favela. Esse sentimento pode ser entendido pelo dilema apresentado por Bauman de segurança versus liberdade, e pelo medo de perder o sentido de comunidade e a segurança conferida por ela. Conforme afirma Bauman (2003, p. 129):

O medo de perder a comunidade é o medo da perda da segurança. Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer.

Para o autor, a tendência é as comunidades se desmantelarem. No entanto, afirma que há uma exceção ao processo aparentemente infindável de desintegração do tipo ortodoxo de comunidade, que são as chamadas “minorias étnicas”, pois nelas os “valores comunais” “[...] giram em torno de pertencimento ao grupo do qual em princípio não se pode escapar.” (DENCH⁸, 1986 apud BAUMAN, 2003, p. 82). A relação da favela com isso é o fato dela ter sido constituída basicamente por negros, descendentes de ex-escravos, que ainda nos dias de hoje são discriminados pela etnia, e também por nordestinos, que são discriminados na cidade do Rio de Janeiro; assim, a pobreza e a discriminação transforma os moradores de favela em excluídos. Dessa forma, se percebe que também a identidade de favelado (carregada de também outras identidades) produz uma distinção do restante da cidade, pois, desde o início de formação das favelas, houve o sentimento de discriminação pelo restante da sociedade.

Como visto, as características de comunidade ainda se mantêm existindo no santa Marta, tanto do ponto de vista identitário, de ser favela, como também pela

⁸ DENCH, Geoff. **Minorities in the open society**: prisoners of ambivalence. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1986.

configuração espacial, ela é espacialmente bem delimitada, sendo bem claro aonde começa e aonde termina. Nesse sentido, a favela seria um gueto que, conforme Bauman (2003, p. 105):

[...] combina o confinamento espacial com o fechamento social: podemos dizer que o fenômeno do gueto consegue ser ao mesmo tempo territorial e social, misturando a proximidade/distância física com a proximidade/distância moral [...].

Ainda em relação à identidade local, o livro “Historietas do Santa Marta” (MASSA; MOREIRA, 2009), retrata lendas e histórias locais. É indicado para conhecer o imaginário popular da comunidade.

É nesse contexto histórico, cultural e comunitário do Santa Marta, em meio a todas essas intervenções estatais e risco de remoção do Pico do morro, que os sujeitos sociais santa-martenses constroem e tentam exercer sua cidadania. A subseção 5.2 apresenta os espaços de acesso às TICs, de informação e de cidadania presentes na favela Santa Marta, assim como as práticas de informação mais utilizadas.

5.2 Instituições e espaços comunitários, apropriação das TICs e práticas de informação

Em relação aos espaços de acesso às TICs na favela Santa Marta, há atualmente três telecentros (um cívico em biblioteca e dois comunitários), duas *lan houses* e o sinal de internet *wireless* público no morro. Há outros locais que funcionam alternativamente para acesso à internet.

A primeira experiência de internet pública no Santa Marta é antiga, levando-se em conta que a popularização da internet no Brasil ocorreu na década de 2000. Em 1995 foi implantado pela ONG CDI um telecentro de capacitação, ou Escola de Informática e cidadania (EIC). Esse foi o primeiro telecentro implantado pela instituição, que se tornou ONG em novembro do mesmo ano (BAGGIO, 2000; CDI, 2005). No ano de 2002, foi implantado o primeiro telecentro comunitário da favela, pela ONG RITs (SALDANHA, 2006). Nenhum desses dois permanecem em funcionamento atualmente.

Todos os telecentros em funcionamento no morro, atualmente, se localizam na parte baixa. O cívico fica localizado na “Biblioteca do Conhecimento”, do Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), presente no Polo de Inclusão Social Padre Velloso, localizado na Praça Corumbá, na entrada do morro. Esse polo consiste em uma instituição governamental que agrega diferentes órgãos destinados ao exercício de direitos de cidadania, para atendimento da população de todo o bairro Botafogo, não apenas da favela Santa Marta: a Central do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida; uma Unidade Básica de Saúde; a Clínica da Família Santa Marta; o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); o Núcleo de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional, onde há um posto do Serviço Social da Indústria (SESI), do SENAI e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). A Figura 24 expõe o Polo Padre Velloso.

Figura 24 – Polo de Inclusão Social Padre Velloso



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em dezembro de 2013.

Essa biblioteca não foi muito citada pelos entrevistados e moradores com quem conversei como um espaço de grande utilização, sendo que apenas um dos entrevistados a citou como alternativa que utiliza para acesso à internet. O que foi percebido ao conversar com as responsáveis pela biblioteca é que o espaço é bastante utilizado pelas escolas do bairro, no qual também estudam crianças e adolescentes moradores da favela.

Há outro telecentro denominado “FAETEC Digital”, que funciona na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), que fica na ladeira de entrada da favela. Esse telecentro, apesar de pertencer a uma instituição educacional, foi considerado comunitário na pesquisa, devido a não estar necessariamente relacionado às atividades educacionais, sendo oferecido à comunidade como um espaço de acesso livre à internet, independente das pessoas possuírem ou não ligação com a instituição. Esse telecentro foi citado por várias pessoas como opção de acesso à internet, cotidiana ou ocasional. Foi possível apurar, também através das visitas realizadas e conversas com responsáveis, que esse telecentro é importante como espaço de acesso à internet na favela, apesar de, em geral, ter poucas pessoas fazendo uso concomitantemente. Mas ele possui um horário de funcionamento amplo, das 8h às 20h durante a semana, e está em um local de passagem dos moradores quando saem e quando chegam à favela. Esse telecentro pareceu ser o mais utilizado no que diz respeito à acesso à internet no local. A Figura 25 exibe a placa da “FAETEC Digital” na entrada do telecentro.

Figura 25 – Placa da FAETEC Digital



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2013.

O terceiro telecentro, também comunitário, fica localizado no terceiro andar da Associação de Moradores, e é um Centro de Internet Comunitária do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ). Funciona das 9h às 16h. Foi dito que atualmente não é muito usado porque grande parte das pessoas da favela tem acesso à internet no domicílio ou telefone celular

que possibilita esse acesso. A Figura 26 apresenta a fachada a Associação de Moradores com o cartaz de divulgação do telecentro.

Figura 26 – Entrada da Associação de Moradores do Santa Marta



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Em relação às *lan houses*, elas apareceram no Santa Marta por volta da metade da década de 2000, quando foi aberta a primeira, na parte baixa do morro. Posteriormente a essa, várias outras foram sendo abertas, pois havia uma demanda grande para esse serviço. Um dos donos da primeira *lan house* da favela relatou que havia uma procura por serviços de cadastramento de Cadastro de Pessoa Física (CPF), trabalho escolar, elaboração de currículo, abertura de e-mail e de contas na rede social Orkut, que era a mais utilizada na época no Brasil. Contou que fazia um trabalho diferenciado, no sentido de ensinar as pessoas a utilizar o computador e a internet, especificamente e-mail. Percebe-se que esses são os mesmos serviços mais procurados nos telecentros comunitários no mesmo período. Paralelamente a essa demanda por serviços, também havia a grande procura por jogos eletrônicos, reunindo crianças e adolescentes.

Atualmente, existem apenas duas *lan houses* na favela, devido, segundo relatos, a ter havido queda na demanda por grande parte das pessoas possuírem computador em suas residências ou telefone celular com possibilidade de acesso à internet. Esse fenômeno de diminuição do acesso à internet em *lan houses* e

aumento no domicílio foi constatado em nível nacional pelo CGI (2013), como foi visto, sendo que, a partir de 2010, o acesso no domicílio passou a ser o mais citado entre os usuários da classe C; também houve aumento do acesso à internet domiciliar nas classes D e E, apesar da proporção de usuários de *lan houses* nessas ainda ser maior do que a de usuários domiciliares.

Na primeira visita à favela, durante a pré-pesquisa, em junho de 2012, havia uma terceira *lan house* em funcionamento, na parte baixa da favela. Conforme Castellón (2012), com base no levantamento sociodemográfico já citado, em 2010, 41,51% dos moradores possuía computador em seu domicílio, 26,44% usava computador e 22,83% fazia uso da internet no domicílio. Foi dito por alguns que os santa-martenses que não acessam a internet não o fazem porque não tem interesse, pois há condições locais físicas para isso. Contudo, o interesse está diretamente ligado às capacidades educacionais e culturais de acesso e utilização. Ainda em relação ao acesso às TICs no domicílio, a maioria das casas possui televisão e rádio, e impressiona a grande quantidade de antenas parabólicas presentes na favela.

Sobre as duas *lan houses* atualmente em funcionamento, uma fica localizada na parte baixa do morro, perto da “Associação de Moradores”, e a outra na parte alta. A *lan house* da parte baixa já não está funcionando regularmente, não sendo aberta todos os dias, justamente porque seu dono acha que não está mais dando lucro. De qualquer forma, as duas parecem ser mais usadas por crianças e adolescentes, principalmente para jogos, mas também para acesso ao Facebook.

Em relação à internet domiciliar, ela chegou à favela no início da década de 2000, período em que as empresas de telefonia começaram a disponibilizar sinal de telefone no morro. A história que me foi contada é que um morador que trabalhava com informática fazia diversas assinaturas de internet pela favela, em nome de pessoas que possuíam linha telefônica (com autorização delas) e, a partir disso, criava redes para as casas próximas, cobrando taxas pelo sinal. Algumas pessoas se referiram a esse serviço como “gatonet”, que seria o roubo de sinal de internet, tendo em vista que a assinatura era feita para um ponto, mas desviada para diversos. Nesse período, ainda muito poucas pessoas possuíam computador, mas para as que possuíam havia a possibilidade de acesso à internet domiciliar por um preço acessível. Esse serviço se manteve na favela até março de 2009, quando foi inaugurado o Santa Marta Digital, projeto do Governo Estadual do Rio de Janeiro

que consiste numa rede de internet *wireless* de acesso livre no morro para uso da comunidade.

Não foram encontradas informações oficiais a respeito do projeto no *website* do governo, mas houve grande repercussão na mídia. Segundo o Jornal do Brasil Online (CABRAL, 2011):

O governador Sérgio Cabral e o secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Cardoso inauguram na manhã desta segunda feira o projeto Santa Marta Digital, serviço gratuito de internet em barda larga a céu aberto no Morro Dona Marta. A comunidade do Santa Marta será a primeira do país a ter *wireless*.

Segundo o portal de notícias da Rede Globo, o G1 (LOUREIRO, 2009, *online*), “Os moradores também contarão, durante três meses, com um quiosque com computadores conectados à rede para acessar a internet, além de oficinas de informática que explicam como usar a ferramenta.” Quanto a esse serviço, não tive informações. A reportagem do Expresso (FAVELA..., 2009) afirma que:

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia do Rio, Alexandre Cardoso, o objetivo é "provocar cidadania" a fim de promover a inclusão digital, democratizar o acesso à internet, ao conhecimento, a empregos e a serviços do Estado. "O Dona Marta vai ser a primeira favela do mundo onde todos os moradores vão ter e-mail", diz Cardoso ao destacar o simbolismo de esta comunidade ser a primeira a receber a Internet wireless (sem fios). "Já virou modelo para o mundo", acentua.

Contudo, inclusão digital não se consegue simplesmente com a disponibilização de sinal de internet, e menos ainda é possível “provocar cidadania”. De fato, o acesso às TICs tem se configurado num direito de cidadania e se faz importante que haja serviços públicos nesse sentido, mas, para que as pessoas tenham condições de fazer uso efetivo delas, seria necessário uma capacitação construída com os moradores, capaz de produzir aprendizado digital, informacional e sociopolítico, e que fosse focada para a realidade local e para pensar estratégias para a solução dos problemas comunitários. Conforme Paulo Freire (2009, p. 11):

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. [...] A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

O autor se refere ao aprendizado da linguagem escrita (alfabetização), mas isso também é válido para o aprendizado digital.

O Expresso também menciona que o objetivo é “[...] cobrir digitalmente todas as áreas urbanas do Estado carioca.” Também o telejornal da Rede Globo, “Jornal Nacional”, noticiou o fato (MORRO..., [2009]). Todas essas reportagens citadas também mencionaram que o sinal de internet é transmitido via rádio através de 16 antenas instaladas. As Figuras 27 e 28 apresentam duas dessas reportagens.

Figura 27 – Notícia do Portal G1 sobre a instalação do projeto Santa Marta Digital

The screenshot shows a news article on the G1 portal. The main headline is "Santa Marta é primeiro morro do Rio com internet de graça e a céu aberto". The sub-headline reads: "Cerca de 10 mil moradores passam a ter internet sem fio a partir desta 2ª. Ao todo, governo investiu R\$ 496 mil no projeto." The article is by Cláudia Loureiro, dated 09/03/09. A video player is embedded in the article. To the right, there are several advertisements, including one for "Não quer dar uns beijinhos?" and another for "ACORDO ORTOGRÁFICO".

Fonte: Loureiro (2009).

Figura 28 – Notícia do Expresso sobre a instalação do Santa Marta Digital

The screenshot shows a news article from Expresso. The main headline is "Favela do Rio de Janeiro ganha rede 'wireless' gratuita". The sub-headline reads: "O projecto, iniciado no Morro Dona Marta, tem um orçamento de 42 milhões de reais (cerca de €14 milhões) para cobrir digitalmente todas as áreas urbanas do Estado carioca. (Video no final do texto)". The article is dated 11:20 Quarta-feira, 11 de março de 2009. A video player is embedded in the article. To the right, there are several advertisements, including one for "Consolidado COFIDIS" and another for "11,5 MILHÕES".

Fonte: Favela... (2009).

O sistema de internet *wireless* ainda está em funcionamento, mas os moradores reclamam da lentidão do sinal e do fato dele frequentemente ficar ausente; além disso, afirmam que em alguns locais ele não funciona ou funciona mal, apesar de em outros funcionar bem. Em algumas casas são utilizadas antenas externas para melhorar a captação do sinal. Uma questão interessante quanto a isso diz respeito aos relatos em relação ao sistema antigo de internet domiciliar que havia no morro, pois ele funcionava relativamente bem para os “assinantes”; relativamente, porque como aumentou muito a posse de computador às vezes a rede ficava sobrecarregada; mas, de qualquer forma, parece que a satisfação pelo serviço era maior. Além disso, era possível ter acesso à internet em todos os locais da favela, inclusive no Pico, local que a internet pública não atinge propositalmente devido ao fato dessa área não fazer parte do projeto de urbanização do Santa Marta. O efeito disso, é que muitos moradores que necessitam utilizar a internet diariamente para questões profissionais preferem pagar por um sinal de internet privado.

Outra questão bastante interessante em relação ao serviço público de internet na favela diz respeito à existência de certa desconfiança por parte de algumas lideranças comunitárias mais atuantes e questionadoras sobre estarem sendo vigiadas pelo governo a partir de suas práticas informacionais e comunicacionais via internet, o que faz com que optem por não usar a internet pública e ter sua própria assinatura de internet, quando possível. Também foi referido uma desconfiança sobre o sinal de internet ser cortado em momentos em que começa a haver uma articulação comunitária mais efetiva, via Facebook geralmente, de reclamações e divulgações dos problemas em relação aos serviços públicos na favela e de articulação para manifestações.

Independentemente de essas desconfianças serem apenas “teorias da conspiração” ou ocorrências verdadeiras, alguns aspectos levam a crer que não há legítimo interesse governamental de que as pessoas sejam de fato “incluídas digitalmente”, no que diz respeito ao exercício e à construção da cidadania com a participação na esfera pública discursiva virtual de forma autônoma, não apenas no Santa Marta mas em todo o País. Em relação à favela, o primeiro ponto diz respeito ao sinal do sistema de internet *wireless* antigo funcionar melhor do que o sinal atual de internet pública. Esse fato leva a pensar que se houvesse real interesse governamental de que o sinal de internet funcionasse bem, haveria condições

tecnológicas para isso. Por um lado, a instalação da internet pública beneficia as pessoas que não possuem condições de pagar pelo acesso mas, por outro, é uma inclusão que desinclui do mundo virtual, ou que inclui de forma freada e controlada, pois limita as possibilidades de acesso.

A outra questão está ligada não ao acesso, mas sim ao uso da internet, pois não parece haver interesse em capacitações para a inclusão digital que sejam focadas para a realidade local e que fomentem discussões e elaboração de estratégias para a solução dos problemas comunitários, inclusive a partir do acompanhamento e participação no planejamento das obras de infraestrutura do poder público na favela. Esse é um aspecto extremamente contraditório presente nas políticas públicas de inclusão digital, pois há um discurso referente a preocupações com capacitação inclusiva para o exercício da cidadania, mas isso não se efetiva.

A prática dos projetos de inclusão digital mostra que essa se dá, na maioria das vezes, a partir de projetos impostos “de cima para baixo”, apenas com a criação de salas com computadores, sem haver uma construção em conjunto com a comunidade, sem que haja real apropriação desses espaços também pela parcela da comunidade que não é usuária da internet. Contudo, a apropriação das TICs, essencial ao processo de inclusão digital, se dá, muitas vezes, a partir do que se poderia chamar “por osmose”. Isto é, a partir do convívio em ambientes, e com pessoas, em que seja feito uso das TICs, assim como por exigências educacionais e profissionais, sendo que a experiência com elas passa a fazer parte das práticas cotidianas.

Percebe-se que na favela, de modo geral, o uso da internet foi apropriado, estando presente no discurso das pessoas e nas práticas socioculturais cotidianas. Mesmo dentre pessoas que possuem baixo nível de educação formal e, até mesmo, que não sejam alfabetizadas funcionalmente, o Facebook passou a fazer parte das práticas informacionais e comunicacionais, e a utilização das TICs está presente no discurso. No entanto, em termos comunitários pode-se falar de apropriação da internet, mas há sempre grupos excluídos desse processo, que “não possuem interesse”, devido a não possuir nenhum estímulo que desperte tal interesse e aprendizado, como é caso de pessoas analfabetas ou semianalfabetas, de pessoas com mais de 60 anos e outros grupos.

Em relação à apropriação da internet nas práticas informacionais, o Facebook é amplamente usado pela comunidade santa-martense como meio de informação, comunicação e exercício e construção da cidadania. Todos os eventos ocorridos na favela, culturais, políticos, esportivos e de lazer são divulgados via Facebook; também são divulgadas vagas de empregos, cursos profissionalizantes, campanhas de saúde, e informações de toda ordem; e também todas as articulações comunitárias passam pelo Facebook. É dito pelas pessoas que grande parte dos moradores possui uma conta nessa rede social, e que é uma das principais formas de se manter informado sobre o que ocorre na favela; e todas as instituições (públicas e comunitárias) tem uma página, ou então é usada a página pessoal de seu responsável.

O Facebook ocupa lugar de destaque nas práticas de informação e comunicação no Santa Marta, mas também é muito forte a circulação informacional fisicamente no local, se constituindo a favela inteira num local de informação. Considerando informação como significados registrados em suporte, percebe-se que a favela é repleta dela, iniciando pela estação 1 do bondinho, que funciona como um mural de notícias. Nos caminhos, nos becos, nas praças, nas biroscas, nos postes, nas paredes, por toda a favela há cartazes e faixas de divulgação de eventos, de cursos e de toda espécie. No entanto, essa prática de informação já foi bem mais adotada, sendo hoje dividida, e até substituída, pela utilização do Facebook.

Outra prática de informação de destaque na favela é o “boca a boca”. As pessoas ficam sabendo dos acontecimentos “nos caminhos”, como é dito. Quando perguntado aos sujeitos da pesquisa como se informam sobre acontecimentos na favela, todos disseram que a principal forma é através do “boca a boca”, além de citarem o Facebook. Também as biroscas, por serem importantes espaços de convivência, funcionam como locais de informação “boca a boca” e de comunicação, esta no sentido midiático, tendo em vista que a televisão está muito presente, em geral sintonizada na Rede Globo ou em canais de futebol. No quesito informação “boca a boca”, o bar do Sr. Antônio Tota, ou simplesmente bar do Tota (Figura 29), é um espaço de destaque, pois está localizado na ladeira de entrada da favela por Botafogo.

Figura 29 – Bar do Tota



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Há sempre pessoas no local, sentadas às mesinhas na rua ou ao balcão, às vezes simplesmente assistindo à TV ou conversando. Ali é possível saber de tudo o que está acontecendo na favela, interagindo com as pessoas. É possível saber, inclusive, coisas da esfera privada como, por exemplo, se determinada pessoa está ou não no morro, pois é a rua de passagem de todo mundo. Além disso, é possível saber sobre os eventos locais. Também no bar do Tota é possível acessar a internet com a utilização de sinal de boa qualidade, sendo necessário a posse de computador portátil ou telefone celular, pois o proprietário fornece a senha da sua assinatura *wireless* aos frequentadores.

Os espaços de informação (e de comunicação) também se misturam com os espaços de cidadania. Dessa forma, em relação aos espaços comunitários de cidadania, foi perguntado aos entrevistados que espaços e/ou grupos comunitários (e de cidadania) eles conheciam na favela, e foram identificados tanto espaços formais e físicos, como ONGs, quanto espaços não formalizados e grupos que se organizaram em prol de uma demanda ou causa. Os espaços e grupos abordados são os mais conhecidos e atuantes, podendo haver outros, mas que não foram identificados como representativos entre os moradores.

O espaço oficial de representação comunitária nas favelas é a Associação de Moradores. A associação de moradores do Santa Marta foi fundada em 1965 e é destinada a representar os moradores frente aos órgãos do poder público. Em relação a circulação de informação, a Associação de Moradores possui a “Rádio Poste”, com pontos presentes pela favela, destinada a informar os moradores sobre todas as questões que lhe dizem respeito, desde divulgação de cursos, eventos comunitários a recados gerais. A Figura 30 representa um dos autofalantes da Rádio Poste dispostos na favela, com o Cristo Redentor ao fundo.

Figura 30 – Autofalante da Rádio Poste da Associação de Moradores



Fonte: Fotografia tirada pelo Entrevistado 10, em junho de 2012.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBASE e pela ONG Grupo ECO (2012, p. [23]), que ouviu jovens locais, “[...] nem todos conseguem ouvir os comunicados. A maior efetividade de comunicação estaria, mesmo, na transmissão das informações ‘boca a boca’.” Um dos motivos para isso é o fato de, muitas vezes, não estarem em casa no momento das notificações.

A Associação de Moradores também promove, ou são promovidos com sua parceria, diversos eventos e capacitações, que são divulgados também em suas paredes. Outra função exercida pela Associação de Moradores é a de central de correios da favela, pois a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não chega às residências. Algumas pessoas possuem caixas postais na associação, pelas quais pagam uma taxa. Os que não possuem essas caixas tem suas correspondências

organizadas em ordem alfabética de nome. A Rádio Poste é usada também para informar aos moradores que há correspondências em seus nomes a serem retiradas. A associação também exerce um papel de mediadora de conflitos internos, sendo que, segundo o Entrevistado 7, recebe reclamações referentes a problemas de toda ordem, para os quais busca soluções, como briga de vizinhos, disputa por terreno, questões familiares etc. Mas, ao que parece, essa função de mediação não consegue atingir todos os conflitos, que eram anteriormente “resolvidos” pelo poder do tráfico.

Talvez justamente por ser o órgão oficial dentro da favela, alguns moradores e lideranças relataram não se sentir representados por ela. As críticas são em torno do fato de haver um “canal direto” (como é dito pelos próprios membros da Associação de Moradores) entre ela e a prefeitura e o governo estadual; para esses moradores, se houvesse maior interesse em resolver os problemas da comunidade isso seria feito. Além disso, julgam que a instituição não “briga” com as instituições governamentais em defesa da melhoria dos serviços na favela e das condições gerais de exercício dos direitos de cidadania. Outra questão é em relação ao risco de remoção do Pico, muitos julgam que a associação se omite em relação a essa luta comunitária. Dessa forma, muitas das articulações comunitárias acontecem à revelia da Associação de Moradores.

Um pouco acima da associação há a sede de uma ONG chamada “Grupo Eco”. O presidente dessa ONG é um líder comunitário bastante atuante e conhecido na favela, já tendo sido presidente da Associação de Moradores. Não foi possível entrevistá-lo, pois ele não se mostrou aberto a conversar comigo; foram feitas algumas tentativas, mas sem sucesso, tendo sido ele a única liderança que se recusou a fornecer informações, devido provavelmente a razões já abordadas na seção de procedimentos metodológicos. Por não sentir abertura por parte da instituição para conhecer o espaço e as atividades *in loco*, acabei não tendo nenhum informante dessa ONG. No entanto, isso não afetou significativamente a coleta de informações, pois virtualmente tive abertura, sendo aceito meu convite de amizade no Facebook pelo perfil da ONG, por onde pude acompanhar um pouco das atividades. Também foi possível conhecer as atividades do grupo e a atuação comunitária de seu presidente via informações secundárias, através de vídeos com entrevistas concedidas por ele disponíveis na internet, e de trabalhos acadêmicos, como o de Adair Rocha (2012), que aborda o trabalho da instituição, além de outros

materiais acessíveis pela internet. Também foi possível obter informações através de alguns dos sujeitos entrevistados que já haviam participado da ONG.

O “Grupo Eco” foi criado em 1977, é formado por aproximadamente 130 pessoas e consiste em:

[...] uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural e destinada a promover e apoiar na Favela Santa Marta e, eventualmente, fora dela, atividades e iniciativas que visem o desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens, em busca da afirmação da dignidade da pessoa humana; do pleno exercício da cidadania; do fortalecimento da solidariedade comunitária participativa; contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade justa, livre e participativa. (GRUPO ECO, [201-]).

Em 1979, a ONG iniciou uma das atividades mais importantes que realiza ininterruptamente até os dias de hoje: a “Colônia de Férias Eco”. Trata-se de atividade realizada durante 15 dias consecutivos do mês de janeiro, período de férias escolares, da qual participam 320 crianças de 6 a 12 anos anualmente, com o apoio de 50 monitores (jovens e adultos) da própria favela (GRUPO ECO, [201-]). A ONG leva as crianças para realizarem atividades de lazer e culturais na cidade, como em museus, parques, praia, locais de atividades esportivas e culturais etc., sendo um trabalho importante de formação para as crianças do Santa Marta. A colônia de férias comemorou este ano 35 anos, e esse fato foi bastante comemorado e muito mencionado via Facebook. A Figura 31 foi usada como foto de entrada do perfil do grupo; essa figura também foi usada por outras pessoas da favela pertencentes ao grupo, o que revela uma questão identitária.

Figura 31 – Estampa comemorativa dos 35 anos da Colônia de Férias Eco



Fonte: Retirada do perfil no Facebook do Grupo Eco, em janeiro de 2014.

A colônia de férias tem uma referência bastante importante na favela, pois muitos moradores foram “coloninhos” e muitos, após essa experiência, foram monitores na adolescência e juventude.

O “Grupo Eco” também foi importante no que diz respeito à informação, atuando no campo da comunicação comunitária. Foi responsável pela criação e manutenção do jornal Eco, iniciado na segunda metade da década de 1970. Pelo que foi possível apurar, o jornal não está em circulação atualmente, mas representou uma fonte significativa de informação e articulação comunitária. No *website* da ONG é dito: “Atualmente o jornal sai quatro vezes ao ano. No entanto, esta periodicidade depende de recursos para pagar a gráfica. O grupo está buscando parcerias para viabilizar a publicação continuada do jornal.” (GRUPO ECO, [201-]). Também houve um tempo em que um grupo dentro da ONG manteve a TV Favela, uma emissora de televisão comunitária com o objetivo de divulgar atividades e expressões culturais locais, para se contrapor à programação da mídia televisiva convencional, que só noticiava o morro para se referir a episódios de violência ligados à guerra gerada pelo tráfico de drogas. A TV atuou como um reforço identitário e de valorização da cultura local.

Há outras atividades realizadas pelo grupo, como teatro, esporte e lazer. O grupo também está engajado nas discussões e ações comunitárias para as melhorias estruturais da favela, desde seu início. O “Grupo Eco” é uma referência importante na favela no que diz respeito à atuação comunitária, sendo citada por todos os entrevistados e recorrentemente citada pelos moradores. Eu arriscaria dizer que ele funciona quase como uma segunda associação de moradores no imaginário da comunidade.

Outra ONG presente na favela Santa Marta é a “Atitude Social”, em funcionamento na Casa de Cultura Dedé, localizada na parte alta do morro. A Figura 32 apresenta a entrada da ONG, abaixo da laje do atual espaço Michael Jackson.

Figura 32 – Sede da ONG Atitude Social



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em junho de 2012.

Essa ONG, como foi dito na seção de procedimentos metodológicos, foi minha “porta de entrada” na favela, sendo a instituição sobre a qual eu mais obtive informações e conhecimento, por conviver em seu espaço e acompanhar diversas de suas atividades, além de possuir três sujeitos entrevistados pertencentes a ela. Praticamente toda a fase exploratória da pesquisa (a pré-pesquisa) foi realizada em seu espaço e convivendo com seus membros, e durante a pesquisa propriamente dita eu também a frequentei recorrentemente. Assim sendo, através dessa instituição foi possível obter diversas informações e vivências para o entendimento da favela, pois além das conversas e entrevistas com seus membros houve um convívio com os frequentadores e demais moradores em eventos culturais.

A ONG foi iniciada em 2004. Surgiu da ideia de tocar bossa nova no morro. Alguns anos depois passou a funcionar na “Casa de Cultura Dedé”, que foi transformada em escola de música. Em 2010, a ONG foi reconhecida como “Ponto de Cultura Aos Pés do Santa Marta”. Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC), sendo que um Ponto de

Cultura consiste num projeto de manutenção de uma expressão cultural local. A ONG possui como objetivos:

[...] a) comunicar princípios e mensagens de valor moral através da música e de suas ações culturais e sociais; b) promover projetos de cunho social e cultural junto à comunidade em geral, diretamente e/ou em parceria com outras entidades; c) estimular o aperfeiçoamento musical, intelectual, moral, cívico e cultural da população.

Essas informações foram retiradas do *website* da ONG no final de 2012; atualmente o *website* está fora do ar, mas a ONG continua em exercício e realizando suas atividades na favela Santa Marta.

Ela oferece à população, não apenas moradores da favela, cursos de audiovisual, música e cultura, a partir da “Escola de Música Atitude” e do “Núcleo Audiovisual Atitude” (NAVI). Também tem como uma das principais atividades o “Cine Atitude”, que ocorre na laje da casa de cultura. Um dos resultados mais expressivos da escola de música é a bateria mirim que formou, representada na Figura 33. Também desenvolve outras atividades culturais, de lazer e de promoção da cultura da paz, através de teatro, música e cinema, além da produção de filmes curta metragens envolvendo a temática de favela e/ou de identidade cultural.

Figura 33 – Bateria mirim da Escola de Música Atitude



Fonte: Fotografia retirada do perfil no Facebook do Entrevistado 1, em fevereiro de 2014.

Há uma biblioteca comunitária presente nas dependências da ONG, que já existia na casa de cultura antes da ONG ocupar o espaço. Essa biblioteca possui acervo de literatura e cultura geral, tanto infanto-juvenil como adulto. É mais usada por crianças, que ocupam o espaço no horário pós-escola e aos finais de semana para desenhar, pintar, ler, brincar, assistir desenhos animados e/ou filmes de animação. A bibliotecária voluntária, que atua duas vezes por semana na biblioteca, também desenvolve uma atividade de apoio escolar com as crianças, acompanhando a realização do dever de casa e estimulando a alfabetização e a leitura. Além disso, há pouco iniciou atividade de aulas particulares de alfabetização de adultos e de ensino de idiomas, inglês e francês. É importante ressaltar que esse espaço é basicamente usado por pessoas que moram nos arredores da ONG, devido à cultura de divisão do morro.

Essa é atualmente a única biblioteca comunitária aberta ao público que há na favela. Havia outra biblioteca comunitária, a Sol Nascente, que se situava na parte intermediária do morro, mas está desativada.

Essa ONG também se constitui numa opção de acesso à internet para os alunos da escola de música, que a utilizam para baixar músicas e partituras, além de acessarem o Facebook nos intervalos. No entanto, o sinal da internet pública nem sempre funciona bem em seu interior, sendo necessário muitas vezes colocar o *notebook* na janela para captar melhor o sinal.

Há outros espaços comunitários de atividades relacionadas à cidadania, como o “Centro Esportivo”, uma quadra voltada ao ensino de lutas marciais, como boxe, *muay thai* e *jiu jitsu*, localizado na parte intermediária do morro e representado na Figura 34.

Figura 34 – Centro Esportivo



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em dezembro de 2013.

Iniciou as atividades em 2004 e atende a crianças e jovens da favela e de fora dela. A partir de 2008, o projeto passou a ter apoio da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ), mas esse apoio foi cortado no período entre 2012 e 2013. Também há pelo menos mais um caso de projeto social desenvolvido por morador da favela que recebia apoio governamental, da SUDERJ também, e que foi suspenso nesse período, que é a escolinha de futebol no “Campinho do Pico”. Nos dois casos, os professores que estão à frente das atividades continuaram os projetos por conta própria, o que mostra um sentido de comunidade e de cidadania cultural. No caso do “Centro Esportivo”, o Entrevistado 11 relatou que perdeu os professores, pois eram pagos pela SUDERJ, conseguindo manter o projeto com a ajuda de alguns amigos que também praticam o esporte. O “Centro Esportivo” também realiza atividades de lazer para as crianças; em 2013 foi realizada uma festa de Dia das Crianças na quadra da escola de samba, em que diversos outros sujeitos locais participaram da organização.

Há ainda diversos outros projetos sociais de atividades esportivas e culturais na favela, impulsionados tanto por instituições governamentais como sociais. Quanto a projetos governamentais tive conhecimento sobre um de música clássica, que ocorre na sede da UPP, na parte alta do morro; e um também de lutas marciais, que acontece na quadra da escola de samba.

Além desses espaços físicos de informação e cidadania, há grupos comunitários organizados em prol de uma causa. Um deles é o “Coletivo Visão da Favela Brasil”, envolvido com comunicação comunitária e educação popular. Esse coletivo possui um espaço físico, que era onde funcionava a “Rádio Comunitária Santa Marta”, estreada em 2010 e tendo funcionado por apenas oito meses, sendo fechada pela polícia federal e em busca de concessão para retomar as atividades. A rádio possuía a intenção de “[...] ser uma instância de representatividade da diversidade da favela. Ali se oferecia um espaço a qualquer habitante interessado em fazer um programa radial. A emissora teve ampla recepção no lugar.” (CASTELLÓN, 2012, *online*).

O Entrevistado 4, que estava à frente da rádio, acredita que o fechamento da rádio se deveu ao fato dela possuir uma programação não apenas cultural, mas também de cunho político, pois eram feitos programas de debate sobre questões referentes à favela e a problemas sociais do País, com a presença de autoridades nas temáticas abordadas. Havia, por exemplo, um programa chamado “Voz do Pico”, que discutia a questão da ameaça de remoção. Membros desse Coletivo também fazem parte de um outro, que abrange moradores de várias favelas cariocas e milita em defesa dos direitos de cidadania nas favelas, o “Favela Não Se Cala”, além de dialogarem com outros movimentos sociais. Está sendo montada uma biblioteca de educação política no espaço, pois também realizam grupos de discussão com base em leitura.

Outro grupo é o “Comitê de Turismo do Santa Marta”, do qual todos os guias turísticos locais fazem parte. Trata-se de uma organização comunitária criada para que pudessem discutir questões relacionadas à prática do turismo na favela e que conseguissem levar a cabo uma atividade turística de base comunitária, promovendo o desenvolvimento local e os respeito à identidade histórica e cultural da mesma.

Também há outro grupo, constituído informalmente e denominado “Ação Social do Santa Marta”. O grupo consiste num conjunto de pessoas que realizam ações em torno das datas comemorativas, como Dia das Crianças, Natal e Páscoa, promovendo festas e presenteando as crianças. Essas datas comemorativas, de valor simbólico no imaginário infantil, eram festejadas antigamente com o financiamento do tráfico de drogas. Atualmente, os moradores assumiram essa função, buscando apoio basicamente com empresas privadas.

As pessoas que compõem esse grupo também são atuantes nas discussões e ações comunitárias em prol da cidadania, buscando melhorias para a favela. Membros do grupo mantêm registros fotográficos e filmográficos sobre eventos na comunidade e problemas na favela, que são divulgados via Facebook; dessa forma, buscam promover a participação comunitária.

Outro grupo comunitário é a Comissão de Moradores do Pico, criada para lutar contra a remoção e em prol de melhorias de infraestrutura urbana. A partir dessa organização, diversas ações de discussão e informação são realizadas.

5.3 Informação e TICs no processo de exercício e construção da cidadania

Para apresentar como se dão as práticas de informação e o uso das TICs no processo de exercício e construção da cidadania na favela Santa Marta, são utilizados cinco exemplos práticos. O primeiro se refere a mobilizações comunitárias, através da participação na esfera pública, em torno da luta pelo exercício dos direitos de cidadania, incitado por um membro do “Grupo Ação Social do Santa Marta” e aderido por diferentes lideranças comunitárias; o segundo diz respeito a ações desenvolvidas pela “Comissão de Moradores do Pico”, na luta pela sua inclusão no espaço urbano da favela; o terceiro está ligado à produção de informação para fomentar a educação popular no sentido de conhecimento dos direitos ligados às abordagens policiais, desenvolvido pelo coletivo “Visão da Favela Brasil” e impulsionado pelo seu fundador; o quarto se refere a ações adotadas pelo “Comitê de Turismo do Santa Marta” na luta pela implementação de um turismo de base comunitária na favela, em contraponto ao exercido por agências de fora que promoviam o chamado “turismo safari”; e o quinto exemplo mostra o espaço da favela usado como suporte informacional.

Os principais problemas com que convive a comunidade do Santa Marta, atualmente, são, mais especificamente, os relacionados às deficiências dos serviços públicos (coleta de lixo e limpeza urbana, abastecimento de luz, água e esgoto, e mau funcionamento do bondinho) e à ameaça de remoção do “Pico” do morro. Mais, amplamente, são os ligados ao processo de gentrificação que a favela vem sofrendo, devido ao aumento do custo de vida, e ao convívio com a polícia, que cerceia em alguma medida os direitos civis. Na tentativa de resolver esses problemas, as práticas de construção da cidadania são exercidas pelos sujeitos

sociais locais, basicamente, em duas esferas públicas: uma virtual (representada essencialmente pelo Facebook) e uma real (fisicamente constituída). Também existiu uma esfera pública midiática no Santa Marta, representada pelo “Jornal Eco”, pela “TV Favela” e pela “Rádio Comunitária Santa Marta”, mas esses três mecanismos de imprensa locais estão suspensos no momento.

Segundo, Habermas (2003), da esfera pública clássica, ocorrida na ágora, participavam apenas os proprietários de terra, pois eram os cidadãos livres do trabalho, sendo que ficavam excluídos os escravos, os estrangeiros e as mulheres, estas ficavam restritas à esfera privada. Durante o período de ocorrência da esfera pública burguesa, os sujeitos se introduziam nela na condição de pessoas privadas, sem possuir os privilégios e vantagens da realeza e das posições da hierarquia social, mas controlavam o Estado (GOMES, 1998). Já a esfera pública midiática, a imprensa tinha a função de mediar o processo comunicacional da esfera pública, indicando temas relevantes para a discussão (como atos do governo, acontecimentos na comunidade etc.), assim como apresentando o resultado dos debates ao governo (HABERMAS, 2003).

No Santa Marta, a esfera pública acontecida na ágora existe desde o surgimento da favela, sendo que passou a ser mediada e representada pelos instrumentos de imprensa locais, em diferentes períodos, que exerciam a função de agregação comunitária (jornal), reforço identitário (TV) e discussão pública (rádio). Faz-se a ressalva de que cada um destes não se restringiu a apenas uma dessas funções, conciliando muitas vezes as três, mas são essas as funções que, ao que parece, foram mais marcantes em seus períodos de existência.

Atualmente, a esfera pública ocorrida na ágora ainda se faz presente no Santa Marta, tendo sido ampliada, e também mediada, pela esfera pública virtual. A esfera pública virtual precede a real, na favela, funcionando muitas vezes como esfera pública midiática, no sentido de que é através dela que são realizados os chamamentos para que os santa-martenses se reúnam fisicamente na ágora, seja esta representada pela praça do “Cantão”, pela quadra da escola de samba ou pela “Associação de Moradores”. Para o entendimento dessas duas esferas públicas, virtual e real, é utilizado o primeiro exemplo, em que os sujeitos locais buscam o exercício de seus direitos de cidadania a partir da participação na esfera pública discursiva.

No período da minha primeira fase de coleta de dados, entre o final de junho e o início de julho de 2013, vi pelo Facebook que havia sido convocada uma assembleia geral, na praça do “Cantão”, para discutir os problemas relacionados ao lixo, ao bondinho, ao esgoto e ao abastecimento de luz e água, e organizar uma passeata. Essa convocação foi feita via ferramenta de criação de eventos do Facebook, pelo Entrevistado 10. Acompanhei nos dias seguintes as discussões ocorridas em torno disso, nesse espaço do Facebook, que não foram intensas nem tão participativas, mas ocorreram, se mostrando presente uma esfera pública discursiva virtual. Foi também através desse “espaço” de discussão e agregação comunitária que identifiquei outras pessoas como atuantes comunitariamente, pois se destacavam na participação. No dia de ocorrência da assembleia, e no horário marcado, choveu muito e a favela ficou alagada; eu estava lá e pretendia assistir à assembleia, mas imaginei que tivesse sido cancelada por causa da chuva; quando já estava fora da favela vi no “espaço” do evento no Facebook um aviso de que o local havia sido transferido para a quadra da escola de samba.

Esse fato, por si só, deixa claro o quanto a utilização do Facebook tem importância nas ações de articulação comunitária na favela, além de mostrar o quanto a informação postada é recebida pelos moradores locais, pois a mudança de local da reunião foi postada um pouco antes do horário marcado para a mesma e, ainda assim, a mensagem foi passada e as pessoas compareceram (não muitas pessoas, em torno de 30 a 60). As mensagens transmitidas à comunidade via Facebook a atingem de duas formas: ou as pessoas as visualizam virtualmente ou são informadas delas por outras pessoas a partir da prática informacional do “boca a boca”.

A motivação dessa assembleia era organizar uma passeata pelo bairro de Botafogo a fim de reivindicar soluções governamentais para os problemas citados. E essa ideia teve relação com todas as manifestações que estavam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e em várias capitais do País. Como disse o Entrevistado 10, “[...] está acontecendo um monte de coisas e a galera, tipo, está pacífica. Várias outras favelas indo para a rua protestar e estão conseguindo fórmula de sucesso, conseguindo um monte de coisas. Por que a gente vai ficar parado?” O Entrevistado também afirmou que não foi ele o único responsável pela convocação da assembleia e da passeata, mas que foi uma construção coletiva; segundo ele:

Eu joguei o primeiro cartaz na internet e começou todo mundo a puxar. Veio uma galera, a [Entrevistada 5], o [Entrevistado 4]... começou todo mundo, né, a juntar e pegar... porque, na verdade, eu joguei não para eu fazer, para todo mundo aderir. Todo mundo aderiu.”

Esse entrevistado costuma postar no Facebook avisos referentes a todos os problemas percebidos na favela, recebendo, inclusive, informações de outros moradores para serem divulgadas. Ele avisa pelo Facebook, por exemplo, quando o bondinho não está funcionando, denuncia falta de água e de luz na favela, ocorrência de cobranças excessivas nas contas de luz, lâmpadas queimadas nas vielas e ruas principais, deficiência na coleta de lixo entre outras coisas. Ele e o Entrevistado 12 produzem informação através de fotografias e filmagens a respeito desses problemas e dos eventos políticos que ocorrem em torno deles, que são divulgadas através de seus perfis no Facebook, funcionando como uma esfera pública midiática.

Quanto a essa questão de produção de informação, é importante salientar que há uma imensa gama de informações produzidas (registradas em suportes físicos) por sujeitos locais, algumas já mencionadas, como filmes de curta metragem, vídeos, o livro do Repper Fiell e outras. Os objetivos são culturais e políticos, destinados a denunciar e resolver problemas, registrar a cultura e os eventos representativos, promover educação popular e fomentar a discussão pública através do conhecimento crítico. Também é usado o Facebook para o fim informacional, no sentido cultural e político, tanto de informar como de criticar situações do contexto político do País, estado e município que interferem na favela. Também circulam no Facebook informações que reforçam a identidade cultural, como as ligadas ao samba e aos demais eventos culturais, não apenas locais, mas na cidade. Além disso, o Facebook também expõe a esfera privada dos moradores, em postagens de caráter pessoal.

Em relação a essa questão de produção de informação e divulgação via internet, trata-se de um movimento mundial. Como afirma Freitas (2011, p. 227), “Atualmente, com as possibilidades da tecnologia, todos nos tornamos potenciais testemunhas de eventos, a qualquer hora.”, sendo que:

Todos ganhamos um espaço para mostrar um trabalho documental, com a possibilidade de denunciar ou apenas expor uma realidade local, muitas vezes desconhecida do grande público, imprimindo sobre ela o olhar diferenciado de nossa experiência pessoal com o assunto ou o acontecimento. (FREITAS, 2011, p. 227).

A autora argumenta que, desse modo, usuários dos meios de comunicação não são mais meramente usuários de informação, mas também produtores, podendo “[...] contextualizar a informação conforme a própria experiência, atribuindo a ela diversos significados e interpretações.” (FREITAS, 2011, p. 228). No entanto, é fato que essa possibilidade é apenas potencial, pois depende de diversas outras questões que não apenas a possibilidade tecnológica, ligadas a inclusão digital, não sendo a maioria das pessoas possuidoras das condições e qualificações físicas e de competências para realizar esse tipo de ação comunicativa. De qualquer forma, como afirmam Luz e Morigi (2011, p. 199), “[...] possibilitar essa miríade de ideias e opiniões, permitindo aos indivíduos expressarem-se sem terem de passar pelo poder do jornalismo ou pela censura do governo, é a principal vantagem da internet frente à mídia tradicional.” Além disso, segundo os autores, as mídias digitais ampliam não apenas a prática cidadã, mas também a noção de democracia. Lévy (2003) reforça, igualmente, que o surgimento do ciberespaço cria uma situação de desintermediação em relação às mídias convencionais, pois quase todo mundo pode publicar mensagens.

Em relação à passeata que estava sendo planejada, esta aconteceu no dia 08 de julho de 2013, e reuniu em torno de 600 pessoas. Participaram as lideranças locais e os moradores da favela, inclusive crianças, e teve o apoio de outros movimentos que lutam pelos direitos de cidadania nas favelas. A luta era pela melhoria das condições de vida na favela, e as principais reivindicações foram, conforme exposto no Facebook do Entrevistado 12: “[...] mau funcionamento do bondinho, conta de luz abusiva, saneamento básico, não à remoção da parte alta da favela, investimentos na saúde, acesso a espaços públicos de lazer, turismo na favela com guia local e com respeito ao morador.” A Figura 35 apresenta fotos do protesto.

Figura 35 – Passeata de luta por melhores condições de vida na favela Santa Marta, ocorrida em 8 jul. 2013



Fonte: Fotografias de Tandy Firmino, retiradas do perfil do fotógrafo no Facebook, em fevereiro de 2014.

Com base nesse exemplo, é possível perceber como ações na esfera pública virtual foram capazes de aglutinar as pessoas, passando para a ocorrência do debate e da participação na esfera pública real. Num primeiro momento, houve um chamamento da população para a discussão, feito através da esfera pública virtual; em seguida, passou para uma discussão público-comunitária ocorrida na esfera pública real, na quadra da escola de samba; após isso, continuou ocorrendo a discussão e a articulação na esfera pública virtual, para a marcação de uma segunda ação real; e, novamente, passou-se à esfera pública real, através da passeata, sendo que dessa vez a participação na esfera pública real ultrapassou os limites da comunidade, tanto físicos quanto simbólicos, atingindo o bairro e a cidade, com uma tática discursiva (manifestação com caminhada, cartazes, palavras de ordem, falas em microfone) que intentava atingir a esfera pública política e obter um diálogo com o Estado, representado pelos governos municipal e estadual.

Uma diferença em relação à esfera pública santa-martense ocorrida na ágora e a esfera pública clássica é que da primeira podem participar todos os cidadãos que desejarem, sendo que são sujeitos privados reunidos num espaço público, físico, buscando soluções para problemas privados e públicos. Da mesma forma, a ágora santa-martense se configura de forma diferente, pois dela precede a esfera virtual para que se efetive. Isso tem sido percebido em nível mundial; em relação ao Brasil, ilustra essa ocorrência as manifestações que se iniciaram em meados de 2013, motivadas pela luta contra o aumento das tarifas de ônibus, que foram planejadas via internet e ocorridas nos espaços públicos das cidades. Além disso, as discussões são em torno de decisões quanto a pressionar o Estado e não decisões pelo Estado, sendo que as decisões dizem respeito às práticas de cidadania na comunidade.

Após a ocorrência dessa manifestação, continuaram a ocorrer reuniões para discutir e buscar soluções aos problemas, mas, como é dito por algumas lideranças, as pessoas têm tendência a ser “mais pacíficas”, sendo que não houve uma continuação de cobrança efetiva ao poder público referente às questões reivindicadas na manifestação, por parte da comunidade como um todo. Como disse um dos entrevistados, quando chega o final de semana as pessoas esquecem os problemas e as lutas comunitárias, não havendo uma cultura de militância política na maioria dos moradores. O Entrevistado 4 ponderou que: “[...] as pessoas comuns, normais, que pegam seis horas da manhã, cinco horas e voltam meia noite, qual o tempo dessas pessoas para debater política? Então, na verdade, é muito pouca [participação comunitária].” Segundo ele, “Os escravos modernos tem necessidade de trabalhar para poder sobreviver, eles vivem para trabalhar e não trabalham para viver.” Dessa forma, a maioria das pessoas quer apenas paz para realizar suas atividades diárias. Ainda em relação à abordagem do tema da participação comunitária nas entrevistas, foi salientado o individualismo que tem sido percebido como crescente na favela, sendo exemplificado pelo fato de que, em muitas situações, quando as pessoas conseguem o que estavam reivindicando deixam de “lutar”, independente se seus vizinhos ou os outros moradores não foram ainda beneficiados.

O que se pode inferir com isso é que não há uma efetiva apropriação informacional no conjunto da favela em relação à prática de luta coletiva pelo exercício dos direitos de cidadania, apesar de ocorrer essa apropriação em

determinadas situações, como a que levou às ruas 600 pessoas. O que ocorre mais habitualmente é que parte das lideranças comunitárias o chamamento para a participação nas discussões e lutas comunitárias, e isso necessita ser fomentado frequentemente, a fim de que a motivação para reivindicar se mantenha viva. Há uma frase utilizada pelos sujeitos sociais da favela em ocasiões de luta comunitária, que é: “Juntos somos fortes”. Pelo que foi conseguido entender, essa frase foi iniciada no “Coletivo Visão da Favela Brasil” e apropriada pelas demais lideranças e grupos, além de, em alguma medida, pelo conjunto da comunidade, mesmo que de forma intermitente. Essa frase é utilizada como uma forma de motivação coletiva, e se faz bastante presente nas postagens no Facebook quando a intenção é chamar a comunidade a participar ou, simplesmente, incutir a ideia de que nada será conseguido sem a união coletiva.

Percebe-se que há um sentimento de identidade com a comunidade devido às ações empreendidas para a busca do exercício e construção da cidadania, pois

Só a pessoa que se sente membro de uma comunidade concreta, que propõe uma forma de vida determinada; só quem se sabe reconhecido por uma comunidade desse tipo como um dos seus e adquire sua própria identidade como um membro dela pode sentir-se motivado a se integrar ativamente nela. (CORTINA, 2005, p. 26).

Conforme ressalta Cortina (2005, p. 30), isso se dá devido a um processo de apropriação informacional e simbólica:

[...] a cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social). Porque aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos.

Isso ocorre porque as leis e valores presentes em um grupo são construídos coletivamente, pela história, pela cultura, pela religião, e só são válidos se convencerem a razão e os sentimentos das pessoas, isto é, se houver um sentimento de pertença à comunidade e de justiça dessa mesma comunidade.

Este ano, novamente, a comunidade está se mobilizando em torno dos mesmos problemas; mais especificamente, dessa vez, para buscar uma solução definitiva às cobranças abusivas nas contas de luz. As pessoas na favela, no geral, concordam com o pagamento de energia elétrica, sendo que antes proliferavam os

“gatos”, mas esperam realizar um pagamento pelo serviço que seja justo. O que tem acontecido é que as contas de luz começaram a chegar cada vez mais caras em muitas casas, sem que tenha havido aumento no consumo. Há casos extremos, como o de um comerciante que começou pagando menos de R\$400,00 e a conta foi aumentando de mês a mês, até que, em questão de poucos meses, chegou a um valor de mais de R\$1.200,00, sem que ele tivesse adquirido nenhum novo aparelho eletrodoméstico (esse caso está ilustrado em um vídeo elaborado por integrantes do “Grupo Ação Social do Santa Marta” e postado no Facebook⁹). O entrevistado 10 esclareceu essa situação no seu perfil no Facebook, em 26 de fev. 2014:

Junto com a pacificação, houve a possibilidade dos moradores receberem serviços que antes não entravam de maneira formal na favela, como por exemplo a Light. A empresa doou geladeiras, lâmpadas que consomem menos energia, mudou a fiação das casas e da favela, tudo para que os moradores pudessem regulamentar o serviço e com isso pagassem menos. Apesar de tudo isso, as contas estão chegando e chegando muito altas. Há casos de moradores que estão recebendo contas de seiscentos, novecentos e até de mais de mil reais. É claro que além dos moradores não poderem pagar esse absurdo de cobrança de serviço, também desconfiam dos valores exacerbados.

Com isso, a comunidade está reivindicando a cobrança de taxa social para todos os moradores da favela, ou que seja cobrada uma taxa única, a fim de que as contas sejam regularizadas e os valores sejam justos. Em janeiro de 2014, houve novo chamamento para discutir essa questão, e diversas pessoas se envolveram nas discussões virtuais, ocorridas no perfil no Facebook de uma ou outra liderança. Ocorreu, inclusive, uma reunião com representantes da Light na “Associação de Moradores”, envolvendo não só o presidente mas também outros sujeitos locais, mas não foi conseguida uma solução eficaz e para todos os moradores. Desse modo, houve nova convocação para que os moradores se reunissem em praça pública, que contaria novamente com representantes da Light, conforme Figura 36.

⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JuaXRHBMhqs&feature=youtu.be>>. Acesso em: fev. 2014.

Figura 36 – Cartaz de convocação para reunião comunitária, divulgado via Facebook



Fonte: Retirado do perfil no Facebook do Entrevistado 12, em fevereiro de 2014.

Esse cartaz foi postado no perfil do Facebook do Entrevistado 12, mas, novamente, estão envolvidos com o início da mobilização comunitária integrantes do “Grupo Ação Social do Santa Marta” e do coletivo “Visão da Favela Brasil”, e outras lideranças foram aderindo ao movimento, assim como muitos moradores.

Chama-se a atenção para o fato da utilização do termo “comunidade” em vez de “favela”. O apelo midiático pela adoção desse termo é tão forte que, como foi dito, as próprias lideranças comunitárias confundem os dois termos. Por outro lado, no sentido exposto no cartaz, o termo poderia estar se referindo à comunidade no sentido mais verdadeiro do termo, sendo que a comunidade seriam as pessoas que habitam a favela, que é o espaço de configuração física.

Novamente, práticas informacionais ocorridas na esfera pública virtual mobilizaram a comunidade por um objetivo comum, complementadas pela prática do “boca a boca” no espaço real da favela. Quando começou essa discussão via Facebook, diversas pessoas, através dos comentários de postagens, marcaram parentes e amigos, convocando-os também a participar. Após a ocorrência da reunião, como nada de consistente foi resolvido, foi feito um novo chamamento, dessa vez para uma assembleia geral e para uma manifestação, conforme a Figura 37.

Figura 37 – Cartaz de convocação para assembleia e manifestação, divulgado via Facebook



Fonte: Retirado do perfil no Facebook do Entrevistado 10, em março de 2014.

A foto contida no cartaz é da reunião do dia 17 de fevereiro, e representa os moradores mostrando suas contas de luz, em sinal de protesto. Esse cartaz foi postado no perfil do Facebook do Entrevistado 10, sendo que ele “marcou” com o recurso do Facebook diversas outras lideranças e moradores. Como a esfera pública real também é marcante no Santa Marta e as práticas informacionais reais são também bastante eficazes, foi postado no Facebook da Entrevistada 5 um chamado para angariar pessoas dispostas a participar da atividade de colagem dos cartazes pelo morro, a fim de mobilizar a comunidade inteira.

Percebe-se que este problema está conseguindo aglutinar muita gente, sendo um problema da esfera privada que interfere diretamente na qualidade de vida dos indivíduos. O fato de estar sendo buscada uma solução coletivamente mostra também uma marca de sentimento comunitário, sendo que as características de distinção, pequenez e autossuficiência estão presentes na forma de comunicação e de busca de solução conjunta para beneficiar a todos. Aí reside um fator identitário e

de sentimento de pertencimento, características da cidadania cultural, que movem as pessoas a lutar por melhorias em seu local de moradia e vida.

Essa questão identitária e de sentimento de pertencimento fica mais evidente quando analisado o segundo exemplo, referente ao problema da ameaça de remoção do “Pico” do morro. A “Comissão de Moradores do Pico” foi formada justamente para que os moradores se organizassem a lutar contra a remoção e pela inclusão dessa parte da favela no projeto de melhorias infraestruturais de urbanização, dos governos municipal e estadual. Uma das grandes vitórias foi terem conseguido um contra laudo, realizado por engenheiros, que atesta que o “Pico” não é uma área de risco. Com isso, conseguiram que a remoção, que já tinha data marcada para ocorrer, fosse suspensa, ao menos temporariamente. Como afirma o Entrevistado 3, “[...] nós provamos para eles que tem possibilidade realmente de consolidar esse espaço, e não remover, de preservar a cultura, de preservar a história, a memória e o espaço físico desse lugar.” Essa citação ilustra a importância atribuída ao patrimônio simbólico que o “Pico”, e mais amplamente a favela, guarda e representa para os moradores.

Porém, mesmo após a conquista do contra laudo, a área continua sem receber infraestrutura urbana. Diversos moradores da favela acreditam que a intenção do poder público é “[...] deixar a gente segregado pra expulsar a gente com mais facilidade, e construir o que eles querem lá, com aquela maravilha, e ganhar muito dinheiro [...]”, como explica o Entrevistado 3, fazendo alusão ao processo de gentrificação e “remoção branca”. Quando diz “aquela maravilha”, ele está se referindo ao Mirante Dona Marta, que fica um pouco acima do Pico, havendo uma trilha no mato para sua visitação, onde constantemente circulam turistas, sem contar que a vista que se tem da zona sul do Rio de Janeiro a partir do “Pico” é privilegiada. Dessa forma, há a crença de que existe intenção governamental de desocupar a área para possibilitar empreendimentos imobiliários; uma base utilizada para esse argumento é a facilidade de acesso até a base do Pico pela rua Osvaldo Seabra, de acesso ao morro pelo bairro Laranjeiras.

Essa crença, reproduzida por diferentes moradores da favela, representa uma informação que está sendo apropriada no local, a partir das ações empreendidas pela “Comissão de Moradores do Pico” de conscientização popular acerca da questão, com o apoio de outros grupos e lideranças comunitários. O programa que existiu na “Rádio Comunitária Santa Marta”, denominado “Voz do

Pico”, representa uma ação de informação e cidadania sobre essa questão, e pode ter contribuído para essa apropriação informacional na favela, tendo em vista que a rádio funcionou até 2011.

Outra prática de informação adotada para colocar o assunto em pauta se dá através da existência de faixas e pinturas estampadas nas casas do “Pico”, como ilustra a Figuras 38.

Figura 38 – Faixas estampadas nas casas do “Pico”



Fonte: Fotografia tirada pela autora, em setembro de 2013.

Essa prática de informação é utilizada para atingir não apenas o espaço interno da favela mas, especialmente, o seu exterior, tendo em vista que muitas pessoas de fora visitam a favela, e essas faixas são visíveis da quinta estação do bondinho, localizado na parte alta do morro, ao lado da sede da UPP. Isso se traduz numa tentativa de contrapor as informações divulgadas pela mídia convencional sobre o Santa Marta como a “favela modelo”, de forma a “maquiar” os problemas vividos. A frase “Favela modelo de quê?”, exibida na casa, tem sido um slogan utilizado pelas lideranças que marca essa luta. No Facebook do Entrevistado 3, foi postada, no final de fevereiro, a foto representada na Figura 29.

Figura 39 – Fotografia que representa a contradição entre a denominação do Santa Marta como “favela modelo” e a realidade vivida



Fonte: Fotografia retirada do Facebook do Entrevistado 3, em fevereiro de 2013.

Na foto original, o Entrevistado 3 aparece à direita encostado na grade, mas sua imagem foi cortada a fim de preservar sua identidade. Também há faixas e pinturas no “Pico” com as inscrições: “SOS”, “Apartheid” e “Paz”, entre outras.

Segundo Ferrari (2000, p. 168), quando se pensa em direito à informação, é importante também considerar o ato de informar-se, pois:

Quando, por causa dos mecanismos econômicos, acompanhados normalmente por mecanismos políticos, um empresário consegue monopolizar os meios de informação, diretamente ou não, acha-se na condição de desrespeitar toda opinião contrária à sua. De tal modo, vê-se irreparavelmente prejudicada a liberdade dos usuários da informação, isto é, os cidadãos de um país, de informar-se.

Nesse sentido, o que tem acontecido é que os mecanismos de mídia comercial levam a sociedade a um entendimento equivocado e parcial a respeito das políticas públicas relacionadas às favelas, empreendidas na preparação, especificamente neste caso da cidade do Rio de Janeiro, para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, assim como em relação à política de “pacificação” das favelas cariocas. Assim sendo, são “mascaradas” as arbitrariedades cometidas nas favelas, como as remoções forçadas que têm ocorrido. Em relação ao Santa Marta, a remoção não ocorreu devido a duas questões: a organização e articulação política

dos moradores e o fato de ser a “favela modelo”, ou o piloto do projeto de favelas do governo, sendo, assim, tratada com mais cuidado, como ressaltado por alguns entrevistados. Dessa forma, quando se vê o discurso oficial do governo, propagado pela mídia comercial, tem-se uma ideia distorcida da realidade da favela, pois o projeto para as favelas parece ser, no discurso, bastante acertado e benéfico, no que diz respeito à vida dos favelados. No entanto, há questões sérias que ficam submersas nesse discurso televisivo.

Em relação à mídia comercial televisiva, são ainda mais sérias as consequências desse discurso propagado, pois ela “[...] induz a uma recepção puramente passiva de mensagens graças ao uso da imagem, que é memorizada antes e de forma mais profunda do que o comentário falado.” (FERRARI, 2000, p. 170). Segundo o autor, “Por essas razões, devem ser colocados no mesmo plano do ponto de vista democrático o *direito de informar* e o *direito de ser informado* [...]” (FERRARI, 2000, p. 169), tendo em vista que:

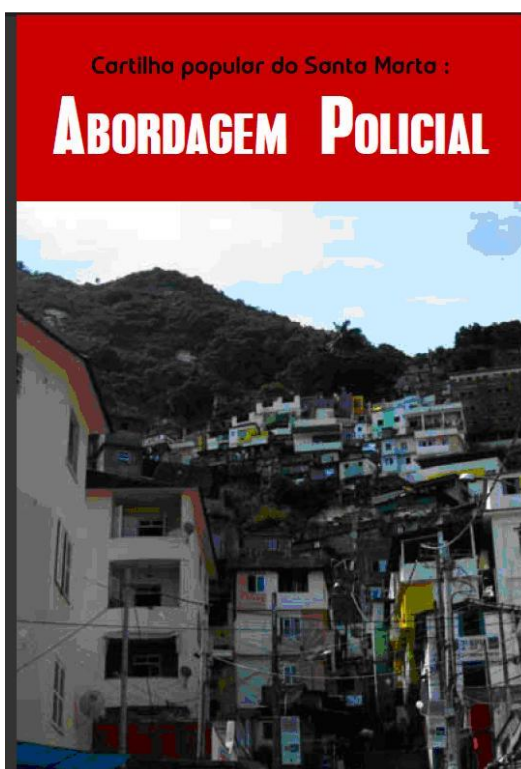
A monopolização das fontes informativas com certeza contamina o processo de informação de opiniões, favorecendo o conformismo da massa e, conseqüentemente, o predomínio da massa dos conformistas, comandada pelo poder político, sobre minorias críticas e dissidentes. (FERRARI, 2000, p. 169-170).

Do ponto de vista dos santa-martenses, se fossem restritos apenas a esse discurso oficial, poderiam ser mais facilmente manipulados. Nesse sentido, o papel das lideranças comunitárias no quesito informação é de suma importância, pois possibilita apresentar opiniões contrárias e fomentar uma visão crítica. O programa na rádio comunitária que discutia a questão do “Pico”, assim, representou um canal de informação necessário, pois, segundo Ferrari (2000, p. 170), “De fato, um sistema de monopólio televisivo pode ser ‘corrigido’ somente pelas emittentes locais, ou por via cabo [...]”. Além dos programas radiais, a “Rádio Comunitária” também transmitia sua programação via internet, não apenas com som mas também com imagem. De fato, como afirma Canclini (2008, p. 30):

A organização em redes possibilita exercer a cidadania para além do que a modernidade esclarecida e audiovisual fomentou para os eleitores, os leitores e os espectadores. Diariamente estão sendo difundidas informações eletrônicas alternativas que transcendem os territórios nacionais e são desmentidos em milhares de webs, blogs e e-mails os argumentos falsos com que os governantes “justificam” as guerras, a tal ponto que as emittoras de rádio e televisão, que repetiam a falsidade, às vezes se veem obrigadas a reconhecer o embuste.

O terceiro exemplo também trata da questão do direito à informação, e de ser informado. Refere-se à entrada da UPP na favela e aos excessos e abusos, historicamente, cometidos nas ações policiais. Em 2010, o coletivo “Visão da favela Brasil”, com o apoio da “Associação de Moradores”, do “Grupo Eco” e de outras instituições sociais de direitos humanos, lançou a “Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial” (VISÃO-DA-FAVELA-BRASIL, [2010]). Trata-se de uma cartilha instrutiva acerca das abordagens policiais, que esclarece os moradores sobre seus direitos nessas ocasiões. A Figura 40 apresenta a capa da cartilha.

Figura 40 – Capa da Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial



Fonte: Visão da Favela Brasil, [2010].

De acordo com o Entrevistado 4, “[...], a gente tem que distinguir, a UPP é um projeto novo, mas dentro de uma estrutura antiga, dentro dos mesmos vícios autoritários militares, a UPP ainda é Polícia Militar [...]”. Dessa forma, em grosso modo, as abordagens policiais se mantiveram nos mesmos moldes exercidos anteriormente. A cartilha foi feita em um tamanho de bolso e distribuída aos moradores, sendo que a ideia era que cada casa recebesse um exemplar. Ela também está disponível em formato digital na internet.

O lançamento da cartilha ocorreu em 18 de março de 2010, e foi feito na ladeira de entrada da favela, na frente da estação 1 do bondinho, perto do “Pé da Escada”, isto é, na esfera pública real do Santa Marta. Contou com a presença das lideranças locais e de outras autoridades relacionadas a defesa dos direitos humanos. Foi produzido um vídeo de 5 minutos e pouco do lançamento da cartilha (http://www.youtube.com/watch?v=hmBnq_35IQg), que está disponível na internet. No seu final há a seguinte inscrição:

A cartilha popular do Santa Marta sobre abordagem policial nasceu da necessidade dos moradores da comunidade de conter excessos e abusos da ação policial, através da afirmação de seus direitos. Sua intenção é fortalecer a consciência de que o morador da favela deve ser respeitado pelo poder público e por seus agentes.

Para isso, a cartilha descreve os limites da ação policial e orienta os moradores sobre qual a melhor maneira de agir em uma abordagem e nos casos de violações de seus direitos.

Em termos de apropriação informacional, foi dito pelo Entrevistado 4 que houve uma mudança na forma dos moradores de lidarem com as revistas policiais, pois passaram a conhecer os seus direitos e questionar mais essas ações. Pode-se inferir que isso produz, também, um sentimento de autovalorização e empoderamento nos moradores, pois podiam se sentir mais protegidos a exercer seus direitos civis de cidadania nessas ocasiões. Além disso, abriu um espaço para o exercício dessa discussão e representou um marco na luta contra os abusos policiais, que até então não podiam ser muito questionados.

O quarto exemplo de organização comunitária está relacionado ao turismo. Depois da “pacificação”, o Santa Marta se tornou um roteiro turístico, fazendo com que agências de turismo passassem a explorar o território nesse sentido. Em 2009, foram capacitados guias locais e, em 2010, foi lançado oficialmente o projeto de turismo comunitário na favela, como foi visto. Os guias turísticos locais se organizaram criando o “Comitê de Turismo do Santa Marta”, através do qual se reúnem periodicamente e buscam exercer, e que seja exercido, na favela um turismo de base comunitária, que valorize a história e a cultura locais, em vez de reforçar estereótipos, e promova o desenvolvimento da comunidade, respeitando a privacidade dos moradores.

Uma vitória representativa conquistada pelo comitê diz respeito a um conflito ocorrido nesse contexto, devido ao fato de agências de turismo de outras partes da cidade, especialmente uma, levarem grupos de turistas para a realização do que os

guias locais chamam de “turismo safari”. O que ocorria era que a empresa colocava os turistas (em torno de 30 ou 40) em jipes e subia a favela por Laranjeiras, iniciando o roteiro a pé da parte alta do morro para a baixa. Os guias locais se incomodavam por julgar que o turismo era feito sem comprometimento local, isto é, sem o devido respeito aos moradores e sem o conhecimento da história e da cultura locais. Outras agências de turismo já trabalhavam e trabalham no Santa Marta em parceria com os guias locais; eles levam os turistas e contratam um guia local para acompanhar. É essa prática que os guias acreditam que todas as empresas deveriam seguir.

A luta com essa empresa específica durou cerca de dois anos, sendo que conseguiram a parceria dela através de uma reunião com seu dono, quando o convenceram de que seria vantagem para a empresa contratar guias moradores pois, além destes terem muito mais conhecimento local, também seria possível uma interação maior entre turistas e moradores, assim como o oferecimento de outros serviços, que são disponibilizados por sujeitos locais, como aula de percussão, de pipa, almoço na laje, aula de luta marcial e diversos outros. Além disso, os guias locais poderiam levar os turistas aos espaços de venda de *souvenir*, biroskas e demais comércios locais. Isso tudo geraria benefícios para a comunidade e qualificaria a experiência turística. Dessa forma, a empresa cedeu e, no início de dezembro de 2013, começou a fazer os primeiros passeios turísticos com o acompanhamento desses guias. Como contou a Entrevistada 13:

E aí nós fizemos uma reunião, nós chamamos o dono da [agência de turismo] e ele veio e conversou conosco. Nós passamos, né, essa proposta para ele. Passamos para ele que se o turista viesse e quisesse um tour com o guia local, seria mais interessante, ia interagir com a comunidade, onde a comunidade ia ganhar e ele também... Então ele percebeu que isso para ele seria interessante, seria bem melhor, poderia oferecer muito mais coisas para os turistas e tal. Então ele acabou se rendendo e hoje está começando a nossa grande parceria.

Ela complementou dizendo que “[...] agora estamos fortes [...]”, numa referência ao “juntos somos fortes”, porque foi através da união do grupo de guias turísticos, com o comitê, da preparação de argumentos e da organização que conseguiram firmar uma parceria com a maior empresa que leva turistas à favela e que fazia um tipo de turismo que incomodava os moradores, pois não tinha comprometimento local. Ilustra o tamanho dessa luta cartazes e faixas fazendo

menção ao problema, que foram exibidos na passeata de julho de 2013, como exemplifica a Figura 41.

Figura 41 – Faixa e cartaz fazendo menção ao problema do “turismo safari”, na passeata de julho de 2013



Fonte: Fotografias de Tandy Firmino, retiradas do perfil do fotógrafo no Facebook, em fevereiro de 2014.

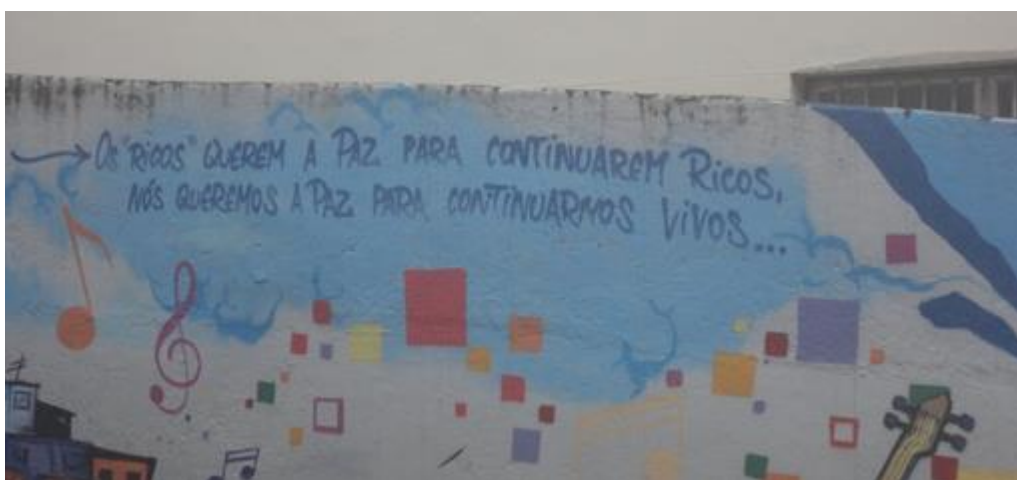
Ficou claro que há uma apropriação de informação na favela, no sentido dos moradores, de modo geral, aceitem bem o turismo quando este é feito por guias locais, pois eles conhecem todo mundo e tem um maior cuidado com o respeito à privacidade. Ocorre que as casas são todas muito perto umas das outras e muitos caminhos são estreitos, fazendo com que se consiga enxergar para dentro da casa das pessoas com muita facilidade, tornando a esfera privada parte da esfera pública. Com isso, tem que haver um cuidado para que as fotografias tiradas pelos turistas não invadam essa privacidade. Também é preciso haver o cuidado para não fotografar pessoas em primeiro plano, assim como não fotografar crianças sem autorização nem dar dinheiro a elas, como se fossem “coitadinhas”, num reforço a estereótipos negativos. Alguns moradores demonstraram se sentir incomodados pela prática turística realizada sem comprometimento local e respeito aos moradores, dizendo que não gostavam de se sentir como “macaquinhos do morro” que os turistas iam ver e fotografar. Dessa forma, o turismo feito pelos moradores é

muito melhor aceito, e adentrou na favela o discurso sobre turismo de base comunitária e sustentável, impulsionado pelo “Comitê de Turismo”.

Esses quatro exemplos foram usados para ilustrar como se dão as práticas de informação, relacionadas (ou não) ao uso das TICs, para o exercício e a construção da cidadania de forma coletiva na favela, ressaltando as mudanças alcançadas e em que medida se pode perceber uma apropriação informacional em torno delas. No entanto, todos esses grupos citados, assim como as outras instituições relacionadas à cidadania na favela, se utilizam fortemente da esfera pública virtual como uma das principais práticas informacionais, seja para comunicação entre eles, com os moradores ou para atingir pessoas de fora da favela.

Para fechar, o quinto exemplo apresenta o espaço da favela transformado num suporte de informação para levar moradores e visitantes a refletir sobre a questão dos direitos fundamentais nas favelas, como ilustra a Figura 42.

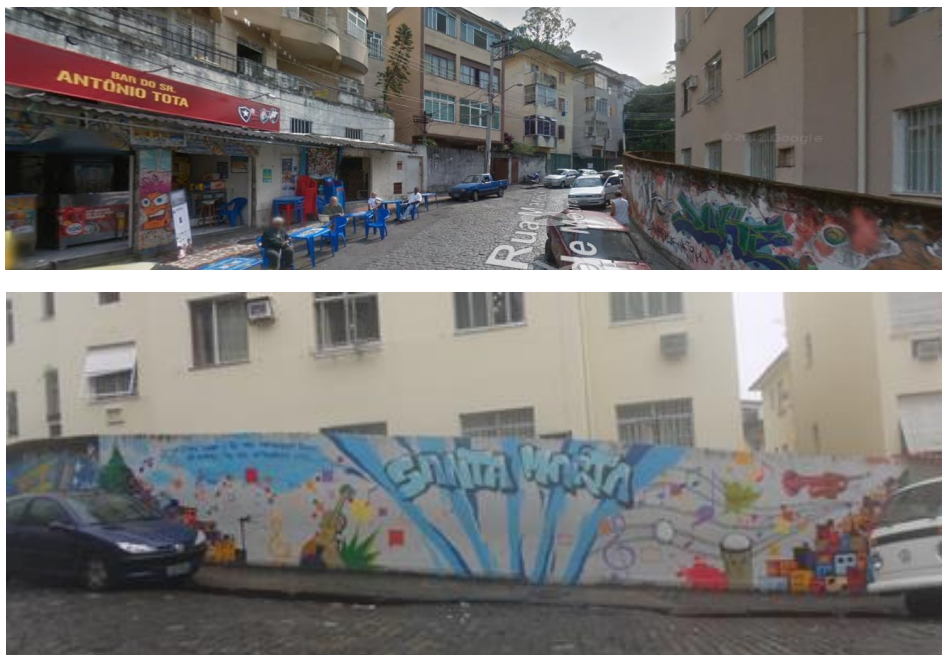
Figura 42: Grafite no muro de entrada da favela



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, em julho de 2013.

Esse grafite foi feito pelo Rapper Fabio Ema, carioca. O muro se localiza na ladeira de entrada da favela por Botafogo, em frente ao “bar do Tota”. A Figura 43 situa a localização do muro e dá um panorama geral do grafite.

Figura 43 – Localização e panorama do grafite



Fonte: Fotografia retirada do Google Maps (acima), em fevereiro de 2014; e fotografia tirada pela autora, em julho de 2013 (abaixo).

Nota: A fotografia de cima é antiga, e ainda não havia esse grafite no muro.

Esse grafite é atual e retrata a situação vivida pelos moradores de favela quanto a não ter respeitado o direito à vida, por constantes tiroteios gerados pela guerra entre traficantes e policiais, traduzindo um dos discursos referentes à implantação das UPPs. A “pacificação” trouxe paz para a favela, no sentido de que as vidas dos moradores não são mais constantemente expostas ao risco. No entanto, lideranças argumentam que essa paz levada à favela não foi motivada pela vontade do poder público de proteger o direito à vida (e demais direitos de cidadania) dos moradores da mesma, mas sim para garantir a paz no bairro, nos arredores da favela, promovendo a qualidade de vida dessas pessoas e a valorização imobiliária do bairro e, mais amplamente, da zona sul da cidade.

6 CONCLUSÃO

"Se um homem começar com certezas, vai acabar com dúvidas; mas se ele se contentar em começar com dúvidas, vai acabar com certezas."

(Francis Bacon)

O Brasil apresenta um cenário de imensas desigualdades socioeconômicas, que interferem diretamente na desigualdade de acesso e de condições de uso das TICs, com especial ênfase para as deficiências educacionais presentes. Dessa forma, há a necessidade de políticas públicas de inclusão digital que busquem não apenas fornecer acesso à internet, mas que sejam comprometidas com a qualificação do uso das TICs, especialmente da internet, vinculadas às diferentes realidades locais e grupais, de forma a possibilitar que os sujeitos sociais, em primeiro lugar, se apropriem delas. A apropriação das TICs permite “experienciar” a internet, o que auxilia na aquisição de competências que possam levar os indivíduos aos níveis informacional e social de inclusão digital, através de capacitações voltadas a isso. Assim, acredita-se possível tornar a inclusão digital induzida em inclusão digital espontânea.

Esta pesquisa buscou esclarecimentos sobre como se dá a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, num contexto de favela. Não é possível chegar a certezas absolutas, mas sim a resultados, entendimentos e algumas conclusões. A pesquisa desenvolvida em campo consistiu em vivências, convivências e entrevistas, sendo que toda a sua realização foi feita numa tentativa de ouvir e ver o campo, deixando que este se mostrasse, sem muitas concepções prévias. Conseguiu-se, com isso, ir direcionando a pesquisa e o olhar para as questões que surgiam como pistas à resposta do problema de pesquisa.

No que diz respeito à cidadania, há prerrogativas suficientes na Constituição da República Federativa do Brasil para que todos os indivíduos vivam com dignidade, mas isso não se efetiva, especialmente quando se analisa contextos sociais marginalizados, como é o caso das favelas, tanto pelo descaso do poder público quando pela sociedade de modo geral, influenciada pelos estereótipos produzidos e reforçados constantemente pela grande mídia, essencialmente a televisiva. A vida nesses contextos, desse modo, é marcada por constantes violações dos direitos humanos (civis, políticos e sociais). Nesse sentido, o

conhecimento pelos sujeitos sociais sobre os direitos de cidadania se faz preponderante, sendo o primeiro passo para um exercício mais efetivo destes.

O uso das TICs, de forma apropriada, pode representar um instrumento que ampara o exercício e a construção da cidadania, podendo auxiliar na emancipação política de indivíduos e comunidades, tendo em vista que a internet tem exercido um papel de esfera pública discursiva, possibilitando maior acesso a informações de diferentes fontes e pontos de vista, o que abre uma perspectiva real ao direito de se informar. Além disso, possibilita exercer o direito de comunicar, no sentido de expor ideias e opiniões, e de participar de discussões públicas. No caso da favela Santa Marta, a internet (especialmente o Facebook) tem funcionado como esfera pública discursiva e midiática, noticiando os acontecimentos locais e de fora, assim como se constituindo numa ferramenta utilizada por lideranças para a agregação comunitária.

É decisivo para que haja ampliação do exercício de cidadania, além do conhecimento dos direitos e deveres e da possibilidade de participação na esfera pública, sentir-se identificado a uma sociedade ou comunidade e pertencente a ela. Em termos de comunidade, percebeu-se que isso é um fator preponderante na luta pela construção da cidadania de forma coletiva, se traduzindo na busca do bem comum e da melhoria da qualidade de vida no local. Em relação ao Santa Marta, percebeu-se que é uma favela de bastante atuação comunitária, sendo que as características de comunidade ainda presentes ajudam a definir esse perfil. Da mesma forma, o momento histórico em que vive o País, de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, aliado às frequentes manifestações sociais ocorridas em diversas capitais, influenciam a atuação comunitária atual na favela.

No que diz respeito mais especificamente à favela Santa Marta, em relação ao primeiro objetivo específico (contextualizar a favela no que diz respeito às suas características sociodemográficas, históricas, culturais e comunitárias), ela possui uma formação histórica e cultural representativa de diversas favelas cariocas, sendo constituída, inicialmente, por imigrantes do interior fluminense e de Minas Gerais e, num segundo momento, do nordeste. Os primeiros eram famílias pobres, em grande parte descendentes de ex-escravos, atraídos à então capital federal pelas oportunidades de emprego; e os segundos, igualmente, se constituíam em famílias pobres que se estabeleciam na cidade do Rio de Janeiro devido à grande oferta de emprego pela ampliação e construção da zona sul carioca. A favela foi construída,

em termos de infraestrutura urbana, coletivamente pelos moradores, através de mutirões, e teve uma influência acentuada da Igreja Católica. A vida na favela foi marcada por muitas dificuldades, decorrentes da ausência do poder público, o que acarretava na precariedade dos serviços básicos, que ficavam por conta dos moradores, e do domínio dos traficantes de droga, o que acarretava em inúmeras guerras armadas entre traficantes e Polícia Militar, sendo esta a única instância do poder público que se fazia presente na favela.

Todo esse contexto de formação, definiu as práticas socioculturais da vida na favela, perpassadas pela religião, pelos ritmos musicais e sua cultura, como o samba e o pagode, o *funk* e o *hip hop*, pelas festividades, pela representação produzida pela mídia etc. Com tudo isso, a favela possui marcas simbólicas significativas e que conferem a ela um sentido de comunidade, se fazendo ainda presentes as características de distinção, pequenez e autossuficiência, mais marcantes em seu início. Atualmente, é percebido na favela um paradoxo entre solidariedade e individualidade, mas o sentimento de identidade e de pertencimento se faz nítido.

O contexto atual do Santa Marta, é afetado pela recente entrada do poder público, concretizada pela política de “pacificação” e pelas obras de infraestrutura urbana, o que confere maior possibilidade de exercício dos direitos civis, assim como pela implantação de serviços e projetos sociais, que possibilitam maior acesso ao exercício dos direitos sociais de cidadania. Apesar das melhorias, há dificuldades a serem enfrentadas, como deficiência nos serviços públicos e ameaça de remoção de uma parte da favela; além disso, há críticas pelos sujeitos locais quanto a troca de um poder armado na favela (o do tráfico) por outro (o da polícia), sendo que discordam da necessidade de ter a vida controlada dessa forma, pois isso tolhe a liberdade.

Em relação ao segundo objetivo específico (relacionar os espaços, instituições e grupos de acesso às TICs, informação e cidadania com a apropriação das TICs e as práticas informacionais mais usuais), percebe-se que há diversos espaços e grupos em que TICs, informação e cidadania perpassam. Em relação ao uso da internet, entende-se que há uma apropriação na favela, sendo que as práticas informacionais mais usuais, via Facebook e “boca a boca”, se complementam. Mas há uma parcela considerável de pessoas que não são capazes de sozinhas conseguir a “inclusão digital espontânea”, para as quais as políticas

públicas deveriam trabalhar nesse sentido. Uma questão relevante quanto ao acesso às TICs é em relação ao telecentros comunitários, pois eles não funcionam como espaços de agregação comunitária no Santa Marta, como é percebido em outras realidades locais, tendo em vista que essa agregação é anterior aos telecentros, e se dá de outras formas e em outros espaços públicos da favela; no que diz respeito às TICs, a agregação comunitária se efetiva no espaço virtual do Facebook.

Outra prática informacional bastante adotada é baseada na percepção visual, através da exposição de cartazes e faixas pela favela; foi percebido que essa prática é mais adotada pelos moradores quanto maior a importância da questão a ser comunicada. Há instituições mais formalizadas de cidadania no morro, ligadas a projetos sociais e a atividades de agregação comunitária e discussão política. Além disso, há grupos organizados em torno de causas mais específicas.

Em relação ao terceiro objetivo específico (avaliar como os sujeitos utilizam – e se apropriam de – a informação e as TICs no processo de exercício e construção da cidadania), percebe-se que informação, TICs e cidadania se relacionam nas ações voltadas à resolução de problemas que interferem na esfera privada. Identificou-se duas esferas públicas discursivas na favela: uma física, representada pelos espaços públicos da comunidade; e uma virtual, representada essencialmente pelo Facebook. Em diferentes momentos houve ainda uma esfera pública midiática, representada pelo “Jornal Eco”, pela “TV Favela” e pela “Rádio Comunitária Santa Marta”; atualmente, o Facebook também tem funcionado como esfera pública midiática, em alguma medida. As práticas de informação adotadas para o exercício e a construção da cidadania são as exercidas no Facebook, o “boca a boca” e a utilização do espaço público da favela a partir da exposição de cartazes e faixas.

Retomando o problema de pesquisa, tem-se que as práticas de informação e discursivas de busca do exercício e construção da cidadania ocorrem numa esfera pública virtual e numa física. Para ações mais efetivas de cidadania essas práticas são adotadas, primeiro, na esfera pública virtual (complementada pela real), como forma de agregar as pessoas e, num segundo momento, na real, como forma de discussão e/ou ação. As ações de cidadania são impulsionadas por lideranças locais, que fomentam na comunidade a ideia de coletividade e união para a busca conjunta de melhorias locais; sem a atuação dessas lideranças, a ocorrência da relação informação, cidadania e inclusão digital ficaria prejudicada. Percebe-se que

há, no Santa Marta, lideranças comunitárias bastante atuantes, que conseguem mobilizar a comunidade em torno da resolução de questões específicas, assim como alimentar o sentimento de coletividade presente.

Ficou claro que a inserção de uma nova TIC, como a internet, numa comunidade local possibilita a ampliação das possibilidades em relação às práticas informacionais e comunicacionais, o que tem o potencial de levar a mudanças nas práticas socioculturais, através da apropriação de novas informações e novos hábitos pela comunidade, gerando um novo corpo de conhecimento compartilhado, que ecoa nas ações adotadas para o exercício e a construção da cidadania. Contudo, essa entrada da internet no Santa Marta ocorreu à revelia de políticas públicas, sendo que atualmente elas se fazem presentes no quesito acesso.

Em termos de políticas públicas, pouco é feito no Santa Marta (e pode-se inferir que de modo geral) em termos de inclusão digital, seja ela apenas digital, informacional ou social. Mesmo quando se pensa em relação apenas à dimensão digital, considerada como acesso, alfabetização digital e apropriação das TICs, as políticas públicas suprem simplesmente o acesso e, mesmo assim, um acesso controlado, pois não parece haver vontade política para que as ferramentas TICs sejam usadas para a emancipação política e cidadã da comunidade, mas sim para figurar em propagandas de governo.

A inclusão digital, no sentido que se almeja, abrangendo três principais dimensões (digital, informacional e social) é a própria relação entre informação, cidadania e inclusão digital. Para consegui-la é necessário o preenchimento de alguns quesitos: acesso físico às TICs; apropriação das TICs; competências informacionais, que conferem aos sujeitos sociais visão crítica; e uma motivação sociopolítica para exercer a cidadania e lutar por ela. Dessa forma, algumas pessoas se destacam como lideranças, pois, além de possuírem essas três características, possuem ainda uma quarta, de agregação comunitária. O fato da questão identitária ser bastante presente, também define o sucesso dessa articulação comunitária. Assim sendo, se percebe que para que haja essa real inclusão (digital, informacional e social), no sentido de exercício e construção da cidadania, quando se pensa no nível do indivíduo, faz-se necessário que os sujeitos possuam emancipação informacional e política; no entanto, quando se pensa em nível comunitário, é necessário que haja lideranças capazes disso e dispostas a trabalhar pela comunidade.

A própria ideia de inclusão digital já se relaciona com informação e cidadania, desde o início das discussões. E as discussões no âmbito da CI, de modo geral, tratam a inclusão digital como multidimensional, se constituindo em uma dimensão técnica, que envolve acesso às TICs e alfabetização digital; uma dimensão informacional, que envolve competências informacionais e comunicacionais; e uma dimensão social, que envolve capacidades discursivas, argumentativas e aprendizado sociopolítico, capazes de tornar os sujeitos sociais aptos a exercer e construir a cidadania, com efetiva participação na esfera pública discursiva.

Contudo, tem se dado pouca atenção à questão da apropriação digital (ou apropriação das TICs). Torna-se perceptível sua importância na conquista da atuação cidadão, tão desejada pelo movimento de inclusão digital, pois sem essa incorporação das TICs nas práticas socioculturais cotidianas não se pode esperar que haja uma utilização consciente e emancipatória dessas ferramentas. Assim, em relação ao termo inclusão digital, parece que ele tem sido usado de forma ampla demais, envolvendo essas diferentes dimensões (digital, informacional e social), sendo que cada uma delas é bastante complexa. Dessa forma, em termos conceituais, acredita-se ser mais adequado que o termo inclusão digital seja adotado para abarcar apenas questões ligadas a acesso, alfabetização digital e, principalmente, apropriação digital, questão que necessita ser melhor desenvolvida na CI. As dimensões informacional e social são extremamente necessárias para que haja uma emancipação cidadã, mas ao se aliaem à inclusão digital, vista dessa forma.

Percebe-se que, justamente por ser um conceito com uma definição tão abrangente e complexa, há uma confusão no discurso, sendo que nem sempre está se referindo às mesmas coisas quando o termo é adotado. E, principalmente, causa uma confusão nas pesquisas, pois é necessário que se tenha bem claras as diferentes dimensões e o que se pretende estudar sobre cada uma delas ao estudar inclusão digital, em diferentes contextos. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa acrescente uma contribuição à discussão.

Outro aspecto que fica comprometido ao se adotar uma definição tão ampla e tão pouco delimitada de inclusão digital é em relação à produção de indicadores. Percebe-se que estes são produzidos abordando diferentes dimensões do conceito, mas sendo adotado o mesmo termo para se referir a essas diferentes dimensões cobertas. Quanto a essa questão, sugere-se que a produção de indicadores deve

ser realizada também no nível do indivíduo, assim como envolvendo questões qualitativas, a fim de se entender como indivíduos, grupos e comunidades se apropriam e criam significado, tanto em relação às TICs como no que diz respeito às informações. Geralmente, os indicadores de inclusão digital se referem a países e regiões ou a políticas e projetos, sendo normalmente quantitativos.

Além disso, sugere-se mais pesquisas que busquem um entendimento da relação informação, cidadania e inclusão digital numa perspectiva de comunidades, grupos ou indivíduos, e não apenas análises de projetos de inclusão digital específicos ou de um conjunto de telecentros. Claro que se faz importante a avaliação de políticas e projetos de inclusão digital, mas, como foi percebido, a inclusão digital cidadã se dá, cada vez mais, independente de apenas uma dessas intervenções ou perpassada por elas. Isso se deve às constantes evoluções tecnológicas, em que as possibilidades de acesso e uso da internet são cada vez maiores.

Como foi percebido, há no Santa Marta apropriação das TICs, sendo que elas adentraram as práticas socioculturais presentes na comunidade, inclusive, nas questões relacionadas ao exercício e à construção da cidadania. No entanto, há diversas pessoas que não utilizam a internet, sendo que há condições físicas para o acesso, seja nos telecentros, nas *lan houses* ou em outros locais. Sabe-se que a maior causa para o não acesso é a deficiência educacional, mas percebe-se a necessidade de aprofundamento dessa questão em nível comunitário e de grupos sociais. Como um dos grandes desafios para as políticas públicas de inclusão digital, atualmente, é incluir essas pessoas que, mesmo tendo condições físicas de acesso à internet, não o fazem. Sugere-se pesquisas a esse respeito, abordando os não usuários, ou usuários casuais, da internet.

Para terminar, há algumas questões que foram percebidas como relevantes para estudos futuros no que se refere à atuação comunitária. A principal delas, que cabe ressaltar aqui, é ligada a uma perspectiva de rede e gênero, pois quando era solicitado aos entrevistados que citassem grupos e pessoas com quem se unem na realização das atividades comunitárias, ou mesmo para citarem nomes de pessoas que lembrassem como lideranças locais, apenas dois nomes foram citados por praticamente todo mundo, e esses nomes foram os das entrevistadas 5 e 13. Isso é significativo, tendo em vista que há diferentes grupos e pessoas que atuam

comunitariamente com ideologias muitas vezes distintas e, nem sempre, há um diálogo efetivo e uma colaboração entre eles.

No caso dessas duas mulheres, elas pareceram ser unânimes quando o assunto é parceria comunitária, mesmo as duas possuindo perfis bastante distintos (apesar de ambas fazerem parte do “Comitê de Turismo do Santa Marta”) e, mesmo, havendo maior representatividade masculina quando o assunto é atuação comunitária. O fato de elas terem sido identificadas como bastante agregadoras comunitariamente, leva a questionar se há, de fato, uma diferença na atuação comunitária exercida por homens e por mulheres. Essa pergunta foi feita a algumas pessoas na última fase da coleta de dados, e todas responderam que sim, sendo apontado que, enquanto os homens têm uma postura mais “agressiva”, as mulheres conseguem resolver as coisas com mais “jeito” e diálogo. Sugere-se estudos que aprofundem essa questão, além de analisá-la em outros contextos comunitários.

REFERÊNCIAS

- 5x pacificação. Direção: Cadu Barcellos; Luciano Vidigal; Rodrigo Felha; Wagner Navais. Produção: Cacá Diegues e Renata de Almeida Magalhães. Rio de Janeiro: Luz Mágica, 2012. 1 Documentário (96 min). Apresenta o processo de implantação das UPPs no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-KxSolo1nKs>>. Acesso em: jan. 2014.
788. Direção: Repper Fiell; Bruno Thomassin. Produção: Criafilmes, Núcleo de Criação Vídeo do Santa Marta. Roteiro: Repper Fiel e Bruno Thomassin. Rio de Janeiro: Visão da Favela Brasil, La Casaloca, 2008. 1 vídeo (12:21 min), son., color. História real do morro Santa Marta, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u0D2qGxftVw>>. Acesso em: nov. 2012.
- ABREU, Maurício de A.; VAZ, Lílian F. Sobre as origens da favela. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 1991.
- ALBUQUERQUE, Heloisa Helena Fernandes Soares de; CABRAL, Ana Maria Rezende. Inclusão digital para a redução de desigualdades sociais: a apropriação e o uso das tecnologias da informação para a atuação cidadã. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <<http://portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/aprovados.php>>. Acesso em: abr. 2007.
- ANTONIUTTI, Cleide Luciane. Práticas informacionais e políticas no espaço virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.
- ASSUMPÇÃO, Rodrigo Ortiz D'ávila. **Além da inclusão digital**: o projeto Sampa.Org. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Orientadora: Mayra Rodrigues Gomes.
- BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p.16-21, maio/ago. 2000.
- BARCELLOS, Caco. **Abusado**: o dono do Morro Dona Marta. 24. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.
- BARCINSKI, Fabiana Werneck. **Favela**. Ilustrações de Guazzelli. São Paulo: WMF M. Fontes, 2011. Coleção inspirada no programa de TV de Regina Casé e Estevão Ciavatta. (Um pé de quê?).
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2008.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mediações digitais. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação, v. 10, n. 4, 2009.

BASTOS, Isabela. Segunda fase do Morar Carioca prioriza favelas perto de áreas olímpicas. **Extra**, 27 jan. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/segunda-fase-do-morar-carioca-prioriza-favelas-perto-de-areas-olimpicas-953197.html>>. Acesso em: dez. 2013.

BATISTA, Henrique Gomes; DAMASCENO, Natanael. Lula e Paes lançam o projeto Rio Top Tour no Morro Santa Marta. **Globo.com**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2010. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/lula-paes-lancam-projeto-rio-top-tour-no-morro-dona-marta-2958699>>. Acesso em: fev. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BECKER, Maria Lúcia. **Inclusão digital e cidadania**: as possibilidades e as ilusões da "solução" tecnológica. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information science and phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, US, v. 27, n. 4, p. 197-204, July/Aug. 1976.

BIANCHI, Paula. Copa no Brasil deixará ônus, e não legado, diz relatora da ONU. **Terra**, 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/copa-no-brasil-deixara-onus-e-nao-legado-diz-relatora-da-onu,9a9cf86e46ae3410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: fev. 2014.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cesar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: _____. (Org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EdUFBA, 2011. p. 23-48.

BOTELHO, Tânia Mara; ROBREDO, Jaime. Telecottage: uma necessidade para o desenvolvimento do setor de informações trimestrais nos países em desenvolvimento. **Transinformação**, Campinas, v. 4, n. 1/2/3, p. 33-44, 1992.

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-11, jul. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Conheça o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro**. Brasília, DF, [201-]a. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Inclusão digital:** projetos. Brasília, DF, [201-]b. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/inclusao-digital>>. Acesso em: mar. 2014.

_____. _____. Inclusão digital. In: _____. **Cidadania e inclusão social:** parte 2. Brasília, DF, 2010. p. 424-453. (Balanço de 2003 a 2010). Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.6_Inclusao_Digital.pdf>. Acesso em: out. 2013.

_____. _____. **PAC 2.** Brasília, DF, [201-]c. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: jan. 2014.

_____. Ministério do Turismo. **Projeto Top Tour é lançado no Rio**, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100830.html>. Acesso em: jan. 2014.

CABRAL inaugura internet sem fio no Dona Marta. **Jornal do Brasil**, 24 out. 2009. Disponível em: <<http://m.jb.com.br/rio/noticias/2009/03/09/cabral-inaugura-internet-sem-fio-no-dona-marta/>>. Acesso em: nov. 2011.

CÁCERES, Luis Jesús Galindo. **Sabor a ti:** metodología cualitativa en investigación social. Xalapa, México: Universidad Veracruzana, 1997.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela:** a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas.** Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wnse Dias, Isis Paim, Lígia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/home_port.html>. Acesso em: mar. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de. O papel da interação humano-computador na inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3 esp., p.75-89, set./dez. 2003.

CARVALHO NETO, Enéas Silva de; CRUZ, Fabrício Nascimento da; HETKOWSKI, Tânia Maria. Sociedade da informação: TIC e programas de inclusão digital. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Políticas públicas e inclusão digital.** Salvador: EDUFBA, 2008. p. 85-103.

- CASTELLÓN, Natalia Andrea Urbina. Favela Santa Marta: territorios y desafios. **Nuestramerica**: revista grancontinental para la divulgación del conocimiento necesario: hacia un nuevo sentido común, Caracas, n. 2, nov./fev. 2012. Disponível em: <http://revistanuestramerica.net/content/site/module/magazine/op/article/article_id/15/format/html/>. Acesso em: dez. 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, revisão técnica de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- _____. **A Sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 (A era da informação: economia, sociedade e cultura).
- CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (CETIC.br). **Sobre o Cetic.br**. [201-]. Disponível em: <<http://www.cetic.br/sobre-ceticbr/>>. Acesso em: mar. 2014.
- CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informática pública**, [Belo Horizonte], v. 2, n. 2, p. 43-56, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**. Tradução de Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Tradução de Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**. São Paulo, 2007.
- _____. **TIC domicílios e empresas 2012**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.
- _____. **Sobre o CGI.br**. São Paulo, [201-]. Disponível em: <<http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>>. Acesso em: mar. 2014.
- COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA (CDI). **Cidadania digital**: como o CDI utiliza a informática e a educação para promover a inclusão social e transformar vidas. Rio de Janeiro, 2005.
- CORREIA, Fernanda Guimarães. Breve histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro. **Achegas.net**, Rio de Janeiro, v. 31, set./out. 2006.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

CRUMPLER, Courtney; STEIKER-GINZBERG, Kate. Audiência pública sobre remoções: discursos quentes e autoridades ausentes. **RioOnWatch**: relatos das favelas cariocas, 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=9288>>. Acesso em: out. 2013.

DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o E-Gov Brasileiro**. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADILLO, Karin; GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Tradução de Joyce Hurtado. Rio de Janeiro: RITS, 2003.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, White Plains, NY, v. 21, p. 3-33, 1986.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

FAVELA do Rio de Janeiro ganha rede “wireless” gratuita. **Expresso**, 11 mar. 2009. Atualidade. Arquivo. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/favela-do-rio-de-janeiro-ganha-rede-wireless-gratuita=f502329>>. Acesso em: nov. 2012.

FERRARI, Vincenzo. Democracia e informação no final do século XX. In: GUIMARÃES, César; CHICO JUNIOR (Org.). **Informação e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 163-209.

FERREIRA, Álvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 828, p. 1-13, jun. 2009.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; DUDZIAK, Elisabeth Adriana. La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario final de programas nacionales de información y/o inclusión digital. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA general conference and council, 70., 2004, Buenos Aires, Argentina. Anales... Buenos Aires: IFLA, 2004.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. reimpr. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FREIRE, Isa Maria; NATHANSOHN, Bruno Macedo; ESPÍRITO SANTO, Carmelita do; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; NEVES, Ricardo Siqueira; ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades de inclusão digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João pessoa. **Anais...** João pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Gabriela Pereira de. A fotografia em comunidades virtuais como forma de inclusão social e divulgação de visibilidades periféricas. In: MOURA, Dione; GERALDES, Elen; PEREIRA, Fábio Henrique; CALAZANZ, Fabíola; PAULINO, Fernando Oliveira; FREITAS, Gabriela Pereira de; GUAZINA, Liziane; SILVA, Luiz Martins da; LIMA, Samuel (Org.). **Comunicação e cidadania**: conceitos e processos. Brasília: Francis, 2011. p. 221-239.

FUCHS, Richard. Telecentros, tecnología al alcance de todos. **El Correo de la UNESCO**, v. 43, marzo 2000. Disponível em: <http://www.unesco.org/courier/2000_03/sp/pdf/00_03_43.pdf>. Acesso em: set. 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Políticas Sociais. **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **Indicadores socioeconômicos nas UPPs do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012b.

GARCÍA, Angelica B. Abdallah. Acercándonos al teletrabajo: la experiencia de Estocolmo. **Asociación Argentina de Teletrabajo**, v. 1, n. 4, feb. 2003.

GARCIA, Heliéte Dominguez. **A terceira idade e a Internet**: uma questão para o novo milênio: 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001. Orientadora: Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos.

GENTILLI, Víctor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, n. 19, p. 41-55, dez. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDWASSER, Maria Julia. Estudos de comunidade: teoria e/ou método? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/4606>>. Acesso em: jul. 2012.

GÓMEZ, Ricardo; HUNT, Patrik; LAMOUREUX, Emmanuelle. Telecentros en la Mira: ¿cómo pueden contribuir al desarrollo social? **Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI**, Quito, Ecuador, 1999. Disponível em: <http://www.telecentros.org/CR/cr_doccont.php3?id=1>. Acesso em: dez. 2010.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.155-186.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

GRISA, Jairo Angelo. **Histórias de ouvinte**: a audiência popular no rádio. Itajaí: Univali, 2003.

GRUPO ECO. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <<http://www.ser-eco.org/grupoeco.htm>>. Acesso em: fev. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. v. 1.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. v. 2.

_____. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE); GRUPO ECO SANTA MARTA. **Projeto cidade, mudanças climáticas e ação jovem**: relatório de pesquisa-diagnóstico socioambiental do Santa Marta. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/07/cjmc-santa-marta.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **IBGE países**. Rio de Janeiro, [2013?]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: síntese de indicadores: 2012. Rio de Janeiro, 2013a.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2013b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Sobre o mapa. In: _____. **Mapa de Inclusão Digital**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://inclusao.ibict.br/index.php/mapa-de-inclusao-digital/sobre-o-mapa>>. Acesso em: maio 2011.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (IPM). **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF)**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>. Acesso em: dez. 2013.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Navegação na internet e competências informacionais**: o exercício da cidadania em telecentros comunitários de Porto Alegre/RS. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Orientadora: Sônia Elisa Caregnato.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; CAREGNATO, Sônia Elisa. Informação e comunicação para a cidadania: qualificando monitores para telecentros comunitários. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA, 2., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2003.

LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. Prefácio. In: BONILLA, Maria Helena Silveira e PRETTO, Nelson de Luca (Org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. p.15-21.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa**: fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). **Para navegar no século XXI**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina; EdPUCRS, 2003. p.183-204.

_____. **Ciberdemocracia**. Tradução de Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LIEVROUW, Leah A. Information resources and democracy. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, US, v. 45, n. 6, p. 350-357, 1994.

LIMA, Paulo Henrique. Introdução à edição brasileira. In: DELGALDILLO, Karin, GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus (Org.). **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: RITS, 2003.

LIMA, Wagner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface**, Porto Nacional, v. 5, p. 49-54, out. 2012.

LOUREIRO, Cláudia. Santa Marta é primeiro morro do Rio com internet de graça e a céu aberto: cerca de 10 mil moradores passam a ter internet sem fio a partir desta 2ª. **G1**: o portal de notícias da Globo, 9 mar. 2009. Rio de Janeiro, Internet. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1034735-5606,00-SANTA+MARTA+E+PRIMEIRO+MORRO+DO+RIO+COM+INTERNET+DE+GRACA+E+A+CEU+ABERTO.html>>. Acesso em: jul. 2012.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As tecnologias da informação e a exclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 2, p.159-165, jul./dez. 2002.

LUZ, Lia; MORIGI, Valdir José. O ciberespaço e a reconfiguração da esfera pública: os blogs cubanos como prática de cidadania. In: MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de (Org.). **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A visão de vanguarda do projeto “Digitando o Futuro”: a inclusão digital e a voz dos incluídos. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 18, n. 1, p.147-157, jan./abr. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Revista Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, 1995a.

_____. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995b.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASSA, Isabella; MOREIRA, Cíntia (Org.). **Historietas do Santa Marta**. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2009.

MASSENSINI, Rogério Luís. Inclusão digital: sob a ótica da cidadania plena. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2011.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jun. 2006.

_____; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n.1, p.67-94, jan./abr. 2008.

MAZZINA, Constanza. **La importancia de la formación ciudadana**. Cataluña: Instituto Internacional de Gobernabilidad de Cataluña, 2002.

MORI, Cristina Kiomi; ASSUMPÇÃO, Rodrigo Ortiz. Brazilian digital inclusion public policy: achievements and challenges. **The Journal of Community Informatics**, Vancouver, BC, v. 3, n. 3, 2007.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. Cidadania, novos tempos, novas aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2003.

MORRO Dona Marta, internet. Apresentado por William Bonner e Fátima Bernardes. Repórter: Sandra Passarinho. Rio de Janeiro: Jornal Nacional, [2009]. reportagem (2:06 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Jf40P1nMk4s>>. Acesso em: nov. 2012.

MOTA, Francisca Rosaline Leite. Novas mídias, cidadania e exclusão digital no contexto da sociedade da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 125-138, 2. sem. 2004.

NASCIMENTO, Raimundo Benedito do; TROMPIERI FILHO, Nicolino. Atitudes face às tecnologias da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 33-45, jan./abr. 2004.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção de Kátia Lund e João Moreira Salles. Colaboração de Walter Salles. Produção de Raquel Zangrandi e Mara de Oliveira. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e os direitos humanos**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: dez. 2013.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Washington, DC, 1948. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

OSBORN, Catherine. A história das urbanizações nas favelas parte I: 1897-1988. **RioOnWatch**: relatos das favelas cariocas. Rio de Janeiro, 14 jan. 2013a. Disponível em: <[http:// http://rioonwatch.org.br/?p=4676](http://http://rioonwatch.org.br/?p=4676)>. Acesso em: dez. 2013.

_____. A história das urbanizações nas favelas parte II: Favela-Bairro (1988-2008). **RioOnWatch**: relatos das favelas cariocas. Rio de Janeiro, 7 mar. 2013b. Disponível em: <[http:// http://rioonwatch.org.br/?p=5042](http://http://rioonwatch.org.br/?p=5042)>. Acesso em: dez. 2013.

_____. A história das urbanizações nas favelas parte III: Morar Carioca na visão e na prática (2008 – Presente). **RioOnWatch**: relatos das favelas cariocas. Rio de Janeiro, 15 maio 2013c. Disponível em: <[http:// http://rioonwatch.org.br/?p=5735](http://http://rioonwatch.org.br/?p=5735)>. Acesso em: dez. 2013.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. Newbury Park: Sage, 1990.

PEREIRA, Luiz Antônio de Souza. O Programa Favela-Bairro: mais do mesmo?: quais as possibilidades para a superação dos "problemas" existentes na cidade do Rio de Janeiro? **Scripta Nova**, Madrid, v. 14, n. 331, 2010.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; MORIGI, Valdir José. Informação e cidadania: apropriação das tecnologias digitais na inclusão social brasileira. In: MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de (Org.). **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 253-269.

_____; RODRIGUEZ, Adalberto Diehl; MORIGI, Valdir José. Rede de projetos de telecentros brasileiros: resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. Indicadores dos programas sociedade da informação na América Latina: uma leitura e um exercício metodológico. In: TALLER DE INDICADORES DE SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN, 3., 2005, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CYTED; RICYT; ISCTE, 2005.

PROENZA, F. J.; BASTIDAS-BUCH, R.; MONTERO, G. **Telecentro para el desarrollo socioeconómico y rural en América Latina y el Caribe**. Washington, DC: IDB, 2001. Disponível em: <<http://www.iadb.org/ict4dev/telecentros/resumen.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

QUIROGA, Tiago. Cidadania em tempos de tecnologia. In: MOURA, Dione et al. (Org.). **Comunicação e cidadania**: conceitos e processos. Brasília: Francis, 2011. p.19-36.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: PERUZZO, Cicília; BRITTES, Juçara (Org.). **Sociedade da informação e novas mídias**. São Paulo: INTERCOM, 2002.

REPPER FIELL. **Da favela para as favelas**: história e experiência do Repper Fiell. Rio de Janeiro: Coletivo Visão da Favela Brasil, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza; WANDERLEY, José Carlos Vieira; CORREIA, Lindoya Martins; PERES, Maria de Holanda de Melo. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

RIO DE JANEIRO (Cidade). **Favela-Bairro**. Rio de Janeiro, [201-]ja. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Morar Carioca. **Cidade olímpica**. Rio de Janeiro, [201-]b. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>>. Acesso em: jan. 2014.

_____. O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro. **Rio Estudos**, Rio de Janeiro, v. 120, set. 2013.

_____. **UPP Social**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://uppsocial.org/>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. **[Portal] UPP**: Unidade de Polícia Pacificadora. Rio de Janeiro, [2013]. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: nov. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **UPP**: Unidade de Polícia Pacificadora. Rio de Janeiro, [2012]. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: jan. 2013.

RIO TOP TOUR. **Mapa turístico Santa Marta** = Tourist map of Santa Marta: Santa Marta. Rio de Janeiro, [201-]. 4 p.; il. Folheto de distribuição gratuita.

ROCHA, Adair. **Cidade cerzida**: a costura da cidadania no Morro Santa Marta. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2012.

RODRIGUES, Aline Visconti; MACULAN, Anne Marie Delaunay. Indicadores de inclusão digital. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br). **TIC domicílios e empresas 2012**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo, 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Inclusão digital como condição à inclusão social: o caso brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS Y ARCHIVISTAS DEL PARAGUAY, 1., 2006, Asunción. **Anais Eletrônicos...** Asunción: Abgrap, 2006. Disponível em: <http://www.pol.una.py/abigrap/ponencias/Frota_Rozados_Helen.pdf>. Acesso em: dez. 2008.

SÁ, Simone Pereira de. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, Jose Luiz Aidar (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p.147-163.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Telecentro Santa Marta: uma práxis de cidadania: uma experiência comunitária rica e corajosa de resgate de território através das N.T.I.C.'s. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-13, jul. 2006.

SANTA Marta: duas semanas no morro. Direção de Eduardo Coutinho. Produção de Frederico Moraes. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da religião, 1987. (54min) Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=dErVvYLO67M>>. Acesso em: jan. 2013.

SARACEVIC, Tefko. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, US, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, Oct. 1999.

SILVA, Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara; BRANDÃO, Marco Antônio. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, Marina Cajaíba da. **Pesquisas em Ciência da Informação sobre inclusão digital**: 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Orientadora: Marlene Oliveira Teixeira de Melo.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Internet, governo e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 80-90, maio/ago. 2001.

SOMOS@TELECENROS. **¿Qué es un telecentro?** [200-]. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org>>. Acesso em: set. 2012.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: J. Zahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**. Brasília, DF: MCT, 2000.

TAPLEY, Erica. Resumo das remoções no Rio olímpico. **RioOnWatch**: relatos das favelas cariocas. Rio de Janeiro, 20 ago. 2012. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=3464>>. Acesso em: dez. 2013.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir José; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PURCS. Petrópolis: Vozes, 1995.

TINTAS CORAL. Tudo de cor para Rio de Janeiro: Santa Marta. In: TINTAS CORAL. **Coral**: tudo de cor para você. [Rio de Janeiro], 2013. Disponível em: <<http://www.coral.com.br/tudodecorparavoce/2013/tudo-de-cor-para-voce/tudo-de-cor-para-rio-de-janeiro-santa-marta/>>. Acesso em: jan. 2014.

VAZ, José Carlos. Uso da internet pelos governos e promoção da cidadania. **Revista UNICSUL**, São Paulo, v. 10, dez. 2003.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VISÃO DA FAVELA BRASIL. **Cartilha popular do Santa Marta**: abordagem policial. Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <<http://global.org.br/wp-content/uploads/2010/03/cartilha-santa-marta.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

VIVA RIO. **Favela tem memória**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=36&sid=3#>>. Acesso em: set. 2012.

WINOCUR, Rosalía. A apropriação das tecnologias da informação e comunicação: mitos e realidades. In: MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília, DF: IBICT; UNESCO, 2007. p. 71-83.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Grupo a ser pesquisado: moradores e líderes comunitários da Favela Santa Marta.

Você está sendo convidado(a) a participar como colaborador(a) da pesquisa
“Informação, cidadania e inclusão digital em favelas: estudo de comunidade da favela Santa Marta, Rio de Janeiro/RJ”

Pesquisador responsável (orientador): Prof. Dr. Valdir José Morigi

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) / Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM)

Telefone: (51) 3308 5116

Pesquisador (orientando): Patrícia Mallmann Souto Pereira – doutoranda do PPGCOM/UFRGS

E-mail: patriciamall@yahoo.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/patricia.mallmannsoutopereira>

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, situada à Avenida Paulo Gama, 110 - 7º andar - Porto Alegre/RS.

1 OBJETIVO DA PESQUISA

Pretende-se com essa pesquisa conhecer a comunidade em seu contexto histórico, sociodemográficos e cultural, como pano de fundo para o entendimento da relação entre informação, cidadania e inclusão digital.

O objetivo geral é Compreender como se dá a relação entre informação, cidadania e inclusão digital, tendo como campo empírico a favela Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Isso será feito através do conhecimento de espaços, atividades e ações de organização comunitária e de convivência social na favela Santa Marta, além da realização de entrevistas com lideranças locais e pessoas influentes, e conversas informais com moradores.

As informações dessa pesquisa, adquiridas através de observação participante e realização de entrevistas, constarão no relatório da pesquisa a ser defendido como tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A pesquisa está sendo realizada a partir de visitas à favela Santa Marta e de entrevistas previamente agendadas. Durante as entrevistas será utilizado gravador de áudio. Durante as visitas, será utilizada a técnica de observação participante, com registro de observações relevantes à pesquisa em diário de campo e máquina fotográfica, como forma de se obter mais dados para análise posterior.

A convivência será realizada no ambiente da favela Santa Marta e em seus espaços e eventos comunitários e de socialização. Nas visitas, a pesquisadora irá lhe pedir permissão para fazer registro audiográfico e/ou fotográfico, o que somente poderá ser feito com sua permissão.

3 POSSÍVEIS RISCOS E DESCONFORTOS

Os procedimentos envolvidos neste estudo não devem proporcionar desconfortos ou riscos a você. Também não devem proporcionar exposição de ideias e fatos não desejados, questão que será negociada entre você e a pesquisadora.

4 DIREITO DE DESISTÊNCIA

Você pode desistir a qualquer momento de participar do estudo, não havendo qualquer consequência decorrente dessa decisão.

5 SIGILO

Todas as informações obtidas no estudo poderão ser publicadas com finalidade científica, porém será preservado o completo anonimato da sua identidade, isto é, nenhum nome será identificado em qualquer material divulgado sobre o estudo. Contudo, sabe-se que pessoas com visibilidade comunitária podem ser identificadas mesmo sem a publicação de seus nomes; por isso será negociado entre você e a pesquisadora até que ponto suas declarações poderão ser atribuídas à posição que você ocupa na favela Santa Marta. Com o término da pesquisa, todos os registros de áudio e de imagem serão destruídos.

6 TERMO DE CONSENTIMENTO COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____

declaro ter lido (ou que me foi lido) as informações acima antes de assinar este formulário. Me foi dada oportunidade de fazer perguntas, tendo sido esclarecidas minhas dúvidas. Por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo.

Local e data

Assinatura do participante

APÊNDICA B – Roteiro das entrevistas guiadas

QUESTÕES DE PERFIL

Faixa etária

Tempo em que reside na favela Santa Marta

Com quem reside

Atividades (educacionais/profissionais) atuais

QUESTÕES DE CUNHO PESSOAL (com o objetivo de perceber a importância da informação digital na vida da pessoa)

Rotina diária (um dia típico da vida)

Experiências educacionais

Experiências profissionais

Relações familiares

Atividades de lazer

QUESTÕES SOBRE ACESSO E USO DA INTERNET

Locais de acesso à internet

Quando começou a ter acesso a internet

Frequência de acesso

Atividades realizadas na internet

Relações sociais na internet

Acesso à internet na favela

QUESTÕES REFERENTES À CIDADANIA

Instituições, grupos e atividades comunitárias das quais participa

Instituições de organização comunitária, inclusão social e ONGs que conhece na favela

Pessoas influentes na favela

Definição de cidadania

Avanços em relação à cidadania na favela

Agregação comunitária e discussão pública na favela

QUESTÕES DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA

Atividades realizadas

Divulgação de atividades

Locais de acesso a informação

Opiniões e atitudes referentes às questões comunitárias

ANEXO A – Termo de Sigilo e Confidencialidade das transcrições

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, Luiz Carlos Barbosa, Brasileiro, Casado, CPF [REDACTED] e [REDACTED] e sob CNPJ da Transcritores Online, [REDACTED], localizada à [REDACTED] Sebastião do Paraíso, MG - se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso sobre o material enviado para transcrição pela Contratante Patrícia Mallmann Souto Pereira, brasileira, [REDACTED] RG [REDACTED] residente à Rua [REDACTED] Porto Alegre/RS. Para tanto, declara e se compromete:

a) a manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos com sua participação, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, dentre outros;

b) a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação;

c) a não tomar, sem autorização da Contratante, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às informações sigilosas a que tenham acesso;

d) a destruir os arquivos de áudio após a finalização do trabalho de transcrição.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará todos os efeitos de ordem penal, civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de São Sebastião do Paraíso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Sebastião do Paraíso, 06, de Janeiro, de 2014.

[REDACTED]

ANEXO B – Mapa Turístico Santa Marta

Páginas 1 e 4 (continua)

Caro turista, em cada estação você descobre um pouco da cultura do morro.

Dear Tourist, in every station you find out a little about the community's culture.

CURIOSIDADES / CURIOSITY

Curiosidade: Há sempre uma confusão se o nome da comunidade é Santa Marta ou Dona Marta. A origem do nome vem da Igreja, já que as terras pertenciam a um padre e a Santa acabou lhe dando o nome. Geograficamente, o nome do morro é Dona Marta, mas os primeiros moradores o batizaram de Santa Marta, padroeira do local. Os evangélicos do local preferem chamá-lo de Dona Marta. A data da comemoração é todo dia 29 de julho e a história de Marta se confunde com a do turismo: ela era hospitaleira, como são os moradores do Santa Marta. Nada melhor para que o turista sinta-se bem recebido.



MAPA TURÍSTICO SANTA MARTA

TOURIST MAP OF SANTA MARTA

A comunidade de Santa Marta tem cerca de 70 anos de existência e está situada entre os bairros de Laranjeiras e Botafogo, no morro Dona Marta, bem abaixo do Cristo Redentor. O programa de turismo Rio Top Tour é um projeto que capacita os moradores como monitores locais de turismo e empreendedores nesta atividade. Os monitores locais cobram uma pequena taxa para mostrar a comunidade. O horário do bondinho vai de 6h às 24h, ele é gratuito e não apenas de uso turístico, servindo de forma de deslocamento interno dos moradores. Outra opção para se chegar ao morro é pelo bairro de Laranjeiras, perto da estação do Corcovado. Entrar pela Rua das Laranjeiras e subir pela Rua General Glicério e depois Rua Beltsário Távora até a Rua Marechal Espíndilo Rocha, chegando no alto do morro.

Santa Marta community is around 70 years old and is located between Laranjeiras and Botafogo neighborhoods, in Dona Marta hill, right under the Christ Statue. The tourism program Rio Top Tour instructed inhabitants to be local monitors of tourism and entrepreneurs in this activity. The local monitors charge a small amount to show you around. The cable car working time is from 6 am to midnight. It is free and used not only for tourism, but also as internal transportation for people who live in the community. Another way to get to the hill is through Laranjeiras neighborhood, close to Corcovado station. Take Laranjeiras street, turn into General Glicério street and then to Beltsário Távora street, go up to Marechal Espíndilo Rocha street, getting to the top of the hill.

O Santa Marta agradece a sua visita. Volte sempre!

Santa Marta thanks your visit. We look forward to see you soon.

NÃO JOGUE ESTE FOLHETO NO CHÃO. COLABORE COM A LIMPEZA DA CIDADE.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ministério do Turismo

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO

SOMARUO FORÇAS

Páginas 2 e 3



SANTA MARTA:
PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO E CURIOSIDADES
Tourist options and curiosities of Santa Marta
Só é permitido fotografar locais públicos / Only photography of public places is allowed

PARTE BAIXA (estação 1)		BORDER SECTION (station 1)	
01	PRACA CORUMBA (Stand de Informações do Projeto)	01	CORUMBA SQUARE (Stand of Tourist Information)
02	CETER - Cursos Técnicos do Governo do Estado	02	CETER - Technical Courses of the State Government
03	ESTACÇÃO 1	03	STATION 1
04	QUADRA DA ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE UNIDA DOS SANTA MARTA	04	MOCIDADE UNIDA DO SANTA MARTA SAMBA SCHOOL
05	CASAS PINTADAS	05	PAINTED HOUSES
06	PRACA "CANTÃO", local onde se realizam atividades culturais e festas	06	"CANTÃO" SQUARE, where cultural activities and parties take place
07	"PEDRA ESCADA"/ 788 Degraus, ponto de encontro das atividades culturais (fornô, percussão, samba, capoeira) / POSTO POLICIAL UPP	07	"STAIRCASE", spot of cultural activities (fornô, percussão, samba, capoeira) / UPP POLICE OFFICE
08	IGREJA EVANGÉLICA	08	EVANGÉLICAL CHURCH
09	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES	09	COMMUNITY ASSOCIATION / COMMERCE ASSOCIATION

PARTE INTERMEDIÁRIA (estações 2 / 3)		MIDDLE SECTION (stations 2 / 3)	
10	ESTACÇÃO 2	10	STATION 2
11	MURO	11	WALL
12	IGREJA EVANGÉLICA	12	EVANGÉLICAL CHURCH
13	PRIMEIRA MINA (fonte d'água) / COMÉRCIO	13	FIRST MINE WATER (water fountain) / MARKET
14	BIBLIOTECA	14	LIBRARY
15	ESTACÇÃO 3 (baldeação)	15	STATION 3 (transfer)
16	"COSTRUBANDO IDEIAS", Cooperativa de Costureiras	16	"SEWING IDEALS" - Dressmaker Cooperative
17	"PEDRA DE COSME E DAMIANO"	17	"ROCK OF COSMOS & DAMIAN"
18	SEGUNDA MINA (fonte d'água)	18	SECOND MINE WATER (water fountain)
19	"PEDRA DE XANGO" / "PEDRA DA SANTA"	19	"XANGO'S ROCK" / "SAINT'S ROCK"
20	APARTAMENTOS COLORIDOS (chamados de "bambalês" pelos moradores)	20	COLORFUL APARTMENTS (called "bambalês" by locals)

PARTE ALTA (estações 4 / 5)		TOP SECTION (stations 4 / 5)	
21	ESTACÇÃO 4	21	STATION 4
22	POSTO POLICIAL UPP	22	UPP POLICE OFFICE
23	ESPANÇO MICHAEL JACKSON	23	MICHAEL JACKSON AREA
24	CASA DE CULTURA DEDE	24	DEDE CULTURAL CENTER
25	ARENA, queda onde se realizam atividades culturais, festas e bonita vista	25	ARENA, court where the cultural activities and parties take place nice landscape
26	IGREJA EVANGÉLICA	26	EVANGÉLICAL CHURCH
27	COMÉRCIO	27	MARKET
28	ESTACÇÃO 5	28	STATION 5
29	CAPELA SANTA MARTA	29	SANTA MARTA CHAPEL
30	TRILHA PARA O MIRANTE DONA MARTA / VISTA CRISTO REDENTOR	30	TRAIL TO DONA MARTA OBSERVATION DECK / VIEW TO THE CHRIST STATUE
31	CAMPO DE FUTEBOL	31	SOCCER FIELD
32	SEDE DA UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) / PROJETOS SOCIAIS / PROGIAMMA RIO 2016	32	UPP (Peacekeeping Police Unit) HEADQUARTERS / SOCIAL PROJECTS / RIO 2016 PROGRAM
33	SALIDA DA COMUNIDADE / BARRIO DE LARANJEIRAS	33	COMMUNITY EXIT / LARANJEIRAS NEIGHBORHOOD
34	"PEDRAO", mirante natural com vista para a Enseada de Botafogo	34	"BIG STONE", a natural observation deck faced to Botafogo Bay

ESTE POLIHETO FOI ELABORADO COM SUGESTÕES DOS MORADORES DO SANTA MARTA

DISQUE TURISMO 0800-2822007
 5ªª Seg. das 8h às 20h

TOURIST INFORMATION More fun from 8am to 9pm